DIREITO

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito

UnirG
Universidade de Gurupi

Universidade de Gurupi
Pró-reitoria de Graduação

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

GURUPI-TO
JANEIRO/2025

FUNDAÇÃO UnirG

Thiago Pinheiro Miranda
Presidente

Maria Adriana Cavalcante Pereira
Diretora Administrativa Financeiro

UNIVERSIDADE DE GURUPI – UnirG

Profª. Drª. Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva
Reitora

Prof. Me. Paulo Henrique Costa Mattos
Vice-reitor

Profª. Drª. Samara Tatielle Monteiro Gomes
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Walmirton Bezerra D´Alessandro
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª. Ma. Káttia Ferreira de Silva
Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil

CURSO DE DIREITO

Verônica Silva do Prado Disconzi
Coordenadora do Curso de Direito

Maydê Borges Beani Cardoso
Coordenadora de Estágio do Curso de Direito

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA 11

1.1 NOME DA MANTENEDORA..... 11
1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA..... 11

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA.....12

2.1 NOME DA IES..... 12
2.2 BASE LEGAL DA IES..... 12
2.3 MISSÃO..... 12
2.4 VISÃO..... 13
2.5 VALORES..... 13
2.6 OBJETIVOS..... 13
2.7 ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 14

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE DIREITO.....15

3.1 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO 16
3.2 JUSTIFICATIVA DA MANUTENÇÃO DO CURSO DE DIREITO..... 16
3.2.1 Missão, a visão e os valores pretendidos pelo curso 22
3.3 ATOS LEGAIS DO CURSO 23
3.4 NOTAS DE AVALIAÇÕES OBTIDAS PELO CURSO DE DIREITO..... 24
3.4.1 Conceito do curso perante o Conselho Estadual de Educação 24
3.4.2 Resultados do ENADE 24
3.4.3 Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado – IDD. 24
3.4.4 Indicadores de Qualidade do Curso de Direito da Universidade de Gurupi-UNIRG 24
3.5 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO..... 25
3.6 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO..... 25
3.7 TEMPOS MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO..... 25
3.8 COORDENAÇÕES DE CURSO E DE ESTÁGIO..... 25
3.9 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO..... 26
3.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO.... 26
3.11 EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE..... 26
3.12 CONVÊNIOS DO CURSO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES..... 27

4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO 29

4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 29
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 30
4.2.1 Políticas de Ensino..... 31
4.2.2 Políticas de Extensão..... 46
4.2.2.2.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS..... 72
4.2.2.2.2 DIREITOS HUMANOS..... 75
4.2.3 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação **..... 80**
4.2.4 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO 83
4.3 OBJETIVOS DO CURSO..... 86
4.3.1 Objetivo Geral..... 86
4.3.2 Objetivos Específicos 87

4.4 PERFIL DO GRADUANDO 89
4.4.1 Habilidades e Competências 90
4.5 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO 93
4.5.1 Eixo de Formação Geral 93
4.5.2 Eixo de Formação Técnico-Jurídica 93
4.5.3 Eixo de Formação Prático-profissional 95
4.5.4 Atividades Complementares 96
4.5.5 Articulação da Teoria com a Prática 97
4.5.6 Flexibilidade 98
4.5.7 Intra-Interdisciplinaridade e Transversalidade 99
4.5.8 Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal 101
4.5.9 Matriz curricular 103
4.5.10 Conteúdos Curriculares 110
4.5.11 Do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. 114
4.5.12 Ementas e bibliografias 128
4.5.13 Atualização dos Conteúdos Curriculares e Adequação da Bibliografia 167
4.6 COERÊNCIAS ENTRE OBJETIVOS, PERFIL DO GRADUANDO, CURRÍCULO 167
4.6.1 Objetivos do Curso com o Perfil do graduando 167
4.6.2 Objetivos do Curso com a Matriz Curricular 169
4.6.3 Conteúdos curriculares com o perfil desejado dos graduandos 171
4.7 METODOLOGIA 172
4.8 FORMAÇÕES REALIZADAS. 177
4.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 185
4.9.1 O Núcleo de Prática Jurídica – NPJ 187
4.9.2 Metodologias e Ferramentas Utilizada no NPJ 188
4.9.3 Da Assistência Jurídica Gratuita Prestada pelo NPJ 190
4.9.4 A sala de Conciliação e Mediação 191
4.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 191
4.10.1 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) 192
4.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO 194
4.12 APOIO AO DISCENTE 195
4.12.1 Programa de Nivelamento 197
4.12.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) 198
4.12.3 Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado – ATENDEE 199
4.12.4 Central de Atendimento ao Acadêmico (CAT) 200
4.12.5 Representação Estudantil 201
4.12.6 Monitorias 202
4.12.7 Ligas Acadêmicas 203
4.13 CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES 203
4.14 ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS À ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA E ATITUDINAL 205
4.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO: GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 206
4.16 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 208

4.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM 210
4.18 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM 212
4.19 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DE PROVAS, REGULAMENTOS DE MIGRAÇÃO DE CURSO E MATRIZ CURRICULAR 218
4.20 NÚMERO DE VAGAS 219

5 CORPO DOCENTE 220

5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E SUA COMPOSIÇÃO 221
5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR 223
5.3 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO 225
5.4 REGIME DE TRABALHO E VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CORPO DOCENTE DO CURSO 228
5.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE 230
5.6 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO 234
5.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA 235

6 INFRAESTRUTURA 239

6.1 ÓRGÃOS SUPLEMENTARES 241
6.3 NÚCLEOS 242
6.3.1 Núcleo de Prática Jurídica 244
6.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA 254
6.4.1 Periódicos especializados 257
6.4.2 Acervo bibliográfico total 259
6.5 PLANO DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 260
6.6 PLANO DE EXPANSÃO 262

REFERÊNCIAS 263

APRESENTAÇÃO

Em conformidade com o que afirma Vasconcellos[1], o “Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da instituição, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa [...] possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição”, e através dessa perspectiva o Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia foi elaborado.

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento elaborado coletivamente pelos membros do Núcleo Docente Estruturante. Sua elaboração pretende orientar e conduzir as ações iniciais da sistematização do que já foi discutido e aprovado no âmbito acadêmico, mas com a perspectiva de aperfeiçoamento de suas diretrizes ao longo de sua execução. Considerando que este é o princípio para futuras e constantes reflexões sobre: o ensino em saúde; a função social da Universidade; o curso de Odontologia e a relação teoria e prática, além da pesquisa e a extensão.

A necessidade de reformulação deste PPC ocorreu a partir das recomendações provindas do relatório da comissão de verificação “in loco” para fins de reconhecimento da oferta do curso de Odontologia. Os instrumentos utilizados para reelaboração do projeto pedagógico do curso foram PDI, PPC, DCN, resoluções e deliberações em atas de Conselho de Curso e do NDE, e resoluções do Conselho Federal de Odontologia.

De acordo com a LDB 9.394/96, Art. 53, as Instituições de Ensino Superior possuem autonomia pedagógica para definir seus currículos, organizar seus programas e estabelecer os conteúdos programáticos de suas disciplinas. Assim, este documento baliza as finalidades específicas para o desenvolvimento do Curso de Odontologia, no que se referem aos objetivos, competências e habilidades, ingresso no curso, perfil do egresso, concepções metodológicas e de avaliação da aprendizagem, estrutura curricular, estrutura física e organizacional, que devem conduzir o trabalho docente na construção dos processos de aprendizagens

---

[1] VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 10 ed. São Paulo, SP: Libertard, 2002. (p. 143)

significativa.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo nº 207 que — As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]‖, assim, a elaboração e/ou atualização do PPC se constitui responsabilidade institucional.

A Universidade de Gurupi- UnirG, na construção do PPC de seus Cursos de Graduação, propõe-se a acolher as normas do Sistema de Educação Superior dialogando com a estrutura mínima para o PPC indicada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nesse sentido, a Universidade busca atribuir aos PPCs de seus Cursos de Graduação feição contextualizada e atender a complexo conjunto de interesses de sujeitos sociais e políticos componentes da população do estado do Tocantins com quem mantém permanente diálogo, bem como regiões dos estados mais próximos.

A construção do PPC deve, afirmativamente, ancorar-se em rigoroso diagnóstico e representar uma ação intencional, refletida e fundamentada de coletivo de sujeitos agentes interessados em promover, conforme missão da Universidade expressa em seu PDI. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é uma ferramenta essencial para definir e orientar a organização das práticas pedagógicas idealizadas para o Curso de Graduação, devendo estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo MEC, e também com outros documentos que dão suporte a sua construção. Tais documentos são indicados abaixo. A construção, a avaliação e a reformulação do PPC são processos coletivos de trabalho. Assim, a participação de toda a comunidade (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) é fundamental.

Os documentos listados abaixo estabelecem um referencial normativo e legislativo que orienta e dá suporte ao processo de elaboração/reforma do PPC:

- Constituição da República Federativa do Brasil De 1988, Artigos 205 a 214.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI – Art. 43 a 67.
- Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

- Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Disponível em https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104111-rces005-18/file .
- Resolução 143/2022 do CEE, que dispõe s obre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.
- Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIRG 2019- 2023, Resolução 036 – Conselho Acadêmico Superior- CONSUP de 19 de setembro, disponível em: http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/resolucao-36-2019-consup.pdf.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIRG 2024-2028, Homologado pelo Conselho Acadêmico Superior – CONSUP, conforme Ata nº 014, da Sessão Plenária Extraordinária realizada em 15 de junho de 2023.
- Núcleo Docente Estruturante, Resolução N. 1, de 17 de Junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download & gid=6 885&It emid. Acesso em 30 de junho de 2016.
- Educação Ambiental, Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20

de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática — História e Cultura Afro- Brasileira e Indígenall.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf.
- Educação em Direitos Humanos, Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- SISTEMA E-MEC, Portaria Normativa N° 40, de 12 de dezembro de 2007, institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos 37 Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17.
- Programa de Internacionalização, Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa.
- Extensão Curricularizada, Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação

presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

- Lei 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resoluções e Ordens de Serviço – UNIRG, Disponível em: http://www.unirg.edu.br/a-unirg/conselhos/#resolucoes.
- Resolução 027/2019, do Conselho Acadêmico Superior - CONSUP, que dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação;
- Resolução 05/2020, do Conselho Acadêmico Superior – CONSUP, que aprova procedimentos para elaboração e reformulação de Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação.
- Resolução n° 5, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES n° 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Quadro 1 - Dados com identificação da Mantenedora da Universidade- UnirG

Nome da Instituição:	Fundação UnirG
Presidente:	Thiago Piñeiro Miranda
SIGLA:	UnirG
Esfera Administrativa:	Pública Municipal de Ensino Superior
Ato de Criação:	Lei n.611 de 15/02/1985, alterada pela Lei nº 1.566 de 18/12/2003 e Lei nº 1.699 de 11/07/2007 – Gurupi-TO
CNPJ:	01.210.830/0001-06
Endereço:	Av. Pará, Quadra 20, Lote 01, nº 2432, Engenheiro Waldir Lins II, Gurupi-TO, CEP: 77.402-110
Telefone:	(063) 3612-7600 Ramal: 7515
Email: **Webmail:**	presidencia@unirg.edu.br www.unirg.edu.br

1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

Esfera Administrativa: Pública Municipal de Ensino Superior Ato de Criação: Lei nº 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei nº 1.566 de 18/12/2003 e Lei nº 1.699 de 11/07/2007-Município de Gurupi -TO CNPJ: 01.210.830/0001-06 16.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA

2.1 NOME DA IES

Nome: Universidade de Gurupi - Sigla: UnirG
Endereço: Av. Pará, Quadra 20, Lote 01; nº 2432, Bairro: Engenheiro Waldir Lins CEP: 77. 402 -110 Município/UF: Gurupi – TO Telefone: (063) 3612-7600 Ramal: 7619 E-mail: reitoria@unirg.edu.br Webmail: www.unirg.edu.br

2.2 BASE LEGAL DA IES

Esfera Administrativa: Pública Municipal de Ensino Superior Ato de Criação: Lei nº 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei nº 1.566 de 18/12/2003 e Lei nº1.699 de 11/07/2007 – Município de Gurupi-TO. Ato de Credenciamento de Centro Universitário: Decreto Governamental 3.396, de 07 de maio de 2008, publicado em DOE/TO, nº 2659, de 02 de junho de 2008. Ato de Credenciamento de Universidade: Decreto Governamental Nº 5.861, de 17 de setembro de 2018. Publicado no DOE/TO nº 5.190 de 03 de setembro de 2018. CNPJ: 01.210.830/0001-06

2.3 MISSÃO

A missão Institucional é fruto de uma construção coletiva na Semana de Planejamento Pedagógico no ano de 2011, atualizada após uma etapa de elaboração do Planejamento Estratégico realizado em 2017, tendo sido elaborados também, a Visão e os Valores, por meio de uma metodologia de planejamento estratégico participativo, fundamentado em um processo de ouvir e perceber o entrecruzar de olhares dos três segmentos da comunidade universitária e sociedade.

A missão da Unirg é: “Somos uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio

da ciência e da inovação”.

2.4 VISÃO

Por entender que a visão, a missão e valores ainda expressam o real propósito da Universidade de Gurupi – UnirG, em toda a sua abrangência e direcionamento institucional, mantém em sua integralidade para esse próximo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A visão da Unirg é “Ser uma Universidade de referência na Região Norte, comprometida com a formação cidadã, de maneira inovadora e sustentável”.

2.5 VALORES

A Instituição afirma-se a cada dia, por meio do esforço contínuo como um centro de excelência acadêmica nos cenários regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e para a defesa da qualidade da vida, com base nos seguintes valores: Excelência - A UnirG trabalha para alcançar patamares de excelência em suas áreas de atuação, em especial no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, além de ser capaz em estabelecer parcerias e convênios em prol da qualidade. Inovação - Uma Instituição capaz de identificar e escolher caminhos e de instituir oportunidades, carreiras e práticas, voltadas para a inovação. Ética - Uma Instituição voltada para a responsabilidade ética, social e ambiental. Comprometimento com a comunidade acadêmica - Uma Instituição que conhece a diversidade acadêmica que atende e é capaz de suplantar as desigualdades.

Responsabilidade social e ambiental - Uma Instituição preparada para cumprimento da responsabilidade social e ambiental, além de propor soluções e influenciar esse cumprimento pela gestão municipal. Transparência - Uma Instituição que divulga, no intuito de demonstrar suas ações e decisões à comunidade acadêmica e à sociedade.

2.6 OBJETIVOS

Transmitir, produzir e sistematizar conhecimentos, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, com vistas a uma sociedade mais justa. Consolidar-se como uma instituição inovadora em suas propostas pedagógicas e desenvolver uma identidade regional, formando cidadãos socialmente responsáveis, capazes de promover efetivamente a transformação social da região, do Estado do Tocantins e do país.

2.7 ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Ensino (graduação e pós-graduação);
- Pesquisa;
- Extensão Universitária.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

O Curso de Direito é um curso de vanguarda. Foi o pioneiro na cidade de Gurupi, ainda norte de Goiás, a ser autorizado o funcionamento ainda na antiga FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi. Iniciou com 50 vagas anuais, apenas no período noturno, pela Portaria n. 150, da lavra do Conselho Estadual de Educação, em 31 de maio de 1985, Resolução n. 150, sendo reconhecido em 31 de julho de 1991, pela Portaria Ministerial nº 1317.

À época foi autorizado através do empenho do Gestor do Município, para que os filhos de Gurupi e de toda a região, que viria a ser a região Sul do Estado do Tocantins pudessem realizar o tão distante sonho da formação superior.

Desde a sua criação, o Curso de Direito da UNIRG consolidou-se na região e no País com uma contribuição sedimentada no ensino jurídico, formando profissionais de inúmeras áreas (Juízes, Advogados, Defensores Públicos, Procuradores, Promotores de Justiça, Delegados, Oficiais de Justiça, Analistas, Assessores, Docentes, etc.), e acima de tudo formando cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano e social.

Para além dos benefícios já indicados, a Extensão e prestação de serviços pelo Núcleo de Práticas Jurídicas tem sido um diferencial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Além do aspecto geográfico, que é privilegiado, é um polo de desenvolvimento e promissor mercado de trabalho.

O Curso além de desempenhar importante papel de agente estimulador do conhecimento da dogmática jurídica promove aos graduandos elementos fundamentais do Direito, em diálogo com conhecimentos filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação em consonância com as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais em âmbito internacional, nacional, regional e local.

Ademais, o curso também objetiva a integração ao letramento digital e as práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação de forma a atender as demandas dos novos direitos resultantes do progressivo surgimento de normas para resolver problemas criados por emergentes e novas realidades

sociais.

Assim, o curso proporciona ao graduando interpretar e aplicar o Direito, como também para pesquisa e investigação científica, julgamento e tomada de decisões no equacionamento de problemas e soluções harmônicas com o desenvolvimento humano e do meio em que vive.

Por fim, formar profissionais aptos a atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida formação humanística, técnico-jurídica e aptidão prático-profissional para os diversos setores da sociedade.

3.1 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Direito possui sua sede no Campus I da Universidade de Gurupi- TO, localizado na Avenida Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi

- TO CEP: 77425-500.

3.2 JUSTIFICATIVA DA MANUTENÇÃO DO CURSO DE DIREITO

a) Contexto da Região e Dados Gerais do Município de Gurupi.

No município de Gurupi passam duas rodovias federais importantíssima para a integração nacional: a BR 153 (também conhecida como Belém-Brasília), é hoje a principal ligação do Sul e Sudeste do País com a Região Amazônica e com parte do Nordeste brasileiro; e a BR-242, que liga Gurupi à Bahia, cortando todo o sudeste do Tocantins. Tais rodovias, além de serem importantes para a interligação nacional, é uma via importante para conexão do Brasil aos países vizinhos como a Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela.

A importância geográfica e econômica da região atraiu a presença de instituições de ensino superior, as quais contribuem para a formação de mão de obra qualificada que aumenta o potencial da região como um todo. Com isso, Gurupi conta com a Universidade de Gurupi (UnirG) que tem o compromisso com a educação de forma inclusiva, regionalizada e contextualizada, promovendo ações e pesquisas voltadas a esta comunidade. A UnirG por meio dos egressos vem

contribuindo para o desenvolvimento regional na área da jurídica desde a sua fundação, direcionando anualmente diversos profissionais da área jurídica que hoje ocupam funções relevantes e desenvolvem um trabalho de excelência, tendo elevada representação na advocacia, magistratura, Ministério Público e demais profissões jurídicas, principalmente os que retornam à UNIRG como docentes, o que significa que acreditam no potencial e na responsabilidade social, educacional e econômica desta IES.

Localizada na Mesorregião Ocidental do Estado, Gurupi, (do tupi: "Diamante Puro"), é a terceira maior cidade do Tocantins, sendo o polo regional de toda a região sul do Estado, com uma população estimada em mais de 89 mil habitantes e com Área Territorial de 1.844,164 km² (IBGE, 2024) e limita-se com os seguintes municípios: Aliança do Tocantins, Cariri do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Peixe e Sucupira.

O município de Gurupi, encontra-se a 245 km de Palmas (capital do Estado), a 609 km de Goiânia e a 742 km de Brasília, no limite divisório de águas entre as bacias do Rio Araguaia e do Rio Tocantins. Numa área total de 1.836 km2, Gurupi está a 287 m de altitude e a 130 quilômetros da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo. A região é servida por importantes rodovias estaduais e federais, a exemplo da BR-153, que corta o Estado de Norte a Sul e da BR-242, que perpassa no sentido Leste-Oeste, ligando os Estados de Mato Grosso, Tocantins e Bahia.

É considerada uma cidade estratégica regional de apoio e resolução dos problemas sociais, sendo suas principais fontes de renda a pecuárias e a agricultura, seguidas do comércio e prestação de serviços.

Nos últimos dez anos, o município se consolidou como polo universitário, o que tem tornado o ensino superior uma das molas propulsoras da economia local, com a consolidação da Universidade de Gurupi - UnirG e pela oferta dos cursos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) que oferece Agronomia, Engenharia Florestal, Química Ambiental, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, presenciais e Química e Biologia EaD. Na pós-graduação a UFT oferece mestrado em Produção Vegetal, Biotecnologia e Ciências Florestais e Ambientais e doutorado também em Produção Vegetal.

Em 2010 foi inaugurado o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), que oferece Cursos Técnicos em

Edificações, Agronegócios e Arte Dramática e também graduação na modalidade licenciatura em Arte Cênica. O município de Gurupi conta ainda, com outros centros educacionais que oferecem cursos tele presenciais de extensão e de formação superior e com o Sistema “S”: SESC/SENAC/SESI/SENAI.

Tem o Parque Agroindustrial de Gurupi (PAIG) que é considerado de grande potencial onde, atualmente, existem várias empresas instaladas que recebem atenção especial por parte da administração pública municipal em parceria com o Governo do Estado. Considerando a necessidade de expansão, o PAIG tem por objetivo atrair novos empreendimentos mediante a criação de mecanismos que facilitem o desenvolvimento das empresas já instaladas e de incentivos fiscais e doação de áreas, fatores que têm despertado o interesse de empresários de outras regiões, principalmente, devido à localização estratégica do município, no que se refere à logística.

O município conta com uma linha de transmissão da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical em que a energia produzida é transferida ao sistema elétrico brasileiro por uma linha de transmissão de 500 kV, através da subestação de Furnas localizada em Gurupi-TO.

Por sua estabilidade na procura, bem como pela qualidade do ensino ofertado e das múltiplas possibilidades, o Curso de Direito é a espinha dorsal da Universidade de Gurupi-UNIRG que sem sombras de dúvidas é a instituição de ensino superior mais importante da região do Estado do Tocantins.

As Avenidas de Gurupi têm os nomes de estados e cidades brasileiras, sendo a principal a Avenida Goiás, enquanto as ruas, apesar de renomeadas para homenagear personalidades históricas, ainda são chamadas de acordo com sua numeração.

O Aeroporto de Gurupi fica localizado no limite de município entre Gurupi e Cariri do Tocantins, sendo que a área sudoeste do pátio aeroportuário pertence ao município de Cariri do Tocantins, enquanto que o terminal de passageiros e a pista de pouso e decolagem pertencem ao município de Gurupi. O acesso até o aeroporto é feito pela Avenida Antônio Nunes da Silva, estando localizado bem próximo ao Campus I do Centro Universitário UnirG.

b) A economia do Estado do Tocantins e dados sócio-econômicos.

Criado em 05 de outubro de 1988, o Estado do Tocantins está localizado na Amazônia Legal, divide fronteiras com os Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Encontra-se numa área de transição entre o Cerrado e a Amazônia brasileira, com características físicas e climáticas dessas duas regiões. Segundo o IBGE, o estado de Tocantins apresenta densidade demográfica de 5,45 hab/Km² (IBGE, 2022), e uma população 1.511.459 habitantes em 2022.

Os dados do IBGE mostram que a população tocantinense sofreu um incremento de 17.115 pessoas entre o ano de 2020 e 2021, um crescimento populacional de cerca de 1% em relação à estimativa do ano anterior (IBGE, 2022). Além disso, o PIB tocantinense é o 4º melhor da Região Norte do país. Sobre a taxa de crescimento anual, o Tocantins ocupa o 1º lugar do ranking, registrando média de 52,6% nos últimos oito anos, enquanto a média da taxa de crescimento nacional foi de 27,5% entre 2002 e 2009 e o norte do país alcançou um pico de 39,3 (Governo do Tocantins, 2023 https://www.to.gov.br/sics/dados-socioeconomicos/6c47o44120r1).
https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados

De acordo com os dados da Ordem dos advogados do Brasil (2023) o estado do Tocantins possui atualmente 8.782 advogados inscritos, dos quais 73 são estagiários e 994 têm no Tocantins a sua inscrição suplementar - https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados.

No Tocantins, o poder público ainda tem um peso considerável na atividade econômica. Cerca de 54 mil empregados diretos pelo governo estadual se contrapõem aos 73 mil empregados contados pelo Censo Empresarial de 2000 em 25.248 empresas privadas.

A economia estadual apoia-se, sobretudo, na atividade agropecuária com concentração na produção de grãos e na pecuária de corte. O Tocantins possui cerca de 55% de seu solo apto para lavoura. Se somarmos a esse montante as terras aptas para pastagem, chega-se a quase 70% do seu território. Apenas 13% são considerados inaptos para qualquer uso agrícola.

O desenvolvimento social e econômico do município de Gurupi tem favorecido o recebimento de um grande contingente de imigrantes do Maranhão, Pará, Piauí, Bahia e Norte do Mato Grosso, contribuindo para a configuração de um quadro social heterogêneo. Esse quadro tem necessidades diferenciadas em função de classe, gênero, fazendo emergir novas formas de adaptação, de

relacionamento familiar e de relações de trabalho.

Em termos gerais, a economia de Gurupi é caracterizada pela agropecuária, voltada para a criação extensiva de gado de corte e leiteiro com períodos de grande produção agrícola, podendo destacar ainda o comércio local, formado por sociedades limitadas e firmas individuais, sendo o tipo de empresa mais comum, as microempresas, que compõem aproximadamente 80% das empresas gurupienses. Sua influência econômica e comercial abrange todo o sul estado do Tocantins.

c) Características Ambientais

A hidrografia municipal está marcada pela presença dos rios afluentes da Bacia Hidrográfica do rio Tocantins, como os rios Santo Antônio e Gurupi, além de córregos bastantes importantes para o município, como o Córrego Mutuca, onde hoje existe o parque Mutuca, importante local turístico e de lazer da cidade. Tem o Córrego Pouso do Meio que é utilizado para o lançamento do esgoto tratado local e ainda os córregos da Água Fria, Dois Irmãos, Jandira, Bananal e Mato do Gado.

O município de Gurupi ainda possui uma imensa variedade de vegetação, apesar do grande desmatamento que foi realizado na região nas décadas anteriores. As reservas da mata nativa e do cerrado que cobrem o município de Gurupi são ainda extensas.

O clima predominante é o Tropical Megatérmico que tem características de quente e úmido durante todo o ano, com período chuvoso entre os meses de outubro e abril e estiagem entre os meses de maio a setembro, sua temperatura média anual permanece em torno dos 30º chegando até 36º.

A precipitação média anual é aproximadamente, 1.600mm. O relevo predominante, na porção oeste, é plano e ondulado, predominando as altitudes médias em torno de 300m. Na faixa leste do município o relevo está caracterizado pela Serra de Santo Antônio, orientada no sentido sul-norte, as altitudes máximas atingem 577m, aproximadamente.

d) Justificativa da manutenção do Curso

O Curso de Direito da Universidade UnirG, localizada na Região sul do

Estado, atento às novas demandas sociais e às discussões estabelecidas sobre os cursos jurídicos, tem preparado profissionais para atuarem em todas as comarcas próximas da região. Em âmbito da Justiça Estadual, podemos citar a Comarca de Gurupi, Alvorada, Peixe, Formoso do Araguaia, Figueirópolis, Araguaçu, Cristalândia.

Em sede da Justiça Federal, é a sediada Subseção Judiciária de Gurupi, criada pela Lei 12.011 de 2009. A jurisdição da Subseção Judiciária de Gurupi/TO abrange, além de Gurupi, os seguintes Municípios: Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Araguaçu, Arraias, Aurora do Tocantins, Cariri do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dianópolis, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Sandolândia, Santa Rosa do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Sucupira, Taguatinga, Taipas do Tocantins e Talismã.

Instalada em Gurupi temos também a 1ª Vara do Trabalho, com jurisdição nos respectivos municípios: Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do

Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, São Salvador do Tocantins, Sandolândia, Sucupira e Talismã.

Cumpre-se destacar a importância do Curso de Direito ofertado pela Universidade, para diversos servidores públicos que em busca de qualificação profissional, optam por estudar na Universidade de Gurupi – UnirG.

Ao longo da história do curso registra-se considerável sucesso de seus graduandos, conforme se pode constatar pelas suas presenças em funções estratégicas do Estado, a saber: a Gestão Superior da Polícia Militar e Polícia Civil contam com a participação efetiva de graduandos do Curso de Direito. Um percentual significativo de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Tocantins, são graduandos da FAFICH, Centro Universitário Unirg e atual Universidade de Gurupi. Há ainda um número enorme de serventuários da Justiça Estadual e Federal, e ainda logrou êxito nos concursos da Magistratura Estadual, Federal e Ministério Público e Defensoria Pública. Portanto, é forçoso concluir que o Curso de Direito, tem propiciado sucesso profissional aos seus graduandos.

A título de exemplo, podemos citar dois graduandos com destaque em sua atuação profissional, a saber: Antônio Sávio Barbalho, formado em 1992, concursado na própria IES, aprovado em 1º lugar para lecionar as disciplinas de Direito Processual Civil e Prática Forense. Advogado militante na advocacia Cível e trabalhista. Em 2013 tomou posse como Presidente da Fundação Mantenedora da IES, gestão que perdurou finalizada em julho de 2017.

Ao final do mandato de Presidente da Fundação UnirG, agora Mestre em Gestão de Políticas Públicas, reingressou para a advocacia assumindo a Presidência da Comissão de Direito do trabalho da OAB Subseção de Gurupi e Drª Chárlita Teixeira da Fonseca Guimarães, Bacharel em Direito pela UnirG, no ano 2000. Desde 2007, é Defensora Pública titular da 6ª Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Gurupi-TO, atuante nas ações contra a Fazenda Pública.

O Curso de Direito da Universidade UnirG, busca o pleno desenvolvimento do aluno, através de um constante desafio à atividade do futuro jurista, sempre atenta às necessidades e carências da região, mas também a identificação das áreas acadêmicas em que atuará consistirão em diferencial significativo.

3.2.1 Missão, a visão e os valores pretendidos pelo curso

O Curso de Direito fundamenta sua missão, visão e valores nos mesmos princípios basilares que norteiam a instituição de Ensino Superior.

3.2.1.1 Missão

A missão do Curso de Direito da Universidade UnirG é formar profissionais atuar nas diversas áreas jurídicas por meio de um estudo científico crítico e aprofundado do Direito por meio do ensino, pesquisa e extensão no âmbito da graduação.

3.2.1.2 Visão

Ser o Curso de Direito referencial na Região Norte do país, comprometida com a formação cidadã de maneira inovadora e sustentável, buscando melhorias

da qualidade de ensino, pesquisa e extensão na graduação da IES.

3.2.1.3 Valores

- Promoção do ensino, pesquisa e extensão nas áreas jurídicas e correlatas, em âmbito interno e com interseção com a comunidade externa;
- Defesa da Liberdade, da Democracia e da Universalização do saber jurídico, bem como dos valores democráticos e civilizatórios, do estado laico, e do respeito a uma cultura de garantias de direitos humanos;
- Comprometimento com a qualidade do ensino jurídico;
- Comprometimento com a melhoria contínua do ensino de graduação, tanto no aspecto curricular quanto nos recursos didáticos e estruturais;
- Gestão Participativa, Democrática e Transparente alinhada com a promoção de melhores condições de trabalho, ensino e qualidade de vida.

3.3 ATOS LEGAIS DO CURSO

Atualmente o Curso de Direito encontrava autorizado pelo DECRETO Nº 5.599, DE 8 DE MARÇO DE 2017 alterado parcialmente pelo Decreto n.º 5.724, de 19 de outubro de 2017, que renovou o Reconhecimento do Curso de Direito - Bacharelado, ministrado pelo então Centro Universitário UNIRG, hoje Universidade de Gurupi- UNIRG, conforme Decreto encontrado em anexo 1.

Quadro 2: Atos Legais de Autorização, Reconhecimento do Curso

DENOMINAÇÃO DA IES	ATO	DOCUMENTO	DATA DO DOCUMENTO
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi – FAFICH	Autorização	Resolução Nº 150	31/05/1985
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi – FAFICH	Reconhecimento	Portaria Ministerial nº 1.317	31/07/1991

Universidade de Gurupi - UnirG	Renovação de Reconhecimento	Decreto nº 5.599	08/03/2017
Universidade de Gurupi - UnirG	Renovação de Reconhecimento	Decreto nº 6.578	30/01/2023

Fonte: NDE Curso de Direito

3.4 NOTAS DE AVALIAÇÕES OBTIDAS PELO CURSO DE DIREITO

Abaixo são apresentados as notas de avaliações obtidas pelo Curso de Direito conceitos apresenta-se o conceito do IGC institucional nos últimos anos.

3.4.1 Conceito do curso perante o Conselho Estadual de Educação

Quadro 3: Conceito de Curso

Conceito de Curso - 2022
4.0

3.4.2 Resultados do ENADE

Quadro 4: Resultados ENADE

Conceito ENADE					
2006	2009	2012	2015	2018	2021
3	2	2	2	2	2

3.4.3 Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado – IDD.

Quadro 5: Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD

Conceito – IDD					
2006	2009	2012	2015	2018	2021
3	2	-	-	3	2

3.4.4 Indicadores de Qualidade do Curso de Direito da Universidade de Gurupi- UNIRG

Quadro 6: Indicadores de Qualidade do Curso de Direito da Universidade de Gurupi-UNIRG

Indicadores de Qualidade do curso de Direito da Universidade de Gurupi						
IDD	**ENADE**	**ANO**	**CPC**	**ANO**	**C.C/CEE**	**ANO**
2	2	2022	2	2022	4,6	2021

3.5 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso funciona em regime semestral, com datas e prazos previstos no Calendário Acadêmico, o qual é definido anualmente pelo Conselho Superior da IES.

O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 (cem) dias letivos cada um.

As atividades de graduação do Curso de Direito funcionam em dois turnos distintos: **MATUTINO E NOTURNO,** no Campus I e na comunidade com as atividades práticas, os estágios supervisionados e de extensão curricularizada.

3.6 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Carga horária mínima: 4.440 horas.

3.7 TEMPOS MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO

—O Curso conta com a carga horária de 4.440 (quatro mil, quatrocentos e quarenta) horas/aulas, com duração mínima de cinco anos e com o tempo máximo de integralização de sete anos e meio (acréscimo de 50%).

3.8 COORDENAÇÕES DE CURSO E DE ESTÁGIO

O curso de Direito da Universidade de Gurupi-TO é atualmente coordenado pela advogada e professora efetiva da IES a Mestre Verônica Silva do Prado Disconzi, que atua em regime de trabalho de 60h, com 40h dedicados à coordenação do curso e 20h à docência. Docente efetiva do Curso de Direito desde 2007, graduado em Direito pela FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas de Gurupi), atualmente considerada como Centro Universitário Unirg, especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade Aanhanguera de Goiânia-GO., e Mestre pela Universidade Federal do Tocantins em Gestão de Políticas Públicas.

A coordenação de estágio é exercida pela professora efetiva Maydê Borges Beani Cardoso, especialista em Direito Tributário pelo Instituto Goiano de Direito Tributário e graduada em Direito pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi – FAFICH.

3.9 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

O NDE do curso de Curso de Direito é formado pelos seguintes membros:

Quadro 7 – Membros do NDE do curso de Direito

Nome	Cargo	Titulação	Regime de Trabalho
Gilson Ribeiro Carvalho Filho	Membro	Mestre	Concursado - 40 horas
Celma Mendonça Milhomem Jardim	Membro	Mestre	Concursada - 40 horas
Antônio Sávio Barbalho do Nascimento	Membro	Mestre	Concursado - 40 horas
Maydê Borges Beani Cardoso	Membro	Especialista	Concursada - D. Exclusiva
Kárita Carneiro Pereira	Presidente	Mestre	Concursada - 40 horas
André Henrique Oliveira Leita	Membro	Mestre	Concursado - 20 horas
Verônica Silva do Prado Disconzi	Membro	Mestre	Concursada – 60 horas

3.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO

O Curso de Direito é composto por 35 docentes, os quais incluindo o coordenador, alcançam 5.609 meses de exercício no curso. Isto corresponde a uma média de permanência dos docentes de 178 meses aproximadamente.

3.11 EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

Quadro 8 – Evolução do corpo discente – Direito (matutino)

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE – DIREITO (matutino)						
Corpo Discente	**2022/1**	**2022/2**	**2023/1**	**2023/2**	**2024/1**	**2024/2**
Discentes ingressantes	53	40	44	22	49	34
Discentes matriculados	322	326	291	250	228	218
Discentes concluintes	24	31	33	25	23	28
Discentes reprovados	54	97	95	65	77	90
Discentes desistentes	16	12	11	2	6	7

Discentes estrangeiros	0	0	0	0	0	0
Discentes com deficiência	0	0	0	0	0	0

Atualizado pela Secretaria Geral Acadêmica até a data de 09/01/2025.

Quadro 9 – Evolução do corpo discente – Direito (noturnp)

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE – DIREITO (noturno)						
Corpo Discente	**2022/1**	**2022/2**	**2023/1**	**2023/2**	**2024/1**	**2024/2**
Discentes ingressantes	58	61	56	58	59	64
Discentes matriculados	574	577	570	567	537	545
Discentes concluintes	46	47	57	56	36	68
Discentes reprovados	153	140	310	218	211	158
Discentes desistentes	11	9	10	4	10	7
Discentes estrangeiros	0	0	0	0	0	0
Discentes com deficiência	0	0	0	0	0	0

Atualizado pela Secretaria Geral Acadêmica até a data de 09/01/2025.

3.12 CONVÊNIOS DO CURSO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Relação de Convênios e Acordos Vigentes - Curso de DIREITO

ESTAGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Número	Tipo	Estágio /Objeto	Contratada	Cursos	Prazo	Vigência	Aditivo
S/N	Acordo de Cooperação	Não obrigatório (Extracurricular)	IEL	Todos os cursos	Indeterminado	Indeterminado	
007/2022	Acordo de Cooperação	Não obrigatório (Extracurricular)	Município de Gurupi	Todos os cursos	60 meses	25/05/2025	Aditivo
007/2021	Termo de Cooperação	Mesário Solidário	Tribunal Regional Eleitoral	Todos os cursos	60 meses	29/06/2026	
019/2021	Acordo de Cooperação	Não obrigatório (Extracurricular)	Agente de Integração - USINA DE TALENTOS	Todos os cursos	60 meses	24/07/2026	
029/2021	Acordo de Cooperação	Não Obrigatório (Extracurricular)	Agente de Integração - Super Estágio	Todos os cursos	60 meses	14/07/2026	
042/2021	Acordo de Cooperação	Não obrigatório (Extracurricular)	Agente de Integração - NUBE	Todos os cursos	60 meses	30/07/2026	
057/2021	Acordo de Cooperação	Não obrigatório (Extracurricular)	UPA (Universidade Patativa Assaré)	Todos os cursos	60 meses	06/10/2026	
001/2021	Convênio	Não Obrigatório e Obrigatório (Curricular)	Justiça Federal de 1º Grau no Tocantins - Subseção Judiciária de Gurupi	Direito	60 meses	12/03/2026	
005/2021	Convênio	Não obrigatório (Extracurricular)	Instituto de Assistência dos Servidores e Gurupi - IPASGU	Administração, ências Contábeis, reito e Jornalismo,	36 meses	23/03/2027	
036/2021	Convênio	Não obrigatório (Extracurricular)	GURUPI PREV	Direito e ciência ontábeis, Jornalism e administração	24 meses	28/07/2026	

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E INTERCÂMBIO ACADÊMICO

Número	Tipo	Estágio /Objeto	Contratada	Cursos	Prazo	Vigência	A d it i v

							o
S/N	Convênio	Obrigatório (Curricular)	Município de Peixe- Tocantins	Direito	Indeterminado		
001/2015	Convênio	Obrigatório (Curricular)	Município de Formoso do Araguaia - TO	Direito	Indeterminado		
S/ N	Termo de Convênio	Obrigatório (Curricular)	MPF - Ministério Público Federal		36 anos	12/05/2025	
008/2024	Acordo de Cooperação	Intercâmbio acadêmico, cientifico, tecnologico	Ministerio Publico do Estado do Tocantins	Todos os cursos	60 meses	22/04/2029	
007/2021	Acordo de Cooperação	Obrigatório (Curricular)	Município de Gurupi	Todos os cursos	60 meses	15/05/2026	Primeiro Aditivo Segundo Aditivo
001/2022	Acordo de Cooperação	Estágio obrigatório	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	TODOS	60 meses	10/01/2027	sem repasse
001/2022	Acordo de Cooperação	Intercâmbio educacional	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins	TODOS	36 meses	12/01/2025	sem repasse

4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Como missão da Universidade de Gurupi, a organização acadêmica/didático/pedagógica busca o compromisso com o desenvolvimento regional e a produção de informações científicas com qualidade, por meio da ciência e da inovação, visando uma universidade de referência na Região Norte do País e objetivando a formação do cidadão competitivo de maneira inovadora e sustentável. Em seu Projeto Pedagógico Institucional, a UnirG estabelece valores como fundamentos para a busca da excelência em sua prática acadêmica, com vistas à formação do ser humano e sua preparação para as distintas experiências da vida e, dessa forma, enfatiza conhecimento teórico, inovação, ética, transparência, comprometimento com a comunidade acadêmica e responsabilidade social e ambiental.

A inserção desses valores nos diversos níveis de formação de pessoas, norteará as práticas pedagógicas e educativas da Instituição, minimizando assim, a distância que separa as técnicas e os procedimentos pedagógicos vivenciados na formação de graduados e de pós-graduados. O ensino nas modalidades ofertadas pela Universidade de Gurupi, seja na graduação ou pós-graduação, representa uma de suas atividades fundamentais e se baseia no processo de socialização do conhecimento.

Como forma de garantir reflexão crítica aos graduandos, a UnirG tem, como um dos elementos centrais, a finalidade de formar indivíduos nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em diferentes setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, além de colaborar na sua formação contínua.

Outro elemento central é o de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, a fim de desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Ao mesmo tempo, promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Estimulando, assim, o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os

nacionais e os regionais, com destaque para as questões do Estado do Tocantins.

Foca suas atividades de extensão em ações para a população em geral, visando à difusão de benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na Instituição. Essas atividades estão expressas, em muitos casos, na prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade, a exemplo do PIBID, Residência Pedagógica, Clínica Escola, Núcleo de Prática Jurídica, Núcleo de Práticas Administrativas, Escritório Modelo de Contabilidade, SePsi.

De forma interna, a Universidade busca ações políticas e práticas com intuito de fomentar atividades de extensão, pelo incremento da oferta de bolsas e recursos financeiros para projetos de extensão.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas da UnirG para o quinquênio 2023-2028 estão expressas nas dimensões: Ensino, Pesquisa e Extensão. O Ensino considera a graduação, a pós-graduação e o ensino a distância, todavia, as políticas de fomento à iniciação científica, a regulamentação e proposição de novos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* serão abordadas quando tratarmos de Pesquisa, uma vez ser esta a responsabilidade desta Pró-reitoria, ou seja, a Propesq (Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação). Essas políticas estão expressas e organizadas de acordo com objetivos e metas que constituem o longo caminho até a consolidação como Universidade, portanto, fazemos aqui uma descrição das metas já estabelecidas nos primeiros anos deste processo e as políticas que serão adotadas ao longo do período vigente deste documento a fim de alcançar a autonomia universitária.

Para concretizar seus objetivos, o curso de Direito atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão, firmando-se como curso capaz de criar soluções para o desenvolvimento do conhecimento jurídico da região e da sociedade gurupiense de modo a transformá-lo em uma sociedade harmônica, pacífica, justa, ambientalmente responsável, respeitadora da pluralidade e diversidade, liberta de todas as formas de discriminação, opressão e desrespeito a Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direitos da Personalidade.

4.2.1 Políticas de Ensino

A UnirG busca estabelecer um processo de ensino e aprendizagem sempre com excelência, proporcionando a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio da utilização de práticas pedagógicas diversificadas, fundamentais na formação mais qualificada em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Deste modo, é de fundamental importância que os estudantes sejam motivados, reflexivos, críticos, analisemos problemas sociais, sejam hábeis, procurem soluções aceitem as responsabilidades deles decorrentes e transformem-se em agentes de mudanças para transitar nas diferentes perspectivas do saber.

Uma proposta educacional desta origem ressalta a necessidade de uma educação superior acreditando no estudante como protagonista do processo de ensino e aprendizagem e o professor como mediador desse processo e que venha ao encontro do conceito de educação ao longo da vida e de seus quatro pilares, abaixo colocados.

Nesse sentido, **aprender a conhecer** significa, antes de tudo, aprender a usar métodos que ajudem a distinguir o real do ilusório e, ter acesso a múltiplos saberes. A iniciação na pesquisa dá acesso a não aceitação de respostas pré-fabricadas e/ou de certezas que estejam em contradição com os fatos, além de estabelecer pontes entre os diferentes saberes; entre esses e suas significações na vida cotidiana e, por fim, entre esses saberes e significados e as capacidades interiores.

Aprender a fazer envolve criatividade, criar algo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas. A aquisição da profissão passa necessariamente por uma especialização. No entanto, com a transformação mundial, o conhecimento passa a ser multidisciplinar e sistêmico. Porém, não se trata de adquirir diversas qualificações ao mesmo tempo, mas de edificar interiormente um núcleo flexível capaz de permitir um rápido acesso a novas experiências sociais e de trabalho.

Aprender a conviver significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Essas normas devem ser compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, como um caminho edificante para o entendimento mútuo e a celebração da paz.

Aprender a ser pode ser um enigma insondável. Sabemos que existimos,

mas como aprender a ser? Podemos começar aprendendo que a palavra "existir" significa descobrir autoconhecimento, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre o individual e social. E, o espírito científico é um precioso guia.

O conceito de educação ao longo da vida, já trazido por Delors (1999), enfatiza que é a chave que abre as portas do século XXI. Ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito proposto com frequência: o da “sociedade educativa”, na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e desenvolver os talentos.

Sob essa nova perspectiva, a educação permanente é concebida como algo que vai muito além do que já se pratica, especialmente nos países desenvolvidos, a saber: as iniciativas de atualização, reciclagem e conversão, além da promoção profissional, dos adultos. Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas (DELORS, 1999).

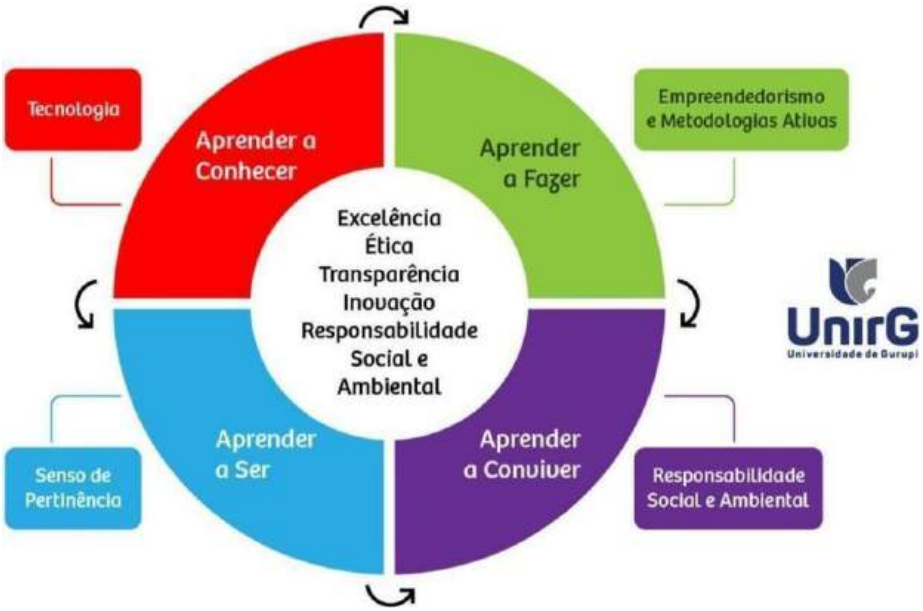
Em suma, a educação ao longo da vida, deve tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade.

4.2.1.1 Organização teórica para os processos de implantação das políticas de Ensino

As políticas de Ensino para graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), tem os pilares fundamentados nos valores estabelecidos pela UnirG (Excelência, Ética, Transparência, Inovação e Responsabilidade Social e Ambiental) e que estão inseridos nos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer (DELORS, 1999) e que relacionam-se com os eixos temáticos que nortearão as políticas da UnirG (senso de pertinência, tecnologia,

empreendedorismo e metodologias ativas, responsabilidade social e ambiental) e que se encontram inter relacionadas na figura abaixo:

Figura 1 – Relação dos Valores da UnirG e os 4 Pilares da Educação para o século XXI, resultando em eixos temáticos que nortearão as políticas da IES.



Fonte: Elaborado pela equipe da PROGRAD-UnirG

O senso de pertinência reflete a essência comunitária da Instituição e é materializado por meio da interlocução profunda com a sociedade e seus atores institucionais, no sentido de contribuir ativamente para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da comunidade e da região onde está inserida. A participação ativa da comunidade na definição do seu Plano Estratégico e a intervenção proativa da Instituição no enfrentamento dos desafios estratégicos da comunidade, promove um ciclo virtuoso de reciprocidade, amadurecimento e sustentabilidade. A UnirG, para o município de Gurupi-TO e região, trouxe e traz desenvolvimento educacional, social, econômico e cultural e agrega valores para toda a comunidade.

O empreendedorismo é linha mestra das políticas de Ensino e visa garantir o alinhamento das atividades acadêmicas, sempre direcionadas ao aluno, para o desenvolvimento de um conjunto amplo de competências e habilidades que passam pelas capacidade de auto reflexão, análise, síntese, convivência, respeito às diferenças, de apropriar- se de direitos e de observar deveres, de respeitar e contribuir com o meio ambiente, de comprometer-se com a redução de desigualdades, especialmente, de exercer o direito de escola e de construir seus

próprios caminhos.

A tecnologia é meio e fim nas políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnirG: como meio, a tecnologia está presente nas metodologias e no modelo de ensino e também nos ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas, laboratórios e equipamentos; como fim, a tecnologia é percebida à medida em que os projetos e atividades acadêmicas resultam no desenvolvimento de produtos, processos, métodos ou técnicas que colaborem para a solução de problemas e ou na construção de possibilidades para os alunos e para a comunidade.

A UnirG se apropria do conceito de sustentabilidade definido pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1987, ao reafirmar que o "desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades". Está pautada também em 4 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU :

Objetivo 3 - Assegurando uma vida saudável e promovendo o bem-estar para todos, em todas as idades por meio da formação de profissionais da área de saúde, das atividades extensionistas e da pesquisa aplicada a toda comunidade escolar e entorno.

Objetivo 4 - Assegurando uma educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, atuando desde a educação básica até a pós-graduação bem como em cursos de extensão e aperfeiçoamento, garantindo a formação continuada de toda a comunidade escolar.

Objetivo 11 - Tornando a IES um espaço inclusivo, seguro, resiliente e sustentável proporcionando o acesso de toda a comunidade escolar à educação ambiental e à pesquisa aplicada para a construção de um ambiente sustentável para a UnirG e região.

Objetivo 16 - Promovendo relações entre os pares de forma pacífica proporcionando o acesso à justiça para todos para a construção de uma instituição eficaz, responsável e inclusiva em todos os níveis.

Com essas premissas, pauta seus processos, projetos e ações alinhados à visão de futuro, de forma a perenizar sua atuação e suas contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade e da região na qual está inserida e, notadamente, para a formação integral de seus alunos. Promove a vivência de experiências significativas e favorecedoras do desenvolvimento do senso crítico, do exercício pleno da cidadania com o gozo de direitos e a observância de deveres, para o exercício do civismo, e para a assunção de compromissos de ordem individual e coletiva no presente, com a responsabilidade de contribuir para o bem comum das gerações presentes e futuras.

Como exemplo de articulação do empreendedorismo, tecnologia e sustentabilidade, pode-se citar o envolvimento e parceria da UnirG no “Inova Gurupi”, que é um plano estratégico que visa o desenvolvimento educativo, tecnológico pela implantação de um Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo. É uma parceria da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Ciência e Tecnologia, envolvendo todas as secretarias da gestão e integra o Poder Público, Universidades e Empresas de Gurupi e região com a finalidade de potencializar a geração de conhecimento e promover o desenvolvimento econômico e social nas áreas de vocação da região sul do Tocantins.

Assim como o Empreendedorismo, as metodologias ativas também são condutores do modelo educacional, resgatando no aluno o protagonismo. Nesse modelo, o aluno é o sujeito histórico e assume o principal papel na aprendizagem, importando seus saberes, opiniões e experiências para linha de largada da construção do conhecimento.

Em relação a metodologias ativas, a UnirG tem buscado parcerias para a formação continuada dos professores relacionadas à esta área desde 2018 e muito tem se aprimorado nesse sentido. Percebe-se que a formação necessita ser contínua, ainda temos professores que desconhecem tais metodologias, mas percebe-se também que muitos já compreendem que temos teóricos como Dewey

(1950), Freire (1999), Rogers (1973), Novack (1999), Vigotsky (2003), entre outros, que enfatizavam, há muito tempo, a importância de superar a educação bancária, tradicional e focar a aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele, o professor como mediador do processo ensino e aprendizagem.

Segundo os autores, alguns componentes são indispensáveis para o sucesso no ensino e na aprendizagem. Entre eles, a criação de desafios, atividades, jogos, diferentes abordagens, capazes de construir competências necessárias para cada etapa. Competências que encaminham para a busca de informações pertinentes, que oferecem recompensas estimulantes, que combinam caminhos pessoais com participação significativa na sociedade, que se inserem em plataformas adaptativas. O perfil do professor e pode ser instigado por meio das metodologias ativas, com as quais o conhecimento se constrói a partir de problemas e situações reais, possivelmente encontradas pelos alunos na futura vida profissional, em diferentes ocasiões.

Bastos (2006) entende que as Metodologias Ativas são “processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”.

Nesse processo, o papel do professor é de "mediador ou orientador para que o aluno faça pesquisas, reflita e decida, por ele mesmo, o que fazer para atingir os objetivos estabelecidos".

A UnirG defende a autoaprendizagem e estimula a reflexão, a pesquisa, a tomada de decisão no percurso do processo formativo e defende também a ressignificação da prática docente, atribuindo ao professor o papel de mediador desse processo.

Numa perspectiva mais ampliada acerca dos espaços, tempo e estilos de aprendizagem, a UnirG pauta-se na perspectiva de que, no futuro próximo, o amadurecimento deste modelo garanta a criação de uma diversidade de trilhas de aprendizagem alinhadas aos interesses e necessidades de cada aluno.

Quanto aos princípios metodológicos da UnirG, estes envolvem um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados aos processos de ensino e de aprendizagem, comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teórica e prática, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. Considerando as

características da Instituição, as metodologias traçadas nos projetos de curso se relacionam aos princípios definidos na política de ensino. Para tanto, são desenvolvidas ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos. Assim sendo, apresentam-se como princípios metodológicos:

- Considerar o espaço-tempo da aula como momento de interação, problematização, diálogo entre professores e alunos e de conhecimento;
- Promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades;
- Utilizar novos desenhos de organização da aula, como a sala de aula invertida, que consiste em uma modalidade de *e-learning* na qual o conteúdo e as instruções são estudados antes de o aluno frequentar a sala de aula, que passa a ser o local para trabalhar, prioritariamente, com os conteúdos já conhecidos, realizando atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussão em grupo, laboratórios, superando as configurações da aula tradicional e a concepção de transmissão de conteúdo;
- Utilizar estratégias de resolução de problemas, estudos de caso, aproximação com a prática profissional, promovendo aprendizagens significativas e despertando a curiosidade e o protagonismo discente para reconstrução do conhecimento;
- Ampliar e diversificar as fontes de pesquisa, considerando a vasta produção e a divulgação do conhecimento científico, procurando contextualizá-lo de forma significativa com os conteúdos estudados;
- Promover trabalhos em grupo, fóruns, debates, tutoriais, tecnologias da informação e comunicação (TIC) a partir de diferentes recursos, tanto na modalidade presencial quanto a distância, visando a uma formação profissional qualificada e atenta às demandas sociais;
- Interagir com profissionais da área de formação por meio de projetos e atividades de extensão, visitas técnicas e estudos de campo, que aproximem os alunos da realidade estudada;
- Incentivar a pesquisa, por meio de projetos e atividades, na busca

pela aprendizagem contínua, com vistas a um mundo em constante transformação;

- Propor a flexibilização curricular e oferta diversificada de atividades complementares, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante;
- Otimizar espaços de formação, prática profissional e estágios por meio da realização de convênios e relação com setores e organismos públicos e privados da região;
- Atentar para as necessidades de adaptação curricular e do plano de estudos para atender as demandas específicas de alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência, utilizando recursos de tecnologias assistivas e de comunicação alternativa, a depender da adaptação prevista.

4.2.1.2 Políticas para a Graduação

Em consonância com as diretrizes apresentadas acima e os eixos temáticos que imprimem a essência da UnirG, sendo que as atividades de ensino de graduação visam a formação de cidadãos éticos, profissionais, empreendedores e autônomos a partir dos seguintes princípios:

- A flexibilização de currículos, de forma a proporcionar ao estudante o protagonismo acadêmico e a construção de autonomia reflexiva e crítica;
- A atualização permanente dos projetos pedagógicos, a partir das demandas sociais, econômicas e culturais da comunidade e da região onde a Instituição está inserida;
- A diversidade de metodologias de ensino e de instrumentos de aprendizagem, de forma a considerar as individualidades e a promover o desenvolvimento de habilidades e competências significativas para formação profissional e empreendedora;
- A promoção de projetos e atividades que integrem a comunidade acadêmica, a comunidade e a região onde a Instituição está inserida, para o fim de viabilizar oportunidades reais de conhecer e enfrentar demandas sociais, culturais e econômicas por meio da intervenção positiva no sentido de promover o desenvolvimento sustentável;

- A utilização efetiva de recursos e novas tecnologias para a melhoria contínua dos processos de ensino e aprendizagem;
- O incentivo ao desenvolvimento do pensamento investigativo;
- O incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- A qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e competências didático-pedagógicas;
- A garantia de infraestrutura física e tecnológica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.
- A partir dos princípios mencionados, a UnirG estabelece os seguintes objetivos para o Ensino de Graduação:
- Atualizar e aperfeiçoar continuamente os Projetos Pedagógicos de Curso– PPC, em atenção às demandas da comunidade e da região nas quais a Instituição está inserida;
- Empreender gestão administrativa e acadêmica que garanta a sustentabilidade da oferta e a execução do plano de expansão;
- Promover a melhoria contínua dos processos internos, com vistas à excelência acadêmica e administrativa;
- Promover a melhoria contínua da infraestrutura física, tecnológica e laboratorial com vistas ao favorecimento de ambientes adequados para aprendizagem e a convivência;
- Promover atualização contínua do acervo bibliográfico, físico e virtual;
- Fomentar a pesquisa, a iniciação científica e demais produções acadêmicas;
- Promover oportunidades e instrumentos para dar visibilidade à produção acadêmica docente e discente;
- Promover a utilização das metodologias ativas como experiência concreta de criação de trilhas alternativas de aprendizagem.

Na elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, em especial na organização das matrizes curriculares, a UnirG instituirá um modelo de organização de unidades curriculares a partir de Núcleos de Formação, sendo eles:

- Núcleo Comum;
- Núcleo de Formação-Básica;
- Núcleo de Formação para a Prática-Profissional;

- Núcleo Integrador e de Atividades-Complementares;
- Núcleo de Flexibilização-Curricular.

Este Núcleo Comum possuirá carga horária integralizadas pelas disciplinas abaixo:

- Pesquisa e Iniciação Científica – 30 horas;
- Metodologia e Pesquisa Científica – 30 horas;
- Trabalho de Conclusão de Curso – 30 horas.

Obs: Português em foco, Matemática; Física, Química, Biologia, Tecnologia da Informação, Introdução ao EaD, Conhecimentos contemporâneos serão ofertados em EaD em nivelamento.

O **Núcleo de Formação Básica** é composto por um conjunto de disciplinas que darão a sustentação teórica necessária à formação da prática profissional. Esse Núcleo estabelece uma conexão entre os currículos de uma mesma área de formação, facilitando a mobilidade acadêmica entre os cursos.

No **Núcleo de Formação para a Prática Profissional** encontra-se o conjunto de disciplinas com predominância de carga horária prática voltadas para o desenvolvimento das habilidades inerentes ao exercício da profissão. Neste Núcleo estão inseridos o Laboratório de Práticas Jurídicas, promovendo de forma simulada, experiências práticas da atividade profissional.

Verifica-se também o Serviço de Assistência Jurídica que tem por finalidade inserir o acadêmico na realidade social, promovendo o atendimento assistencial de representação judicial à população economicamente vulnerável, viabilizando o acesso à justiça a essa parcela da população do município, ao tempo que garante que o acadêmico, fazendo uso da técnica jurídica, desenvolva uma formação humanística.

O **Núcleo Integrador e de Atividades Complementares** não é necessariamente formado por disciplinas, mas possui carga horária cujos objetivos são:

- Enriquecer o processo de formação humana e profissional dos graduandos, por meio da participação em atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de

cunho comunitário e de interesse coletivo e atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional;

- Proporcionar a articulação entre os diversos saberes presentes nas unidades curriculares, possibilitando a busca por soluções aos problemas reais observados nas comunidades locais.

Em relação à curricularização da extensão, temas voltados a Educação da Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Inovação tecnológica deverão ser trabalhados transversalmente em projetos de pesquisa e extensão.

O **Núcleo de Flexibilização Curricular** é formado por um conjunto de disciplinas Eletivas ou Optativas, que proporcionarão ampliação do leque de formação dos graduandos. Essas disciplinas têm por objetivos:

- Possibilitar o desenvolvimento de saberes em áreas diversas às da formação inicial dos graduandos;
- Possibilitar o aprofundamento de conceitos e técnicas inerentes à formação inicial dos graduandos;
- Atender ao disposto pela Lei n. 10.436/2002 e no Decreto n. 5.626/2005 que regulamenta a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar que:

- Cabe ao docente a função de gestor do processo de construção de saberes dos graduandos, fundamentado nos pilares das metodologias ativas, a partir da seleção de uma diversidade de materiais e recursos pedagógicos; da criação de um ambiente colaborativo de construção de conhecimentos; do acompanhamento contínuo do desenvolvimento acadêmico dos graduandos, por meio de processos avaliativos que possibilitem a construção de diagnósticos e a redefinição de estratégias de aprendizagem;
- Cabe ao graduando a adoção de uma atitude ativa, entendendo este como o principal ator do seu processo de aprendizagem, responsável pelo cumprimento das atividades orientadas pelos docentes; pela utilização dos recursos metodológicos com base nos seus estilos de aprendizagem; e pela construção, com seus pares, nos diversos espaços de aprendizagem, de um ambiente interativo e colaborativo.

Nesse contexto, não há de se pensar em estratégias únicas que possibilitem a aquisição de saberes ao maior número de pessoas possível, percebendo que cada sujeito possui formas diferenciadas de percepção de objetos e conceitos, demandando estratégias diferenciadas para a construção de conhecimentos. Assim, todos os recursos disponíveis poderão ser úteis, todos os métodos deverão ser analisados e testados com profundidade, ainda mais se possibilitarem uma maior e mais profunda integração entre educando, educador e conhecimento.

Também é importante ressaltar os diferenciais definidos para a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, considerando os tipos de cursos oferecidos na UnirG:

Para os cursos de bacharelado, os currículos são elaborados também na perspectiva da construção de um perfil profissional, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso, com amplo conhecimento técnico em suas áreas de atuação, porém com uma formação geral que o permita:

- Fazer escolhas éticas, responsabilizando-se por suas consequências;
- Ler, interpretar e produzir textos com clareza e coerência;
- Compreender as linguagens como veículos de comunicação e expressão, respeitando as diferentes manifestações étnico culturais e a variação linguística;
- Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito;
- Formular e articular argumentos consistentes em situações sociocomunicativas, expressando-se com clareza, coerência e precisão;
- Organizar, interpretar e sintetizar informações para tomada de decisões;
- Planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em diferentes contextos;
- Buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;
- Trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade;
- Promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de

convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.

Os cursos oferecidos pela UnirG buscam ser pilares na construção de sua identidade e da sua vocação, no cumprimento de sua missão social. Além disso, são instrumentos necessários para formação de profissionais atuantes no desenvolvimento regional. As questões sociais decorrentes da atividade econômica da Cidade e região são desta forma, trabalhadas por profissionais com formação humanística e atuação técnica pautada pelos ditames da responsabilidade social.

As políticas institucionais no âmbito do Curso de Direito seguem as metas previstas no PDI.

Quadro 10: Políticas de Ensino - PDI e as ações desenvolvidas no âmbito do Curso de Direito

POLÍTICAS DE ENSINO – PDI	AÇÕES NO ÂMBITO DO CURSO
▪ Atualização e aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, para atender as demandas atuais.	▪ O NDE do curso refez o PPC do curso de Direito para atender e alinhar estratégias inovadoras apresentadas pelo PDI.
▪ Promoção e utilização das metodologias ativas como experiência concreta de criação de trilhas alternativas de aprendizagem.	O NDE do curso promoveu oficinas de metodologias ativas para os professores com dificuldades de trabalhar com as ferramentas digitais. O curso oferece suporte técnico através do NTI de forma permanente para os docentes e graduandos facilitando a adesão às metodologias ativas. Semestralmente são ofertados cursos/oficinas nas semanas pedagógicas que estimulem a adesão e criatividade dos docentes nas variadas plataformas e ferramentas de metodologias ativas.
▪ Promover a melhoria contínua dos processos internos, com vistas a excelência acadêmica e administrativa;	▪ Manteve a organização necessária das tarefas da Coordenação do curso de Direito em atendimento às demandas de outros setores: resposta a e-mails, envio de informações requeridas, despacho de processos, etc. ▪ Implantação de várias ferramentas digitais que favoreçam a comunicação coordenação – acadêmico - docente – instituição, seja através das redes sociais virtuais, bem como na própria plataforma SEI.

▪ Promover a melhoria contínua da infraestrutura física, tecnológica e laboratorial com vistas ao favorecimento de ambientes adequados para aprendizagem e a convivência;	▪ O curso promoveu reforma interna e externa no NPJ, visando melhorias estruturais no campo de estágio; ▪ Adquiriu um aparelho de televisão, microfone para os professores e alunos realizarem atendimentos virtuais aos assistidos do Núcleo de Práticas Jurídicas, bem como tirar dúvidas dos graduandos.
▪ Promover atualização contínua do acervo bibliográfico, físico e virtual;	▪ Professores e graduandos utilizam-se do acervo da biblioteca virtual. ▪ O NDE atualizou as bibliografias das ementas das disciplinas e encaminhou à Reitoria lista de livros para serem adquiridos. ▪ Utilização de artigos atuais como bibliografia complementar
▪ Fomentar a pesquisa, a iniciação científica e demais produções acadêmicas.	▪ Participação frequente em diversos eventos científicos com apresentação de pesquisas. ▪ Realização anual da Semana Jurídica com apresentação de mostra científica. ▪ Organização de eventos que favoreçam a divulgação de pesquisas, tais como Semana de Ciências e Tecnologias de Gurupi – SICTEG; ▪ Participação relevante da Semana de Ciências e Tecnologias de Gurupi – SICTEG com apresentação e premiações de pesquisas do curso; ▪ Incentivo aos projetos de Extensão curricularizada.
▪ Promover oportunidades e instrumentos para dar visibilidade à produção acadêmica docente e discente.	Produção de relatórios de estágio e estudos de caso que favoreçam a publicação. Incentivo à publicação deartigos através do TCC.
▪ Promoção de projetos e atividades que integrem a comunidade acadêmica, a comunidade e a região onde a Instituição está inserida.	▪ Desenvolvimento dos Projetos de extensão ▪ Realização de ações sociais junto ao Centro Acadêmico, Ligas Acadêmicas, Atléticas. ▪ Realização e participação do projeto Cidadão Universitário; ▪ Ações práticas dos estágios em campos variados, bem como atividades de extensão curricularizada.

META 1

a) Fortalecimento do Núcleo Docente Estruturante quanto à normatização, local de reuniões e atuação do NDE no curso de Direito;

b) Manutenção da missão institucional;

c) Cumprimento das DCN´s do curso;

d) Realização de discussões coletivas sobre as inovações curriculares da área das Ciências Sociais do curso de Direito.

e) Melhorias pedagógicas fundamentadas nos conceitos CPC, IGC, ENADE, autoavaliação da CPA e relatório de avaliação do CEE;

META 2

a) Compatibilização, atualização e adequação de ementas e bibliografia do curso;

b) Eliminação de discrepâncias entre bibliografias básicas, ementas e livros na biblioteca;

c) Viabilização de atividades do curso para a integralização curricular;

d) Implementação de disciplinas, aprovadas pelos órgãos institucionais competentes em formato EAD para até 20% do curso;

e) Atualização de estrutura curricular no PPC.

META 3

a) Diagnóstico das dificuldades dos graduandos na área das Ciências Jurídicas;

b) Manutenção da comissão de professores a fim de atuar nas demandas relacionadas ao ENADE;

c) Implantação da autoavaliação dos graduandos do curso em relação ao ENADE;

META 4

a) Aquisição de acervo bibliográfico;

b) Melhoria das salas de aulas e laboratórios com incremento da quantidade e qualidade de recursos didáticos;

c) Interação das aulas práticas com situações de realidade da vida profissional;

d) Planejamento do ensino semestral na área do Direito.

META 5

a) Melhorias gerais no âmbito de estagio curricular do curso;

b) Implementação das normas de atividades complementares do curso;

c) Mostra científica semestral de estágio curricular;

d) Estabelecimento de novas parcerias e convênios com outras instituições.

META 6

a) Incentivar produção de artigos científicos através de TCC;

b) Divulgação do TCC.

META 7

a) Implantação do programa de monitorias;

b) Criação do sistema de avaliação e acompanhamento das monitorias.

META 8

a) Aquisição de programas e equipamentos (Laboratório de Tecnologias Assistivas da UnirG - LabTau) para garantir acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Inclusive Braile.

4.2.2 Políticas de Extensão

A Universidade de Gurupi – UnirG consolidou uma política de extensão alinhada com as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária, estabelecida pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Pública brasileiras. Essas diretrizes visam dar suporte à implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que reforçam o compromisso da UnirG com a promoção de uma extensão universitária que dialogue diretamente com as necessidades da sociedade.

A política de extensão da UnirG busca desenvolver ações extensionistas utilizando os recursos disponíveis e estabelecendo parcerias com o Município, o Estado, a União e setores organizados da sociedade. A universidade entende que a extensão é uma ferramenta poderosa para propagar o conhecimento à sociedade, integrando os resultados das atividades de pesquisa, ensino e extensão, o que permite uma troca contínua de saberes entre a academia e a comunidade.

A criação da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil (PROECAE) foi um marco importante para a consolidação dessas políticas. A partir da criação da PROECAE, o planejamento estratégico das ações extensionistas tornou-se mais estruturado, com metas e objetivos claros que visam integrar a universidade à sociedade de maneira efetiva e duradoura.

As Políticas de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil da UnirG são pautadas pela valorização da diversidade, o desenvolvimento artístico e cultural, e a promoção e defesa dos direitos humanos. Essas ações têm o objetivo de fortalecer a integração entre a universidade e a sociedade, sempre em consonância com as atividades de ensino e pesquisa da instituição. Dessa forma, a UnirG reafirma seu compromisso com a responsabilidade social e com a formação de profissionais que tenham consciência do seu papel na transformação da sociedade.

Essas políticas são aplicáveis a diversos segmentos, incluindo:

- Corpo discente e docente da universidade;
- Servidores técnico-administrativos;
- Outras instituições de ensino;
- Sistemas públicos municipais, estaduais e federais;
- Comunidades carentes e populações específicas.

O objetivo maior é promover o desenvolvimento das comunidades e da própria comunidade acadêmica, com base em uma compreensão profunda das necessidades internas e externas à universidade. As ações de extensão devem ser articuladas de forma a consolidar a formação de profissionais com consciência social, capacitados para difundir o conhecimento acadêmico para a sociedade e para desenvolver atividades artísticas, culturais e científicas que beneficiem tanto a comunidade interna quanto a comunidade externa.

Entre os objetivos específicos dessas políticas estão:

1. Difundir o conhecimento produzido na universidade para a comunidade externa, promovendo a democratização do saber;

2. Fomentar o desenvolvimento artístico e cultural, incentivando atividades que valorizem a cultura local e regional;

3. Produzir conhecimento científico a partir da prática e da interação com as demandas sociais, possibilitando a empoderamento dos sujeitos envolvidos nas ações extensionistas;

4. Promover a cidadania e autonomia das comunidades atendidas, incentivando o exercício de seus direitos;

5. Consolidar as práticas de Assistência Estudantil, de modo a apoiar os estudantes em suas demandas acadêmicas e sociais, promovendo o sentimento de pertencimento à universidade e, consequentemente, reduzindo os índices de evasão do ensino superior.

Ao seguir essas diretrizes, a UnirG reafirma seu compromisso em atuar como um agente transformador, tanto no desenvolvimento acadêmico quanto no impacto social e cultural da comunidade em que está inserida. As políticas de extensão são, assim, um caminho para a universidade cumprir seu papel na formação de profissionais capazes de atuar com responsabilidade social e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4.2.2.1 Políticas de valorização da diversidade

O reconhecimento da cultura como direito humano, garantido na Constituição Federal Brasileira (1988), em seus artigos 215 e 216, e também em documentos internacionais da ONU/UNESCO, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e inúmeras outras que partem rumo ao reconhecimento e consolidação de um conjunto de direitos culturais, deu bases para o principal argumento teórico desta retomada política, orientando a formulação da Política Nacional de Cultura e todos os seus elementos dentro das universidades brasileiras. Faz-se necessário na gestão da política cultural das instituições de ensino superior, implantar projetos, ações e eventos multidisciplinares e transdisciplinares relacionados à diversidade e à cultura, envolvendo e apoiando a formação de professores, comunidade acadêmica, inserindo o desenvolvimento de Pesquisa e Extensão na agenda cultural institucional, sob forma de afirmação da política de educação e cultura institucional.

As políticas relacionadas à valorização da diversidade, desenvolvimento

artístico e cultural são:

a) Estabelecer ações culturais de múltipla abrangência, estimulando os graduandos a participarem de todas as atividades culturais que ocorrerem no âmbito e sob a tutela desta IES, nas áreas de teatro, dança, música, canto, dentre outras;

b) Otimizar e utilizar os espaços disponíveis ou existentes na Instituição para promover os eventos culturais em ambos os campi;

c) Abrir edital específico para projetos, ações/atividades de extensão relacionadas à cultura, em suas várias formas, envolvendo a comunidade acadêmica com a comunidade local/regional;

d) Estimular a publicação dos projetos e ações de extensão nas revistas e em periódicos e cunho cultural;

e) Promover e estimular a busca de talentos nas várias áreas de atuação cultural no âmbito desta IES, utilizando formas práticas de incentivo, como desconto em mensalidades, certificação e outros meios possíveis.

Vale ressaltar que em todas as atividades propostas, questões relativas à cidadania e a responsabilidade social sempre não só serão levadas em conta, mas também incentivadas, sendo essa uma função importante da Universidade, enquanto promotora de uma sociedade mais justa em todos os seus aspectos, inclusive no que diz respeito à cultura e suas várias formas de manifestação.

Já quando se trata das políticas relacionadas à defesa dos direitos humanos, nossas metas serão:

- Promover ações e eventos que fomentem o exercício de garantias dos direitos fundamentais de toda a comunidade acadêmica e Fundação;
- Abrir edital específico para projetos, ações/atividades de extensão relacionadas ao exercício da cidadania e proteção às populações específicas dentro e fora da universidade;
- Realizar cursos e capacitações que promovam o empoderamento de populações em situação de vulnerabilidade para exercerem seus direitos;
- Estimular a interdisciplinaridade entre os cursos da IES para que realizem, de forma contínua, campanhas informativas sobre os direitos fundamentais de populações em situação de vulnerabilidade e divulgar em meios de radiodifusão e campanhas publicitárias sobre a temática.

4.2.2.2 Áreas de atuação da PROECAE: Cultura, Arte e Esporte

A política para a dimensão cultural e esportiva na UnirG tem o objetivo de criar um ambiente que proporcione à comunidade acadêmica a vivência, a produção de arte, de cultura e esportes, possibilitando sua participação em projetos e eventos por meio das atividades dos centros de aplicação, órgão de apoio e iniciativas dos cursos, da gestão e em parceria nas ações das esferas municipal, estadual e federal. As ações dos projetos gerenciados pela IES nesta área, proporcionam a participação na escolha e preparação dos eventos; consequentemente, sua formação, além de ampliar os espaços que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente universitário e, também, a troca de saberes entre a instituição e a sociedade.

A atividade de extensão universitária deve revelar uma postura do Curso de Direito diante da sociedade em que se insere, estimulando sua função básica de produtor e socializador do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilitando acordos e ação coletiva entre o curso e a população. No âmbito local e regional, as atividades de extensão são dimensionadas como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para um Curso de Direito que seja voltado, verdadeiramente, para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando a realimentação do processo ensino- aprendizagem como um todo, intervindo na realidade concreta da vida dos cidadãos gurupienses.

O Curso de Direito estimula e adota os seguintes princípios básicos em suas atividades de extensão:

a) O Curso de Direito não pode se imaginar proprietário de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível aos seus problemas, quer através dos grupos com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

b) O Curso de Direito deve priorizar, ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Estado do Tocantins;

c) A ação cidadã do Curso não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas

tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes das atividades de extensão;

d) A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser entendida como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

O plano de extensão do Curso de Direito define quatro diretrizes, que são o seu alicerce:

a) Impacto e transformação: por meio da extensão, propõe-se uma relação, entre a Ciência Jurídica e os demais setores da sociedade, que possa proporcionar a melhoria da qualidade de vida, aliada aos movimentos de superação de desigualdades, de exclusão e fomentadora do desenvolvimento regional e de políticas públicas. Faz-se necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social;

b) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a relação entre ensino e extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois os graduandos e docentes transformam-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, por meio dela, este saber volta ao curso, testado e reestruturado. As atividades de extensão, como via de interação entre o Curso de Direito e a sociedade, constituem-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática;

c) Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: a extensão propicia a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, possibilitando trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além de integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo à histórica tendência de compartilhar o conhecimento.

No âmbito do curso de Direito, a política de extensão deve ser apta a oportunizar condições e favorecer o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa; propiciar uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e

transdisciplinar; auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável; promover a articulação do curso de Direito com a comunidade.

As ações de extensão universitária do Curso de Direito constituem-se como um processo educativo, cultural e científico e devem ser desenvolvidos por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, além de outras ações decorrentes da extensão, voltados a um objetivo comum e direcionados às questões relevantes da sociedade.

A **Extensão Curricularizada** no curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária, que visam integrar ensino, pesquisa e extensão, proporcionando uma formação acadêmica completa e voltada para a transformação social. O objetivo dessa política é atender à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), de acordo com a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que determina que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação sejam dedicados a programas e projetos de extensão, com foco em áreas de grande pertinência social. Essa diretriz é reforçada pela Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, aplicando-se a todos os cursos de graduação, incluindo os Bacharelados.

A Curricularização da Extensão no curso de Direito segue os princípios e orientações do Regulamento de Extensão da UnirG, que visa integrar as atividades de extensão aos processos formadores dos graduandos. Os princípios norteadores dessa política incluem:

- Integração entre ensino, pesquisa e extensão ao longo da trajetória acadêmica;
- Interação entre professores, técnicos administrativos e graduandos no desenvolvimento das atividades extensionistas;
- Atendimento à comunidade externa, focado na aplicação de soluções acadêmicas para questões sociais, especialmente junto a grupos em vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental;
- Indução do desenvolvimento sustentável, com ênfase nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- Preparação dos graduandos para o mundo do trabalho, com base nas dinâmicas sociais e no perfil de formação.

O Curso de Direito incorporou a extensão em sua estrutura curricular, alinhando-se ao Plano Estratégico de Alinhamento de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnirG. Embora o curso ainda esteja em fase de adequação de alguns aspectos relacionados à Extensão Curricularizada, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) está trabalhando para formalizar todas as etapas necessárias, conforme as orientações da PROGRAD e PROECAE.

Atividades de Extensão no Curso de Direito

As atividades de extensão no curso de Direito envolvem um processo interdisciplinar e abrangem ações educativas, culturais, científicas e políticas que promovem uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade. Essas atividades são realizadas por meio de programas, projetos, oficinas, cursos, eventos e prestação de serviços voltados para a comunidade, e estão integradas ao currículo do curso.

O curso prevê a realização das atividades extensionistas de duas formas:

1. **Atividades Curriculares em Extensão (ACE):** São atividades diretamente inseridas nas disciplinas do curso, voltadas para a aplicação prática do conteúdo acadêmico em ações que impactam diretamente a comunidade.
2. **Caracterização de carga horária prática como extensão:** Parte da carga horária prática de algumas disciplinas é caracterizada como extensão, de forma que os alunos possam aplicar o conhecimento teórico na prática, dentro de contextos sociais reais.

Implementação e Benefícios da Extensão Curricularizada

A extensão curricularizada no curso de Direito não só permite que os alunos se envolvam diretamente com a comunidade, mas também favorece o desenvolvimento de competências profissionais e sociais essenciais para a carreira jurídica. Por meio dessas atividades, os graduandos têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula na resolução de problemas concretos, promovendo uma formação crítica e humanística.

O Plano de Ação Extensionista do curso prevê a organização de atividades em diversas áreas, como:

- Direitos Humanos e Justiça Social;
- Meio Ambiente e Sustentabilidade;

- Relações Étnico-Raciais e Inclusão;
- Acesso à Justiça para populações em vulnerabilidade.

Essas atividades são registradas por meio de relatórios e planos de ação, que podem resultar em publicações acadêmicas, reforçando o papel da UnirG como uma instituição que promove o desenvolvimento social através da extensão universitária.

Disciplinas com Extensão Curricularizada

Abaixo, segue o quadro de disciplinas do curso de Direito que integram a extensão curricularizada:

Quadro 11: Disciplinas do curso de Direito que integram a extensão curricularizada

PERÍODO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO
1° Período	Atividades Integradoras I	15
2° Período	Sociologia Jurídica	30
2° Período	Direito Constitucional II	15
2° Período	Atividades Integradoras II	15
3° Período	Filosofia Jurídica	15
3° Período	Direitos Humanos	15
3° Período	Teoria do Processo	15
3° Período	Direito Ambiental e Sustentabilidade	30
3° Período	Atividades Integradoras III	15
4° Período	Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	15
4° Período	Atividades Integradoras IV	15
5° Período	Atividades Integradoras V	15
6° Período	Atividades Integradoras VI	15
7° Período	Atividades Integradoras VII	15
8° Período	Atividades Integradoras VIII	15
9° Período	Direito do Consumidor	30
9° Período	Atividades Integradoras IX	15
10° Período	Gestão Pública	15
10° Período	Direito Tributário II	15
10° Período	Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	15
10° Período	Atividades Integradoras X	30

A extensão curricularizada no curso de Direito permite que os alunos desenvolvam uma formação integral, preparando-os para atuar de maneira eficaz no mundo jurídico e contribuindo para a transformação social em sua região de atuação.

Quadro 12: Projetos de Extensão do Curso de Direito Proext/UnirG

NOME DO PROJETO	LINHA DE PESQUISA	PROFESSORES	GRADUANDOS
Meio ambiente e Cidadania	Cidadania, Estado e Políticas Públicas	Kárita Carneiro Pereira e Josiniane Braga Nunes	Acadêmicos dos cursos de Direito,

			Psicologia e Pedagogia.
UnirG, Direito e Sétima Arte	Cidadania, Estado e Políticas Públicas	Verônica Silva do Prado Disconzi e Vanuza Pires da Costa	Graduandos do curso de Direito
Projeto Diálogo – Núcleo de Soluções Alternativas para os conflitos	Cidadania, Estado e Políticas Públicas	Gilson Ribeiro Carvalho Filho, Jaqueline de Kassia Ribeiro de Paiva, Maydê Borges Beani Cardoso e Thiago de Almeida Feller	Processo seletivo para graduandos de Direito, Pedagogia e Psicologia, a partir do 2.º período.
NPJ nas Escolas	Cidadania, Estado e Políticas Públicas	Vanuza Pires da Costa e Verônica Silva do Pradp Disconzi	Graduandos de Direito do 7º e/ou 9º períodos
Programa Hora Cidadã	Cidadania, Estado e Políticas Públicas	Antônio José Roveroni, Alessandra Gomes Duarte Lima, Sílvia Helena da Silva Marrafon, Josiniane Braga Nunes, Jaqueline de Kassia Ribeiro de Paiva, Cibelle Maria Bellezia, Celma Mendonça Milhomem Jardim e Dulcimara Carvalho Moraes	Graduandos dos seguintes cursos: 1. Direito (2º ,3º 4º, 5º, 9º e 10º) 2. Jornalismo. 3. Letras. 4. Psicologia (2º)
Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos	Cidadania, Estado e Políticas Públicas	Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva, Celma Milhomem Jardim, Tânia Maria Lago, Paulo Henrique C. Mattos e Laslei Aparecida Teles Petrilli	Graduandos dos cursos de: Enfermagem (10º) Direito (6º, 7º, 8º, 9º) Pedagogia (5º, 7º e 8º)

Fonte: PROECAE.

No contexto do Curso de Direito, a extensão universitária, conforme delineada pelo Plano Nacional de Extensão, é compreendida como um "processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade" (Brasil, 2007). Trata-se de um compromisso acadêmico-jurídico de via dupla, no qual a integração e a cooperação entre a universidade e a comunidade se materializam em ações e práticas que atendem às demandas sociais específicas, promovendo um diálogo que enriquece tanto o saber acadêmico quanto a prática

social.

A extensão universitária no âmbito do Direito representa mais do que a simples transmissão de conhecimentos teóricos; ela busca consolidar a função social do saber jurídico, transformando o ensino jurídico em uma ferramenta de cidadania ativa e justiça social. A produção de conhecimento, realizada por meio da extensão, fundamenta-se na interação entre saberes sistematizados, acadêmico e popular, resultando na democratização do conhecimento jurídico. Essa democratização é viabilizada pela atuação participativa da comunidade no processo de construção e aplicação do Direito, promovendo uma produção acadêmica que não apenas contempla as teorias do Direito, mas também se confronta com a realidade social, moldando o profissional do Direito para lidar com as demandas e complexidades do cotidiano forense.

A reestruturação das arquiteturas curriculares em novos formatos propõe disciplinas e outros componentes curriculares que contemplem em suas ementas a configuração da inserção da pesquisa e extensão, além do ensino. O objetivo das "**Atividades Integradoras"** é ***realizar vivências em ambientes dentro e fora da universidade desde o primeiro semestre do curso, utilizando como cenários de práticas todos os espaços sociais e educativos disponíveis para o aprendizado, humanização, construção da cidadania, criatividade e inovação na produção acadêmica***. Esta proposta visa o cumprimento ao preceito de indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, ancorando uma proposta pedagógica de caráter interdisciplinar.

O componente curricular Atividades Integradoras faz parte do Núcelo Integrador e apresenta-se como proposta pedagógica inovadora na propositura de ações extensionistas, fortalecendo o caráter interdisciplinar das ações de atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, gestão e educação permanente, que são organizadas semestralmente a partir do ciclo pedagógico. Está presente de forma longitudinal no curso de Direito, sendo que do 1º ao 3º períodos a proposta é realizar a extensão intercursos (Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Letras, Pedagogia e Psicologia), enfatizando os diversos olhares, norteadas à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e abrangendo a discussão nas áreas comunicação e educação, meio ambiente e sustentabilidade, arte e cultura, direitos humanos e justiça, relações étnico-raciais e saúde e bem-estar. Esta perspectiva é trazida no Regulamento de

Extensão Curricularizada e consolida-se como iniciativa de promoção da interdisciplinaridade e da cooperação entre os saberes. Nos semestres posteriores, alinha-se às especificidades e projetos do curso, estabelecendo elos entre os componentes de extensão.

A partir do 4º período a Atividade Integradora, passa a trabalhar com foco nas especificidades do curso. Esse tipo de vivência contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas, essenciais para a formação de futuros empreendedores e profissionais altamente capacitados. Ao criar um ambiente de troca de saberes, os projetos de extensão geram uma cultura de inovação colaborativa, essencial para que a universidade se posicione como um centro de excelência, não apenas em termos de pesquisa acadêmica, mas também em soluções inovadoras que respondem aos desafios contemporâneos.

Representação do Ciclo Pedagógico para Formulação de Planos de Ação Extensionista

Neste sentido projetos e ações estão alinhados à visão de futuro, “de forma a perenizar sua atuação e suas contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade e da região na qual está inserida e, notadamente, para a formação integral de seus alunos” (PDI, 2024-2028, p. 108).

Considerando a extensão universitária como o processo educativo, cultural e científico indissociável do ensino e da pesquisa, encontramos em sua vivência a possibilidade de uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Como via de mão-dupla, a comunidade acadêmica encontrará na sociedade também a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

Consoante o PDI, a UnirG

> promove a vivência de experiências significativas e favorecedoras do desenvolvimento do senso crítico, do exercício pleno da cidadania com o gozo de direitos e a observância de deveres, para o exercício do civismo, e para a assunção de compromissos de ordem individual e coletiva no presente, com a responsabilidade de contribuir para o bem comum das gerações presentes e futuras". (PDI, 2024-2028, p. 108).

Destarte, a extensão universitária desenvolvida pelas Atividades Integradoras I, II e III possibilita tais vivências e busca sensibilizar o acadêmico a perceber que o mundo à sua volta é conectado, interdependente e que podemos transformá-lo por meio da nossa ação.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A cada semestre os acadêmicos são instigados a promover iniciativas para expressar o compromisso social da IES com variados segmentos sociais, baseados em eixos propostos na Política de Extensão Universitária (2012) e em outros dispositivos legais que se relacionam com as DCNs do curso.

Esta proposta vai trabalhar as diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, étnico-raciais, culturais, comportamentais, ecológicos, éticos, legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a economia e gestão administrativa em nível coletivo, como um eixo transversal, interdisciplinar e intercursos, que podem ser construídos em eventos acadêmicos no formato extensionista, por meio de feiras científicas, oficinas coletivas, empreendedorismo; seminários e fóruns integrativos, projetos de cidadania e outros. São objetivos específicos da proposta:

- ✓ Aprender a trabalhar com a problematização regional e local da comunidade;
- ✓ Construir planejamento para solucionar problema;
- ✓ Atuar em equipe interdisciplinar como protagonista na resolução de situação proposta;
- ✓ Disciplinar seu tempo para realizar tarefa em equipe;
- ✓ Organizar as atividades em conjunto;
- ✓ Conhecer e comprometer-se com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvendo atitude cidadã;

- ✓ Apresentar resultados parciais e finais das atividades executadas.

Na configuração dos trabalhos a serem desenvolvidos, destacam-se cinco grandes Eixos de Trabalho para direcionar os processos de diagnóstico da realidade social, problematização, busca de soluções e execução de proposta extensionista, por meio de um trabalho pedagógico que promove o discente como protagonista, sob a orientação dos professores orientadores. São eles:

Os acadêmicos são distribuídos aleatoriamente, sem possibilidade de escolha da temática, para que todos tenham a oportunidade de experimentar a relação discente, interclasse e intercurso. Os resultados são partilhados em seminários ou mostras coletivas ao final de cada semestre e fazem parte do processo avaliativo do respectivo componente curricular.

No contexto do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o desenvolvimento do projeto de extensão "**Meio Ambiente Cidadania**" desempenha um papel essencial na formação acadêmica e cidadã dos estudantes de Direito. Este projeto reflete a integração entre o saber jurídico e as necessidades da comunidade, promovendo a conscientização ambiental e o exercício da cidadania ativa. A iniciativa visa não apenas sensibilizar os discentes sobre questões ambientais, mas também capacitá-los a atuar de forma crítica e interventiva em prol da sustentabilidade e do bem-estar coletivo.

A importância desse projeto reside em sua capacidade de aproximar o acadêmico dos desafios reais da comunidade, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Com um enfoque interdisciplinar que abrange temas de Cidadania, Estado e Políticas Públicas, o projeto "Meio Ambiente Cidadania" prepara os futuros operadores do Direito para a construção de soluções jurídicas que protejam o meio ambiente e promovam a responsabilidade socioambiental. Isso reforça o compromisso do curso com a formação de profissionais éticos, conscientes e preparados para lidar com as complexidades das demandas socioambientais contemporâneas.

Além disso, a atuação extensionista neste projeto contribui para a construção de uma visão holística do Direito, onde os egressos aprendem a relacionar a proteção ambiental com o exercício dos direitos fundamentais e a justiça social. Essa vivência é fundamental para o desenvolvimento de uma postura crítica e proativa, indispensável para a promoção da cidadania e para o fortalecimento das práticas jurídicas voltadas ao interesse público.

O projeto de extensão **"Direito e a Sétima Arte"** é uma iniciativa inovadora que utiliza o cinema como ferramenta pedagógica para fomentar o senso crítico e a reflexão sobre temas jurídicos relevantes. Neste projeto, os alunos escolhem um tema específico e identificam filmes ou documentários que exploram esse assunto, criando um espaço de discussão e análise que extrapola os limites da sala de aula. A realização de eventos abertos, destinados tanto à sociedade acadêmica quanto ao público externo, enriquece o debate e aproxima o Direito da realidade social, permitindo que os estudantes e profissionais da área compartilhem diferentes perspectivas e experiências sobre o tema.

Ao promover o contato com obras audiovisuais que abordam questões complexas, como direitos humanos, justiça criminal, ética e responsabilidade social, reformas previdenciárias, direito de família, entre outros, o projeto aguça a sensibilidade dos participantes para as nuances e desafios do sistema jurídico. As sessões de exibição e debate possibilitam uma abordagem interdisciplinar, em que o Direito é visto não apenas como um conjunto de normas, mas como um campo de interação entre a cultura, a moral e os valores sociais.

Essa metodologia de extensão permite que os alunos desenvolvam habilidades interpretativas e argumentativas, fundamentais para a formação de juristas críticos e reflexivos. Ao dialogarem com profissionais e colegas de outras áreas, os discentes aprendem a considerar o impacto social das normas e das práticas jurídicas, compreendendo melhor o papel do Direito na promoção da justiça e da igualdade. O projeto, portanto, não só valoriza a análise técnica dos aspectos legais apresentados nos filmes, mas também promove a capacidade de enxergar o Direito em sua dimensão humana e cultural, fundamental para uma prática jurídica mais ética e responsável.

O projeto **"Diálogo - Núcleo de Soluções Alternativas para os Conflitos"** é uma iniciativa de extensão que oferece uma oportunidade valiosa para acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Direito, a partir do 2º período,

de atuarem juntos na prática de resolução alternativa de conflitos. Esse projeto destaca-se pela sua natureza interdisciplinar e pela colaboração entre diferentes áreas do saber, o que enriquece a formação dos participantes ao unir perspectivas complementares para o entendimento e mediação de conflitos.

A interdisciplinaridade é um dos aspectos mais relevantes do projeto, pois permite que os estudantes de cada curso contribuam com seu conhecimento específico – seja o olhar humanístico e de desenvolvimento da Pedagogia, o entendimento comportamental e emocional da Psicologia, ou a visão normativa e jurídica do Direito. Essa abordagem integrada promove uma formação mais completa e humanizada para os futuros profissionais, permitindo que compreendam a complexidade dos conflitos e as múltiplas facetas envolvidas em sua resolução.

Além de ser uma experiência de aprendizado prático e técnico, o "Diálogo - Núcleo de Soluções Alternativas para os Conflitos" fortalece o desenvolvimento de habilidades como empatia, comunicação e negociação, essenciais para a atuação ética e eficaz nas respectivas áreas de atuação dos discentes. O projeto reforça, assim, a importância de uma educação integrada e colaborativa, preparando os alunos para lidar com questões sociais de maneira mais holística e coordenada. Ao vivenciarem essa experiência, os participantes saem preparados para atuar de forma conciliadora e colaborativa, contribuindo para a pacificação social e para a criação de um ambiente acadêmico e profissional mais comprometido com a resolução construtiva de conflitos.

Nesse projeto, os estudantes são capacitados pelos docentes para atuar em processos de mediação, uma metodologia valorizada pelo Código de Processo Civil como forma alternativa de resolução de conflitos. Este projeto não só visa a solução amigável das demandas, mas também contribui para a redução da sobrecarga do Poder Judiciário, reforçando o papel social da advocacia e da mediação extrajudicial.

No âmbito do projeto, os clientes do NPJ, juntamente com a parte contrária, são convidados a participar de uma audiência extrajudicial realizada nas instalações do próprio Núcleo. Sob a supervisão dos professores, os acadêmicos acompanham e auxiliam as partes envolvidas, fomentando o diálogo e a busca por uma solução consensual para o conflito. Esse modelo de atuação proporciona aos discentes uma vivência prática de mediação e conciliação, permitindo que desenvolvam habilidades essenciais, como a escuta ativa, a imparcialidade, a

análise situacional e o desenvolvimento de soluções equilibradas.

Uma vez que as partes chegam a um acordo, um termo de conciliação é redigido e assinado, assegurando o registro formal da resolução. Esse termo é então encaminhado aos estagiários que realizaram o atendimento inicial, incumbidos de elaborar e protocolar a petição inicial de homologação do acordo extrajudicial. Esse processo confere valor jurídico ao acordo firmado, garantindo sua eficácia e reconhecimento legal.

O projeto "Mediação e Resolução de Conflitos" é, portanto, um importante instrumento pedagógico e social, pois além de formar futuros profissionais do Direito preparados para atuar de maneira pacificadora e conciliadora, promove a acessibilidade à justiça de forma mais célere e eficiente. Ao vivenciar essa experiência prática, os alunos do curso de Direito não apenas aprimoram suas competências técnicas, mas também internalizam a relevância da mediação como alternativa eficaz para a solução de controvérsias, construindo uma prática jurídica que valoriza o diálogo e a pacificação social.

O projeto de extensão **"NPJ nas Escolas"** é uma iniciativa que visa levar temas jurídicos de relevância social ao ambiente escolar, promovendo a educação jurídica e a conscientização entre crianças e adolescentes de escolas públicas e privadas. Por meio desse projeto, estagiários do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), sob a orientação dos docentes envolvidos, escolhem temas sensíveis e pertinentes, como violência doméstica, trabalho infantil, bullying, entre outros. O objetivo é sensibilizar os jovens sobre as implicações jurídicas desses atos, enfatizando a responsabilidade que cada indivíduo tem sobre suas ações e as consequências legais envolvidas.

Esse trabalho possui um valor inestimável para a formação cidadã e ética dos jovens, pois demonstra que o Direito não se limita ao mundo adulto, mas está presente em todas as relações e situações da vida cotidiana. Além de abordar questões jurídicas de forma acessível, o projeto também tem a missão de inspirar os estudantes a refletirem sobre seus próprios futuros, incentivando-os a se dedicarem aos estudos e a considerarem a possibilidade de uma carreira profissional, seja na área jurídica ou em outras áreas de sua escolha.

A prática extensionista do "NPJ nas Escolas" favorece o desenvolvimento de uma linguagem jurídica simplificada e adaptada ao público infantojuvenil, contribuindo para que os estagiários do curso de Direito aprimorem suas

habilidades de comunicação e capacidade de adaptação. Essa experiência proporciona um aprendizado transformador, ao ensinar futuros operadores do Direito a dialogar com a sociedade e a compreender o Direito como ferramenta educativa e preventiva. Por meio dessas atividades, o projeto fomenta uma cultura de cidadania e respeito às normas, atuando diretamente na formação de uma juventude mais consciente e responsável.

O programa de extensão **"Hora Cidadã"** é uma iniciativa que se vale da rádio universitária para promover o debate e a conscientização sobre temas centrais à cidadania. Este projeto atua como um elo entre a universidade e a comunidade, abordando tópicos como eleições, políticas públicas, ações sociais, tributação e democracia, acessíveis aos ouvintes tanto da cidade quanto de regiões vizinhas. Utilizando a mídia radiofônica, "Hora Cidadã" convida docentes, discentes, profissionais das áreas jurídica e pública, além de representantes do setor privado, para compartilhar conhecimentos e perspectivas que visam enriquecer a compreensão da sociedade sobre assuntos de interesse público.

Um diferencial do programa é a inclusão da pesquisa popular, conhecida como "Politicômetro", que utiliza enquetes para captar o posicionamento político dos cidadãos em relação aos temas discutidos. Estas enquetes atuam como ferramentas de iniciação científica, permitindo aos alunos envolvidos uma análise crítica e sistemática das percepções e tendências políticas do público ouvinte. O "Politicômetro" contribui para a formação acadêmica dos discentes, capacitando-os na prática de coleta e interpretação de dados sociais e aprimorando a habilidade de diálogo entre a universidade e a sociedade.

Outro aspecto culturalmente enriquecedor do projeto é o "Encarte Musical", coordenado pelo curso de Letras, que seleciona canções para encerrar o programa, abordando de forma artística o tema debatido. Este segmento musical não só proporciona um encerramento reflexivo para cada episódio, mas também conecta os ouvintes à questão discutida em um nível emocional e cultural.

Ao integrar debates informativos, pesquisas de opinião e elementos culturais, o "Hora Cidadã" se posiciona como um instrumento de impacto social significativo, ampliando o entendimento público sobre direitos e deveres cívicos, além de fortalecer o compromisso da universidade com a formação de uma sociedade mais informada, engajada e crítica.

O projeto **"Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos"** é uma iniciativa

extensionista que promove um espaço de integração entre os cursos de Direito, Enfermagem, Psicologia e Pedagogia, abordando temas fundamentais relacionados à Cidadania, Estado e Políticas Públicas. Organizado e executado por docentes das respectivas áreas, o projeto é voltado para discentes de Enfermagem (10º período), Direito (6º, 7º, 8º e 9º períodos) e Pedagogia (5º, 7º e 8º períodos), que participam de uma experiência prática e interdisciplinar de defesa e promoção dos direitos humanos.

A "Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos" visa fortalecer o conhecimento crítico dos acadêmicos sobre direitos e garantias fundamentais, proporcionando uma compreensão holística dos impactos das políticas públicas e das responsabilidades estatais para com a sociedade. Este projeto permite que os discentes compreendam a importância da atuação integrada entre diferentes áreas do conhecimento para o tratamento de questões complexas, como saúde pública, assistência social, proteção à infância e juventude, e o combate à violência de gênero e doméstica.

A natureza interdisciplinar do projeto estimula a troca de saberes e práticas entre os acadêmicos, permitindo que cada curso contribua com sua abordagem específica: o Direito oferece o embasamento normativo e jurídico para a defesa dos direitos, a Enfermagem aborda questões de saúde e bem-estar físico, a Psicologia contribui com uma visão profunda dos aspectos comportamentais e emocionais dos indivíduos e grupos, enquanto a Pedagogia explora métodos educativos e de conscientização que promovem a cidadania ativa.

Ao participar desse projeto, os discentes desenvolvem habilidades práticas e teóricas, além de uma sensibilidade ampliada para as demandas sociais e de direitos humanos, essenciais para uma atuação profissional ética e comprometida. A experiência também permite que os estudantes compreendam a aplicabilidade dos direitos humanos em diversas esferas de atuação, criando uma visão integrada que enriquece sua formação e prepara-os para intervenções efetivas no campo profissional, sempre guiados pela promoção da justiça social e pela defesa da dignidade humana.

Portanto, ao promover a produção compartilhada e aplicada do conhecimento, a extensão curricularizada configura-se como instrumento de efetiva transformação social e jurídica, alinhando-se às diretrizes curriculares nacionais do curso de Direito. Ela reforça o compromisso da universidade com a sociedade,

garantindo que o conhecimento jurídico produzido seja inclusivo, acessível e diretamente aplicável aos desafios da comunidade.

A curricularização da extensão proporciona benefícios significativos para os acadêmicos, docentes, o curso de Direito e a sociedade em geral. O enfoque macroscópico da extensão inclui uma integração profunda entre teoria e prática, permitindo que os discentes apliquem o conhecimento acadêmico em contextos sociais, ampliando a visão crítica sobre o papel do Direito e sua função na promoção da cidadania, desenvolvimento sustentável e justiça social.

As justificativas e relevâncias sociais desses projetos são claras: as atividades extensionistas promovem um retorno imediato à sociedade ao fomentar o acesso ao conhecimento e serviços jurídicos em prol da coletividade, especialmente em comunidades que historicamente têm menos acesso a esses recursos. Tais atividades respondem a um grande desafio contemporâneo do Direito: garantir que o conhecimento jurídico não permaneça restrito à teoria ou aos ambientes acadêmicos, mas que seja transformador e acessível.

A formação acadêmica, com base nesse viés extensionista, visa desenvolver um perfil de profissional crítico, engajado e socialmente responsável. O egresso do curso de Direito deverá ser um profissional com habilidades técnicas aprofundadas, além de competências relacionais e interventivas. Ele deverá atuar de maneira ética e consciente dos impactos sociais das decisões e atuações jurídicas, incorporando uma visão crítica sobre os desafios da sociedade e as soluções oferecidas pelo Direito.

As atividades extensionistas permitem o desenvolvimento de habilidades profissionais cruciais, como análise crítica, empatia, capacidade de mediação e resolução de conflitos. Elas também aprimoram a percepção profissional ao expor os graduandos a cenários reais e complexos, que exigem o uso de conhecimentos interdisciplinares e a capacidade de adaptar soluções jurídicas a contextos diversificados.

As etapas de ações extensionistas, conforme as diretrizes curriculares nacionais do curso de Direito, seguem eixos de trabalho interdisciplinares que abrangem diferentes áreas do saber, como Psicologia, Letras, Enfermagem, Pedagogia e Jornalismo. Esses eixos não apenas contribuem para a formação integral dos discentes, mas também possibilitam que as intervenções jurídicas sejam mais eficazes e humanizadas, integrando a expertise técnica com uma

abordagem social e ética, fortalecendo a relevância do Direito como instrumento de transformação social.

Com base nas informações apresentadas sobre as diversas extensões curricularizadas, seguem os objetivos específicos que fundamentam e direcionam essas iniciativas no âmbito do Curso de Direito e das áreas interdisciplinares envolvidas:

1. **Promover a Integração Universidade-Comunidade:** Fortalecer a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, garantindo que o conhecimento acadêmico seja acessível e aplicável às necessidades da comunidade, conforme os princípios do Plano Nacional de Extensão.
2. **Fomentar a Conscientização e a Cidadania Ativa:** Estimular o desenvolvimento do senso crítico nos discentes e na sociedade sobre temas jurídicos, como cidadania, políticas públicas e direitos humanos, por meio de debates e eventos abertos, como os realizados no projeto "Direito e a Sétima Arte".
3. **Capacitar para a Mediação e Resolução de Conflitos:** Preparar os discentes para atuarem de maneira conciliatória e eficaz na mediação de conflitos, buscando soluções extrajudiciais que reduzam a sobrecarga do Judiciário e incentivem a cultura de paz e diálogo, como no projeto de "Mediação e Resolução de Conflitos".
4. **Desenvolver Competências Interdisciplinares:** Facilitar a troca de saberes entre diferentes áreas do conhecimento – Direito, Psicologia, Pedagogia e Enfermagem – permitindo uma compreensão integrada e prática dos direitos humanos, como na "Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos".
5. **Sensibilizar para Questões Socioambientais:** Conscientizar os alunos e a comunidade sobre a importância do direito ambiental e a responsabilidade cidadã, como exemplificado no projeto "Meio Ambiente Cidadania", destacando o papel transformador do Direito na preservação ambiental.
6. **Incentivar a Formação Profissional e Ética:** Inspirar os discentes a desenvolverem uma postura ética e socialmente responsável, promovendo uma formação que valorize o compromisso com a justiça e a dignidade humana, como realizado nos encontros promovidos pelo projeto "NPJ nas Escolas".
7. **Difundir a Cidadania e a Democracia por Meios Audiovisuais:** Utilizar a rádio universitária para levar temas como direitos cívicos e políticas

públicas ao público, aproximando a universidade da sociedade através de discussões e pesquisas de opinião, conforme exemplificado no projeto "Hora Cidadã".

8. **Aprimorar Habilidades de Comunicação e Intervenção Social:** Capacitar os discentes para que desenvolvam habilidades de escuta ativa, análise crítica e mediação, essenciais para uma atuação jurídica que valorize a inclusão e o respeito às diferenças, objetivo comum a todos os projetos de extensão.

Esses objetivos específicos asseguram que a extensão curricularizada contribua para a formação de profissionais do Direito e de áreas afins que não apenas dominem o conhecimento técnico, mas que também estejam comprometidos com a transformação social, preparados para atuar com sensibilidade, ética e competência nas demandas da sociedade.

As funções dos coordenadores dos programas de extensão curricularizada são fundamentais para o sucesso e impacto dessas iniciativas, uma vez que eles são responsáveis tanto pela organização quanto pela qualidade das atividades desenvolvidas. Os coordenadores, portanto, desempenham as seguintes funções:

1. **Planejamento e Organização das Atividades Extensionistas:** Os coordenadores elaboram os planos de ação para cada projeto, definindo as etapas, metodologias, objetivos e cronogramas de execução. Essa função inclui a seleção e organização dos temas a serem abordados, bem como a escolha de ferramentas e estratégias adequadas para atingir os objetivos propostos.

2. **Supervisão e Capacitação dos Discentes:** São responsáveis por preparar e capacitar os estudantes para atuarem nos projetos, oferecendo treinamentos e orientações sobre os conteúdos e habilidades necessárias, como mediação, comunicação e análise crítica. No projeto de mediação, por exemplo, os coordenadores promovem capacitações sobre métodos de resolução alternativa de conflitos.

3. **Intermediação entre Universidade e Comunidade:** Atuam como pontes entre a universidade e a sociedade, promovendo parcerias com escolas, ONGs, órgãos públicos e privados, de modo a garantir que os projetos atendam às necessidades reais da comunidade e fortaleçam a relação entre universidade e sociedade.

4. **Acompanhamento e Avaliação das Atividades:** Realizam o monitoramento contínuo das atividades realizadas pelos discentes, avaliando o

desenvolvimento dos projetos e os resultados alcançados. Isso inclui assegurar que as ações extensionistas estejam alinhadas com os objetivos e que gerem impacto positivo tanto para os alunos quanto para a comunidade.

5. **Articulação Interdisciplinar:** Coordenam a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento, como Direito, Psicologia, Pedagogia e Enfermagem, promovendo uma abordagem interdisciplinar e integradora que enriquece as atividades e amplia a compreensão dos temas abordados.

6. **Promoção da Ética e do Compromisso Social:** São responsáveis por incentivar o comprometimento ético dos discentes, ressaltando a importância de uma atuação profissional responsável e sensível às questões sociais e aos direitos humanos. Os coordenadores devem, assim, servir como modelos de conduta para os alunos.

7. **Divulgação e Engajamento Comunitário:** Têm a função de divulgar as atividades e eventos dos programas de extensão, atraindo a participação não só da comunidade acadêmica, mas também do público externo. No caso do projeto "Hora Cidadã", por exemplo, o coordenador facilita a difusão de conteúdos pela rádio, ampliando o alcance da informação e do engajamento.

8. **Elaboração de Relatórios e Prestação de Contas:** Os coordenadores são responsáveis por documentar todas as atividades desenvolvidas, elaborando relatórios que registrem as etapas dos projetos, os resultados e os desafios enfrentados. Esse registro é essencial para a continuidade e aperfeiçoamento dos programas.

9. **Garantia da Qualidade Pedagógica e Curricular:** Por fim, os coordenadores asseguram que as atividades extensionistas estejam alinhadas com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais, garantindo que o conteúdo acadêmico seja abordado de maneira prática, relevante e transformadora para os discentes.

Essas funções dos coordenadores são indispensáveis para a efetividade dos programas de extensão, pois garantem uma formação integral dos discentes, com um aprendizado que une teoria e prática, e contribuem para o desenvolvimento de um profissional ético e socialmente engajado.

Os professores envolvidos nos componentes curriculares de extensão desempenham um papel essencial para o êxito das atividades extensionistas, e seus objetivos estão direcionados tanto à formação integral dos discentes quanto

ao impacto social positivo dessas atividades. Entre os principais objetivos dos professores, destacam-se:

1. **Desenvolver a Integração Teoria-Prática:** Aplicar o conhecimento acadêmico em situações práticas, permitindo que os alunos compreendam a aplicabilidade real das teorias aprendidas e adquiram experiência prática. Esse objetivo é cumprido ao adaptar o conteúdo curricular de forma que se relacione diretamente com as necessidades e contextos sociais abordados nos projetos de extensão.

2. **Promover a Formação Ética e Cidadã:** Orientar os discentes a compreenderem a importância de uma atuação responsável, ética e comprometida com o bem-estar social e a justiça. Os professores buscam formar profissionais sensíveis às demandas da sociedade e preparados para contribuir para a transformação social por meio do conhecimento jurídico.

3. **Capacitar para Habilidades Interdisciplinares e Relacionais:** Incentivar o desenvolvimento de competências interpessoais e colaborativas, como mediação de conflitos, comunicação efetiva, e escuta ativa. Essas habilidades são essenciais para uma prática profissional humanizada e são especialmente promovidas em atividades que envolvem contato direto com a comunidade.

4. **Fomentar a Pesquisa e o Pensamento Crítico:** Incentivar os discentes a investigarem questões e desafios sociais, abordando temas complexos e estimulando a análise crítica e reflexiva. Esse objetivo busca preparar o aluno para pensar juridicamente de forma contextualizada e consciente das múltiplas facetas de cada questão.

5. **Incentivar a Responsabilidade Social e o Compromisso Comunitário:** Ensinar os discentes a reconhecerem e responderem às necessidades da comunidade, promovendo o conceito de justiça social. Os professores incentivam os alunos a realizarem ações que contribuam diretamente para o bem-estar coletivo, desenvolvendo uma postura de responsabilidade e solidariedade.

6. **Apoiar a Construção de Conhecimento Interdisciplinar:** Facilitar o diálogo e a troca de saberes entre diferentes áreas, como Direito, Psicologia, Pedagogia e Enfermagem, para enriquecer a compreensão dos alunos sobre os temas abordados. Esse objetivo visa criar uma formação acadêmica abrangente que valorize a colaboração entre áreas do conhecimento.

7. **Acompanhar o Progresso e a Aprendizagem Prática:** Monitorar o desenvolvimento dos discentes nas atividades de extensão, proporcionando feedback constante e direcionado. Esse acompanhamento permite identificar áreas de melhoria e consolidar o aprendizado prático dos alunos.

8. **Contribuir para o Desenvolvimento de uma Visão Crítica e Reflexiva do Direito:** Ensinar os alunos a enxergar o Direito não apenas como um conjunto de normas, mas como uma ferramenta de transformação social. Os professores visam formar profissionais com uma visão crítica do sistema jurídico, sensíveis às desigualdades e preparados para atuar na construção de uma sociedade mais justa.

Esses objetivos garantem que os professores envolvidos nos componentes curriculares de extensão cumpram um papel fundamental na formação de um profissional do Direito comprometido, ético e socialmente engajado, que seja capaz de integrar conhecimentos teóricos e práticos em benefício da sociedade.

Os objetivos dos acadêmicos envolvidos nos projetos de extensão curricularizada são amplos e fundamentais para o desenvolvimento de uma formação jurídica completa e socialmente responsável. Dentre esses objetivos, destacam-se:

1. **Aplicar o Conhecimento Teórico na Prática:** Os acadêmicos buscam transformar o conteúdo teórico aprendido em sala de aula em ações práticas, entendendo como o conhecimento jurídico e as ciências afins podem contribuir para resolver problemas reais da comunidade.

2. **Desenvolver Competências Profissionais e Técnicas:** Por meio das atividades extensionistas, os discentes adquirem habilidades específicas, como mediação, argumentação jurídica, análise crítica, pesquisa e comunicação, fundamentais para o exercício da advocacia e outras carreiras jurídicas.

3. **Aprimorar Habilidades Interpessoais e de Trabalho em Equipe:** Envolvendo-se em atividades que demandam contato direto com a comunidade e trabalho interdisciplinar, os acadêmicos têm a oportunidade de desenvolver habilidades como empatia, escuta ativa, colaboração e resolução de conflitos.

4. **Aprofundar o Compromisso Ético e a Responsabilidade Social:** As atividades extensionistas visam fomentar nos discentes a consciência sobre o papel do Direito e das demais áreas envolvidas na promoção de justiça e bem-estar social, incentivando o compromisso ético com a sociedade.

5. **Fortalecer o Pensamento Crítico e a Reflexão Jurídica:** Participar de debates, pesquisas e projetos em diferentes áreas do Direito permite aos acadêmicos desenvolverem uma visão crítica e reflexiva sobre o sistema jurídico, a cidadania e as políticas públicas, além de sensibilizá-los para as desigualdades e injustiças sociais.

6. **Compreender a Importância da Interdisciplinaridade:** A interação com discentes e docentes de cursos como Psicologia, Pedagogia, Enfermagem e Letras permite aos acadêmicos perceberem a importância de uma abordagem multifacetada e colaborativa para a solução de problemas jurídicos e sociais complexos.

7. **Preparar-se para a Atuação Profissional Prática:** A participação em atividades como mediação, projetos de conscientização em escolas e atendimento no NPJ oferece aos acadêmicos uma experiência prática que os prepara para os desafios da atuação profissional, com foco em uma abordagem conciliatória, ética e inclusiva.

8. **Contribuir para a Transformação Social:** Ao se envolverem em ações extensionistas, os acadêmicos desenvolvem a noção de que sua formação pode e deve ser um instrumento de transformação social, promovendo o acesso à justiça, à educação e à cidadania para as comunidades com as quais interagem.

9. **Elaborar e Executar Propostas de Extensão:** Sob orientação do professor, os acadêmicos são estimulados a elaborar e colocar em prática propostas de extensão que sigam o plano de ação do projeto. Essa experiência reforça o aprendizado de planejamento estratégico e a capacidade de adaptação das atividades para atender às necessidades da comunidade.

10. **Relatar e Documentar Ações e Etapas:** Os discentes são responsáveis por registrar as ações realizadas em cada etapa do projeto, criando relatórios e reunindo evidências como fotos, vídeos e outros documentos que comprovem o desenvolvimento e impacto das atividades extensionistas. Isso contribui para a prática de documentação sistemática e análise de resultados.

11. **Divulgar Ações nas Mídias:** Como parte de seu aprendizado em extensão, os acadêmicos participam da divulgação das atividades e dos resultados obtidos nas mídias sociais e em outros meios de comunicação. Essa prática visa não apenas dar visibilidade aos projetos, mas também estimular o engajamento da comunidade e promover a conscientização sobre os temas abordados.

Esses objetivos garantem que a experiência dos acadêmicos nos projetos de extensão seja enriquecedora e transformadora, promovendo a formação de profissionais do Direito e de outras áreas, que são tanto tecnicamente competentes quanto comprometidos com o desenvolvimento social, a ética e a responsabilidade de difundir o conhecimento adquirido para toda a sociedade.

O processo de avaliação das atividades extensionistas observará critérios como engajamento, comprometimento e a efetiva contribuição dos acadêmicos nas ações empreendidas. Serão considerados elementos fundamentais a participação ativa e substancial nas atividades coletivas, bem como a pontualidade e a dedicação dos discentes nas reuniões de orientação e avaliações periódicas.

A avaliação seguirá os Planos de Ação estabelecidos, nos quais serão organizados seminários de análise de desempenho com os acadêmicos envolvidos, conduzidos pelo docente responsável pelo projeto. Nesses encontros, será promovido um diálogo reflexivo sobre o progresso e as realizações, destacando o impacto social das ações e a evolução técnica dos discentes.

Ademais, o Plano de Ação deverá incluir um mecanismo de avaliação específico para a comunidade beneficiada, permitindo que os participantes externos se manifestem quanto ao impacto das ações em suas vidas. Esse feedback direto da comunidade é essencial para a aferição da efetividade social do projeto, contribuindo para ajustes futuros e aprimoramento contínuo das atividades extensionistas.

Esse processo avaliativo visa garantir que os acadêmicos não apenas participem, mas também se comprometam profundamente com o propósito social e transformador da extensão universitária, promovendo uma formação prática que valorize o compromisso ético e a responsabilidade cidadã.

4.2.2.2.1 Educação das Relações Étnico-Raciais

A UnirG atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004,fundamentada no Parecer CNE/CP N°3/2004.

Na educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro- brasileira, africana e indígena, os projetos dos cursos apresentam esta temática também no grupo de pesquisa "*Processos Educativos*" nas linhas Diversidade, inclusão e inovações pedagógicas, Educação, Diversidade Cultural e Manifestações Corporais.

Ainda são realizadas atividades na Instituição com a temática ambiental e de Relações Étnico-raciais em projetos de extensão.

Ainda, a UnirG trabalha a educação das relações étnico-raciais de forma institucional e transversal, ou seja, envolvendo a comunidade acadêmica nas disciplinas e atividades com o objetivo de promover a consciência acerca dessas questões sociais, em projetos de iniciação científica e extensão.

Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, o Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG contempla, de forma articulada e transversal, conteúdos que asseguram o cumprimento dessas diretrizes, tanto no ensino teórico quanto nas práticas extensionistas e de pesquisa.

A Matriz Curricular nº 08 do curso, vigente a partir de 2023/1, inclui em diversos componentes curriculares obrigatórios, optativos e atividades práticas, temas que possibilitam a abordagem crítica, reflexiva e interdisciplinar das relações étnico-raciais e da diversidade cultural brasileira. Esses conteúdos estão distribuídos em disciplinas que promovem a compreensão dos processos históricos de exclusão, a valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena, e a promoção da igualdade e da justiça social.

A disciplina Sociologia Jurídica, ofertada no 2º período, aborda temas relacionados à estrutura social, desigualdades históricas, classes sociais e pluralismo jurídico, com ênfase na compreensão das formas de organização e resistência dos povos afrodescendentes e indígenas. A disciplina promove discussões sobre os reflexos dessas estruturas no sistema jurídico brasileiro, permitindo ao discente reconhecer a importância da diversidade cultural e do respeito aos direitos coletivos.

A disciplina Filosofia Jurídica, ministrada no 3º período, contribui para a formação crítica dos estudantes ao tratar de fundamentos filosóficos da justiça, da dignidade humana e da ética, com possibilidade de discussão sobre o

reconhecimento das diferenças culturais e o combate à exclusão de povos historicamente marginalizados. O conteúdo favorece a reflexão sobre a construção do direito em diferentes contextos e sua relação com os princípios da igualdade e do respeito à diversidade.

A disciplina Direitos Humanos, também ofertada no 3º período, incorpora diretamente conteúdos voltados à proteção e promoção dos direitos de grupos vulneráveis, especialmente as populações negras, indígenas e comunidades tradicionais. O estudo da legislação internacional e nacional sobre igualdade racial, antidiscriminação, inclusão e justiça social integra o conteúdo programático, reforçando o compromisso do curso com a formação humanista e socialmente responsável.

A disciplina Direito Internacional, ministrada no 2º período, contempla o estudo de tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos, incluindo os direitos de povos indígenas e tribais, a autodeterminação dos povos, a diversidade cultural e os mecanismos de proteção de grupos étnico-raciais em âmbito global.

Na disciplina Direito Ambiental e Sustentabilidade, ofertada no 3º período, os conteúdos relacionados aos direitos coletivos e ao reconhecimento dos saberes tradicionais são tratados em interface com os direitos territoriais e ambientais de povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas, abordando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade sob a ótica do direito socioambiental.

A disciplina Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso, no 10º período, permite uma abordagem interseccional dos direitos desses grupos, considerando os impactos das desigualdades étnico-raciais no acesso a políticas públicas e na efetivação de direitos fundamentais, especialmente nas populações negras e indígenas.

As Atividades Integradoras, desenvolvidas do 1º ao 10º período, compõem um espaço privilegiado para a discussão e elaboração de projetos temáticos que envolvam as relações étnico-raciais, a diversidade cultural e a inclusão social. Essas atividades permitem ao discente articular conhecimentos teóricos e experiências práticas, por meio da pesquisa, extensão e reflexão crítica sobre problemáticas sociais contemporâneas.

A integração dos conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira,

africana e indígena também está consolidada no projeto de extensão “Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos UNIRG – CIDH – UnirG”, coordenado pela Professora Ma. Jaqueline Ribeiro. A Clínica é um projeto de extensão curricularizada inserido no Projeto Pedagógico do Curso, desenvolvido em colaboração entre os cursos de Direito, Fisioterapia e Pedagogia, e aberto à participação de discentes de todos os períodos. A proposta da Clínica é promover uma formação interdisciplinar e prática voltada à defesa e promoção dos direitos humanos, com especial atenção às questões étnico-raciais.

A participação dos estudantes na Clínica exige que cada discente vincule sua atuação a um aspecto concreto dos direitos humanos, identificando como sua futura profissão pode contribuir para a transformação social. Esse exercício inicial estimula uma reflexão crítica sobre o papel das profissões na promoção da justiça social, na proteção da dignidade humana e na construção de uma sociedade mais equitativa. Com base nessa reflexão, os discentes elaboram propostas de ações extensionistas que devem ser fundamentadas e executadas com impacto direto na sociedade, respeitando e promovendo os princípios dos direitos humanos.

As ações desenvolvidas no âmbito da Clínica têm caráter transformador e são orientadas para a promoção da igualdade racial, do respeito à diversidade e da valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena. Ao articular teoria, prática e responsabilidade social, a Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos reforça o compromisso do Curso de Direito da UnirG com a formação de profissionais sensíveis às questões étnico-raciais, preparados para atuar com ética, justiça e respeito à pluralidade cultural do Brasil.

Dessa forma, o Curso de Direito da UnirG cumpre integralmente as determinações da Resolução CNE/CP nº 01/2004, assegurando, por meio de sua matriz curricular, das práticas pedagógicas, das atividades de extensão e da pesquisa, uma formação jurídica que valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, promove a equidade e contribui para o combate ao racismo e à exclusão social.

4.2.2.2.2Direitos Humanos

A temática Direitos Humanos é trabalhada de forma transversal e interdisciplinar em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer dos cursos. Destaque para o projeto “Clínica interdisciplinar de Direitos

Humanos UNIRG-CIDH-UnirG”, coordenado pela Ma. Jaqueline Ribeiro. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e pesquisa, além de percorrer de forma transversal nas atividades complementares nas quais esta temática esteja envolvida.

No âmbito do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a extensão curricularizada da "Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos" representa uma iniciativa de relevância ímpar, promovida em colaboração entre os cursos de Direito, Fisioterapia e Pedagogia, e aberta aos discentes de todos os períodos (do 1º ao 10º). A clínica busca proporcionar uma experiência interdisciplinar e prática, fundamentada na promoção e defesa dos direitos humanos, sendo uma atividade que enriquece a formação acadêmica e cidadã dos estudantes.

A participação dos discentes na Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos exige que cada aluno vincule sua atividade ou vivência a um aspecto concreto dos direitos humanos, identificando como sua atuação profissional pode impactar positivamente a sociedade. Esse exercício inicial promove uma reflexão crítica sobre o papel de cada área do conhecimento na proteção da dignidade humana e na promoção de justiça social, incentivando os estudantes a reconhecerem as implicações e responsabilidades de suas futuras profissões para com a sociedade.

Após essa análise, o acadêmico elabora e apresenta propostas de ações extensionistas, as quais devem ser fundamentadas e executadas em benefício direto da sociedade, respeitando e promovendo os princípios dos direitos humanos. As ações planejadas pelos discentes são orientadas para a transformação social e devem refletir uma compreensão ampla e integrada dos direitos fundamentais, sejam eles relacionados ao acesso à saúde, à educação, à justiça, ou a qualquer outro direito essencial voltado aos direitos humanos.

Assim, a Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos, por meio da extensão curricularizada, não apenas fomenta a aplicação prática do conhecimento jurídico e dos direitos fundamentais, mas também incentiva a interdisciplinaridade e o compromisso social dos futuros profissionais. Essa atividade prepara os alunos para intervenções éticas e efetivas, qualificando-os para atuar em prol do fortalecimento dos direitos humanos, com o objetivo de promover uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a dignidade de todos.

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG, por meio de sua

estrutura curricular e do conteúdo das disciplinas obrigatórias, assegura o tratamento transversal e integrado dos temas relacionados à **educação das relações étnico-raciais**, aos **direitos humanos**, à **justiça social** e à **valorização da diversidade**, em estrita consonância com os princípios estabelecidos pela Resolução CNE/CP nº 01/2004 e pela Resolução CNE/CES nº 5/2018, atualizada pela Resolução nº 2/2021.

A análise das **ementas das disciplinas de Direitos Humanos, Filosofia Jurídica, Ética Profissional e Sociologia Jurídica**, todas integrantes do núcleo obrigatório do curso, revela a presença consistente e articulada de conteúdos que garantem o **atendimento à transversalidade temática**, conforme exigido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A disciplina **Direitos Humanos**, ofertada no 3º período, possui ementa voltada à reflexão crítica sobre os fundamentos, a universalidade e a historicidade dos direitos humanos, abordando os principais tratados e convenções internacionais, assim como os mecanismos nacionais e internacionais de proteção. Além disso, contempla de forma expressa a análise de grupos vulneráveis e minorias, entre eles **negros, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**, o que evidencia a preocupação do curso em promover a equidade e a valorização da diversidade étnico-racial por meio de uma abordagem estruturada e interdisciplinar.

A disciplina **Filosofia Jurídica**, também no 3º período, contribui para essa construção ao propor uma análise crítica dos conceitos de justiça, liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana. A ementa abrange a discussão sobre os fundamentos éticos e filosóficos do direito e suas implicações práticas na vida em sociedade, possibilitando o debate sobre os processos históricos de exclusão, as estruturas de dominação e as transformações sociais que envolvem as populações afrodescendentes e indígenas, além de outros grupos historicamente marginalizados.

A disciplina **Ética Profissional**, ofertada no 10º período, encerra a formação com uma perspectiva voltada à atuação ética do jurista na sociedade, tendo como referência central o compromisso com a dignidade humana, a justiça e a promoção dos direitos fundamentais. A ementa inclui expressamente os princípios e valores da responsabilidade social, cidadania e equidade, fornecendo os subsídios necessários para que o futuro operador do Direito reconheça sua

função na superação de desigualdades estruturais, incluindo aquelas de natureza étnico-racial.

Desde o início do curso, a disciplina **Sociologia Jurídica**, ofertada no 2º período, introduz o estudante à compreensão do direito como fenômeno social, relacionando-o com as estruturas sociais, culturais e históricas. Sua ementa trata do pluralismo jurídico, das formas de organização social e das relações entre direito e poder, oportunizando o estudo da diversidade cultural e dos saberes jurídicos não-hegemônicos, como os próprios sistemas jurídicos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Esse enfoque contribui para a superação do etnocentrismo jurídico e fomenta o reconhecimento da pluralidade de formas de convivência social e produção normativa.

Com base no exposto, verifica-se que as quatro disciplinas citadas constituem **eixos formativos essenciais e complementares** no processo de consolidação de uma formação jurídica crítica, plural e comprometida com os valores democráticos, com a promoção dos direitos humanos e com a valorização das diferentes expressões étnico-raciais e culturais presentes na sociedade brasileira. O conteúdo de tais componentes é trabalhado de forma **transversal ao longo da matriz curricular**, sendo reforçado por projetos de extensão, atividades integradoras, eventos acadêmicos e vivências práticas, como ocorre na Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos e nas atividades de extensão curricularizada.

Dessa forma, a UnirG reafirma seu compromisso institucional com a construção de uma educação jurídica humanista e comprometida com a igualdade, a inclusão e o enfrentamento do racismo, em estrita consonância com a legislação educacional vigente, garantindo ao discente uma formação compatível com os desafios da realidade social brasileira e os princípios do Estado Democrático de Direito.

4.2.2.2.3 Política Nacional de Educação Ambiental

Analisando-se a legislação relacionada à Educação Ambiental, tem-se a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, na qual se entende por educação ambiental.Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia

qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Em complemento, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, sob o parecer número 14/2012, aprovado em 06/06/2012 tem- se que[...] a educação ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental.

É perceptível então que, a instituição de ensino tem tarefa fundamental no processo visto que, é preciso usar da ciência e do progresso para melhorar o bem-estar das diferentes sociedades, que é a principal razão de existir. Sendo assim, entende-se que a prática docente é de fundamental importância na formação dos cidadãos que atuarão no meio, seja social ou ambiental. Em relação ao ensino superior, faz-se necessário que a educação ambiental se consolide de maneira coerente e não somente por meio de uma disciplina, embora a legislação autorize a criação de disciplinas nos cursos superiores, mas sim, por meio da integração do currículo como um todo (BERTON, 2016).

Assim, salienta-se que a UnirG considera em todos os seus projetos, tanto de desenvolvimento institucional, como nos pedagógicos dos cursos que mantém, o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que “institui a Política Nacional de Educação Ambiental”.

No curso de Direito desenvolve-se projeto de extensão relacionados ao tema ambiental, a exemplo: MEIO AMBIENTE E CIDADANIA, coordenado pela docente Me. Kárita Carneiro Pereira, o qual promove a conscientização ambiental através de ações integradoras entre a academia e a comunidade local e regional.

Outrossim, estes temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade, além de ministrados na Disciplina de Direito Ambiental que é ofertada durante o 9º período do curso, também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática, promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

Existe também a linha de pesquisa “Desenvolvimento regional e sustentabilidade” em que o tema é também trabalhado de forma transversal.

4.2.3 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

A geração e ampliação do conhecimento como objetivos da pesquisa vinculam-se à criação e à produção científica e tecnológica, cumprindo normas éticas que lhe são próprias, em especial quando produzidas sobre seres humanos, animais ou ambientes e espécies frágeis. Assim, a pesquisa configura-se indissociável do ensino e da extensão.

Na UnirG, no caminho dos desafios, além das ações já realizadas e em andamento, há destaques objetivos que abarcam ações com previsão de sucesso até 2023: a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa, a exemplo, a criação do Núcleo de Apoio à Ciência- NAC, estrutura administrativa e técnica especializada para pesquisa institucional; o fortalecimento de pesquisa de qualidade; o fortalecimento da inserção regional e a responsabilidade social da universidade na área da pesquisa. No PDI da instituição constam as ações estratégicas para 2019 a 2023 como políticas de pesquisa.

As Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Gurupi UnirG está em direção ao cumprimento da sua missão “*ser uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação*” e a seus valores institucionais. Esta política aplicar-se-á aos Campi e unidades administrativas da UnirG, pesquisadores, técnico-administrativos, docentes e graduandos, e relações com a comunidade interessada.

A Pesquisa e Pós-Graduação da UnirG buscará alcançar os princípios:

- Indissociabilidade do ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão universitária;
- Promoção e valorização de iniciativas de projetos científicos interdisciplinares, científicos inovadores e tecnológicos;
- Fortalecimento da inserção regional e a responsabilidade social da universidade na área da pesquisa e pós-graduação;
- Interação do ensino (graduação e pós-graduação), com estímulo aos

graduandos;

- Contínua capacitação e valorização de recursos humanos qualificados;
- Ética e publicidade do conhecimento científico;

Os Grupos de Pesquisa da Universidade UnirG estão cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPQ. Professores Doutores lideram os grupos de pesquisa e recebem total assistência e orientações da PROPESQ para o cadastramento dos grupos e demais ações. Atualmente estes são os grupos que se encontram inscritos e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, com as devidas linhas participantes.

Grupo 1 –Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade
Linha 1 - Cidadania, Estado e Políticas públicas
Linha 2 - Planejamento Territorial e Desenvolvimento
Social Econômico e Espacial Linha 3 - Tecnologia da
Informação Aplicada ao Agrobusiness
Linha 4 - Ciência Tecnologia, Inovação e
Empreendedorismo Linha 5 - Gestão
Organizacional

Grupo 2 –Prevenção e Promoção da Saúde
Linha 1- Epidemologia em Saúde
Linha 2- Aspectos multidisciplinares da Dor
Linha 3- Assistência ao usuário
no ambiente hospitalar Linha
4- Qualidade de Vida e saúde
mental
Linha 5-Produtos Naturais
Linha 6-Políticas públicas e gestão em saúde

Grupo 3 –Processos Educativos
Linha 1- Diversidade, inclusão e inovações pedagógicas
Linha 2- Educação, Diversidade Cultural e

Manifestações Corporais Linha 3- Formação de Professores e Práticas Educativas

Grupo 4 – Direito do Consumidor e Sociedade da Era Digital

Desenvolver a Pesquisa e a Pós-Graduação no âmbito da Universidade, integrando as áreas de produção de conhecimento científico na pesquisa, extensão e ensino desde a graduação, envolvendo e valorizando toda a comunidade acadêmica.

Objetivo 1. Implantar estruturas para a indissociabilidade do ensino, pesquisa, extensão universitária;

- *Meta- Implantação estrutural de apoio administrativo, técnico especializado e capacitação da academia.*

Objetivo 2. Estimular a produção científica na Universidade;

- *Meta –Estímulo à produção científica.*

Objetivo 3. Manter e alcançar novos convênios e parcerias com instituições públicas e privadas

- *Meta - Convênios e parcerias com instituições públicas e privadas*

Objetivo 4 – Aumentar os programas de cursos de pós-graduação na IES

- *Meta - Fortalecimento dos grupos de Pesquisa existentes ou criação de novos grupos*

O Curso de Direito aprovou em reunião do Conselho de Curso as seguintes linhas de pesquisa:

1) **CIDADANIA, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS.** O sentido conceitual que fundamentará a respectiva linha de pesquisa, parte do pressuposto da cidadania como desdobramento do Estado democrático de Direito, composto por cidadãos livres, independentes, vivendo em ambientes econômicos e sociais, que

oferecem democraticamente possibilidades de desenvolvimento de suas capacidades individuais e sociais, amparados pelas garantias jurídicas fundamentais (Constituição Federal/88, Art. 5º). A liberdade envolve, portanto, uma concepção de homem sob uma visão holística, envolto em suas múltiplas dimensões, razões pelas quais se tem a perspectiva de desenvolvimento regional como norte dessa política educacional.

2) **RESPONSABILIDADE SOCIAL:** No cenário mundial contemporâneo percebe-se o desenvolvimento de inúmeras transformações de ordem econômica, política, social e cultural que, por sua vez, se adaptam aos novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedade.

3) **ESTADO, ATIVIDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** O objetivo desta linha de pesquisa se assenta no estudo do Direito como instrumento regulador da convivência e da atividade humana frente o princípio constitucional da livre iniciativa e da garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

4.2.4 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Plano Estratégico de Alinhamento, a internacionalização na UnirG apresenta-se como estratégia chave para atualizar e melhorar o ensino ofertado, levando em consideração economia e sociedade cada vez mais interligadas com o mundo. Para que haja um incremento de habilidades e competências globais nos estudantes de graduação, a UnirG usará integração das dimensões internacional e intercultural possíveis aos cursos existentes, a partir do estímulo à transposição de barreiras linguísticas, da mobilidade docente e discente da aproximação com outras instituições internacionais de ensino superior.

Objetivos Específicos no “Eixo Ensino”:

1. Preparar os estudantes da graduação para que possam desempenhar suas atividades acadêmicas e profissionais de forma prática e competente em sociedades internacionais e multiculturais;

2. Divulgar amplamente oportunidades e iniciativas de internacionalização para os graduandos, professores e servidores da

UnirG, criando a semana da internacionalização prevista no calendário acadêmico;

3. Estimular os cursos a buscarem a dupla diplomação com IES estrangeiras.

4. Ofertar disciplinas total ou parcial em outras línguas estrangeiras nas modalidades presencial, ou EaD.

5. Implantar convênios de intercâmbio com universidades do Mercosul.

6. Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês.

7. Traduzir os conteúdos das disciplinas, inclusive as suas ementas, para o inglês.

8. Oportunizar a emissão de documentos internos da UnirG também em língua inglesa.

METAS	**AÇÕES**
Meta 1: Desenvolvimento da cultura de internacionalização e Capacitação	Criação do Clube de línguas.
	Ampliar o projeto de extensão CELU – para aperfeiçoamento do idioma inglês e espanhol em todos os campi para docentes, técnicos administrativos, graduandos e graduandos.
	Estimular ações envolvendo as tecnologias de informação e comunicação para promover eventos internacionais dentro da sala de aula.
	Criar mensalmente ações publicitárias voltadas para a conscientização da internacionalização na universidade.
	Organizar evento anual sobre internacionalização de currículo, internacionalização doméstica, relações internacionais.
Meta 2: Institucionalização da Internacionalização	Atualizar os PPC de todos os cursos
	Elencar disciplinas que devam conter em seu plano de aula ações envolvendo a internacionalização.
	Remodelar a gestão e os processos voltados à internacionalização para os *campi* da UnirG.
	Selecionar eventos internacionais para planejamento de possível participação.

	Incentivar o uso das tecnologias dentro da sala de aula para integração entre as IES internacionais conveniadas.
Meta 3: Incrementa cooperações internacionais visando maior captação de recursos	Celebrar acordos de cooperação com IES estrangeiras de reconhecido prestígio acadêmico que possuam interesses e motivações pela troca de conhecimentos que envolvam a região em que está inserida a UnirG.
	Implementar projetos de forma cooperada com pesquisadores, professores e extensionistas de IES estrangeiras ou em rede, bem como a captação conjunta de recursos de financiamento dos projetos.
Meta 4: Ampliar as publicações internacionais qualificadas	Incentivar publicações internacionais comrelevante fator de impacto e emcoautoria com autores estrangeiros.

Inseridas em um mundo em constante transformação e crescente globalização, as universidades precisam formar profissionais preparados para atuar no mundo do trabalho, em nível nacional e internacional, além de cidadãos conscientes e proativos frente aos desafios sociais contemporâneos.

Nesse contexto, a Universidade UnirG estabelece as políticas de Internacionalização articulando ensino, pesquisa e extensão nas suas várias modalidades e inclui no seu PDI o fortalecimento e a transversalização das ações de internacionalização, como um meio para desenvolver a educação superior, aprimorando a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela Universidade à comunidade acadêmica e à sociedade.

Esse processo exige um campo de intercâmbios, ou seja, a interconexão entre as formas diversas de experimentação, bem como metodologias de extensão universitária entre equipes de extensão de diferentes países, em que se espera potencializar a construção do conhecimento que se opera no âmbito das relações universidade-comunidade, oportunizando a pesquisadores-extensionistas e estudantes-extensionistas vivenciarem realidades sociais parcialmente distintas (pela geografia, língua ou pela cultura) e parcialmente comuns (condição econômica, social e tecnológica).

O curso de Direito promoverá ações visando parcerias para projetos de pesquisa a nível internacional. Bem como o incentivo à participação em eventos como “Coffee and Research” realizado em 19 de maio de 2021, sendo uma oportunidade de divulgação para a comunidade acadêmica dos trabalhos científicos publicados no exterior.

Ressalta-se ainda que além das ações supracitadas, a disciplina de Língua Inglesa será inserida como disciplina optativa na próxima estrutura curricular, onde o NDE está iniciando as discussões para nova formulação.

4.3 OBJETIVOS DO CURSO

4.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais do Direito dotados de uma sólida formação geral e humanística, capazes de atuar de forma consciente e ética em suas responsabilidades sociais e jurídicas. O curso visa proporcionar uma formação teórico-prática robusta, promovendo o pleno domínio de conceitos fundamentais e da terminologia jurídica, bem como o desenvolvimento das competências de argumentação, interpretação e análise crítica dos fenômenos jurídicos e sociais. Adicionalmente, busca-se capacitar o discente para a aplicação das formas consensuais de resolução de conflitos, com uma postura reflexiva, autônoma e proativa, indispensável ao exercício técnico e ético da advocacia, da prestação

jurisdicional e da promoção da cidadania, contribuindo para a realização da justiça e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

4.3.2 Objetivos Específicos

1. **Desenvolver a capacidade crítica e reflexiva:**
   - Fomentar nos alunos uma visão crítica e reflexiva acerca dos fenômenos jurídicos, sociais e culturais, incentivando a análise das questões jurídicas sob diferentes perspectivas, com ênfase em aspectos éticos e humanísticos.
2. **Proporcionar uma formação sólida em teoria e prática jurídica:**
   - Garantir que o aluno adquira domínio dos conceitos fundamentais do Direito, das terminologias jurídicas e das principais teorias que embasam os diversos ramos do saber jurídico, aliado ao desenvolvimento de habilidades práticas por meio de estágios supervisionados, atividades de extensão e práticas simuladas.
3. **Desenvolver a argumentação jurídica eficaz:**
   - Capacitar os estudantes a construírem argumentos jurídicos sólidos, baseados em uma interpretação adequada das normas e princípios jurídicos, promovendo a capacidade de formular, sustentar e defender pontos de vista de maneira clara e coerente.
4. **Estimular a valorização dos mecanismos consensuais de solução de conflitos:**
   - Formar profissionais aptos a utilizar os métodos alternativos de resolução de conflitos, como mediação, conciliação e arbitragem, incentivando uma postura de diálogo e consenso na busca por soluções pacíficas e equitativas.
5. **Promover a compreensão do Direito como instrumento de justiça social e cidadania:**
   - Incentivar a visão do Direito como ferramenta essencial para a promoção da justiça, da igualdade e do desenvolvimento da cidadania, preparando os alunos para o exercício ético e responsável de sua profissão em prol do bem comum e da inclusão social.

6. **Preparar para o exercício de uma advocacia ética e responsável:**
   - Desenvolver nos alunos a responsabilidade ética e o compromisso com a justiça e os direitos humanos, assegurando que o futuro profissional atue em conformidade com os princípios de dignidade, respeito e responsabilidade social.
7. **Capacitar para a atuação em diversas áreas do Direito:**
   - Fornecer uma formação ampla que permita ao aluno atuar em diferentes áreas jurídicas (advocacia, magistratura, promotoria, consultoria jurídica, etc.), com conhecimento especializado e capacidade de adaptação às demandas do mercado de trabalho.
8. **Fomentar a autonomia intelectual e a pesquisa jurídica:**
   - Incentivar o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e estudo autônomo, preparando o estudante para a investigação acadêmica, contribuindo para o avanço do conhecimento jurídico e para a solução de problemas práticos e teóricos.
9. **Desenvolver habilidades de liderança e de trabalho em equipe:**
   - Promover a capacidade de liderança, cooperação e trabalho em equipe, essenciais ao desenvolvimento de um profissional do Direito que atue de maneira eficaz em contextos colaborativos e multidisciplinares.
10. **Promover a formação filosófica e humanística no contexto das novas tecnologias da informação:**
    - Proporcionar ao aluno uma formação que integre saberes interdisciplinares, inserindo-o no contexto das novas tecnologias da informação e capacitando-o a compreender e aplicar os avanços tecnológicos no campo jurídico e social.
11. **Desenvolver uma formação técnico-jurídica contextualizada:**
    - Proporcionar uma formação técnico-jurídica que, além do enfoque dogmático, envolva o conhecimento e a aplicação dos diferentes ramos do Direito, sistematicamente estudados e contextualizados segundo a sua evolução histórica, social, econômica, política e cultural, considerando as relações internacionais do Brasil.
12. **Integrar prática jurídica e conteúdo teórico de forma interdisciplinar:**
    - Promover a integração entre a prática jurídica e os conteúdos teóricos

desenvolvidos, priorizando métodos alternativos de solução de conflitos e abordando problemas emergentes e transdisciplinares, em especial aqueles relacionados a desafios locais, regionais e globais.

13. **Desenvolver pensamento crítico e humanista com consciência sócio-política:**

    ● Proporcionar ao aluno uma visão crítica, fundamentada em uma concepção humanista, que fomente a formação de uma consciência socio-política, aliada ao raciocínio técnico e jurídico, como base para uma educação integral e o pleno acesso à Justiça.

14. **Fomentar valores éticos e de cidadania no ambiente acadêmico:**

    ● Estimular no meio acadêmico a reflexão sobre valores de ética e cidadania, promovendo a integração da técnica jurídica com questionamentos filosóficos e sociais sobre justiça, legitimidade e moral, como base para a prática jurídica responsável e cidadã.

4.4 PERFIL DO GRADUANDO

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi - UnirG objetiva formar cidadãos conscientes de seu papel e de sua atuação, enquanto agentes transformadores da realidade social, pautados na ética, cidadania e responsabilidade social, proporcionando uma sólida formação teórica e prática, com o necessário embasamento nos diversos campos das Ciências Jurídicas, transmitindo aos graduandos conteúdos gerais e específicos para que os mesmos, ao concluírem seu bacharelado, além da necessária habilitação técnica, possam contribuir com o aperfeiçoamento da sociedade, de forma crítica e humanística.

O Curso de Direito da UnirG, a partir da proposta de reformulação do Currículo Pleno aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, pretende destacar para o aluno, além de adequada formação técnica, uma formação humanista capaz de habilitá-lo à aplicação do Direito em mundo pós-moderno, segundo às necessidades sociais em vista à solução de conflitos, preservação da paz social, dotando o acadêmico de senso crítico com a finalidade de garantir a constante construção da ciência jurídica, diminuindo as diferenças sociais, culturais e o hiato existente entre o sistema educacional e a realidade.

A formação oferecida busca desenvolver competências para o domínio teórico e prático dos diversos ramos das Ciências Jurídicas, possibilitando ao graduado interpretar e aplicar o Direito de maneira reflexiva, crítica e criativa, em consonância com as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade contemporânea. Além de dominar a técnica jurídica, o graduado estará apto a promover a solução de conflitos por meios tradicionais e alternativos, contribuindo para a pacificação social e a preservação da justiça.

O egresso estará preparado para: a) **Respeitar e valorizar a dignidade da pessoa humana**, conforme os princípios constitucionais, atuando sempre de forma ética e comprometida com a justiça social; b) **Compreender as necessidades da comunidade local e regional**, aplicando seu conhecimento jurídico para a promoção do desenvolvimento social e a redução das desigualdades; c) **Exercer a cidadania de forma plena**, utilizando sua formação para defender os direitos fundamentais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária; d) **Respeitar a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito**, comprometendo-se com a defesa dos princípios democráticos e a promoção dos direitos fundamentais; e) **Buscar soluções alternativas para a resolução de conflitos**, aplicando métodos consensuais como mediação, conciliação e arbitragem, sempre com o objetivo de preservar a paz social e a harmonia entre as partes.

Além disso, o perfil do graduado é moldado pela capacidade de reflexão crítica sobre o ordenamento jurídico e suas aplicações, com uma visão interdisciplinar que integra o saber jurídico às realidades sociais, culturais e econômicas. O egresso do Curso de Direito da UnirG estará apto a contribuir não apenas para a aplicação técnica do Direito, mas também para a construção de uma sociedade mais equitativa, justa e comprometida com os valores constitucionais.

4.4.1 Habilidades e Competências

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi-TO, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pela Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, tem como objetivo formar bacharéis em Direito com as seguintes competências e habilidades:

1. **Interpretação e Aplicação do Direito:**
   - Capacitar o graduado a interpretar e aplicar normas jurídicas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, considerando também a experiência estrangeira e comparada quando pertinente, e articulando o conhecimento teórico com a prática na resolução de problemas jurídicos.
2. **Produção e Interpretação de Documentos Jurídicos:**
   - Desenvolver a competência para a leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos de natureza negocial, processual ou normativa, assegurando o uso adequado das normas técnico-jurídicas.
3. **Comunicação Jurídica Eficiente:**
   - Habilitar o graduando a se comunicar com precisão e clareza no exercício do Direito, tanto na forma escrita quanto oral, essencial para a defesa de interesses e formulação de argumentações jurídicas.
4. **Domínio da Metodologia Jurídica:**
   - Garantir o domínio de instrumentos metodológicos próprios do Direito, capacitando o graduado a compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício técnico-jurídico.
5. **Raciocínio e Argumentação Jurídica:**
   - Desenvolver habilidades de raciocínio lógico e argumentação jurídica com vistas à proposição de soluções e tomada de decisões em questões de natureza jurídica, utilizando-se de fundamentação coerente e técnica.
6. **Solução Consensual de Conflitos:**
   - Fomentar a cultura do diálogo e a adoção de métodos alternativos de solução de conflitos, como mediação e conciliação, promovendo a pacificação social por meio de soluções consensuais.
7. **Capacidade de Pesquisa Jurídica e Hermenêutica:**
   - Proporcionar o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, permitindo a utilização eficiente da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito, bem como a compreensão dos métodos interpretativos e da hermenêutica jurídica.
8. **Atuação em Diversas Instâncias Jurídicas:**
   - Capacitar o egresso a atuar com segurança em diferentes instâncias, sejam elas extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com domínio dos

processos, atos e procedimentos correspondentes.

9. Uso Adequado da Terminologia Jurídica:

- Garantir o uso correto da terminologia e das categorias jurídicas, possibilitando que o graduado se expresse de maneira técnica e precisa no exercício da advocacia ou outras funções jurídicas.

10. Respeito à Diversidade e Pluralismo Cultural:

- Desenvolver no graduado o respeito pela diversidade e o pluralismo cultural, estimulando uma postura inclusiva e sensível às diferentes realidades sociais.

11. Impacto das Novas Tecnologias no Direito:

- Capacitar o egresso a compreender e refletir sobre o impacto das novas tecnologias na área jurídica, preparando-o para lidar com inovações que afetam o Direito e sua aplicação.

12. Domínio de Tecnologias e Métodos Jurídicos Modernos:

- Assegurar o domínio de ferramentas tecnológicas e métodos contemporâneos de prática jurídica, capacitando o graduado a se adaptar e evoluir conforme as transformações do mercado jurídico.

13. Trabalho em Equipe e Interdisciplinaridade:

- Desenvolver a habilidade de trabalhar de forma colaborativa em equipes, tanto com profissionais do Direito quanto em grupos interdisciplinares, essenciais para a atuação em ambientes complexos e multifacetados.

14. Direitos Humanos e Perspectivas Transversais:

- Promover a compreensão de conceitos ontológico-profissionais relacionados aos direitos humanos, incentivando o desenvolvimento de perspectivas transversais que integrem a promoção da dignidade humana e a justiça social em todas as áreas de atuação jurídica.

Essas competências e habilidades visam preparar o egresso do Curso de Direito da UnirG para atuar de forma ética, técnica e reflexiva, capacitando-o para enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir efetivamente para o desenvolvimento da sociedade e do Estado de Direito.

4.5 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi/TO possui carga horária de 4.440 (quatro mil quatrocentas e quarenta quatro) horas/aulas, na modalidade de semestral, com duração de cinco anos, e tempo máximo de integralização acrescido de 50% (cinquenta por cento), e contemplando os seguintes eixos interligados de formação e respectivas cargas horárias, considerados os domínios estruturantes necessários à formação jurídica, aos problemas emergentes e transdisciplinares e aos novos desafios de ensino e pesquisa que se estabeleçam para a formação pretendida.

4.5.1 Eixo de Formação Geral

O eixo de formação geral objetiva oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação. É composto conforme se especifica:

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	C.H.
Teoria do Direito	04	60
Teoria do Estado	04	60
Pesquisa e Iniciação Científica	02	30
Direitos Humanos	02	30
Sociologia Jurídica	04	60
Teoria do Processo	04	60
Filosofia Jurídica	04	60
Tecnologias Digitais Aplicadas	02	30
Direito Internacional	04	60
Hermenêutica e Aplicação do Direito	02	30
Direito e Transformação Digital	02	30
Gestão Pública	02	30
Ética Profissional	02	30
Trabalho de Curso	02	30
TOTAL	**56**	**840**

4.5.2 Eixo de Formação Técnico-Jurídica

O eixo de formação técnico-jurídica abrange além do enfoque dogmático,

o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais. É composto conforme se especifíca:

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	C.H.
Direito Ambiental e Sustentabilidade	04	60
Direito Administrativo I	04	60
Direito Administrativo II	04	60
Direito Agrário	02	30
Direito Civil I	04	60
Direito Civil II	04	60
Direito Civil III	04	60
Direito Civil IV	04	60
Direito Civil V	04	60
Direito Civil VI	04	60
Direito Civil VII	04	60
Direito Constitucional I	04	60
Direito Constitucional II	04	60
Direito Coletivo do Trabalho	02	30
Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	02	30
Direito da Seguridade Social	04	60
Direito do Consumidor	02	30
Direito Empresarial I	04	60
Direito Empresarial II	04	60
Ética Profissional	02	30
Direito Financeiro	02	30
Direito Individual do Trabalho	04	60
Direito Penal I	04	60
Direito Penal II	04	60
Direito Penal III	04	60
Direito Penal IV	04	60
Direito Processual Civil I	04	60
Direito Processual Civil II	04	60
Direito Processual Civil III	04	60
Direito Processual Civil IV	04	60
Direito Processual Civil V	04	60
Direito Processual Penal I	04	60
Direito Processual Penal II	04	60
Direito Processual Penal III	04	60

Direito Processual do Trabalho	04	60
Direito Processual Administrativo e Constitucional	02	30
Direito Tributário I	04	60
Direito Tributário II	04	60
Métodos Consensuais de Solução dos Conflitos	02	30
TOTAL	**140**	**2.100**

4.5.3 Eixo de Formação Prático-profissional

O eixo de formação prático-profissional objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, conforme se especifica:

4.5.3.1 Prática Jurídica – Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

A prática jurídica desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) além de ser componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do graduando, é composta por aulas práticas, conforme se especifica abaixo:

Práticas Jurídicas	**PRÁTICA (NPJ)**	
	CRÉDITOS	**HORAS**
Laboratório de Prática Jurídica I	04	60
Laboratório de Prática Jurídica II	04	60
Laboratório de Prática Jurídica III	04	60
Laboratório de Prática Jurídica IV	04	60
Laboratório de Prática Jurídica V	02	30
Serviço de Assistência Jurídica I	04	60
Serviço de Assistência Jurídica II	04	60
Serviço de Assistência Jurídica III	04	60
Serviço de Assistência Jurídica IV	02	60

Serviço de Assistência Jurídica V	02	30
TOTAL	**34**	**540**

4.5.4 Atividades Complementares

As atividades complementares objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso.

Desta maneira, são desenvolvidas por meio de mecanismos interdisciplinares, institucionais, a partir de interação dos docentes de cada período da estrutura curricular do curso.

Tais atividades consistem em seminários, extensão, monitorias, práticas extracurriculares, outras desenvolvidas em atenção às competências e habilidades propostas no curso e, em atividades quem envolvem disciplinas pertencentes aos demais cursos de graduação da Universidade UNIRG ou em atividades extracurriculares oferecidas em conformidade com programas complementares e interdisciplinares, desenvolvidas pela instituição no decorrer do curso.

Deverão ser integralizadas pelo acadêmico a título de atividades complementares e interdisciplinares, a carga horária mínima de 235 (duzentos e trinta e cinco) horas/aulas, conforme especificado:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES (235)		
Ambiente	**Grupo**	**Espécie**
Acadêmico(de livre escolha do aluno)	**Ensino** (na própria IES ou foradela)	● cursos de nivelamento oferecidos pela UnirG; ● disciplinas, módulos ou atividades de outros cursos, com obtenção de aprovação e certificação; ● módulos temáticos certificados (minicursos, seminários, etc.); ● participações certificadas em eventos; ● relatórios de defesas assistidas de trabalhos de cursos(graduação e pós-graduação); ● monitorias em disciplinas jurídicas, com obtenção deaprovação e certificação;

	Pesquisa (na própria IES ou foradela)	● relatórios de atividades, projetos e programas de pesquisa; ● publicações jurídicas em revistas, jornais, bloggers e sites(resenhas, comentários, artigos, etc.);
	Institucional (na própria IES)	● representações certificadas em órgãos colegiados; ● exercício comprovado de cargos eletivos em órgãos derepresentação estudantil;
Não acadêmico **(de livre escolha do aluno)**	**Cultural**	● produção artística (música, poesia, literatura, vídeos, críticamusical e literária, etc.); ● relatórios de atividades, projetos e programas culturais; ● cursos livres certificados (informática, idiomas, etc.); ● participações certificadas como organizador, coordenador, ministrante, moderador, avaliador, etc., em eventos culturais;
	Interativo	● bloggers e sites com publicações periódicas e acompanhamento sistemático e contínuo pelo público alvo;
	Assistencial	● participações regulares comprovadas em ONGs, associaçõese entidades que prestam serviço voluntário;
	Profissional	● estágios externos certificados; ● relatórios de audiências, sessões, júris e outras modalidadesde situações e acontecimentos jurídico-profissionais;

4.5.5 Articulação da Teoria com a Prática

No Curso de Direito, a articulação entre teoria e prática é fundamental e se baseia na premissa de que o conhecimento jurídico deve emergir da prática, retornando a ela através de uma mediação teórica crítica e reflexiva. Esse processo dialógico entre prática e teoria visa promover uma compreensão aprofundada das realidades sociais enfrentadas pelos alunos, permitindo que o saber jurídico seja continuamente construído e reconstruído à luz dos desafios contemporâneos.

Nesse sentido, metodologias sociointerativas são ferramentas essenciais para fortalecer essa articulação. Elas estimulam a adoção de práticas pedagógicas dinâmicas que integram o processo de ensino-aprendizagem como instrumento de desenvolvimento do discente. Tais metodologias incentivam a pesquisa ativa, a discussão reflexiva e o debate crítico, fomentando a cultura da investigação jurídica e da análise de situações-problema. Dessa forma, o estudante é constantemente desafiado a pensar de maneira crítica e criativa sobre os fenômenos jurídicos, promovendo uma formação mais completa e integrada.

A integralização curricular vai além da prática jurídica proporcionada pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e inclui atividades complementares e o Trabalho de Curso, desenvolvidas ao longo de toda a graduação. Essas atividades são concebidas para fomentar a interdisciplinaridade e a transversalidade, ampliando o repertório acadêmico do estudante. Além disso, o currículo contempla experiências como a iniciação científica, extensão universitária e a participação em eventos culturais, científicos e educacionais, enriquecendo o processo formativo com vivências que aproximam o aluno da realidade social e jurídica.

Essas estratégias pedagógicas asseguram que o graduando em Direito esteja preparado não apenas para a prática técnica, mas também para o pensamento crítico e inovador, apto a contribuir com o aprimoramento da Justiça e o desenvolvimento social por meio de uma sólida base teórica e prática.

4.5.6 Flexibilidade

As diretrizes pedagógicas adotadas pelo Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG promovem a flexibilização dos componentes curriculares, possibilitando ao estudante uma formação mais adaptável e personalizada, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação. O projeto pedagógico é estruturado para conciliar a necessidade de uma formação sólida e estruturada com a capacidade de oferecer ao aluno opções que atendam suas necessidades individuais e interesses acadêmicos.

Sob a égide do regime seriado adotado pela Instituição, o curso organiza cada período letivo em dois blocos: um bloco fixo, composto por disciplinas obrigatórias, e outro bloco flexível, formado por disciplinas optativas, permitindo que o estudante escolha, de acordo com suas preferências, as áreas em que deseja aprofundar seus estudos. Essa flexibilidade curricular visa não apenas ampliar as possibilidades de formação, mas também incentivar o protagonismo do aluno em sua trajetória acadêmica, permitindo-lhe moldar sua formação conforme seus interesses e aspirações profissionais.

Além das disciplinas optativas, o curso de Direito também promove a flexibilização por meio das Atividades Complementares, que constituem um espaço curricular voltado para o desenvolvimento de competências específicas e

atendimento das individualidades do aluno. As Atividades Complementares abrangem diversas atividades acadêmicas, culturais, científicas e sociais, possibilitando ao estudante complementar sua formação com experiências práticas, de pesquisa e extensão, que o aproximam ainda mais da realidade jurídica e social.

Essas formas de flexibilização asseguram uma formação jurídica plural, interdisciplinar e adaptável às mudanças e desafios contemporâneos, garantindo que o egresso do curso esteja preparado para atuar em diferentes contextos e áreas do Direito, com uma formação sólida, mas também personalizada e crítica.

4.5.7 Intra-Interdisciplinaridade e Transversalidade

A Universidade de Gurupi – UnirG reconhece a importância central da interdisciplinaridade e transversalidade no processo de ensino e aprendizagem, propondo uma abordagem pedagógica que substitui a visão fragmentada do conhecimento por uma perspectiva holística e integrada. Essa concepção compreende o ser humano como um todo, com múltiplas dimensões e capacidades, e visa romper com o isolamento entre as disciplinas, promovendo uma interação contínua e produtiva entre os diferentes campos do saber.

A interdisciplinaridade, nesse contexto, refere-se à integração efetiva entre disciplinas, possibilitando trocas intensas e uma colaboração constante entre os diversos saberes que compõem o curso. No Curso de Direito, essa prática é essencial para que os estudantes desenvolvam múltiplos raciocínios e interpretações sobre o mesmo objeto de estudo, o que contribui para a formação de um profissional capacitado a enfrentar a complexidade dos problemas jurídicos contemporâneos. A interdisciplinaridade é realizada por meio de **ações específicas propostas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC)**, que incluem:

1. **Construção de Conteúdos Interdisciplinares**:
   - Equipes de professores de diferentes áreas do Direito trabalham conjuntamente para elaborar atividades integradoras, que buscam conectar conceitos de várias disciplinas, promovendo uma visão mais ampla e completa do conhecimento jurídico. Essas atividades também

incentivam o autoestudo, ampliando a capacidade do estudante de relacionar as diversas áreas do Direito.

2. **Espaços de Discussão Docente**:
   - O PPC prevê a organização periódica de reuniões entre os docentes das diferentes disciplinas, com o objetivo de estabelecer o inter-relacionamento entre os conteúdos ministrados. Esses espaços de discussão permitem que os professores alinhem suas abordagens pedagógicas, promovendo uma maior integração entre os planos de ensino e aprendizagem e, consequentemente, uma formação mais coesa e interdisciplinar.

3. **Integração entre Teoria e Prática**:
   - A articulação entre teoria e prática é um dos pilares do PPC, sendo realizada por meio de programas como pesquisa acadêmica, monitoria, estágio supervisionado e atividades complementares. Esses programas não apenas permitem que o estudante aplique o conhecimento teórico em contextos práticos, mas também fortalecem a interdisciplinaridade ao integrar diferentes áreas do Direito, possibilitando uma visão crítica e reflexiva.

Além dessas ações, a interdisciplinaridade no PPC do Curso de Direito da UnirG é complementada pela **transversalidade**, que propõe a desconstrução e reconstrução das relações entre os saberes, permitindo que temas fundamentais, como ética, cidadania, direitos humanos e justiça social, permeiem todo o currículo. Isso ressignifica o conhecimento adquirido e favorece uma formação mais conectada com as demandas contemporâneas da sociedade.

Assim, a transversalidade complementa essa abordagem ao propor a desconstrução e reconstrução das relações entre os saberes, permitindo que o conhecimento seja ressignificado e aplicado de maneira mais fluida e conectada. Essa prática possibilita que temas fundamentais e transversais, como ética, cidadania, direitos humanos e justiça social, permeiem todo o currículo, influenciando a formação do estudante em todas as etapas do curso. A transversalidade atua como um caminho para integrar os saberes de maneira orgânica, favorecendo a reflexão crítica e a aplicação prática dos conceitos

aprendidos.

Dessa forma, as ações previstas no PPC garantem que a interdisciplinaridade e a transversalidade sejam efetivamente integradas ao processo de ensino-aprendizagem, evitando a compartimentalização do saber e assegurando uma formação jurídica sólida, crítica e inovadora. Isso capacita o graduando a lidar com os desafios complexos e multidimensionais da sociedade e do mundo jurídico de forma eficaz e ética.

4.5.8 Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal

A Universidade de Gurupi – UnirG, em consonância com as legislações vigentes, reafirma seu compromisso com a promoção de uma educação inclusiva e acessível a todos, independentemente de classe, credo, raça ou condição física ou cognitiva. A instituição segue rigorosamente as normas de acessibilidade estabelecidas pela Portaria MEC nº 3.284/2003, o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, garantindo que os estudantes portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida tenham pleno acesso ao ambiente acadêmico e aos recursos educacionais.

Acessibilidade Arquitetônica e Infraestrutural

Para atender às necessidades de estudantes com deficiência física, a UnirG adota medidas específicas de acessibilidade nas suas instalações, eliminando barreiras arquitetônicas que possam dificultar a circulação e a utilização dos espaços de uso coletivo. As adequações incluem:

- **Eliminação de barreiras arquitetônicas**, permitindo o acesso livre a todas as áreas da Instituição;
- **Vagas reservadas em estacionamentos** próximas às unidades de serviço, garantindo fácil acesso;
- **Rampas e elevadores** adaptados para cadeirantes, facilitando a mobilidade em todos os prédios;
- **Banheiros adaptados**, com portas ampliadas e barras de apoio, permitindo a acessibilidade de cadeirantes;
- **Bebedouros, lavabos e telefones públicos em altura acessível**,

para facilitar o uso por pessoas com deficiência.

Acessibilidade para Deficientes Visuais

Para atender às demandas de estudantes com deficiência visual, a Instituição assume o compromisso de fornecer recursos de apoio pedagógico específicos, como:

- Sala de apoio equipada com máquina de datilografia braille, impressora braille, sistema de síntese de voz, gravadores e equipamentos de ampliação de textos, entre outros recursos que garantam a autonomia do aluno com deficiência visual;
- Implementação de um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de materiais auditivos, como fitas sonoras e audiolivros, para auxiliar no processo de aprendizagem.

Acessibilidade para Deficientes Auditivos

Em relação aos estudantes com deficiência auditiva, a UnirG compromete-se a:

- Disponibilizar, sempre que necessário, intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) durante avaliações e outras atividades acadêmicas importantes;
- Promover a flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico e compreensivo, em vez de focar exclusivamente em erros gramaticais;
- Estimular o aprendizado da língua portuguesa escrita, com o intuito de capacitar o aluno a utilizar o vocabulário técnico necessário para sua formação jurídica;
- Fornecer aos professores literatura e informações sobre as especificidades linguísticas dos alunos surdos, contribuindo para uma abordagem pedagógica inclusiva e eficaz.

Tratamento Diferenciado e Atendimento Prioritário

A UnirG também adota medidas inclusivas no que se refere à

estrutura e atendimento preferencial, assegurando:

- **Assentos preferenciais e instalações acessíveis** para estudantes com necessidades especiais;
- Mobiliário adaptado às **normas técnicas de acessibilidade** da ABNT, proporcionando atendimento adequado às pessoas em cadeiras de rodas;
- **Atendimento especializado** para pessoas com deficiência auditiva, visual, mental ou múltipla, incluindo intérpretes de LIBRAS e guias intérpretes para surdocegos;
- **Áreas especiais para embarque e desembarque**, facilitando o acesso seguro e confortável às instalações da Instituição;
- **Sinalização ambiental acessível**, orientando os estudantes com deficiência de maneira clara e eficiente;
- **Autorização para entrada e permanência de cão-guia**, em conformidade com a legislação, garantindo a mobilidade dos alunos que necessitam desse tipo de assistência.

Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Em cumprimento à Lei nº 12.764/2012, que trata dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a UnirG mantém estrutura específica para atendimento especializado no HELP (Hospital Escola e Laboratório de Práticas), oferecendo suporte por meio de agendamento para garantir o acompanhamento adequado dos alunos com TEA.

Dessa forma, a Universidade de Gurupi demonstra seu compromisso com a promoção da acessibilidade pedagógica e atitudinal, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, possam exercer seu direito à educação de maneira plena e digna, com equidade e respeito à diversidade.

4.5.9 Matriz curricular

Em cumprimento as determinações dos artigos da Resolução 05/2018-CNE e conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9394/96) em

seu Art.47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Quanto aos conceitos adotados em relação ao Ano Acadêmico: O ano acadêmico não é composto de 365 dias, mas sim de 200 dias de trabalho escolar efetivo, conforme a LDB. A semana acadêmica, por sua vez, é composta por 6 dias (segunda a sábado), o que implica haver no mínimo 17 semanas por semestre em um ano escolar (17 semanas x 6 dias = 102 dias. No entanto, conforme Parecer CNE/CES n 261/2006: “A hora-aula é decorrente de necessidades acadêmicas das instituições de educação superior, não obstante também está referenciada às questões de natureza trabalhista. Nesse sentido, a definição quantitativa em minutos do que consistea hora-aula é uma atribuição das instituições de educação superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.” (grifo nosso)

Desta forma, conclui-se que a hora-aula equivale ao padrão unitário de tempo utilizado pela instituição para definir a carga horária necessária ao desenvolvimento de cada conteúdo curricular (a carga horária de cada disciplina é fixada em horas- aula). Duração da Hora- Aula: A quantificação do número de minutos de uma hora- aula é uma questão pedagógica, a ser administrada pela instituição, a partir de sua realidade e projetos institucionais. Pode ou não coincidir com a hora relógio, respeitados o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, as orientações das Diretrizes Curriculares e as cargas horárias mínimas dos cursos, quando for o caso, além das demais normas legais vigentes.

Com base no exposto, a hora-aula pode ser menor que 60 min, mas o total da carga horária dos cursos deve ser mantida em hora relógio. O que devemos é garantir que as estruturas curriculares dos cursos cumpram as cargas horárias mínimas estabelecidas nas Diretrizes de curso em “horas-relógio”, respeitando o período mínimo de 200 (duzentos) dias letivos.

Nesse sentido, considerando a média geral da Carga Horária de Integralização dos cursos da UnirG, o nosso sistema acadêmico trabalha com uma média de carga horária de integralização de horas-relógio, conforme segue abaixo: Então, **uma disciplina de 60 horas equivale a 3600 minutos (60 horas x 60min = 3600 minutos – hora-relógio).** Dividindo esse total por 50 minutos (hora-aula adotada na UnirG) resulta no Encargo Didático de 72 horas-aula.

Modelo vigente na UnirG

- 15 horas: Para se saber exatamente como é calculado o crédito do Curso, observe: 1 crédito equivale a 15 horas de aula teórica ou 30 horas de aula prática por semestre. No caso dos Requisitos Curriculares Complementares, o crédito é determinado de acordo com a atividade desenvolvida.
- Para cada 1 crédito com 15 horas relógio, visto que as aulas ministradas na Universidade UnirG são de 50 minutos, teremos 18 horas aula. Por isso é necessários 18 encontros de acordo com os créditos de cada disciplina.

Ex: disciplina de 1 crédito - 15hs/relógio x 60min/50min = 18hs aula Ex: disciplina de 2 créditos - 30hs/relógio x 60min/50min = 36hs aula Ex: disciplina de 4 créditos - 60hs/relógio x 60min /50min = 72hs aula

- CÁLCULO DE HORA/RELÓGIO

60h/aula ÷ 50min X 60min: 72h/relógio

- CÁLCULO DE HORA/AULA

72 X 50min ÷ 60min = 60h/aula

Duração da semana letiva: 06 (seis) dias – Segunda à Sábado; Período de horas-aula por turno: 04 (quatro)

Duração da hora-aula: 50 minutos

Duração do Semestre Letivo: 18 (dezoito) semanas que correspondem aos 108 dias letivos.

Uma disciplina de 60 horas = 72 horas-aula (de 50 minutos) considerando 4 aulas por semana: 18 semanas x 4 aulas/semana X 50 min/aula = 3600 minutos.

Segue abaixo a matriz curricular do curso de Direito.

Curso: **DIREITO**

RESUMO

Turno: **Matutino/ Noturno**
Modalidade: **Bacharelado**
Formato: **Presencial**
Vigência: **A partir de 2023/1**
Duração: **05 anos**
Duração Mínima: **10 semestres (05 anos)**
Duração Máxima: **15 semestres (07 anos e meio)**

DESCRIÇÃO	Créditos	C/H Total 60 min.	C/H Total Hora/Aula	Percentual
Carga Horária Presencial (Teoria):	**121**	**1.815**	**2.178**	**49,5%**
Carga Horária Presencial (Prática):	**18**	**270**	**324**	**7,29%**
Carga Horária Presencial (Extensão Curricularizada):	**25**	**375**	**450**	**10,13%**
Carga horária Presencial (Estágio Supervisionado):	**18**	**270**	**324**	**7,29%**
Carga Horária Educação à Distância (EAD):	**49**	**735**	**882**	**19,86%**
Atividades Complementares:	**-**	**235**	**282**	**6,35%**
TOTAL	**231**	**3.700**	**4.440**	**100%**

PRIMEIRO PERÍODO

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
1	63011475	Teoria do Direito	4	30	-	-	-	30	60	72	-
2	63011476	Teoria do Estado	4	30	-	-	-	30	60	72	-
3	63011462	Direito Civil I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
4	63011469	Direito Constitucional I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
5	63011486	Tecnologias Digitais Aplicadas	2	15	-	-	-	15	30	36	-
6	63011487	Pesquisa e Iniciação Científica	2	30	-	-	-	-	30	36	-
7	63011139	Atividades Integradoras I	1	-	-	15	-	-	15	18	-
		Subtotal	**21**	**225**	**0**	**15**	**0**	**75**	**315**	**378**	-

SEGUNDO PERÍODO

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
8	63011488	Sociologia Jurídica	4	15	-	30	-	15	60	72	-
9	63011463	Direito Civil II	4	60	-	-	-	-	60	72	-
10	63011470	Direito Constitucional II	4	45	-	15	-	-	60	72	-
11	63011471	Direito Penal I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
12	63011489	Direito Internacional	4	30	-	-	-	30	60	72	-
13	63011140	Atividades Integradoras II	1	-	-	15	-	-	15	18	-
		Subtotal	**21**	**210**	**0**	**60**	**0**	**45**	**315**	**378**	-

TERCEIRO PERÍODO

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
14	63011490	Filosofia Jurídica	4	30	-	15	-	15	60	72	-
15	63011464	Direito Civil III	4	60	-	-	-	-	60	72	-
16	63011491	Direito Humanos	2	-	-	15	-	15	30	36	-
17	63011472	Direito Penal II	4	60	-	-	-	-	60	72	-

18	63011477	Teoria do Processo	4	45	-	15	-	-	60	72	-
19	63011492	Direito Ambiental e Sustentabilidade	4	30	-	30	-	-	60	72	-
20	63011141	Atividades Integradoras III	1	-	-	15	-	-	15	18	-
		Subtotal	**23**	**225**	**0**	**90**	**0**	**30**	**345**	**414**	-

QUARTO PERÍODO

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
21	63011493	Direito Financeiro	2	-	-	-	-	30	30	36	-
22	63011494	Hermenêutica e Aplicação do Direito	2	30	-	-	-	-	30	36	-
23	63011495	Direito e Transformação Digital	2	-	-	-	-	30	30	36	-
24	63011465	Direito Civil IV	4	30	-	-	-	30	60	72	-
25	63011473	Direito Penal III	4	30	-	-	-	30	60	72	-
26	63011478	Direito Processual Penal I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
27	63011496	Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	2	-	-	15	-	15	30	36	-
28	63011481	Direito Processual Civil I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
29	63011142	Atividades Integradoras IV	1	-	-	15	-	-	15	18	-
		Subtotal	**25**	**210**	**0**	**30**	**0**	**135**	**375**	**450**	-

QUINTO PERÍODO

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
30	63011466	Direito Civil V	4	30	-	-	-	30	60	72	-
31	63011482	Direito Processual Civil II	4	60	-	-	-	-	60	72	-
32	63011479	Direito Processual Penal II	4	60	-	-	-	-	60	72	-
33	63011474	Direito Penal IV	4	30	-	-	-	30	60	72	-
34	63011456	Atividades Integradoras V	1	-	-	15	-	-	15	18	-
35	63011497	Laboratório de Prática Jurídica I – Civil	4	-	60	-	-	-	60	72	63011477 63011496 63011481
36	63011502	Serviço de Assistência Jurídica I – Civil	4	-	-	-	60	-	60	72	63011477 63011496 63011481
		Subtotal	**25**	**150**	**60**	**15**	**60**	**60**	**375**	**450**	

SEXTO PERÍODO

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
37	63011467	Direito Civil VI	4	30	-	-	-	30	60	72	-
38	63011483	Direito Processual Civil III	4	60	-	-	-	-	60	72	-
39	63011480	Direito Processual Penal III	4	60	-	-	-	-	60	72	-
40	63011507	Direito Administrativo I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
41	63011457	Atividades Integradoras VI	1	-	-	15	-	-	15	18	-
42	63011498	Laboratório de Prática Jurídica II – Penal	4	-	60	-	-	-	60	72	63011497 63011502 63011477 63011478 63011479
43	63011503	Serviço de Assistência Jurídica II – Penal	4	-	-	-	60	-	60	72	63011497 63011502 63011477 63011478 63011479
		Subtotal	**25**	**210**	**60**	**15**	**60**	**30**	**375**	**450**	

SÉTIMO PERÍODO											
Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
44	63011468	Direito Civil VII	4	30	-	-	-	30	60	72	-
45	63011509	Direito Individual do Trabalho	4	30	-	-	-	30	60	72	-
46	63011484	Direito Processual Civil IV	4	60	-	-	-	-	60	72	-
47	63011508	Direito Administrativo II	4	60	-	-	-	-	60	72	-
48	63011458	Atividades Integradoras VII	1	-	-	15	-	-	15	18	-
49	63011499	Laboratório de Prática Jurídica III – Civil	4	-	60	-	-	-	60	72	63011482 63011483 63011497 63011502 63011498 63011503
50	63011504	Serviço de Assistência Jurídica III – Civil	4	-	-	-	60	-	60	72	63011482 63011483 63011497 63011502 63011498 63011503
		Subtotal	**25**	**180**	**60**	**15**	**60**	**60**	**375**	**450**	-

OITAVO PERÍODO											
Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
51	63011485	Direito Processual Civil V	4	60	-	-	-	-	60	72	-
52	63011512	Direito Empresarial I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
53	63011510	Direito Coletivo do Trabalho	2	30	-	-	-	-	30	36	-
54	63011514	Direito da Seguridade Socia	4	60	-	-	-	-	60	72	-
55	63011459	Atividades Integradoras VIII	1	-	-	15	-	-	15	18	-
56	63011515	Metodologia da Pesquisa Científica	2	15	-	-	-	15	30	36	63011487
57	63011500	Laboratório de Prática Jurídica IV – Civil e Trabalhista	4	-	60	-	-	-	60	72	63011484 63011509 63011497 63011502 63011498 63011503 63011499 63011504
58	63011505	Serviço de Assistência Jurídica IV – Civil e Trabalhista	4	-	-	-	60	-	60	72	63011484 63011509 63011497 63011502 63011498 63011503 63011499 63011504
		Subtotal	**25**	**225**	**60**	**15**	**60**	**15**	**375**	**450**	

NONO PERÍODO											
Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
59	63011513	Direito Empresarial II	4	30	-	-	-	30	60	72	-
60	63011516	Direito do Consumidor	2	-	-	30	-	-	30	36	-
61	63011517	Direito Tributário I	4	60	-	-	-	-	60	72	-
62	63011511	Direito Processual do Trabalho	4	30	-	-	-	30	60	72	-
63	63011519	Trabalho de Curso	2	15	-	-	-	15	30	36	63011515
64	63011460	Atividades Integradoras IX	1	-	-	15	-	-	15	18	-
65	-	Optativa I	2	-	-	-	-	30	30	36	-

66	63011501	Laboratório de Prática Jurídica V – Trabalhista e Previdenciário	2	-	30	-	-	-	30	36	63011485 63011510 63011514 63011497 63011502 63011498 63011503 63011499 63011504 63011500 63011505
67	63011506	Serviço de Assistência Jurídica V – Trabalhista e Previdenciário	2	-	-	-	30	-	30	36	63011485 63011510 63011514 63011497 63011502 63011498 63011503 63011499 63011504 63011500 63011505
		Subtotal	**23**	**135**	**30**	**45**	**30**	**105**	**345**	**414**	

ÉCIMO PERÍODO

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
68	63011520	Gestão Pública	2	-	-	15	-	15	30	36	-
69	63011521	Direito Agrário	2	-	-		-	30	30	36	-
70	63011518	Direito Tributário II	4	45	-	15	-	-	60	72	-
71	63011522	Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	2	-	-	15	-	15	30	36	-
72	63011523	Direito Processual Administrativo e Constitucional	2	-	-	-	-	30	30	36	-
73	63011524	Ética Profissional	2	-	-	-	-	30	30	36	-
74	63011461	Atividades Integradoras X	2	-	-	30	-	-	30	36	-
75	-	Optativa II	2	-	-	-	-	30	30	36	-
		Subtotal	**18**	**45**	**0**	**75**	**0**	**150**	**270**	**324**	
		TOTAL	**231**	**1.815**	**270**	**375**	**270**	**735**	**3.465**	**4.158**	

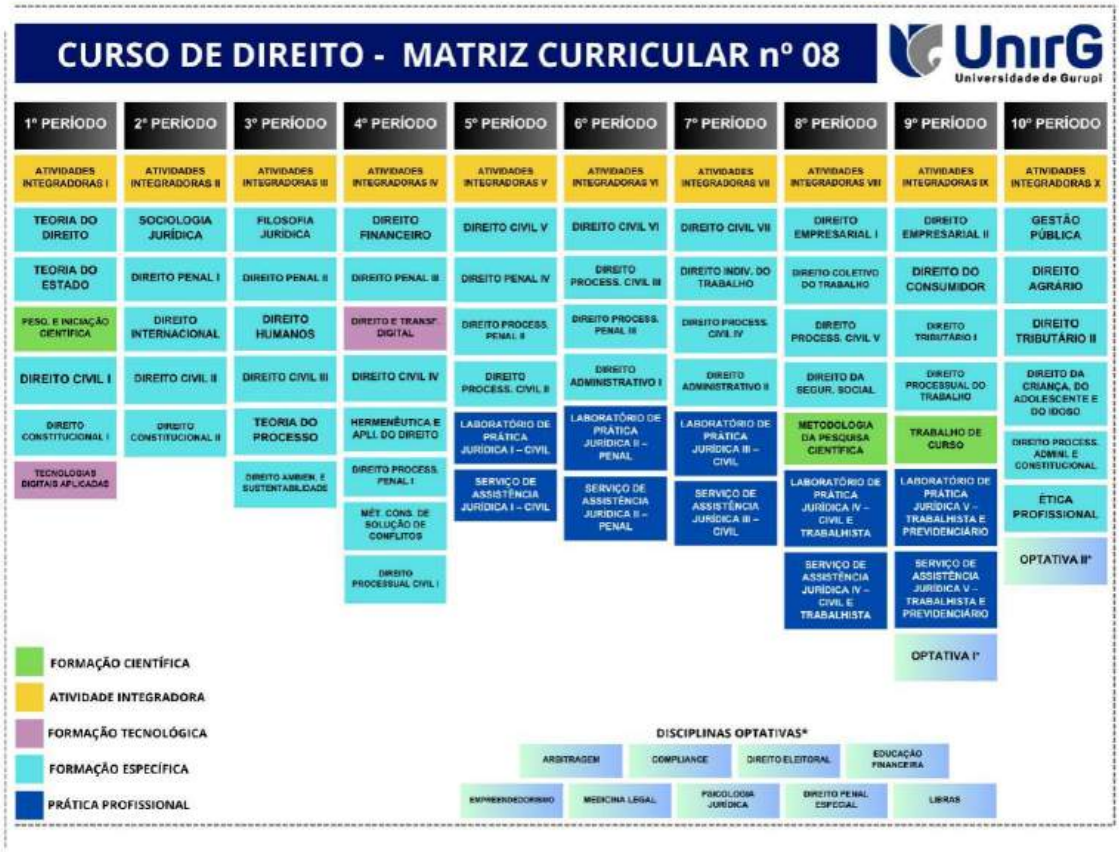
Descrição das Somatórias	Créditos	C/H 60 min	C/H Teórica Presencial	C/H EAD	C/H Extensão	C/H 50 min. Hora/aula
Disciplinas	231	2.925	1.815	735	375	3.510
Atividades Complementares / HAC	-	235	-	-	-	282
Estágio Supervisionado/Aula Prática	-	540	-	-	-	648
TOTAL		**3.700**	**-**	**-**	**-**	**4.440**

DISCIPLINA OPTATIVAS

Ordem	Código	Disciplina	Total de Créditos	Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.	Pré – requisito
				Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
-	63011525	Arbitragem	2	-	-	-	-	30	30	36	-
-	63011526	Compliance	2	-	-	-	-	30	30	36	-
-	63011527	Direito Eleitoral	2	-	-	-	-	30	30	36	-
-	63011528	Educação Financeira	2	-	-	-	-	30	30	36	-
-	63011529	Empreendedorismo	2	-	-	-	-	30	30	36	-
-	63011530	Libras	2	-	-	-	-	30	30	36	-

-	63011531	Medicina Legal	2	-	-	-	-	30	30	36	-
-	63011532	Psicologia Jurídica	2	-	-	-	-	30	30	36	-
-	63011533	Direito Penal Especial	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Representação Gráfica do curso de Direito



4.5.10 Conteúdos Curriculares

A definição dos conteúdos desenvolvidos no curso de Direito partiu de premissas teóricas, onde a elaboração curricular leva em conta a análise da realidade, operada com referenciais específicos, tais como:

- sócioantropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado;
- psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- pedagógico, que se apropria do conhecimento gerado na sala de aula em experiências prévias, bem como, por meio da ressignificação dos

conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos pautados na problematização requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, estudos em grupos entre outras.

ANTROPOLOGIA

Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, que alterou o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, incluindo expressamente os estudos de Antropologia na formação jurídica, informamos que a Matriz Curricular nº 08 do Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG, vigente desde 2023/1, contempla esta exigência de forma estruturada, interdisciplinar e transversal, por meio de componentes obrigatórios, optativos, projetos de extensão e atividades complementares.

A disciplina Sociologia Jurídica, ofertada no 2º período, é o principal componente em que os fundamentos da Antropologia Jurídica e Cultural são abordados de maneira sistematizada. Seu conteúdo inclui o estudo da cultura, identidade, diversidade, pluralismo jurídico, relações entre direito e sociedade, povos tradicionais, comunidades indígenas e quilombolas, além de promover uma análise crítica das estruturas jurídicas sob a ótica da diversidade humana. A carga horária total é de 72 horas (60 min), integrando atividades teóricas, extensão curricularizada e EAD, permitindo que o estudante compreenda o Direito em contextos multiculturais e socialmente diversos.

A disciplina Psicologia Jurídica, oferecida como optativa, também contribui significativamente ao abordar conteúdos relacionados à Antropologia Biológica, especialmente no que se refere às bases biológicas do comportamento humano, à estrutura psíquica, à subjetividade e às relações sociais. Com carga horária de 36 horas (50 min), essa disciplina favorece uma compreensão mais ampla e integrada do ser humano nas suas dimensões psicológica, biológica e jurídica.

Outras disciplinas da matriz curricular também integram, de forma transversal, conteúdos antropológicos relevantes:

- **Direitos Humanos**: promove reflexões sobre diversidade cultural, dignidade humana, igualdade, inclusão social e proteção de minorias, sendo essencial à formação humanista do jurista;
- **Teoria do Estado**: possibilita a compreensão histórica e cultural da formação das estruturas políticas e jurídicas, com forte interface com a **Antropologia Política**;
- **Direito Internacional**: inclui o respeito à diversidade cultural e à autodeterminação dos povos, com ênfase em sistemas jurídicos plurais;
- **Direito Ambiental e Sustentabilidade**: O Direito Ambiental tem reconhecido, sobretudo após a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a importância da pluralidade epistemológica, com destaque para o princípio da equidade intergeracional e intercultural. Na disciplina é possível abordar as diversas formas como os grupos humanos se relacionam com a natureza, considerando cosmologias, tradições, práticas e valores locais bem como compreender as normas e políticas públicas ambientalmente adequadas e culturalmente sensíveis, na proteção de territórios tradicionais.
- Além do ensino formal, os estudos de Antropologia e Direitos Humanos estão consolidados no Projeto de Extensão “Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos UNIRG – CIDH – UnirG”, coordenado pela Prof.ª Ma. Jaqueline Ribeiro. Esta iniciativa, inscrita no Projeto Pedagógico do Curso como parte da extensão curricularizada, representa um espaço de integração entre ensino, pesquisa e prática social, promovido em parceria entre os cursos de Direito, Fisioterapia e Pedagogia, e é aberto aos discentes de todos os períodos (do 1º ao 10º).

A Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos busca proporcionar uma experiência formativa concreta, crítica e interdisciplinar, fundamentada na promoção e defesa dos direitos humanos. A participação discente exige que cada aluno vincule sua atuação a um aspecto concreto dos direitos humanos, identificando como sua futura profissão pode contribuir para a transformação social.

Essa reflexão inicial é seguida da elaboração de ações extensionistas fundamentadas e voltadas ao benefício direto da sociedade, com base em uma compreensão ampla dos direitos fundamentais – tais como saúde, educação, justiça, moradia, segurança e igualdade.

Essas ações são orientadas por princípios de ética, responsabilidade social e interdisciplinaridade, fortalecendo o compromisso do curso com a formação de profissionais preparados para intervenções sociais efetivas e justas, alinhadas aos valores constitucionais e aos direitos humanos. A atuação na Clínica reforça, ainda, os vínculos da Antropologia com o Direito, ao incentivar o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e da dignidade humana.

Adicionalmente, os conteúdos relacionados à Antropologia estão presentes em diversas atividades acadêmicas de extensão e pesquisa, sendo também desenvolvidos de forma transversal nas atividades complementares, especialmente por meio das disciplinas de Atividades Integradoras. Essas temáticas emergem sempre que são abordados assuntos ligados à diversidade cultural, dignidade humana, justiça social e pluralismo, contribuindo para a formação crítica e sensível dos discentes em relação às múltiplas realidades sociais.

Com isso, o Curso de Direito da UnirG garante o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, promovendo uma formação jurídica ética, crítica, plural e sensível à realidade humana em suas dimensões sociais, culturais e biológicas. Tal estrutura assegura que os futuros profissionais estejam preparados para atuar de forma comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a transformação da sociedade.

A seguir, apresenta-se a Tabela de Distribuição de Carga Horária referente aos Componentes Curriculares, à Prática Jurídica e às Atividades Complementares do Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG, conforme estabelecido na Matriz Curricular nº 08, vigente a partir do semestre 2023/1. A tabela demonstra a organização da carga horária total do curso, distribuída entre as diferentes modalidades de ensino e aprendizagem que compõem a formação acadêmica do discente, incluindo as disciplinas teóricas e práticas, atividades de extensão curricularizada, estágio supervisionado e atividades complementares. Essa estrutura visa assegurar a integralização do curso conforme as Diretrizes

Curriculares Nacionais, promovendo uma formação jurídica sólida, interdisciplinar e comprometida com os aspectos teóricos, práticos e sociais do Direito.

Tabela - Distribuições de carga horária em Componentes Curriculares, Prática Jurídica e Atividades Complementares.

Componentes	Carga Horária	Número de Créditos
Carga Horária Presencial (Teórica)	2.187	121
Carga Horária Presencial (Prática)	324	18
Carga Horária Presencial (Extensão Curricularizada)	450	25
Carga Horária Presencial (Estágio Supervisionado)	324	18
Atividades Complementares	282	-
Carga Horária Educação a Distância	882	49
Total	**4.440**	**231**

4.5.11 Do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

Os cursos e/ou disciplinas híbridas da IES utilizam material didático no formato digital, material este previamente contratado, por meio da plataforma SAGAH (Plataforma A – Grupo +A Educação). Tais conteúdos são elaborados e preparados por uma equipe de professores conteudistas, especializados em suas áreas de formação e em educação à distância, atendendo aos conteúdos curriculares dos projetos pedagógicos dos cursos, devidamente validados pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Ensino a Distância (NED).

O material didático digital se apresenta por meio de Unidades de Aprendizagem – UA, de modo que cada uma delas equivale a um conteúdo e se apresenta em forma de uma trilha de aprendizagem. O docente terá acesso prévio à plataforma, na qual vai encontrar mais de 20 mil UAs disponíveis, nas mais diversas áreas do conhecimento, podendo pesquisá-las por temas, sendo possível realizar a escolha das Unidades que melhor se adequem aos objetivos de cada disciplina.

Além disso, as UAs dispõem de conteúdo flexível, acessível e baseado em metodologias ativas, que podem ser editadas diretamente pelo professor, de acordo

com as necessidades de seu plano de ensino.

A metodologia adotada para as disciplinas híbridas propõe a inter-relação entre os conteúdos abordados nas aulas presenciais e aqueles explorados pelas UAs, preferencialmente por meio de metodologias ativas de aprendizagem.

Os professores de tais disciplinas recebem frequentemente capacitação do NED quanto ao seu planejamento e condução, uma vez que estas diferem em parte das disciplinas 100% presenciais. Além disso, também são disponibilizados manuais escritos e vídeos tutoriais com instruções a fim de auxiliar o corpo docente. A fim de garantir a acessibilidade comunicacional, todos os alunos novatos recebem capacitação ministrada pelo NED, com orientações sobre acesso e utilização da plataforma acadêmica, bem como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e plataforma de conteúdos (Sagah), que se encontram integradas. Na oportunidade, também são explicitadas as principais regras em relação às disciplinas híbridas.

Ressalte-se que a equipe de profissionais responsáveis pela produção dos conteúdos é terceirizada, contratada como fornecedora de conteúdo digital através da celebração de um contrato de prestação de serviços, devidamente documentado. A plataforma utilizada, bem como o conteúdo, possibilitam que o professor da disciplina também contribua com conteúdos e atividades.

A atualização do material didático é realizada com frequência pela equipe da plataforma e ainda podem ser criadas novas UAs por solicitação dos docentes/ Instituição. Eventuais erros/equívocos também podem ser reportados para correção por meio da própria plataforma.

Em termos técnicos, o suporte da plataforma Sagah se dá pela equipe da própria empresa (Plataforma A), enquanto internamente o suporte é prestado pela Coordenação de Tecnologia da Informação do NED, com apoio do Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) da UnirG.

Caso o professor necessite produzir algum material de cunho autoral, poderá contar com o suporte do NED e também dos laboratórios de TV e rádio da UnirG, sempre que necessário.

A Unidade de Aprendizagem é composta por objetos de aprendizagem que permitem ao aluno desempenhar um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Os estudos sobre aprendizagem demonstram que a taxa de

aprendizagem cresce com a realização de atividades pelos alunos. Assim, as unidades foram elaboradas tendo como ponto de partida uma atividade desafio que estimula o aluno ao estudo dos materiais didáticos que compõem a unidade: textos, vídeos e exercícios de fixação.

Da função do tutor no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pela Universidade de Gurupi – UnirG conta com o acompanhamento de **tutores devidamente capacitados**, cuja atuação está em **conformidade com a Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016**, que regulamenta as atividades de tutoria em cursos na modalidade a distância e em cursos presenciais com oferta de disciplinas parcialmente a distância.

O tutor tem como principal atribuição **orientar tecnicamente os estudantes no uso da plataforma digital**, sem substituir ou replicar a função pedagógica do docente da disciplina. Seu papel é de **natureza técnico-operacional e instrucional**, exercido com o objetivo de promover a fluidez e a eficácia na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), garantindo ao estudante suporte contínuo no acesso e manuseio dos conteúdos educacionais digitais.

Dentre as **atividades de tutoria**, previstas em consonância com a Portaria supracitada, destacam-se:

- Instruir os estudantes sobre como acessar e navegar no AVA, integrando sistemas acadêmicos e conteúdos digitais;
- Apoiar os discentes na localização e uso das Unidades de Aprendizagem (UAs) disponibilizadas pelos docentes;
- Esclarecer como as atividades são organizadas dentro da trilha de aprendizagem e quais são os prazos para execução e entrega;
- Auxiliar na compreensão do funcionamento da trilha pedagógica, da apresentação de respostas e dos formatos exigidos para envio de tarefas;
- Orientar quanto à utilização de ferramentas colaborativas da plataforma (fóruns, quizzes, questionários, chats e interações assíncronas);
- Atender os estudantes com dúvidas técnicas e operacionais, fornecendo suporte de primeira instância;
- Promover o acompanhamento do progresso técnico do aluno na plataforma, sinalizando eventuais dificuldades de acesso ou uso;

- Mediar eventuais demandas ao suporte técnico da instituição ou à coordenação da disciplina quando necessário.

Para o exercício de tais funções, o tutor deve apresentar **conhecimentos, habilidades e atitudes específicas**, também em conformidade com o art. 6º da Portaria nº 1.134/2016. Entre os principais requisitos, destacam-se:

- **Conhecimentos técnicos** sobre o funcionamento do AVA e das ferramentas de apoio à aprendizagem digital;
- **Familiaridade com metodologias ativas**, aprendizagem autônoma e mediação tecnológica no contexto da educação superior;
- **Capacidade de comunicação clara e eficaz**, tanto escrita quanto oral, adaptada às necessidades dos estudantes;
- **Habilidade em organização e gerenciamento de demandas técnicas**, com foco na orientação prática e resolução de dificuldades operacionais;
- **Atitude proativa, empática e colaborativa**, essencial para acolher dúvidas, promover inclusão digital e garantir que nenhum aluno fique sem acesso ou suporte;
- **Comprometimento com a acessibilidade e com a equidade de acesso às tecnologias educacionais**;
- **Postura ética e respeitosa**, condizente com os valores institucionais da UnirG e os princípios da educação superior.

Importante ressaltar que o tutor **não é responsável por avaliar o conteúdo acadêmico**, tampouco substitui o professor da disciplina. Trata-se de um agente de apoio técnico, cuja atuação possibilita que o discente aproveite de forma plena os recursos educacionais digitais e interaja com os conteúdos de forma estruturada.

Paralelamente, o estudante permanece acompanhado, no plano pedagógico e jurídico, pelo professor da disciplina, responsável por conduzir o plano de ensino, selecionar e adaptar as Unidades de Aprendizagem (UAs), aplicar e corrigir atividades avaliativas, responder dúvidas sobre o conteúdo e garantir a coerência entre o ambiente digital e os objetivos formativos do curso.

A coexistência entre **acompanhamento técnico pelo tutor** e **orientação pedagógica pelo docente** assegura a qualidade e a efetividade das atividades híbridas, permitindo ao discente um percurso formativo que alia inovação tecnológica, acessibilidade, suporte constante e excelência acadêmica.

Da função pedagógica do docente

Paralelamente ao trabalho do tutor, o curso assegura o acompanhamento **pedagógico e jurídico direto pelo professor da disciplina**, que é o responsável pela condução do plano de ensino, pela seleção e edição das Unidades de Aprendizagem, pela aplicação de atividades avaliativas, pela mediação dos conteúdos, pelo atendimento acadêmico e pela orientação científica dos estudantes.

É o docente que realiza a avaliação das atividades propostas, responde às dúvidas de conteúdo jurídico, promove a integração entre teoria e prática, e estabelece o vínculo pedagógico com os discentes. Ele também é responsável por integrar as atividades híbridas às demais ações curriculares da disciplina, assegurando a coerência e a efetividade do processo formativo.

Com isso, o Curso de Direito da UnirG demonstra a plena organização de suas atividades híbridas, garantindo não apenas o acesso tecnológico e a inclusão digital, mas também o acompanhamento docente e o suporte técnico necessário, em consonância com as exigências pedagógicas, legais e institucionais estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelo Conselho Estadual de Educação.

Equipe Multidisciplinar

Em atendimento à Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que disciplina a oferta de cursos na modalidade a distância e de disciplinas ofertadas parcial ou integralmente por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), a Universidade de Gurupi – UnirG mantém uma equipe multidisciplinar vinculada ao Núcleo de Ensino a Distância (NED), responsável por garantir a qualidade técnica, pedagógica e operacional do processo formativo mediado por tecnologias.

Essa equipe multidisciplinar tem como função essencial planejar, acompanhar, avaliar e apoiar tecnicamente o desenvolvimento das atividades acadêmicas ofertadas em formato híbrido, assegurando a coerência entre as propostas pedagógicas dos cursos, as diretrizes institucionais e os requisitos legais que regem a modalidade.

Conforme disposto no art. 7º da referida Portaria, a equipe multidisciplinar da UnirG é composta por profissionais com formação e atuação nas seguintes

áreas:

- **Coordenação pedagógica**: responsável pela orientação e supervisão didático-pedagógica das disciplinas ofertadas com mediação tecnológica, garantindo a adequação das estratégias de ensino-aprendizagem e o alinhamento com os objetivos formativos do curso.
  → Atividade desempenhada pelo docente da disciplina, com apoio da Coordenação de Curso e do NED.
- **Design educacional (instrucional)**: atua no planejamento e organização de conteúdos digitais, na adaptação das Unidades de Aprendizagem (UAs) e na proposição de metodologias ativas e interativas para o ambiente virtual.
  → Atividade desempenhada pelo docente da disciplina, com suporte técnico da equipe do NED.
- **Suporte técnico especializado**: vinculado ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), oferece apoio operacional à equipe docente e discente, zelando pelo pleno funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela integração entre os sistemas acadêmicos.
  → Atividade desempenhada pela equipe técnica do NED/NTI, com atendimento a docentes e discentes.
- **Tutoria técnica**: voltada à orientação dos estudantes quanto ao uso correto das ferramentas digitais, estrutura das trilhas de aprendizagem, prazos e formas de entrega das atividades propostas.
  → Atividade desempenhada pelo tutor, com foco técnico-operacional, sem função avaliativa.
- **Mediação acadêmica do docente da disciplina**: responsável pelo acompanhamento pedagógico e avaliativo, respondendo pelas decisões didáticas e pelo vínculo acadêmico com o discente.
  → Atividade desempenhada exclusivamente pelo docente da disciplina, com base no plano de ensino, nas avaliações e no conteúdo jurídico.

A atuação articulada dessa equipe visa assegurar a qualidade do processo educativo, a acessibilidade tecnológica, a inclusão digital, a efetiva interação entre os sujeitos da aprendizagem e o cumprimento dos princípios pedagógicos e normativos que regem a oferta de disciplinas híbridas na UnirG.

Além disso, todos os membros da equipe multidisciplinar recebem capacitação institucional periódica, a fim de manterem-se atualizados quanto às

boas práticas em educação mediada por tecnologia, ao uso de ferramentas educacionais digitais e às exigências legais aplicáveis à modalidade.

Com essa estrutura, a UnirG reafirma seu compromisso com a oferta responsável, eficiente e qualificada de componentes curriculares ofertados parcial ou integralmente por meio do uso de tecnologias digitais, conforme os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Interação entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso

Em conformidade com o disposto na Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, a Universidade de Gurupi – UnirG estabelece uma estrutura articulada e integrada de interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso, que garante o acompanhamento contínuo, o suporte técnico-pedagógico e a efetividade das disciplinas ofertadas com mediação tecnológica.

Essa interação se desenvolve de forma sistemática e contínua por meio das seguintes ações e mecanismos institucionais:

1. Planejamento Conjunto e Alinhamento Pedagógico

Antes do início de cada semestre letivo, os coordenadores de curso e o Núcleo de Ensino a Distância (NED) promovem reuniões com os docentes responsáveis pelas disciplinas híbridas, na semana pedagógica, nas quais são revisados os planos de ensino, as Unidades de Aprendizagem (UAs), a metodologia ativa adotada e os instrumentos de avaliação. Nesse momento, também são indicados os tutores vinculados às disciplinas, com quem o docente estabelece a forma de trabalho integrada, determinando os fluxos de comunicação e os procedimentos operacionais.

2. Distribuição de Atribuições Complementares

A atuação dos tutores é de natureza técnica e instrucional, sendo voltada ao apoio direto ao discente no uso da plataforma, na organização das trilhas de aprendizagem, na orientação sobre prazos e na execução das atividades avaliativas. Já os docentes respondem pelas decisões pedagógicas, avaliação das atividades, feedback acadêmico e mediação dos conteúdos. Os coordenadores de curso supervisionam esse processo, garantindo que a execução das disciplinas híbridas esteja em conformidade com os objetivos formativos e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

3. Canais de Comunicação Institucionalizados

A comunicação entre os atores é mantida de forma permanente por meio de:

- **Grupo institucional de tutores, docentes e coordenação**, via e-mail institucional e plataforma de mensagens;
- **Sistema acadêmico integrado**, no qual os tutores registram ocorrências e dúvidas recorrentes dos discentes, via e-mail;
- **Relatórios periódicos**, elaborados pelos tutores e encaminhados ao docente e à coordenação, destacando indicadores de participação, dificuldades operacionais e sugestões de melhoria;
- **Reuniões**, entre tutores, docentes e o NED, conduzidas com foco na gestão da aprendizagem, prevenção de evasão e resolução de problemas técnicos e pedagógicos.

4. Acompanhamento e Monitoramento Conjunto

O desempenho dos discentes nas disciplinas com mediação tecnológica é acompanhado tanto pelo docente quanto pelo tutor, com supervisão da coordenação. O tutor informa semanalmente ao professor e à coordenação sobre:

- Frequência e engajamento dos alunos;
- Dificuldades técnicas enfrentadas;
- Cumprimento dos prazos de entrega;
- Necessidade de reforço de comunicação ou adaptação de estratégias de suporte.

Por sua vez, o docente analisa os dados, ajusta estratégias pedagógicas quando necessário e reporta à coordenação quaisquer situações que demandem intervenção institucional.

5. Capacitação Conjunta e Formação Continuada

A UnirG promove ações de capacitação conjunta para docentes, tutores e coordenadores, por meio do NED, com foco no uso das tecnologias educacionais, nas metodologias ativas aplicadas ao ensino jurídico e nas boas práticas de tutoria e docência em ambientes virtuais. Essa política de formação continuada visa garantir coesão entre as práticas pedagógicas e técnicas, assegurando que todos os envolvidos compreendam seus papéis e atuem de forma sinérgica.

Apresentação

A Apresentação da Unidade de Aprendizagem (UA) estabelece de forma clara e objetiva os objetivos educacionais da unidade, alinhados à matriz de competências e habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso. Esses objetivos são estruturados de modo a atender aos princípios da aprendizagem significativa, assegurando a coerência entre o conteúdo proposto e os resultados de aprendizagem esperados.

A redação dos objetivos segue a taxonomia de Bloom, considerando níveis cognitivos adequados à graduação em Direito, como compreensão, aplicação, análise e síntese. Essa estrutura permite ao docente planejar atividades coerentes com o grau de complexidade desejado, ao mesmo tempo em que orienta o estudante a desenvolver habilidades progressivamente mais elaboradas, partindo da memorização até a construção autônoma de argumentos e soluções jurídicas. Assim, a Apresentação orienta tanto o planejamento docente quanto a autogestão discente, funcionando como mapa inicial da jornada formativa dentro da unidade.

Os objetivos de aprendizagem são formulados de maneira clara, específica e mensurável, em consonância com os princípios da avaliação formativa e com a taxonomia de Bloom. Sua elaboração cuidadosa garante a coerência entre o conteúdo proposto e os resultados esperados, além de favorecer a transparência do processo de ensino-aprendizagem. Entre as principais funções dos objetivos, destacam-se:

a) **Delimitação precisa das tarefas propostas**, eliminando ambiguidades e facilitando a interpretação por parte dos docentes e discentes quanto às metas da unidade de aprendizagem;

b) **Possibilidade de mensuração dos resultados**, permitindo que a qualidade e a efetividade da experiência de aprendizagem sejam avaliadas de forma objetiva;

c) **Distinção entre diferentes tipos de comportamentos esperados**, auxiliando professores e alunos na seleção das estratégias de aprendizagem mais adequadas a cada tipo de competência a ser desenvolvida;

d) **Estruturação conceitual da unidade**, por meio de um sumário claro e organizado, que atua como guia para o estudante e como elemento estruturante para a progressão pedagógica da disciplina.

Esses objetivos não apenas orientam a atuação docente e a organização dos conteúdos, como também oferecem ao discente um referencial claro para o acompanhamento e a autogestão de sua aprendizagem.

Desafio de Aprendizagem

O Desafio de Aprendizagem é um elemento central da metodologia ativa adotada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e tem por finalidade contextualizar o processo de ensino por meio da resolução de situações-problema ancoradas em cenários reais ou simulados da prática profissional. Essa estratégia promove a construção significativa do conhecimento, instigando o aluno a refletir, tomar decisões e propor soluções fundamentadas.

O foco do desafio não é a busca por respostas literais no conteúdo disponibilizado, mas sim a mobilização crítica e autônoma dos conhecimentos adquiridos, estimulando o desenvolvimento de competências como raciocínio lógico, argumentação, criatividade e capacidade de síntese. A proposta didática está voltada à aplicação prática do conteúdo, aproximando teoria e vivência.

O desafio exige a entrega de um produto concreto, que evidencie o desempenho e a apropriação dos conteúdos pelo discente, permitindo sua avaliação qualitativa por parte do docente. Os produtos podem incluir textos dissertativos, pareceres, projetos, relatórios, artigos ou outras formas de produção acadêmica. A submissão do resultado é feita diretamente pelo AVA.

A atividade é composta pelos seguintes elementos estruturais:

a) **Descrição do desafio:** apresentação clara e detalhada da situação-problema, com informações suficientes para contextualizar a tarefa a ser executada;

b) **Orientação de resposta do aluno:** instruções precisas quanto à forma, formato e conteúdo esperados na entrega do desafio, oferecendo diretrizes que assegurem a coerência da produção;

c) **Padrão de resposta esperado:** modelo de referência que serve como guia para o discente e como subsídio para o docente durante a correção, respeitando, no entanto, a diversidade de soluções possíveis, desde que devidamente fundamentadas.

Essa atividade contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades complexas, como análise crítica, integração interdisciplinar e aplicação

contextualizada do conhecimento, essenciais à formação jurídica e à atuação profissional responsável e reflexiva.

Infográfico

O infográfico é um recurso visual e informativo que integra os objetos de aprendizagem da Unidade com o propósito de sintetizar os principais conteúdos da UA de maneira clara, atrativa e acessível. Seu uso pedagógico baseia-se na combinação equilibrada entre texto objetivo e elementos gráficos (ícones, esquemas, quadros comparativos, diagramas, fluxogramas etc.), facilitando o entendimento e a memorização de conceitos complexos.

Além de reforçar o conteúdo textual, o infográfico atua como organizador visual avançado, sendo especialmente útil para estruturar informações jurídicas como classificações, etapas de processos, estruturas normativas, hierarquias legais e relações entre institutos do Direito.

Este objeto de aprendizagem respeita os princípios da acessibilidade e da aprendizagem multissensorial, atendendo diferentes estilos cognitivos e favorecendo o engajamento do discente com os conteúdos propostos.

Conteúdo do Livro

Cada Unidade de Aprendizagem (UA) é acompanhada de um trecho de obra bibliográfica selecionada, cuidadosamente escolhido para oferecer o embasamento teórico necessário à compreensão e desenvolvimento dos conteúdos propostos. Esses trechos fazem parte do acervo referenciado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e atendem às diretrizes estabelecidas pelas bibliografias básicas e complementares da disciplina.

O conteúdo é disponibilizado em formato digital interativo tipo flipbook, por meio de link de acesso dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), permitindo navegação intuitiva, responsiva e acessível em diferentes dispositivos. Esse formato favorece a leitura sequencial e o estudo aprofundado, simulando a experiência de leitura em ambiente físico, mas com os recursos dinâmicos da tecnologia digital.

O acesso ao conteúdo do livro permite que o discente fundamente suas análises, produções acadêmicas e argumentações teóricas em fontes confiáveis, atualizadas e alinhadas às exigências do campo jurídico e das ciências sociais aplicadas. Assim, esse recurso contribui para o desenvolvimento da autonomia

intelectual, da competência leitora e da capacidade de mobilização crítica de doutrinas, conceitos e normas.

Além disso, sua inserção estratégica nas trilhas de aprendizagem fortalece o princípio da integração entre teoria e prática, proporcionando a consolidação dos conhecimentos por meio de referenciais teóricos sólidos e relevantes ao perfil do egresso esperado.

Dica do Professor

A Dica do Professor é um vídeo de curta duração, elaborado com o objetivo de introduzir, contextualizar ou aprofundar o tema principal da Unidade de Aprendizagem (UA). Apresentado de forma objetiva e acessível, esse recurso busca estabelecer uma mediação didático-pedagógica direta entre o docente e o discente, aproximando o estudante do conteúdo e reforçando os aspectos mais relevantes da unidade.

Com linguagem clara, tom motivador e abordagem dinâmica, o vídeo cumpre a função de complementar os demais objetos de aprendizagem (como textos, infográficos, atividades e leituras), favorecendo a pluralidade de formas de apreensão do conhecimento e promovendo maior engajamento com a trilha de aprendizagem.

Além de ampliar a compreensão do conteúdo, a Dica do Professor pode articular o conteúdo da UA a casos práticos, jurisprudência atualizada, eventos jurídicos contemporâneos, ou situações profissionais vivenciadas, promovendo a interdisciplinaridade e a aplicação contextualizada do saber jurídico.

Esse objeto de aprendizagem, por sua natureza audiovisual, também colabora com o princípio da acessibilidade cognitiva, beneficiando alunos com diferentes estilos de aprendizagem e contribuindo para uma formação mais rica, crítica e participativa.

Exercícios

Os exercícios disponibilizados em cada Unidade de Aprendizagem (UA) têm como finalidade reforçar, revisar e consolidar os conteúdos abordados, por meio de questões objetivas que contemplam os conceitos centrais, teorias aplicadas e discussões promovidas ao longo da trilha de aprendizagem.

Cada UA oferece, em média, cinco questões de múltipla escolha,

cuidadosamente elaboradas para verificar a compreensão e fixação dos conteúdos, alinhadas aos objetivos educacionais previamente estabelecidos. Após a resolução por parte do discente, o sistema apresenta a resposta correta e o feedback correspondente, incluindo explicações para as alternativas incorretas (distratores), promovendo um processo de aprendizagem formativa e reflexiva.

O feedback individualizado para cada opção permite ao aluno reconhecer seus erros e acertos de forma imediata, fortalecendo a aprendizagem autônoma e a autorregulação cognitiva. Essa prática contribui diretamente para o desenvolvimento de competências como a análise crítica, a interpretação normativa, o raciocínio lógico e a capacidade de argumentação jurídica.

Além de atuarem como ferramenta de autoavaliação, os exercícios também oferecem subsídios ao docente para o acompanhamento do desempenho da turma, servindo como instrumento diagnóstico complementar à avaliação formal da disciplina.

Na Prática

O item Na Prática integra a estrutura da Unidade de Aprendizagem com a finalidade de contextualizar e aplicar os conceitos teóricos apresentados por meio de exemplos, estudos de caso, simulações ou análises de situações reais relacionadas ao campo jurídico. Trata-se de um recurso metodológico essencial para a promoção da aprendizagem significativa, pois estabelece conexões entre o conteúdo acadêmico e as exigências da vida profissional.

Por meio da contextualização, o discente é desafiado a compreender a aplicabilidade do conhecimento jurídico em situações concretas, fortalecendo habilidades como interpretação normativa, tomada de decisão, argumentação jurídica e ética profissional. O recurso favorece o desenvolvimento de competências complexas, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, aproximando teoria e prática com foco na resolução de problemas.

Esse componente da UA contribui ainda para simular experiências reais do exercício profissional, o que é fundamental para a consolidação do perfil do egresso voltado à atuação crítica, técnica e socialmente comprometida com os princípios constitucionais e com a justiça.

Saiba Mais

A seção Saiba Mais é composta por materiais de aprofundamento que possibilitam ao estudante expandir seus conhecimentos para além dos conteúdos básicos da unidade. São indicados, de forma criteriosa, artigos científicos, capítulos de livros, decisões judiciais, textos doutrinários, vídeos, podcasts e outros recursos complementares, sempre atualizados e alinhados aos objetivos de aprendizagem da disciplina.

Esse recurso pedagógico tem como propósito estimular a autonomia intelectual, a pesquisa acadêmica e o pensamento crítico, incentivando o estudante a desenvolver uma postura investigativa frente às complexidades do Direito. Além disso, permite a ampliação da interdisciplinaridade, contribuindo para a formação de uma base sólida de conhecimento que favorece tanto a atuação profissional quanto o ingresso em atividades científicas e projetos de extensão.

O “Saiba Mais” também atende aos princípios da formação continuada e do acesso à diversidade de fontes de saber, pilares fundamentais para a educação jurídica contemporânea.

Material

A plataforma utilizada pela Universidade de Gurupi – UnirG permite que todo o conteúdo disponibilizado nas Unidades de Aprendizagem (UAs) seja baixado ou impresso pelo discente, com formatação adequada para estudo offline. Este recurso visa garantir acessibilidade e inclusão, especialmente para estudantes com limitações de conectividade ou que apresentem preferência por materiais físicos para leitura e organização de estudos.

A configuração dos arquivos para impressão respeita critérios de legibilidade, estrutura lógica e organização por tópicos, de forma a manter a integridade do conteúdo mesmo fora do ambiente digital. Isso assegura a continuidade do processo de aprendizagem em diferentes contextos, inclusive fora do ambiente virtual, possibilitando que o aluno construa seu próprio acervo de estudo.

Além de reforçar o compromisso institucional com a acessibilidade acadêmica, o recurso de material impresso permite ao estudante revisitar os

conteúdos com flexibilidade, anotar observações, e utilizá-los como apoio em avaliações, trabalhos e na prática profissional.

O curso trabalha com as seguintes disciplinas à distância e um total de 735 horas:

1º período – Teoria do Direito; Teoria do Estado.

2º período – Sociologia Jurídica; Direito Internacional.

3º período – Filosofia Jurídica; Direitos Humanos.

4º período – Direito Financeiro; Direito Civil IV; Direito Penal III; Direito e Transformação Digital; Direito Civil IV; Métodos Consensuais de Solução dos Conflitos.

5º período – Direito Civil V; Direito Penal IV;

6º período – Direito Civil VI;

7º período – Direito Civil VII; Direito Individual do Trabalho;

8º período – Direito Processual do Trabalho; Trabalho de Curso.

9º período – Direito Empresarial II; Direito Administrativo I; Direito Processual do Trabalho; Trabalho de Curso e Disciplina optativa.

10º período – Gestão Pública; Direito Agrário; Direito Processual Administrativo e Constitucional e Ética Profissional.

4.5.12 Ementas e bibliografias

As ementas das disciplinas foram elaboradas visando compatibilizar o projeto pedagógico do curso com seus respectivos objetivos e o perfil do graduando, com ênfase em suas habilidades e competências.

As ementas irão nortear os professores que trabalharão conforme suas visões de mundo, ideias, práticas e representações sociais. Os docentes do curso de Direito deverão:

- Adotar como referência a prática profissional, analisando criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos

que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

As referências bibliográficas constam também dos materiais da Biblioteca do acervo digital – Minha biblioteca. A UnirG no início do semestre 2019/02 adquiriu a MINHA BIBLIOTECA (minhabiblioteca.com.br), uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por mais de 20 selos editoriais das principais editoras de livros graduandos do Brasil. Por meio da minha biblioteca, estudantes, professores e profissionais, tem acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos, basta acesso à Internet.

PRIMEIRO PERÍODO								
Disciplina	**Crédito**	**C/H PRESENCIAL**				**C/H EAD**	**C/H Total 60 min.**	**C/H Total 50 min.**
		Teoria	**Prática**	**Ext.Curri.**	**Est.Sup.**			
Teoria do Direito	**4**	**30**				**30**	**60**	**72**
Ementa: Noção preliminar de Direito. O direito e as demais normas sociais. Formação do Direito moderno: racionalismo e direito positivo. O positivismo jurídico. Teoria da Norma e Teoria do Ordenamento. Pós-Positivismo. Direito como processo. Direito como interpretação. Direito como decisão.								
Bibliografia Básica: JR., Tercio Sampaio F. **Teoria da Norma Jurídica - 5ª Edição 2016**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788597008418. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008418/. Acesso em: 16 jun. 2025. NADER, Paulo. **Introdução Ao Estudo do Direito - 46ª Edição 2024**. 46. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.149. ISBN 9788530994570. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994570/. Acesso em: 16 jun. 2025. REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito, 27ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. *E-book.* p.1. ISBN 9788502136847. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136847/. Acesso em: 16 jun. 2025. **Bibliografia Complementar:** ADEODATO, João M. **Introdução ao Estudo do Direito - 1ª Edição 2023**. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786559647446. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647446/. Acesso em: 16 jun. 2025. FRIEDE, Reis. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica**. 9. ed. Barueri: Manole, 2015. *E-book.* p.A. ISBN 9788520446263. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446263/. Acesso em: 16 jun. 2025. GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito - 49ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788530979768. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979768/. Acesso em: 16 jun. 2025. NUNES, Rizzatto. **Manual de Introdução Ao Estudo do Direito - 18ª Edição 2025**. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553624454. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624454/. Acesso em: 16 jun. 2025. SANTOS, Boaventura de S. **O direito dos oprimidos: sociologia crítica do direito v.1. (Coleção sociologia crítica do direito)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. *E-book.* p.1. ISBN 9788524924088. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924088/. Acesso em: 16 jun. 2025.								
Teoria do Estado	**4**	**30**				**30**	**60**	**72**
Ementa: Formação histórica do Estado Constitucional de Direito (Constitucionalismo). Elementos constitutivos do Estado. Soberania. Formas de Estado. Sistemas, regimes e formas de governo. Democracia representativa, sistemas eleitorais e partidos políticos. Direito e política. Sociedade civil e movimentos sociais.								

Bibliografia Básica:

MARTINS, Leonardo. **Liberdade E Estado Constitucional - 1ª Edição 2012**. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522481163. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522481163/. Acesso em: 16 jun. 2025.

PINTO, Kleber C. **CURSO DE TEORIA GERAL DO ESTADO - 1ª Edição 2013**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522480616. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522480616/. Acesso em: 16 jun. 2025.

RANIERI, Nina. **Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito**. 2. ed. Barueri: Manole, 2018. *E-book.* p.A. ISBN 9788520455791. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520455791/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GAMBA, João Roberto G. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política** - 4ª Edição 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777372. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777372/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LENZA, Pedro. **Coleção Esquematizado - Direito Constitucional** - 29ª Edição 2025. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628100. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628100/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LOVETT, Frank. **Uma teoria da justiça, de John Rawls**. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. p.1. ISBN 9788565848237. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848237/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MACKENZIE, Iain. **Política**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. E-book. p.1. ISBN 9788536325811. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536325811/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MONTESQUIEU, Charles. **O Espírito das Leis**, 9ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008. E-book. p.i. ISBN 9788502105232. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502105232/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direito Civil I	**4**	**60**					**60**	**72**

Ementa: Exame da evolução histórica do direito civil brasileiro e o estudo dos objetivos e finalidades da teoria geral do direito. As pessoas. Os direitos da personalidade. Os bens.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria H. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral do Direito Civil Vol.1 - 41ª Edição 2024**. 41. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.3. ISBN 9788553621439. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621439/. Acesso em: 16 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil: Parte Geral - 27ª Edição 2024**. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786553623606. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623606/. Acesso em: 16 jun. 2025.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1 - 25ª Edição 2025**. 25. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559776689. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776689/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BITTAR, Carlos A. **Os Direitos da Personalidade , 8ª edição.**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502208292. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502208292/. Acesso em: 16 jun. 2025.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo curso de direito civil: obrigações. v.2**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553626669. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626669/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LOBO, Paulo. **Direito civil: parte geral. v.1**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553623167. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623167/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUSA, Cássio V S.; GIACOMELLI, Cinthia L F. **Direito civil I**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595024441. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024441/. Acesso em: 16 jun. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Vol. Único - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530995959. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995959/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direito Constitucional I	**4**	**60**					**60**	**72**

Ementa: Constituição: Conceito, Classificação, Teorias. Constituição de 1988: princípios e objetivos fundamentais. Direitos fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Direitos Políticos. Garantias processuais dos direitos fundamentais.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís R. **Curso De Direito Constitucional Contemporâneo - 13ª Edição 2025**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553626861. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626861/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LENZA, Pedro. **Coleção Esquematizado - Direito Constitucional - 29ª Edição 2025**. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553628100. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628100/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional - 41ª Edição 2025**. 41. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559777143. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777143/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís R. **Interpretação e Aplicação da Constituição, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book.* p.I. ISBN 9788502075313. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502075313/. Acesso em: 16 jun. 2025.

BARROSO, Luís R. **Interpretação e Aplicação da Constituição, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book.* p.I. ISBN 9788502075313. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502075313/. Acesso em: 16 jun. 2025.

FIGUEIREDO, Leonardo V. **Lições de Direito Constitucional - 1ª Edição 2013**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. *E-book.* p.i. ISBN 978-85-309-5107-8. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5107-8/. Acesso em: 16 jun. 2025.

FILHO, Manoel Gonçalves F. **Curso de Direito Constitucional - 42ª Edição 2022**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559644599. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644599/. Acesso em: 16 jun. 2025.

STRECK, Lenio L. **Verdade e consenso**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. *E-book.* p.Cover. ISBN 9788547215644. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547215644/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Tecnologias Digitais Aplicadas	**2**	**15**				**15**	**30**	**36**

Ementa: Desenvolvimento de competências digitais na área jurídica; Sistemas especialistas jurídicos e inovação dos sistemas de gestão; Tecnologias e metodologias digitais emergentes para análises inteligentes e tomadas de decisão no campo do Direito. Regulação e ferramentas da Inteligência Artificial

Bibliografia Básica:

ASSUNÇÃO, Wagner S.; FAGUNDES, Pâmela F.; RÉVILLION, Anya S P. **Comércio eletrônico**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595028869. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028869/. Acesso em: 16 jun. 2025.

PAESANI, Liliana M. **DIREITO DE INFORMÁTICA - 10ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522498123. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522498123/. Acesso em: 16 jun. 2025.

REBOUÇAS, Contratos Eletrônicos, Rodrigo F. **Contratos Eletrônicos**. São Paulo: Almedina, 2016. *E-book.* p.1. ISBN 9788584931057. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584931057/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Jeanine S.; ZANIN, Aline; MORAIS, Izabelly S.; et al. **Fundamentos de segurança da informação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595025875. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025875/. Acesso em: 16 jun. 2025.

FOROUZAN, Behrouz A. **Protocolo TCP/IP**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010. *E-book.* p.1. ISBN 9788563308689. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563308689/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. **Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788584935796. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935796/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F.; et al. **Direito Digital**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556902814. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814/. Acesso em: 16 jun. 2025.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito Digital e Processo Eletrônico - 8ª Edição 2024**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553622344. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622344/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Pesquisa e Iniciação Científica	**2**	**30**					**30**	**36**

Ementa: Construção e delimitação do tema para elaboração do projeto de iniciação científica. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um problema, alcançado a partir de estudo de caso, experiência exitosa da extensão e de estágios, protocolo de ação, caso clínico raro ou excepcional. Construção de projetos de pesquisa que envolvam a interdisciplinaridade, inovação tecnológica, empreendedorismo e desenvolvimento regional na Universidade

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, João B. **Redação Científica: Práticas de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. *E-book*. p.i. ISBN 9788597020328. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020328/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito - 9ª Edição 2023**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.III. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627307/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9788597026559. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa. (Métodos de pesquisa)**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788536702742. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536702742/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LEHFELD, Lucas de S. **Monografia Jurídica - Guia Prático - 2ª Edição 2015**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2015. *E-book*. p.1. ISBN 978-85-309-6530-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6530-3/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais, 3ª edição**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book*. p.i. ISBN 978-85-970-0359-8. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-970-0359-8/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. *E-book*. p.capa. ISBN 9788524925207. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/. Acesso em: 16 jun. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. *E-book*. p.capa. ISBN 9786555553055. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553055/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Atividades Integradoras I	**1**			**15**			**15**	**18**

Ementa: Função social da formação universitária a partir da importância dos pilares da Universidade Brasileira. Extensão Universitária e sua relação indissociável com ensino e pesquisa. Marcos legais que estabeleceram a curricularização da Extensão Universitária no Brasil. Interdisciplinaridade. Trabalho em equipe e empreendedorismo. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Apresentação dos cinco eixos de trabalho extensionista propostos: Comunicação e Educação; Direitos Humanos e Igualdade Étnico-racial; Saúde e Bem-estar; Meio Ambiente e Sustentabilidade e Patrimônio Artístico e Cultural. Elaboração de um pré-projeto de extensão.

Bibliografia Básica:

BEZERRA, Adrielle Nara Serra; COLARES, Anselmo Alencar. A extensão universitária no Brasil: concepções e influências. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, Fortaleza, v. 6, e14257, 2024. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/14257 .

FAZENDA, Ivani Catarina A.; GODOY, Herminia P. Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e interagir. São Paulo: Cortez Editora, 2023. E-book. p.4. ISBN 9786555553956. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553956/.

FONTENELE, I. C.. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. Revista Katálysis, v. 27, p. e97067, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982- 0259.2024.e97067.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9788597028089. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028089

MATIELLO, Aline A.; BIEDRZYCKI, Beatriz P.; VASCONCELOS, Gabriela Souza de; et al. Comunicação e Educação em Saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556901190. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901190/ .

ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. E-book. p.Capa. ISBN 9788540701977. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701977/ .

SANT´ANA, Cláudio A. Arte e Cultura. Rio de Janeiro: Érica, 2013. E-book. p.44. ISBN 9788536521787. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536521787/.

SCARANO, Renan Costa V.; DORETO, Daniella T.; ZUFFO, Sílvia; et al. Direitos humanos e diversidade. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.73. ISBN 9788595028012. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028012/

SEGUNDO PERÍODO								
Disciplina	**Crédito**	**C/H PRESENCIAL**				**C/H EAD**	**C/H Total 60 min.**	**C/H Total 50 min.**
		Teoria	**Prática**	**Ext.Curric.**	**Est.Sup.**			
Sociologia Jurídica	4	15		30		15	60	72

Ementa: Direito como fato social; Sociologia do Direito como disciplina jurídica e suas origens; o pensamento de autores clássicos do Direito e da Sociologia (Cesare Beccaria, Francesco Carnelutti, Jean Cruet, Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx), pluralismo jurídico (dos multipos sistemas sociais); normas jurídicas e mudança social, eficácia social e impotência do direito, o direito e o controle social; o direito e a sociedade de classes, o processo de racionalização do Direito moderno. Direito, ética e solidariedade; os tribunais e a "força moral das leis" e a interação e competição no mundo do Direito. Análise das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, como elementos fundamentais para a compreensão crítica das desigualdades sociais e do papel do Direito na promoção da justiça e diversidade.

Bibliografia Básica:

DIAS, Reinaldo. Sociologia do direito - 2ª Edição 2014. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9788522485123. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522485123/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MASCARO, Alysson L. Sociologia do Direito - 2ª Edição 2023. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559773824. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773824/. Acesso em: 16 jun. 2025.

ZIPPELIUS, Reinhold. Série IDP : Direito comparado - Sociologia do direito e do Estado: noções fundamentais, 1ª edição.. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502209640. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502209640/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MOLINA MOREIRA, A. M.; SAMPAIO CUNHA, D. F. Entre O Amor E O Sofrer - a Violência Contra a Mulher Nas Relações Afetivas Do Século Xxi: Uma Análise À Luz Da Sociologia Jurídica E Da Psicanálise. Revista de Movimentos Sociais e Conflitos, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 111–131, 2018. DOI 10.26668/indexlawjournals/2525-9830/2018.v4i1.4420. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=bb637e45-0692-3af2-869d-d53483eafa26. Acesso em: 16 jun. 2025.

REID DOS SANTOS, A. F. P. Uma introdução à Sociologia das profissões jurídicas. Prisma Jurídico, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 79–99, 2012. DOI 10.5585/PrismaJ.v11v1.3465. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=6cd4573d-eb3a-3b01-96b3-668ad0807c49. Acesso em: 16 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S. O direito dos oprimidos: sociología crítica do direito v.1.(Coleção sociología crítica do direito) São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. P.1 ISBN9788524924088.Disponivel : https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924088/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVESTRE CAMPELO, M. P.; MELO IFADIREÓ, M. Síndrome de Burnout em contextos de Estresse Laboral em Docentes sob o foco da Sociologia Jurídica. Id on Line. Revista de Psicologia, [s. l.], v. 17, n. 68, p. 286–319, 2023. DOI 10.14295/idonline.v17i68.3854. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=05c6f09c-0ddb-3488-9bb3-6f3b01ac5b3d. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOARES, Ricardo Maurício F. Sociologia e Antropologia do Direito - 2ª Edição 2022. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.4. ISBN 9786553622098. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622098/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direito Civil II	4	60					60	72

Ementa: Fatos jurídicos. Negócio jurídico: plano da existência, da validade e da eficácia. Atos ilícitos. Teoria das nulidades. Prescrição e decadência. Prova dos negócios jurídicos.

Bibliografia Básica:

CORDEIRO, António M. Tratado de Direito Civil II. 5. ed. São Paulo: Almedina, 2021. E-book. p.1. ISBN 9789724091266. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724091266/. Acesso em: 16 jun. 2025.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Obrigações - 9ª Edição 2018. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788530980825. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530980825/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SCHNEIDER, Marcelo N.; DUARTE, Melissa de F.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; et al. Direito Civil II. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025387. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025387/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GONCALVES, Carlos R. Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. v.2. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553628458. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628458/. Acesso em: 16 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil -Direito das Obrigações -Parte Geral -Coleção Sinopses Jurídicas -20ª Ed. 2024. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553629028. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629028/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MIRAGEM, Bruno. Direito Civil - Direito das Obrigações - 3ª Edição 2021. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. p.1. ISBN 9788530994259. Disponível em https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994259/. Acesso em: 16 jun. 2025.

PODESTÁ, Fábio H. Direito das Obrigações: Teoria geral e Responsabilidade Civil. São Paulo: Almedina, 2019. E-book. p.1. ISBN 9788584934249. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584934249/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVA, Domício Whately Pacheco E. Solidariedade no Direito das Obrigações. (Coleção IDiP). São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556276724. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276724/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direito Constitucional II	4	45		15			60	72

Ementa: Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Ordem social. Normas Constitucionais - Eficácia. Controles de Constitucionalidade e Convencionalidade.

Bibliografia Básica:

LENZA, Pedro. **Coleção Esquematizado - Direito Constitucional - 29ª Edição 2025**. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553628100. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628100/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional - 9ª Edição 2025**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626908. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626908/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo G. **Série IDP - Linha Doutrina - Curso de direito constitucional**. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553618088. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618088/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

FILHO, Manoel Gonçalves F. Curso de Direito Constitucional - 42ª Edição 2022. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786559644599. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644599/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MENDES, Gilmar F. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade - Estudos de Direito Constitucional, 4ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502134249. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502134249/. Acesso em: 17 jun. 2025.

PINHO, Rodrigo César R. **Sinopses Jurídicas v 18 - direito constitucional - da organização do estado, dos poderes e histórico das constituições**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book*. p.CAPA. ISBN 9788553619641. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619641/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SOARES, Ricardo Mauricio F. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, 1ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502139459. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502139459/. Acesso em: 17 jun. 2025

STRECK, Lenio L. **Verdade e consenso**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. *E-book*. p.Cover. ISBN 9788547215644. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547215644/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Penal I	4	60					60	72

Ementa: Teoria geral. Conceito e princípios do Direito Penal. Criminologia. Norma penal. Aplicação da Lei Penal. Crime. Tipicidade. Tentativa. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de Pessoas.

Bibliografia Básica:

RAIZMAN, Daniel A. **Manual de Direito Penal - parte geral**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553611379. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611379/. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRANDÃO, Claudio. **Curso de Direito Penal - Parte Geral - 2ª Edição 2010**. Rio de Janeiro: Forense, 2010. *E-book*. p.Capa 1. ISBN 978-85-309-3792-8. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-3792-8/. Acesso em: 16 jun. 2025.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal - Parte Geral Vol.1 - 28ª Edição 2024**. 28. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9788553622696. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622696/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ASSIS, Mariana Gloria de; FRAGA, Patrícia F.; MASSARUTTI, Eduardo A. de S.; et al. **Direito penal I**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788595025646. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025646/. Acesso em: 17 jun. 2025.

CAMILLO, Carlos. **Manual da Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. *E-book*. p.1. ISBN 9788584935161. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935161/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal Vol.1 - 27ª Edição 2025**. 27. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559776801. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776801/. Acesso em: 17 jun. 2025.

PASCHOAL, Janaina C. **Direito Penal: Parte Geral**. 2. ed. Barueri: Manole, 2015. *E-book*. p.A. ISBN 9788520449196. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520449196/. Acesso em: 17 jun. 2025.

PELUSO, Antonio C. **Pareceres de Direito Penal**. São Paulo: Grupo Almedina, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786556271798. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556271798/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Internacional	4	30				30	60	72

Ementa: Conceito e princípios do Direito Internacional. DI Público e DI Privado. Principais doutrinas do DIP. Sujeitos de DIP. Ser humano e humanidade. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional. População e nacionalidade. Imunidades. Proteção diplomática. Condição do estrangeiro. Domínio público internacional. Solução de conflitos. Estudo de tratados e convenções internacionais voltados à proteção dos direitos humanos de povos afrodescendentes, indígenas e tribais, com ênfase na autodeterminação dos povos, na diversidade étnico-cultural e nos mecanismos internacionais de combate à discriminação racial e promoção da igualdade.

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento E.; CASELLA, Paulo B. **Manual de direito internacional público**. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.IV. ISBN 9786553624542. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624542/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público - 16ª Edição 2025**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788530996550. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996550/. Acesso em: 17 jun. 2025.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786555596403. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596403/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BADIN, Arthur Roberto Capella Giannattasio, Fábio Costa Morosini, Michelle Ratton S. **Direito Internacional**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. *E-book*. p.1. ISBN 9788584935949. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935949/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JÚNIOR, Alberto do A. **Direito internacional e desenvolvimento**. Barueri: Manole, 2005. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788520443286. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443286/. Acesso em: 17 jun. 2025.

POLIDO, Fabrício Bertini P.; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Filosofia do Direito Internacional** . 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788584933389. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933389/. Acesso em: 17 jun. 2025.

RAMOS, André de C. **Direito Internacional dos Refugiados**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786555597578. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597578/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento E.; CASELLA, Paulo B.; BITTENCOURT, Olavo de O. **Direito Internacional Diplomático, 1ª EDIÇÃO**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502163416. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502163416/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Atividades Integradoras II	1			15			15	18

Ementa: Identificação de problemática social regional. Investigação e diagnóstico para intervenção em grupo interdisciplinar a partir dos eixos de trabalho: Comunicação e Educação; Direitos Humanos e Igualdade Étnico-racial; Saúde e Bem-estar; Meio Ambiente e Sustentabilidade e Patrimônio Artístico e Cultural. Elaboração e execução de um Plano de Ação Extensionista. Socialização dos relatos de experiências extensionistas em evento científico.

Bibliografia Básica:

BES, Pablo; OLIVA, Diego C.; BONETE, Wilian J.; et al. Sociedade, cultura e cidadania. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. p.9. ISBN 9788595028395. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028395/.

CASTRO, Nádia S E.; BIZELLO, Aline; NUNES, Karina S.; et al. Leitura e escrita acadêmicas. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788533500228. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500228/.

JR., Arlindo P.; NETO, Antônio J S. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri: Manole, 2011. E-book. p.A. ISBN 9788520449004. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520449004/.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9788597028089. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028089

MATIELLO, Aline A.; BIEDRZYCKI, Beatriz P.; VASCONCELOS, Gabriela Souza de; et al. Comunicação e Educação em Saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556901190. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901190/.

ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. E-book. p.Capa. ISBN 9788540701977. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701977/.

SANT´ANA, Cláudio A. Arte e Cultura. Rio de Janeiro: Érica, 2013. E-book. p.44. ISBN 9788536521787. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536521787

SCARANO, Renan Costa V.; DORETO, Daniella T.; ZUFFO, Sílvia; et al. Direitos humanos e diversidade. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.73. ISBN 9788595028012. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028012/

TERCEIRO PERÍODO

Disciplina	**Crédito**	**C/H PRESENCIAL**				**C/H EAD**	**C/H Total 60 min.**	**C/H Total 50 min.**
		Teoria	**Prática**	**Ext.Curric.**	**Est.Sup.**			
Filosofia Jurídica	4	30		15		15	60	72

Ementa: A doutrina do direito na filosofia antiga, cristã, moderna e contemporânea, em seus aspectos jurídicos, axiológicos ético-morais, penais e políticos, com ênfase em pensadores pilares do pensamento humano historicamente constituído. Reflexão filosófica sobre as relações étnico-raciais, a dignidade humana e o reconhecimento das diferenças culturais, considerando a contribuição de matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas para a construção de valores de justiça, igualdade, alteridade e combate à exclusão social.

Bibliografia Básica:

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito - 28ª Edição 2022**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786559641963. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641963/. Acesso em: 16 jun. 2025.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito, 20ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. *E-book*. p.I. ISBN 9788502136557. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136557/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SANTOS, Ana P. Fliegner dos; FONSECA, Ligia M.; JUNIOR, Affonso R. da Cruz F.; et al. **Movimentos sociais e mobilização social**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788595025547. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025547/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, undefined N. **A Era dos Direitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2004. *E-book*. p.1. ISBN 9788535293272. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788535293272/. Acesso em: 16 jun. 2025.

DURKHEIM, Émile. **Filosofia Moral**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. *E-book*. p.i. ISBN 978-85-309-6411-5. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6411-5/. Acesso em: 16 jun. 2025.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito - 1ª Edição 2021**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788530994198. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994198/. Acesso em: 16 jun. 2025.

L., Fuller, L. **O caso dos exploradores de cavernas**. Barueri: Manole, 2019. *E-book*. p.Cover. ISBN 9786555761481. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555761481/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2017. *E-book*. p.Capa. ISBN 9789724422404. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724422404/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direito Civil III	4	60					60	72

Ementa: Direito das obrigações: teoria geral das obrigações. Prestação e Modalidades. Estrutura do vínculo creditício. Requisitos da obrigação. Fontes de obrigação. Pagamento e outras formas de realização do fim da obrigação. Inexecução e seus efeitos. Garantias do credor. Transmissão e extinção das obrigações. Modalidades especiais da obrigação. Teoria geral das obrigações contratuais.

Bibliografa básica:

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral das Obrigações - Vol.2 - 22ª Edição 2025**. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553626229. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626229/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil - Direito das Obrigações - 3ª Edição 2021**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9788530994259. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994259/. Acesso em: 16 jun. 2025.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Obrigações - 10ª Edição 2025**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788530995720. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995720/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil - 5ª Edição 2023**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786559647910. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647910/. Acesso em: 16 jun. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil - Vol. Único - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788530995959. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995959/. Acesso em: 16 jun. 2025.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo curso de direito civil: obrigações. v.2**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553626669. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626669/. Acesso em: 16 jun. 2025.

FRAGA, Patrícia F.; LEAL, Fabiana H.; MASSARUTTI, Eduardo A. de S.; et al. **Direito Civil III**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788595026223. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026223/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: obrigações. v.2**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553628298. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628298/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direitos Humanos	2			15		15	30	36

Ementa: Pluralismo, tolerância, cidadania e democracia. Vulnerabilidade socia e Direito. Fundamentos, características e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Sistemas de Proteção dos direitos humanos. Noções elementares sobre direitos fundamentais e garantias individuais. Estudo dos direitos humanos sob a perspectiva étnico-racial, com enfoque na proteção e promoção dos direitos de populações negras, indígenas e comunidades tradicionais. Integra os marcos normativos nacionais e internacionais de combate à discriminação racial, promoção da igualdade e valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Bibliografia Básica:

GUERRA, Sidney. **Curso de direitos humanos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.IV. ISBN 9786553628496. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628496/. Acesso em: 16 jun. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.I. ISBN 9786555599619. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599619/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SCARANO, Renan Costa V.; DORETO, Daniella T.; ZUFFO, Sílvia; et al. **Direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788595028012. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028012/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARBIERI, Samia Roges J. **Os Direitos dos Povos Indígenas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556273594. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273594/. Acesso em: 16 jun. 2025.

GRÜNE, Carmela. **Samba no pé & Direito na cabeça, 1ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502171695. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502171695/. Acesso em: 16 jun. 2025.

JUBILUT, Liliana L.; REI, Fernando Cardozo F.; GARCEZ, Gabriela S. **Direitos humanos e meio ambiente: minorias ambientais**. Barueri: Manole, 2017. *E-book*. p.A. ISBN 9788520455753. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520455753/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Edições 70, 2020. *E-book*. p.1. ISBN 9788562938368. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788562938368/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais - 12ª Edição 2021**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788597026825. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026825/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direito Penal II	4	60					60	72

Ementa: Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da coordenação, reabilitação. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade.

Bibliografia Básica:

RAIZMAN, Daniel A. **Manual de Direito Penal - parte geral**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553611379. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611379/. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRANDÃO, Claudio. **Curso de Direito Penal - Parte Geral - 2ª Edição 2010**. Rio de Janeiro: Forense, 2010. *E-book*. p.Capa 1. ISBN 978-85-309-3792-8. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-3792-8/. Acesso em: 16 jun. 2025.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal - Parte Geral Vol.1 - 28ª Edição 2024**. 28. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9788553622696. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622696/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar R. **Falência da pena de prisão: edição comemorativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553620470. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620470/. Acesso em: 16 jun. 2025.

CARVALHO, Salo de. **Penas e Medidas de Segurança no Direito Penal Brasileiro - 3ª Edição 2020**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2020. *E-book*. p.5. ISBN 9786555592122. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592122/. Acesso em: 16 jun. 2025.

GIACOMELLI, Cinthia L F.; TEIXEIRA, Juliana K M.; GUIMARÃES, Marina S.; et al. **Direito Penal II**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788595026230. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026230/. Acesso em: 16 jun. 2025.

ROCHA, Felippe B. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais - Teoria e Prática - 12ª Edição 2022**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559772711. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772711/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo C. **Sinopses Jurídicas v 35 - juizados especiais cíveis e criminais - federais e estaduais**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553609949. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609949/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Teoria do Processo	4	45		15			60	72

Ementa: Modos de aplicação da ordem jurídica: autotutela, heterotutela e jurisdição. Direito material e direito processual. Jurisdição. Princípios gerais do direito processual. Norma processual. Interpretação. Direito processual constitucional. O processo como modo de atuação estatal. Teorias da ação. Atividades essenciais à justiça.

Bibliografia Básica:

ALVIM, J. E C. **Teoria Geral do Processo - 26ª Edição 2025**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530997267. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997267/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Teoria geral do processo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9788553623358. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623358/. Acesso em: 16 jun. 2025.

PRIETO, Renata B.; BARBERINO, Liliane S.; ANTUNES, Rosana M. M S. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595024946. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024946/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARBERINO, Liliane S.; FERREIRA, Lóren F P.; SILVA, Gisele C B.; et al. Teoria do Processo Judicial e Extrajudicial. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595024311. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024311/. Acesso em: 25 jun. 2025.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/. Acesso em: 16 jun. 2025.

LUNARDI, Soraya. **TEORIA DO PROCESSO CONSTITUCIONAL - 1ª Edição 2013**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522478361. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522478361/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil - 10ª Edição 2025**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.I. ISBN 9788553625208. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625208/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea B.; Carlos Augusto de Assis; et al. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo - 7ª Edição 2024**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559776276. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776276/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Direito Ambiental de Sustentabilidade	4	30		30			60	72

Ementa: Conceito e princípios do Direito Ambiental. Ecologia e Meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. Abordagem das relações étnico-raciais no contexto socioambiental, com destaque para os direitos territoriais, culturais e ambientais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, reconhecendo seus saberes ancestrais e formas sustentáveis de interação com a natureza como fundamentos para a proteção da biodiversidade e a efetivação da justiça ambiental.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo de B. **MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL - 6ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788597001525. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597001525/. Acesso em: 16 jun. 2025.

FIORILLO, Celso Antonio P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553623495. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623495/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental - 5ª Edição 2025**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530995478. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995478/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GIACOMELLI, Cinthia L F.; ELTZ, Magnum K F. **Direito e legislação ambiental**. Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595022942. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595022942/. Acesso em: 16 jun. 2025.

JR., Arlindo P.; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza S. **Direito Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016. *E-book.* p.A. ISBN 9788520439241. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520439241/. Acesso em: 16 jun. 2025.

RODRIGUES, Marcelo A. **Direito ambiental (Coleção Esquematizado®)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786553622180. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622180/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental - 4ª Edição 2023**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book.* p.I. ISBN 9786559648603. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648603/. Acesso em: 16 jun. 2025.

SIRVINSKAS, Luís P. **Manual de Direito Ambiental - 20ª Edição 2022**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book.* p.4. ISBN 9786553620438. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620438/. Acesso em: 16 jun. 2025.

Atividades Integradoras III	1			15			15	18

Ementa: Avaliação e monitoramento das ações extensionistas executadas. Realização de novo diagnóstico (pesquisa) e nova intervenção a partir das reflexões originadas. Atualização do Plano de ação extensionista. Socialização e publicação dos relatos de experiências extensionistas em evento científico.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Nádia S E.; BIZELLO, Aline; NUNES, Karina S.; et al. Leitura e escrita acadêmicas. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788533500228. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500228/.

SANTOS, L. M. dos; FADDOUL, A. A. S.; SILVA, O. A. F. da; SILVA, C. S. B. da; MIGUEL, J. V. CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. REVISTA FOCO, [S. l.], v. 17, n. 6, p. e5515, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n6-160. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5515.

SILVA, Luciane Duarte da; VIEIRA, Almir Martins; CLARO, José Alberto Carvalho dos Santos. Avaliação da extensão universitária curricular no planejamento docente. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, e21593, 2023. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/21593

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9788597028089. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028089

MATIELLO, Aline A.; BIEDRZYCKI, Beatriz P.; VASCONCELOS, Gabriela Souza de; et al. Comunicação e Educação em Saúde. Porto Alegre: SAGAH,

2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556901190. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901190/.

ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. E-book. p.Capa. ISBN 9788540701977. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701977/.

SANT´ANA, Cláudio A. Arte e Cultura. Rio de Janeiro: Érica, 2013. E-book. p.44. ISBN 9788536521787. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536521787/ .

SCARANO, Renan Costa V.; DORETO, Daniella T.; ZUFFO, Sílvia; et al. Direitos humanos e diversidade. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.73. ISBN 9788595028012. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028012

QUARTO PERÍODO								
Disciplina	**Crédito**	**C/H PRESENCIAL**				**C/H EAD**	**C/H Total 60 min.**	**C/H Total 50 min.**
		Teoria	**Prática**	**Ext.Curr i c.**	**Est.S u p.**			
Direito Financeiro	2					30	30	36

Ementa: Constituição Federal. Sistema Financeiro Nacional. Conceitos e Princípios; Finanças Públicas; Orçamento Público; Despesa Pública; Crédito Público; Responsabilidade Fiscal; Receita Pública: Conceitos, Tipos. Sistema de Repartição das Receitas Tributárias. Leis Orçamentárias; Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei n. 4.320/1964).

Bibliografia Básica:

FILHO, Carlos Alberto de Moraes R. **Direito Financeiro e Econômico Esquematizado - 5ª Edição 2023**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553624870. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624870/. Acesso em: 17 jun. 2025.

FILHO, Carlos Alberto de Moraes R.; LENZA, Pedro. **Coleção Esquematizado - Direito Financeiro e Econômico - 7ª Edição 2025**. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553624119. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624119/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MORAES, Guaracy do N.; ELTZ, Magnum; FERREIRA, Gabriel B.; et al. **Direito Financeiro**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556902135. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902135/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CONTI, José M. Levando o direito financeiro a sério. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. p.1. ISBN 9788580391442. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580391442/. Acesso em: 17 jun. 2025.

COSTA, Regina H. **Código Tributário Nacional Comentado - 5ª Edição 2025**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530997380. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997380/. Acesso em: 17 jun. 2025.

DALLAVERDE, Alexsandra K. **As Transferências Voluntárias no Modelo Constitucional Brasileiro - Série Direito Financeiro**. São Paulo: Editora Blucher, 2016. *E-book.* p.1. ISBN 9788580392036. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580392036/. Acesso em: 17 jun. 2025.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro - 10ª Edição 2025**. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559777471. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777471/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SCHOUERI, Luis E. Direito Tributário - 14ª Edição 2025. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625666. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625666/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Hermenêutica e Aplicação do Direito	2	30					30	36

Ementa: Fontes do Direito. Hierarquia e constitucionalidade das leis. Interpretação e aplicação do Direito. Integração e antinomia. Eficácia da lei no tempo e no espaço. Especificidades dos Direitos Constitucional e Processual

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo. **Introdução ao Estudo do Direito - Humanismo, Democracia e Justiça - 4ª Edição 2023**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9788553623471. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623471/. Acesso em: 17 jun. 2025.

NADER, Paulo. **Introdução Ao Estudo do Direito - 47ª Edição 2025**. 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530996901. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996901/. Acesso em: 17 jun. 2025.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito, 27ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. *E-book.* p.1. ISBN 9788502136847. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136847/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito - 49ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788530979768. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979768/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Introdução ao Estudo do Direito - 4ª Edição 2025 Ed. 4**. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553623921. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623921/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Introdução Ao Estudo do Direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553628391. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628391/. Acesso em: 17 jun. 2025.

NUNES, Rizzatto. **Manual de Introdução Ao Estudo do Direito - 18ª Edição 2025**. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553624454. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624454/. Acesso em: 17 jun. 2025.

VENOSA, Sílvio de S. Introdução ao Estudo do Direito - 7ª Edição 2022. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.I. ISBN 9786559771073. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771073/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito e Transformação Digital	2					30	30	36

Ementa: Revoluções tecnológicas e Sociedade da Informação. Quarta Revolução Industrial e Sociedade Digital. Ciberespaço e Sociedade em Rede. Organizações exponenciais e digitalização da sociedade. Fundamentos e pilares da transformação digital. Tecnologias disjuntivas e inovação tecnológica. Empreendedorismo digital e startups. Empreendedorismo e inovação no Direito.

Bibliografia Básica:

FIORILLO, Celso Antônio P. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutelajurídica do meio ambiente digital, 1ª edição.**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2014. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502230644. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502230644/. Acesso em: 17 jun. 2025.

PINHEIRO, Patrícia P. **Direito Digital - 7ª Edição 2021**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. *E-book*. p.4. ISBN 9786555598438. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598438/. Acesso em: 17 jun. 2025.

WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria Geral do Direito Digital - 2ª Edição 2022**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786559642267. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642267/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

FRAJHOF, Isabella Z. **O Direito ao Esquecimento na Internet**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. *E-book*. p.1. ISBN 9788584934447. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584934447/. Acesso em: 17 jun. 2025.

LONGO, Walter. **Trilema Digital**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786555204346. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555204346/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F.; et al. **Direito Digital**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556902814. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814/. Acesso em: 17 jun. 2025.

TAVARES, André R. **O Juiz Digital: da atuação em rede à Justiça algorítmica. (Coleção direito, tecnologia, inovação e proteção de dados num mundo em transformação)**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786555599954. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599954/. Acesso em: 17 jun. 2025.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book*. p.capa. ISBN 9788553172740. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553172740/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Civil IV	4	30				30	60	72

Ementa: teoria geral dos contratos e seus princípios fundamentais. Formação, classificação e tipos de contratos, incluindo contratos atípicos e cessão de contratos. Análise dos efeitos, extinção e institutos conexos aos contratos, como arras, evicção, vícios redibitórios, teoria da imprevisão e cláusula *rebus sic stantibus*. Discussão sobre autocontrato, promessa de contrato e contratos de alienação. Abordagem detalhada dos contratos de compra e venda, com cláusulas especiais e pactos (comissório, retrovenda, melhor comprador e preferência), além de permuta e doação.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria H. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Teoria das Obrigações Vol.2 - 39ª Edição 2024**. 39. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.IV. ISBN 9788553622580. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622580/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. **Novo Curso de Direito Civil - Vol.4 - Contratos - 8ª Edição 2025**. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553627424. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627424/. Acesso em: 17 jun. 2025.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil - Contratos - Vol.3 - 25ª Edição 2025**. 25. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559776788. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776788/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GONCALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. v.2**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553628458. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628458/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Sinopses Jurídicas v 06 - Tomo I - direito civil - direito das obrigações - parte especial: contratos - verificado**. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book*. p.CAPA. ISBN 9786555592450. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592450/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil - Direito das Obrigações - 3ª Edição 2021**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9788530994259. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994259/. Acesso em: 17 jun. 2025

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Obrigações - 10ª Edição 2025**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788530995720. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995720/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SILVA, Domício Whately Pacheco E. **Solidariedade no Direito das Obrigações. (Coleção IDiP)**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556276724. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276724/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Penal III	4	30				30	60	72

Ementa: Teoria penal da vida, do patrimônio e da dignidade sexual. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual.

Bibliografia Básica:

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 2 - parte especial - crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183)**. 36. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553619863. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619863/. Acesso em: 17 jun. 2025.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal - Parte Especial Vol.2 - 24ª Edição 2024**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553622672. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622672/. Acesso em: 17 jun. 2025.

ESTEFAM, André. **Direito Penal - Parte Especial Vol.2 - 11ª Edição 2024**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553620685. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620685/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar R. **Código penal comentado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553615704. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615704/. Acesso em: 17 jun. 2025.

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; JUNIOR, Roberto D.; et al. **Código Penal Comentado - 10ª Edição 2021**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. *E-book.* p.4. ISBN 9786555593914. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593914/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Sinopses Jurídicas v 08 - Direito penal: dos crimes contra a pessoa**. 23. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9786555592337. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592337/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Sinopses Jurídicas v 10 - Dos crimes contra a dignidade sexual aos crimes contra a administração**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9786555592474. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592474/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado - 18ª Edição 2025**. 18. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559776887. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776887/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Processual Penal I	4	60					60	72

Ementa: Conceito e princípios jurídicos e políticos do Processo Penal, Inquérito policial, Ação Penal, Competência e jurisdição, Sujeitos do Processo, Prisão e liberdade provisória.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal - 31ª Edição 2024**. 31. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553620821. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620821/. Acesso em: 17 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Processo Penal - Volume Único - 5ª Edição 2024**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786559649587. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649587/. Acesso em: 17 jun. 2025.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal - 30ª Edição 2023**. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786559773060. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal - as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553612956. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612956/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GLOECKNER, Ricardo J. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. *E-book.* p.Cover. ISBN 9788547214678. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214678/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARCÃO, Renato. **Prisões cautelares, liberdade provisória e medidas cautelares restritivas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2012. *E-book.* p.1. ISBN 9788502155374. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502155374/. Acesso em: 17 jun. 2025.

OLIVEIRA, Rafael S. **Consenso no Processo Penal - uma alternativa para a crise do sistema criminal**. São Paulo: Almedina Brasil, 2015. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788584930753. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584930753/. Acesso em: 17 jun. 2025.

REIS, Anna C G.; MARINO, Aline M.; RODRIGUES, Ana L.; et al. **Teoria Geral do Processo Penal**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556900001. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900001/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	2			15		15	30	36

Ementa: Teoria do conflito e da comunicação. Acesso à Justiça. Métodos auto compositivos e heterocompositivos do tratamento do conflito. Mediação e conciliação judiciais e extrajudiciais. Negociação. Prevenção de conflitos e compliance. Acordo de não persecução penal. Justiça penal consensual e justiça restaurativa

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada P.; WATANABE, Kazuo; NETO, Caetano L. **Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional : guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522466986. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466986/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SILVA, Fernanda Carvalho Dias de O. **A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil**. São Paulo: Editora Blucher, [Inserir ano de publicação]. *E-book.* p.1. ISBN 9786555501582. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555501582/. Acesso em: 17 jun. 2025.

ZAFFARI, Eduardo K.; SCHOLZE, Martha L. **Solução de conflitos jurídicos**. Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595025233. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025233/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GUERRERO, Luis F. **Os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.i. ISBN 978-85-970-0367-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-970-0367-3/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Meios extrajudiciais de solução de conflitos: manual dos MESCs**. 2. ed. Barueri: Manole, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786555768145. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555768145/. Acesso em: 17 jun. 2025.

LAGRASTA, Valeria F. **Inovações Tecnológicas nos Métodos Consensuais de Solução de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786553621992. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621992/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem - 5ª Edição 2023**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559647637. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647637/. Acesso em: 17 jun. 2025.

TONIN, Mauricio M. **Arbitragem, Mediação e Outros Métodos de Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. *E-book*. p.1. ISBN 9788584934720. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584934720/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Processual Civil I	4	60					60	72

Ementa: Das normas fundamentais e da questão da aplicação das normas processuais. Da jurisdição e ação. Dos limites da jurisdição nacional e cooperação internacional. Competência. Sujeitos do processo.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/. Acesso em: 17 jun. 2025

CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil - 3ª Edição 2024**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9786559775910. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775910/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JÚNIOR, Humberto T. **Curso de Direito Processual Civil - Vol.II - 58ª Edição 2024**. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9786559649402. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649402/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ADRIÃO, Rafael R A.; MASCHIO, Fernanda M P.; SILVA, Rochele O.; et al. **Instituições do processo civil**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788595024526. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024526/. Acesso em: 17 jun. 2025.

CIANCI, Mirna; DELFINO, Lúcio; DANTAS, Bruno; et al. **Novo Código de Processo Civil: impactos na legislação extravagante e interdisciplinar. v.1**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book*. p.1. ISBN 9788502637146. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502637146/. Acesso em: 17 jun. 2025.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado - 3ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book*. p.i. ISBN 9788597016734. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016734/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARCATO, Antonio C. **Código de Processo Civil Interpretado - 1ª Edição 2022**. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. p.i. ISBN 9786559772148. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772148/. Acesso em: 17 jun. 2025.

NETO, Pedro S. **Direito do Conflito**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786555595529. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595529/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Atividades Integradoras IV	1			15			15	18

Ementa: Atividades com abordagem de conteúdo das disciplinas do quarto período com enfoque em temas inovadores de interesse social e profissional com relevância científica

Bibliografia Básica:

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 2 - parte especial - crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183)**. 36. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553619863. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619863/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional - 8ª Edição 2024**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luís R. **Interpretação e Aplicação da Constituição, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book*. p.I. ISBN 9788502075313. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502075313/. Acesso em: 17 jun. 2025.

BITENCOURT, Cezar R. **Falência da pena de prisão: edição comemorativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553620470. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620470/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Sinopses Jurídicas v 08 - Direito penal: dos crimes contra a pessoa**. 23. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book*. p.CAPA. ISBN 9786555592337. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592337/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Teoria geral do processo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.i. ISBN 9788553623358. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623358/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SIRVINSKAS, Luís P. **Tutela Penal do meio ambiente, 4ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010. *E-book*. p.i. ISBN 9788502112766. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502112766/. Acesso em: 17 jun. 2025.

QUINTO PERÍODO					
Disciplina	**Crédito**	**C/H PRESENCIAL**			

		Teoria	Prática	Ext.Curr i c.	Est.S u p.	C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.
Direito Civil V	4	30				30	60	72

Ementa: Responsabilidade Civil: Caracterização, pressupostos, modalidades e excludentes. Responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade por fato próprio, fato de terceiro, fato de coisa e fato de animal. Novas modalidades de danos. Responsabilidade civil do Estado. Direitos especiais de responsabilidade civil.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. **Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil - 22ª Edição 2024**. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553629745. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629745/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Responsabilidade Civil Vol.4 - 19ª Edição 2024**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9788553622283. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622283/. Acesso em: 17 jun. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil - 5ª Edição 2023**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786559647910. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647910/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

FILHO, Misael M. **Responsabilidade civil: aspectos processuais**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522472567. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522472567/. Acesso em: 17 jun. 2025.

LOPEZ, Teresa A. **O Dano Estético: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556273860. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273860/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo. **RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA - 1ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788597000689. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597000689/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MORAES, Maria Celina Bodin de; GUEDES, Gisela Sampaio da C. **Responsabilidade Civil de Profissionais Liberais - 1ª Edição 2016**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788530972394. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530972394/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Processual Civil II	4	60					60	72

Ementa: Dos atos processuais. Tutelas provisórias de urgência e evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Procedimento comum.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E- book.* p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/. Acesso em: 17 jun. 2025.

CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil - 3ª Edição 2024**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786559775910. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775910/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JÚNIOR, Humberto T. **Curso de Direito Processual Civil - Vol.II - 58ª Edição 2024**. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786559649402. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649402/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CIANCI, Mirna; DELFINO, Lúcio; DANTAS, Bruno; et al. **Novo Código de Processo Civil: impactos na legislação extravagante e interdisciplinar. v.1**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book.* p.1. ISBN 9788502637146. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502637146/. Acesso em: 17 jun. 2025.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado - 3ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788597016734. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016734/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JÚNIOR, José Herval S. **TUTELAS DE URGÊNCIA - 1ª Edição 2011**. Rio de Janeiro: Atlas, 2011. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522483181. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522483181/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MAZINI, Paulo G. **Tutela da Evidência**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788584935611. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935611/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SOUZA, Artur César de. **Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência, 2ª edição**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2017. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788584933853. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933853/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Processual Penal II	4	60					60	72

Ementa: Prova, Questões e processos incidentes, ANPP, Procedimentos Comum, especiais e Tribunal do Júri.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal - 31ª Edição 2024**. 31. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553620821. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620821/. Acesso em: 17 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Processo Penal - Volume Único - 5ª Edição 2024**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786559649587. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649587/. Acesso em: 17 jun. 2025.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal - 30ª Edição 2023**. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786559773060. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BONFIM, Edilson M. **No tribunal do júri**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book.* p.1. ISBN 9788553601615. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601615/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GLOECKNER, Ricardo J. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. *E-book.* p.Cover. ISBN 9788547214678. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214678/. Acesso em: 17 jun. 2025.

GOULART, Fábio R. **Tribunal do júri: aspectos críticos relacionados à prova**. Rio de Janeiro: Atlas, 2008. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522472512. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522472512/. Acesso em: 17 jun. 2025.

KAGUEIAMA, PAULA T. **PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL: UM ESTUDO SOBRE FALSAS MEMÓRIAS E MENTIRAS**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556273372. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273372/. Acesso em: 17 jun. 2025.

RANGEL, Paulo. **Tribunal do Júri - Visão Linguística, Histórica, Social e Jurídica - 6ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788597016598. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016598/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Penal IV	4	30				30	60	72

Ementa: Teoria penal da paz pública, da fé pública, administração pública, crimes ambientais.

Bibliografia Básica:

CONTE, Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Christiany P. **Crimes Ambientais - 2ª Edição 2017**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.1. ISBN 9788547221591. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547221591/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 3 - parte especial - crimes contra a propriedade imaterial a crimes contra a paz pública (arts. 184 a 288-A do CP)**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553619887. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619887/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 4 - parte especial - crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública (arts. 289 a 359-h)**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553619900. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619900/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar R. **Código penal comentado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553615704. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615704/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Sinopses Jurídicas v 10 - Dos crimes contra a dignidade sexual aos crimes contra a administração**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9786555592474. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592474/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JALIL, Mauricio S.; FILHO, Vicente G. **Código penal comentado: doutrina e jurisprudência**. 7. ed. Barueri: Manole, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788520461945. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461945/. Acesso em: 22 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Código Penal Comentado - 25ª Edição 2025**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530995973. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995973/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SIRVINSKAS, Luís P. **Tutela Penal do meio ambiente, 4ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010. *E-book.* p.i. ISBN 9788502112766. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502112766/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Atividades Integradoras V	1			15			15	18

Ementa: Atividades com abordagem de conteúdo das disciplinas do quinto período com enfoque em temas inovadores de interesse social e profissional com relevância científica.

Bibliografia Básica:

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 2 - parte especial - crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183)**. 36. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553619863. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619863/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional - 8ª Edição 2024**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/. Acesso em: 21 jun. 2025.

BARROSO, Luís R. **Interpretação e Aplicação da Constituição, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book.* p.I. ISBN 9788502075313. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502075313/. Acesso em: 21 jun. 2025.

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 4 - parte especial - crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública (arts. 289 a 359-h)**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553619900. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619900/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530996642. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PEREIRA, Eliomar da S. **Teoria da Investigação Criminal**. 3. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786556275529. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275529/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Laboratório de Prática Jurídica I	4		60				60	72

Ementa: Atividades práticas simuladas, orientadas, nas áreas forense e não forense, com ênfase em prática de direito civil e direito processual civil. Elaboração de peças processuais, análise de casos concretos e estratégias de atuação jurídica em demandas cíveis. Simulação de audiências, peticionamento eletrônico, prática de atos processuais, e aplicação de técnicas de mediação e conciliação. Estudo e execução de procedimentos cíveis, abrangendo as fases de conhecimento. Ênfase na ética profissional e na aplicação prática dos princípios e normas do Direito Civil, dentro do contexto forense.

Bibliografia Básica:

CHACON, Luis Fernando R. **Manual de Prática Forense Civil - 11ª Edição 2024**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553629936. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629936/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Manual de Arbitragem e Mediação - 6ª Edição 2022**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book.* p.3. ISBN 9786553620568. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620568/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9786558110477. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558110477/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GUERRERO, Luis F. **Os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.i. ISBN 978-85-970-0367-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-970-0367-3/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LAGRASTA, Valeria F. **Inovações Tecnológicas nos Métodos Consensuais de Solução de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786553621992. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621992/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de Mediação e Arbitragem - 3ª Edição 2024**. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553628469. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628469/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem - 5ª Edição 2023**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559647637. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647637/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS - 1ª Edição 2013**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522478866. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522478866/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Serviço de Assistência Jurídica I	4				60		60	72

Ementa: Prática jurídica real com atendimento jurídico integral à população hipossuficiente, exclusivamente nas áreas cíveis, por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Orientação e acompanhamento de casos reais, incluindo consultas, elaboração de peças processuais e acompanhamento de processos judiciais e extrajudiciais. Participação em audiências, mediação e conciliação no âmbito cível. Aplicação de princípios éticos e profissionais no exercício da advocacia e no atendimento ao público, promovendo o acesso à justiça e a inclusão social. Desenvolvimento das habilidades práticas necessárias à atuação jurídica responsável e cidadã.

Bibliografia Básica:

CHACON, Luis Fernando R. **Manual de Prática Forense Civil - 11ª Edição 2024**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553629936. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629936/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Manual de Arbitragem e Mediação - 6ª Edição 2022**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book.* p.3. ISBN 9786553620568. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620568/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9786558110477. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558110477/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GUERRERO, Luis F. **Os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.i. ISBN 978-85-970-0367-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-970-0367-3/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LAGRASTA, Valeria F. **Inovações Tecnológicas nos Métodos Consensuais de Solução de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786553621992. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621992/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de Mediação e Arbitragem - 3ª Edição 2024**. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553628469. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628469/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem - 5ª Edição 2023**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559647637. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647637/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS - 1ª Edição 2013**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522478866. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522478866/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SEXTO PERÍODO

Disciplina	Crédito	C/H PRESENCIAL				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.
		Teoria	Prática	Ext.Curric.	Est.Sup.			
Direito Civil VI	**4**	30				30	60	72

Ementa: Direitos das coisas. Da posse. Função social da posse e da propriedade. Direitos reais.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil: Direito das Coisas - 21ª Edição 2024**. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553623507. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623507/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: direito das coisas. v.4**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553628274. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628274/. Acesso em: 21 jun. 2025.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas - 9ª Edição 2021**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book.* p.i. ISBN 9788530990886. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530990886/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Maria H. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Direito das Coisas Vol.4 - 38ª Edição 2024**. 38. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.IV. ISBN 9788553622429. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622429/. Acesso em: 21 jun. 2025.

DINIZ, Maria H.; SANTIAGO, Mariana R. **Função social e solidária da posse**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.IV. ISBN 9786555599091. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599091/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Sinopses Jurídicas v 03 - Direito Civil - Direito das coisas**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553619689. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619689/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil - Vol. 4 - Diretio das Coisas - 7ª Edição 2016**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788530968700. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530968700/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PIVA, Rui C. **Direito Civil: Parte Geral, Obrigações, Contratos, Atos Unilaterais, Responsabilidade Civil, Direito das Coisas**. Barueri: Manole, 2012. *E-book.* p.A. ISBN 9788520444504. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444504/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Direito Processual Civil III	**4**	60					60	72

Ementa: Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. Dos recursos.

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio S. **Curso sistematizado de direto processual civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. v.2**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553624627. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624627/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Curso de Direito Processual Civil - Execução, Processos nos Tribunais Vol.3 - 18ª Edição 2025**. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553626540. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626540/. Acesso em: 21 jun. 2025.

JR., Gediel Claudino A. **Prática de Recursos no Processo Civil - 6ª Edição 2021**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788597026320. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026320/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CIANCI, Mirna; DELFINO, Lúcio; DANTAS, Bruno; et al. **Novo Código de Processo Civil: impactos na legislação extravagante e interdisciplinar. v.1**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book.* p.1. ISBN 9788502637146. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502637146/. Acesso em: 17 jun. 2025.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado - 3ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788597016734. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016734/. Acesso em: 17 jun. 2025.

JÚNIOR, José Herval S. **TUTELAS DE URGÊNCIA - 1ª Edição 2011**. Rio de Janeiro: Atlas, 2011. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522483181. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522483181/. Acesso em: 17 jun. 2025.

MAZINI, Paulo G. **Tutela da Evidência**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788584935611. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935611/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SOUZA, Artur César de. **Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência, 2ª edição**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2017. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788584933853. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933853/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Direito Processual Penal III	**4**	30				30	60	72

Ementa: Juizado Especial Criminal. Sentença. Nulidades. Recursos. Organização Judiciária.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal - 31ª Edição 2024**. 31. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553620821. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620821/. Acesso em: 17 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Processo Penal - Volume Único - 5ª Edição 2024**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786559649587. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649587/. Acesso em: 17 jun. 2025.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal - 30ª Edição 2023**. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786559773060. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

FIGUEIREDO, Patrícia V.; JUNQUEIRA, Gustavo O D.; FULLER, Paulo H A.; et al. **Lei Anticrime Comentada - 2ª Edição 2021**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9786555595512. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595512/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; REIS, Alexandre Cebrian A. **Processo Penal -Procedimentos, Nulidades e Recursos -Coleção Sinopses Jurídicas -21ªEd. 2024**. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786553623743. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623743/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PAULA, Renato Sérgio de Lima, Liana de. **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. *E-book.* p.1. ISBN 9788572443456. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572443456/. Acesso em: 21 jun. 2025.

REIS, Alexandre Cebrian A.; GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Sinopses Jurídicas v 15 - Processo penal - procedimentos - nulidades e recursos**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9786555591781. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591781/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo C. **Sinopses Jurídicas v 35 - juizados especiais cíveis e criminais - federais e estaduais**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553609949. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609949/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Direito Administrativo I	**4**	60					60	72

Ementa: Conceito do Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo: princípios da Administração Pública. Organização administrativa: administração pública direta e indireta. Entes de Cooperação: Terceiro setor. Poderes Administrativos. Teoria geral do ato administrativo. Responsabilidade extracontratual do Estado. Bens Públicos.

Bibliografia Básica:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de Direito Administrativo - 2ª Edição 2013**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. *E-book.* p.Capa1. ISBN 978-85-309-4882-5. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4882-5/. Acesso em: 21 jun. 2025.

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book.* p.1. ISBN 9788553601578. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601578/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo - 37ª Edição 2024**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786559649440. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649440/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2010. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595152281. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152281/. Acesso em: 21 jun. 2025.

FRANÇA, Phillip G. **Controle da administração pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547204051. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204051/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LOUZADA, Cinthia F G.; HOLENBACH, Débora C G.; CORRÊA, Guilherme G.; et al. **Constituição e administração pública**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595023499. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023499/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública, 5ª edição**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788597016093. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016093/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MENDES, Gilmar F. **Série IDP – Linha Administração e Políticas Públicas - Gestão Pública e Direito Municipal: tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547204686. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204686/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Atividades Integradoras VI	**1**			15			15	18

Ementa: Atividades com abordagem de conteúdo das disciplinas do sexto período com enfoque em temas inovadores de interesse social e profissional com relevância científica.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. E-book. p.1. ISBN 9788553601578. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601578/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional - 8ª Edição 2024. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/. Acesso em: 21 jun. 2025.

BARROSO, Luís R. Interpretação e Aplicação da Constituição, 7ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p.I. ISBN 9788502075313. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502075313/. Acesso em: 21 jun. 2025.

COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2010. E-book. p.Capa. ISBN 9788595152281. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152281/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530996642. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PEREIRA, Eliomar da S. Teoria da Investigação Criminal. 3. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786556275529. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275529/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Laboratório de Prática Jurídica II	**4**		60				60	72

Ementa: Atividades práticas simuladas, orientadas nas áreas forense e não forense, com ênfase na prática de direito penal e processual penal. Elaboração de peças processuais, análise de casos concretos e estratégias de defesa e acusação em demandas penais. Simulação de audiências criminais, peticionamento eletrônico e prática de atos processuais em procedimentos investigativos e judiciais. Aplicação de técnicas de defesa, recursos e acompanhamento de processos em todas as fases da persecução penal. Ênfase na ética profissional, direitos e garantias fundamentais, e aplicação prática dos princípios do Direito Penal e Processual Penal.

Bibliografia Básica:

MOSSIN, Heráclito A. **Compêndio de Processo Penal: Curso Completo**. Barueri: Manole, 2010. *E-book.* p.A. ISBN 9788520446423. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446423/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Prática Forense Penal - 15ª Edição 2024**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530994976. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994976/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Luiz C.; SILVA, Franklyn Roger A. **Manual de Processo e Prática Penal - 6ª Edição 2012**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. *E-book.* p.Capa1. ISBN 978-85-309-5598-4. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5598-4/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar R. **Código penal comentado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553615704. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615704/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MASSON, Cleber; JR., Ernani V. **Prática Penal, Civil e Tutela Coletiva - Ministério Público - 6ª Edição 2022**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559644612. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644612/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MESSA, Ana F. **Prática penal para exame da OAB**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553624498. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624498/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Código de Processo Penal Comentado - 24ª Edição 2025**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.I. ISBN 9788530996444. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996444/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PAIVA, Caio C. **Prática Penal para Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788530972233. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530972233/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Serviço de Assistência Jurídica II	**4**				60		60	72

Ementa: Prática jurídica real, com atendimento jurídico integral à população hipossuficiente na área penal, realizado por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Atuação em casos criminais reais, envolvendo consultas, elaboração de peças processuais, acompanhamento de inquéritos policiais e processos penais. Participação em audiências, realização de defesas e interposição de recursos, além de atuação em procedimentos de execução penal. Aplicação de princípios éticos e constitucionais, com foco na defesa dos direitos e garantias fundamentais. Desenvolvimento de habilidades práticas para a atuação jurídica no âmbito penal, promovendo o acesso à justiça e à inclusão social.

Bibliografia Básica:

MOSSIN, Heráclito A. **Compêndio de Processo Penal: Curso Completo**. Barueri: Manole, 2010. *E-book.* p.A. ISBN 9788520446423. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446423/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Prática Forense Penal - 15ª Edição 2024**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530994976. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994976/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Luiz C.; SILVA, Franklyn Roger A. **Manual de Processo e Prática Penal - 6ª Edição 2012**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. *E-book.* p.Capa1. ISBN 978-85-309-5598-4. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5598-4/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar R. **Código penal comentado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553615704. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615704/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MASSON, Cleber; JR., Ernani V. **Prática Penal, Civil e Tutela Coletiva - Ministério Público - 6ª Edição 2022**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559644612. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644612/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MESSA, Ana F. **Prática penal para exame da OAB**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553624498. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624498/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Código de Processo Penal Comentado - 24ª Edição 2025**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book*. p.I. ISBN 9788530996444. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996444/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PAIVA, Caio C. **Prática Penal para Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788530972233. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530972233/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SÉTIMO PERÍODO

Disciplina	Crédito	C/H PRESENCIAL				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.
		Teoria	Prática	Ext.Curric.	Est.Sup.			
Direto Civil VII	4	60					60	72

Ementa: Direito de família: direito matrimonial. Direito parental. Direito convivência e direito assistencial. Direito das Sucessões: Aspectos gerais da sucessão. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria H. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Direito de Família Vol.5 - 38ª Edição 2024**. 38. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.IV. ISBN 9788553621453. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621453/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Direito de Família Vol.6 - 21ª Edição 2024**. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.i. ISBN 9788553622382. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622382/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil: Direito das Sucessões - 22ª Edição 2024**. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786553620841. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620841/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CALMON, Rafael. **Manual de direito processual das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553626232. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626232/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Sinopses Jurídicas v 02 - Direito Civil - Direito de Família**. 23. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book*. p.CAPA. ISBN 9788553619665. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619665/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Sinopses Jurídicas v 04 - direito civil - direito das sucessões**. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book*. p.CAPA. ISBN 9788553618866. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618866/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LOBO, Paulo. **Direito civil: sucessões. v.6**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9788553622979. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622979/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PAIANO, Daniela B.; FERNANDES, Beatriz S.; SANTOS, Franciele B.; et al. **Direito de Família: Aspectos Contemporâneos**. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book*. p.capa. ISBN 9786556279008. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279008/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Direito Individual do Trabalho	4	60					60	72

Ementa: Conceito e princípios do Direito do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de trabalho. Estabilidade. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Salário e remuneração. Duração do Trabalho. Contratos afins. Períodos de descanso. Regulamentações especiais.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho - 20ª Edição 2025**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa.ISBN 9788553626823. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho - 17ª Edição 2025**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa.ISBN 9788553625963. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625963/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho - 16ª Edição 2025**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN9788553625949. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625949/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

FREDIANI, Yone. **Direito do trabalho**. Barueri: Manole, 2011. *E-book*. p.A. ISBN 9788520444351. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444351/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LIMA, Adrianne; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. **LGPD no Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786553621954. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621954/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINS, Sérgio P. **Terceirização No Direito do Trabalho - 16ª Edição 2025**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553623761. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623761/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SANTOS, Susana Ferreira dos; FALCÃO, David. **Casos Práticos - Direito do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. *E-book*. p.1. ISBN 9789724084367. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084367/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SCARPA, Rita de Cássia Nogueira de M. **Reforma Trabalhista, Flexibilização e Crise no Direito do Trabalho**. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book*. p.capa. ISBN 9786556278308. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278308/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Direito Processual Civil IV	4	60					60	72

Ementa: Cumprimento de sentença. Processo de execução. Execução em geral. Espécies de execução. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria H. Curso de Direito Civil Brasileiro - Direito de Família Vol.5 - 38ª Edição 2024. 38. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.IV. ISBN 9788553621453. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621453/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil Brasileiro - Direito de Família Vol.6 - 21ª Edição 2024. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9788553622382. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622382/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil: Direito das Sucessões - 22ª Edição 2024. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9786553620841. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620841/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CALMON, Rafael. Manual de direito processual das famílias. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553626232. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626232/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. Sinopses Jurídicas v 02 - Direito Civil - Direito de Família. 23. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553619665. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619665/. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. Sinopses Jurídicas v 04 - direito civil - direito das sucessões. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553618866. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618866/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LOBO, Paulo. Direito civil: sucessões. v.6. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9788553622979. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622979/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PAIANO, Daniela B.; FERNANDES, Beatriz S.; SANTOS, Franciele B.; et al. Direito de Família: Aspectos Contemporâneos. São Paulo: Almedina, 2023. E-book. p.capa. ISBN 9786556279008. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279008/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Direito Administrativo II	4	60					60	36

Ementa: Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Domínio Público. Intervenção do Estado na propriedade privada. Controle dos Atos da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Agentes Públicos.

Bibliografia Básica:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de Direito Administrativo - 2ª Edição 2013. Rio de Janeiro: Forense, 2013. E-book. p.Capa1. ISBN 978-85-309-4882-5. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4882-5/. Acesso em: 21 jun. 2025.

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. E-book. p.1. ISBN 9788553601578. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601578/. Acesso em: 21 jun. 2025.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo - 37ª Edição 2024. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. p.I. ISBN 9786559649440. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649440/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARCELLOS, Bruno M.; MATTOS, João G. Licitações e contratos. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. p.11. ISBN 9788595021235. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021235/. Acesso em: 21 jun. 2025.

NEVES, Daniel Amorim A.; OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Improbidade Administrativa: Direito Material e Processual. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786559645367. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645367/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SPITZCOVSKY, Celso; CARDINOT, Rodrigo. Agentes públicos na jurisprudência dos tribunais. v.3. Rio de Janeiro: Expressa, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786553628700. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628700/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SPITZCOVSKY, Celso; CARDINOT, Rodrigo. Agentes públicos na jurisprudência dos tribunais. v.2. Rio de Janeiro: Expressa, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786553628823. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628823/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SPITZCOVSKY, Celso; CARDINOT, Rodrigo. Agentes públicos na jurisprudência dos tribunais. v.1. Rio de Janeiro: Expressa, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786553628946. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628946/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Atividades Integradoras VII	1			15			15	18

Ementa: Atividades com abordagem de conteúdo das disciplinas do sétimo período com enfoque em temas inovadores de interesse social e profissional com relevância científica.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil: Direito das Sucessões - 22ª Edição 2024. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9786553620841. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620841/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional - 8ª Edição 2024. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/. Acesso em: 21 jun. 2025.

BARROSO, Luís R. Interpretação e Aplicação da Constituição, 7ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p.I. ISBN 9788502075313. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502075313/. Acesso em: 21 jun. 2025.

CALMON, Rafael. Manual de Direito Processual das Famílias - 5ª Edição 2025. 5. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625147. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625147/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LOURENCO, Haroldo. Teoria Dinâmica do Ônus da Prova no Novo CPC (Lei nº 13.105/15) - 1ª Edição 2015. Rio de Janeiro: Método, 2015. E-book. p.1. ISBN 978-85-309-6543-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6543-3/. Acesso em: 21 jun. 2025.

ZAFFARI, Eduardo K.; SCHOLZE, Martha L. Solução de conflitos jurídicos. Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025233. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025233/. Acesso em: 21 jun. 2025

Laboratório de Prática Jurídica III	4		60				60	72

Ementa: Atividades práticas simuladas, orientadas, nas áreas forense e não forense, com ênfase em prática de direito civil e direito processual civil. Elaboração de peças processuais, análise de casos concretos e estratégias de atuação jurídica em demandas cíveis. Simulação de audiências, peticionamento eletrônico e prática de atos processuais. Estudo de procedimentos cíveis, abrangendo as fases de conhecimento e cumprimento de sentença. Ênfase na ética profissional e na aplicação prática dos princípios e normas do Direito Civil, dentro do contexto forense.

Bibliografia básica:

ROQUE, Nathaly C. **Prática Civil - 6ª Edição 2022**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559642625. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642625/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática Civil - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553625055. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625055/. Acesso em: 21 jun. 2025.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559647019. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647019/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia complementar:

CUNHA, Maurício F. **Coleção Método Essencial - Direito Processual Civil - 2ª Edição 2022**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786559644742. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644742/. Acesso em: 21 jun. 2025.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado - 3ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book*. p.i. ISBN 9788597016734. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016734/. Acesso em: 21 jun. 2025.

JÚNIOR, Gediel Claudino de A. **Prática No Processo Civil - 27ª Edição 2024**. 27. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9786559776191. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776191/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARCATO, Antonio C. **Código de Processo Civil Interpretado - 1ª Edição 2022**. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. p.i. ISBN 9786559772148. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772148/. Acesso em: 21 jun. 2025.

VICTALINO, Ana C.; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan; et al. **Prática Civil. (Coleção Prática Forense)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.IV. ISBN 9786553626164. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626164/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Serviço de Assistência Jurídica III	4				60		60	72

Ementa: Prática jurídica real, com atendimento jurídico integral à população hipossuficiente por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Orientação e acompanhamento de casos reais nas áreas cível, incluindo consultas, elaboração de peças processuais e acompanhamento de processos judiciais e extrajudiciais. Participação em audiências. Estudo e execução de procedimentos cíveis, abrangendo as fases de conhecimento e cumprimento de sentença. Aplicação de princípios éticos e profissionais no exercício da advocacia e no atendimento ao público, promovendo o acesso à justiça e a inclusão social. Desenvolvimento das habilidades práticas necessárias à atuação jurídica responsável e cidadã.

Bibliografia básica:

ROQUE, Nathaly C. **Prática Civil - 6ª Edição 2022**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559642625. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642625/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática Civil - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553625055. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625055/. Acesso em: 21 jun. 2025.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559647019. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647019/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia complementar:

CUNHA, Maurício F. **Coleção Método Essencial - Direito Processual Civil - 2ª Edição 2022**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786559644742. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644742/. Acesso em: 21 jun. 2025.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado - 3ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book*. p.i. ISBN 9788597016734. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016734/. Acesso em: 21 jun. 2025.

JÚNIOR, Gediel Claudino de A. **Prática No Processo Civil - 27ª Edição 2024**. 27. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9786559776191. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776191/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARCATO, Antonio C. **Código de Processo Civil Interpretado - 1ª Edição 2022**. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. p.i. ISBN 9786559772148. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772148/. Acesso em: 21 jun. 2025.

VICTALINO, Ana C.; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan; et al. **Prática Civil. (Coleção Prática Forense)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.IV. ISBN 9786553626164. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626164/. Acesso em: 21 jun. 2025.

OITAVO PERÍODO

Disciplina	**Crédito**	**C/H PRESENCIAL**				**C/H EAD**	**C/H Total 60 min.**	**C/H Total 50 min.**
		Teoria	**Prática**	**Ext.Curric.**	**Est. Sup.**			
Direito Processual Civil V	4	60					60	72

Ementa: Dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Processo Civil: Procedimentos Especiais - 17ª Edição 2024**. 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553629370. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629370/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil Sistematizado - 6ª Edição 2021**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9786559640133. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640133/. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIBEIRO, Marcelo. **Processo Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786559646166. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646166/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio S. **Novo Código de Processo Civil anotado, 3ª edição**m. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547217181. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217181/. Acesso em: 22 jun. 2025.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Código de Processo Civil Comentado - 2ª Edição 2025**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788530994617. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994617/. Acesso em: 22 jun. 2025.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado - 3ª Edição 2018**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788597016734. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016734/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil - Coleção Esquematizado - 16ª Edição 2025**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553628018. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628018/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GRINOVER, Ada P.; MARCATO, Antonio C.; ZUFELATO, Camilo; et al. **O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.i. ISBN 978-85-970-0236-2. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-970-0236-2/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito Empresarial I	4					60	60	72

Ementa: Conceito e princípios do Direito Empresarial: Empresário - Obrigações Comuns; Sociedades Empresárias; Sociedades Anônimas; Mercado de Capitais; Estabelecimento empresarial; Grupos empresariais; as juntas comerciais. Institutos complementares. Ações Próprias: dissolução de sociedade; renovatória de locação.

Bibliografia Básica:

VENOSA, Sílvio de S.; RODRIGUES, Cláudia. **Direito Empresarial - 12ª Edição 2024**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9786559776139. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776139/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial - 13ª Edição 2025**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553627783. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627783/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIDO, Elisabete. **Prática jurídica empresarial**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.IV. ISBN 9786553625761. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553625761/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das Sociedades Comerciais**. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book.* p.1. ISBN 9788553601592. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601592/. Acesso em: 22 jun. 2025.

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial. (Coleção esquematizado®)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553627321. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627321/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GOLD, Miriam. **Redação Empresarial- 5ª edição.**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547217969. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217969/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Coleção sinopses jurídicas ; v. 21 - Direito empresarial : direito de empresa e sociedades empresárias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.capa. ISBN 9788553608867. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553608867/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MAGALHÃES, Giovani. **Direito Empresarial Facilitado - 2ª Edição 2022**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786559643998. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643998/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito Coletivo do Trabalho	2	30					30	36

Ementa: Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos sindicatos. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução; convenções e acordos coletivos. Direito de greve e lock out. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tratados e convenções internacionais em matéria de Direito do Trabalho. Globalização e Direito do Trabalho.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho - 20ª Edição 2025**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553626823. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho - 17ª Edição 2025**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553625963. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625963/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho - 16ª Edição 2025**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553625949. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625949/. Acesso em: 21 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros P.; VILLATORE, Marco Antônio C. **Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho - 1ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522493685. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522493685/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553625918. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625918/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025**. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/. Acesso em: 22 jun. 2025.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho - 9ª Edição 2023**. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786559648719. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648719/. Acesso em: 22 jun. 2025.

ZAFFARI, Eduardo K.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; REIS, Anna C. Gomes dos; et al. **Direito Coletivo do Trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556901442. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901442/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito da Seguridade Social	4	60					60	72

Ementa: Conceito e princípios do Direito da Seguridade Social. Previdência Social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Repercussões no Contrato de Trabalho. Espécies de Benefícios Sociais.

Bibliografia Básica:

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786559645305. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645305/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JÚNIOR, Miguel H. **Direito previdenciário**. Barueri: Manole, 2011. *E-book*. p.A. ISBN 9788520444375. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444375/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro. **Direito Previdenciário - Coleção Esquematizado - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553628032. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628032/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ARTAXO, Ana Maria B.; CABRAL, Maria do Socorro R. **Seguridade social, previdência e serviço social: desafios do tempo presente**. São Paulo: Cortez Editora, 2022. *E-book*. p.capa. ISBN 9786555552720. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555552720/. Acesso em: 22 jun. 2025.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João B. **Lei de Benefícios da Previdência Social - 2ª Edição 2025**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788530997366. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997366/. Acesso em: 22 jun. 2025.

COUTO, Berenice R.; YAZBEK, Maria C.; SILVA, Maria Ozanira da Silva E.; et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2013. *E-book*. p.capa. ISBN 9788524921193. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524921193/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Direito da Seguridade Social**. 43. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553625802. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625802/. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIGOLIN, Ivan B. **Comentários ao regime único dos servidores públicos civis, 7ª Edição.**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502174481. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502174481/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Atividades Integradoras VIII	1			15			15	18

Ementa: Atividades com abordagem de conteúdo das disciplinas do oitavo período com enfoque em temas inovadores de interesse social e profissional com relevância científica.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho** - 20ª Edição 2025. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626823. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional** - 8ª Edição 2024. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos**, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho - 20ª Edição 2025**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553626823. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional - 8ª Edição 2024**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/. Acesso em: 21 jun. 2025.

BARROSO, Luís R. **Interpretação e Aplicação da Constituição, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book*. p.I. ISBN 9788502075313. Disponível: em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502075313/. Acesso em: 21 jun. 2025.

LOURENCO, Haroldo. **Teoria Dinâmica do Ônus da Prova no Novo CPC (Lei nº 13.105/15) - 1ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Método, 2015. *E-book*. p.1. ISBN 978-85-309-6543-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6543-3/. Acesso em: 21 jun. 2025.

SCARPA, Rita de Cássia Nogueira de M. **Reforma Trabalhista, Flexibilização e Crise no Direito do Trabalho**. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book*. p.capa. ISBN 9786556278308. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278308/. Acesso em: 21 jun. 2025.

ZAFFARI, Eduardo K.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; REIS, Anna C. Gomes dos; et al. **Direito Coletivo do Trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556901442. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901442/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Metodologia e Pesquisa Científica	2	15				15	30	36

Ementa: Entendimento da pesquisa jurídica e suas especificidades metodológicas no campo do Direito, destacando a indissociabilidade entre teoria e prática. Escolha e delimitação do tema e do problema jurídico, bem como sua pertinência e justificativa. Definição de hipótese, objetivos gerais e específicos, métodos e referenciais teóricos. Elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), incluindo revisão de literatura, metodologia, cronograma, referências, estrutura provável do trabalho e sua apresentação.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786553622470. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622470/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9788597026580. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/. Acesso em: 22 jun. 2025.

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553624157. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624157/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

MICHEL, Maria H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais, 3ª edição**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book*. p.i. ISBN 978-85-970-0359-8. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-970-0359-8/. Acesso em: 22 jun. 2025.

QUEIROZ, Rafael Mafei R.; FEFERBAUM, Marina. **Metodologia da Pesquisa Em Direito - 3ª Edição 2023**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.I. ISBN 9786553627994. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627994/. Acesso em: 22 jun. 2025.

RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: Política – pensamento e ação**. São Paulo: Autêntica Editora, 2016. *E-book*. p.1. ISBN 9788551300831. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551300831/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. *E-book*. p.capa. ISBN 9788524925207. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/. Acesso em: 22 jun. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. *E-book*. p.capa. ISBN 9786555553055. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553055/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Laboratório de Prática Jurídica IV	4		60				60	72

Ementa: Atividades práticas simuladas, orientadas nas áreas forense e não forense, com foco na prática jurídica cível e na prática jurídica trabalhista individual. Direito Civil: Elaboração de peças práticas referentes à fase recursal, incluindo apelações, agravos, embargos e demais recursos cabíveis. Simulação de audiências e procedimentos específicos da fase recursal, com análise de casos concretos e aplicação de técnicas processuais avançadas. Direito Individual do Trabalho: Elaboração de peças processuais e pareceres relacio-nados a relações de trabalho, contratos de trabalho, rescisões contratuais, direitos e deveres dos trabalhadores e empregadores. Si-mulação de audiências trabalhistas e procedimentos relativos ao Direito Individual do Trabalho, com análise de casos concretos e aplicação de técnicas processuais específicas. Ênfase na ética profissional e na aplicação prática dos princípios do Direito Adminis-trativo e do Direito Individual do Trabalho, com foco na legalidade, impessoalidade e eficiência da Administração Pública, bem co-mo na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Bibliografia básica:

CONDE, Maria E.; BROLIO, Raphael; ORSI, Renata; et al. **Prática Trabalhista. (Coleção Prática Forense)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553624832. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624832/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GARCIA, Arthur A.; CENI, Caroline I C.; ZAFFARI, Eduardo K.; et al. **Prática Trabalhista**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556903453. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903453/. Acesso em: 22 jun. 2025.

REDINZ, Marco A. **Contratos trabalhistas na prática**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553610075. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553610075/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT Comentada - 10ª Edição 2022**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. p.4. ISBN 9786553620636. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620636/. Acesso em: 22 jun. 2025.

HINZ, Henrique M. **Audiência trabalhista na prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book*. p.1. ISBN 9788553172702. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553172702/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **CPC – Repercussões no processo do trabalho, 2ª edição.**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547213435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547213435/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553625918. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625918/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Prática Trabalhista - 11ª Edição 2024**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786553628878. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628878/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Serviço de Assistência Jurídica IV	4				60		60	72

Ementa: Prática jurídica real com atendimento jurídico gratuito à população hipossuficiente, nas áreas de Direito Civil, Direito Individual do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, realizado por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Direito Civil: Atuação prática em casos reais na fase recursal do Direito Civil, com elaboração de recursos como apelações, agravos e embargos. Acompanhamento de audiências reais e desenvolvimento de estratégias processuais. Atuação prática em casos reais de Direito Individual do Trabalho, incluindo consultoria, elaboração de peças processuais e orientação sobre contratos e rescisões. Defesa de direitos trabalhistas em processos judiciais e participação em audiências trabalhistas. Ênfase na aplicação dos princípios éticos e da justiça social na defesa dos trabalhadores. Desenvolvimento de habilidades práticas para a atuação jurídica trabalhista, promovendo o acesso à justiça e a defesa dos direitos nas relações de trabalho individuais.

Bibliografia básica:

CONDE, Maria E.; BROLIO, Raphael; ORSI, Renata; et al. **Prática Trabalhista. (Coleção Prática Forense)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553624832. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624832/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GARCIA, Arthur A.; CENI, Caroline I C.; ZAFFARI, Eduardo K.; et al. **Prática Trabalhista**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556903453. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903453/. Acesso em: 22 jun. 2025.

REDINZ, Marco A. **Contratos trabalhistas na prática**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553610075. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553610075/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT Comentada - 10ª Edição 2022**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. p.4. ISBN 9786553620636. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620636/. Acesso em: 22 jun. 2025.

HINZ, Henrique M. **Audiência trabalhista na prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book*. p.1. ISBN 9788553172702. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553172702/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **CPC – Repercussões no processo do trabalho, 2ª edição.**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547213435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547213435/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553625918. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625918/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Prática Trabalhista - 11ª Edição 2024**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786553628878. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628878/. Acesso em: 22 jun. 2025.

NONO PERÍODO

Disciplina	Crédito	C/H PRESENCIAL				C/H EAD	C/H Total 60 min.	C/H Total 50 min.
		Teoria	Prática	Ext.Curr i c.	Est.Sup.			
Direito Empresarial II	4					60	60	72

Ementa: O crédito e os títulos de crédito: teoria geral e títulos em espécie; ações judiciais; Contratos comerciais; Recuperação, falência e liquidação de empresas.

Bibliografia Básica:

VENOSA, Sílvio de S.; RODRIGUES, Cláudia. **Direito Empresarial - 12ª Edição 2024**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9786559776139. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776139/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial - 13ª Edição 2025**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553627783. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627783/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIDO, Elisabete. **Prática jurídica empresarial**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.IV. ISBN 9786553625761. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553625761/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 31. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book*. p.1. ISBN 9788553600564. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553600564/. Acesso em: 22 jun. 2025.

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial. (Coleção esquematizado®)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553627321. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627321/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GOLD, Miriam. **Redação Empresarial- 5ª edição.**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547217969. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217969/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MAGALHÃES, Giovani. **Direito Empresarial Facilitado - 2ª Edição 2022**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786559643998. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643998/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SACRAMONE, Marcelo B. **Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786553622531. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622531/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito do Consumidor	2			30			30	36

Ementa: Conceito e princípios do Direito do Consumidor. Legislação brasileira específica. Os direitos dos consumidores e sua proteção. A defesa do consumidor em juízo.

Bibliografia Básica:

FILHO, Sergio C. **Programa de Direito do Consumidor - 6ª Edição 2022**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786559772766. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772766/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor - 9ª Edição 2024**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book*. p.I. ISBN 9786559648856. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648856/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTANNA, Gustavo. **Direito do consumidor**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788595022874. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595022874/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

FILHO, José Augusto P. **Coleção Método Essencial - Direito do Consumidor - 2ª Edição 2022**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786559645596. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645596/. Acesso em: 22 jun. 2025.

HAWKINS, Del. **Comportamento do Consumidor**. 13. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2018. *E-book*. p.i. ISBN 9788595152373. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152373/. Acesso em: 22 jun. 2025.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor - 7ª Edição 2021**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. *E-book*. p.i. ISBN 9788597026443. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026443/. Acesso em: 22 jun. 2025.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor na Sociedade da Informação**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556276380. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276380/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SOARES, Ricardo Maurício F. **Princípios do direito do consumidor brasileiro: doutrina e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Expressa, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553624429. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624429/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito Tributário I	4	60					60	72

Ementa: Sistema Constitucional Tributário: Competência Tributária; Limitações Constitucionais Ao Poder De Tributar. Normas Gerais de Direito Tributário; Princípios Tributários; Tributos: conceito, espécies, classificações. Dos Tributos federais, estaduais e municipais. Código Tributário Nacional.

Bibliografia Básica:

CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. Direito Tributário Coleção Esquematizado- 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627974. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627974/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SABBAG, Eduardo. Elementos do Direito tributário. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502618893. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502618893/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SCHOUERI, Luís E. Direito tributário. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553626041. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626041/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Vinicius J.; PEROBA, Luiz R.; GREGORIN, Rafael. **Direito Tributário no STF**. São Paulo: Editora Blucher, 2022. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9786555065008. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555065008/. Acesso em: 22 jun. 2025.

BARBOSA, Joaquim. **Pareceres Jurídicos**. São Paulo: Almedina, 2017. *E-book.* p.1. ISBN 9788584932160. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584932160/. Acesso em: 22 jun. 2025.

FILIPPO, Luciano G. **A performance no direito tributário**. São Paulo: Almedina, 2016. *E-book.* p.1. ISBN 9788584931637. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584931637/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MEIRA, Antônio de Moura Borges, Marcos Aurélio Pereira Valadão, Liziane A. **Direito tributário constitucional - Temas atuais relevantes**. São Paulo: Almedina, 2015. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788584930937. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584930937/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VALADÃO, Ricardo Victor Ferreira Bastos Marcos Aurélio P. **Repercussão Geral no Direito Tributário**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788584936243. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584936243/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito Processual do Trabalho	4	30				30	60	72

Ementa: Conceito e princípios do Direito Processual do Trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competência. Processo trabalhista: dissídio individual e dissídio coletivo. Recursos. Execução.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9788553619467. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/. Acesso em: 22 jun. 2025.

FILHO, Ives Gandra da Silva M. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 27. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E- book.* p.Capa. ISBN 9788553609581. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609581/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Direito Processual do Trabalho - 46ª Edição 2024**. 46. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9788553620616. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620616/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros P.; VILLATORE, Marco Antônio C. Direito Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho - 1ª Edição 2015. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9788522493685. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522493685/. Acesso em: 25 jun. 2025.BASILE, César Reinaldo O. **Sinopses Jurídicas v 31 - processo do trabalho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553610006. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553610006/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LEITE, Carlos Henrique B. **CPC – Repercussões no processo do trabalho, 2ª edição.**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547213435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547213435/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LIMA, Adrianne; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. **LGPD no Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786553621954. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621954/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MELO, Paulo Márcio da S.; CIAMPA, Amábile de L.; ARAÚJO, Sônia Regina Cassiano de. **Humanização dos processos de trabalho**. Rio de Janeiro: Érica, 2014. *E-book.* p.1. ISBN 9788536526355. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536526355/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Trabalho de Curso	2	15				15	30	36

Ementa: Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado no Projeto de pesquisa elaborado na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica. Organização de fichamentos/resumos/relatórios e/ou análise dos dados coletados para elaboração do produto científico. Compreensão dos procedimentos científicos a partir da execução da metodologia proposta no projeto. Desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa. Submissão deste produto final para publicação e divulgação científica.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786553622470. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622470/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9788597026580. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/. Acesso em: 22 jun. 2025.

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553624157. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624157/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Salo de. **Como (não) se faz um trabalho de conclusão : provocações úteis para orientadores e estudantes de Direito, 3ª edição.**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502618640. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502618640/. Acesso em: 22 jun. 2025.

NOGUEIRA, Daniel R.; LEAL, Edvalda A.; NOVA, Silvia Pereira de Castro C.; et al. **Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2020. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788571440708. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440708/. Acesso em: 22 jun. 2025.

RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: Política – pensamento e ação**. São Paulo: Autêntica Editora, 2016. *E-book.* p.1. ISBN 9788551300831. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551300831/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. *E-book.* p.capa. ISBN 9788524925207. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/. Acesso em: 22 jun. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. *E-book.* p.capa. ISBN 9786555553055. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553055/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Atividades Integradoras IX	1			15			15	18

Ementa: Atividades com abordagem de conteúdo das disciplinas do nono período com enfoque em temas inovadores de interesse social e profissional com relevância científica.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho - 20ª Edição 2025**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553626823. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional - 8ª Edição 2024**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor na Sociedade da Informação**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556276380. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276380/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LOURENCO, Haroldo. **Teoria Dinâmica do Ônus da Prova no Novo CPC (Lei nº 13.105/15) - 1ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Método, 2015. *E-book.* p.1. ISBN 978-85-309-6543-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6543-3/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARQUES, Claudia L. **Direito do Consumidor - 30 anos de CDC - 1ª Edição 2021**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788530992156. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992156/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SCARPA, Rita de Cássia Nogueira de M. **Reforma Trabalhista, Flexibilização e Crise no Direito do Trabalho**. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book.* p.capa. ISBN 9786556278308. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278308/. Acesso em: 21 jun. 2025.

ZAFFARI, Eduardo K.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; REIS, Anna C. Gomes dos; et al. **Direito Coletivo do Trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556901442. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901442/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Laboratório de Prática Jurídica V	2		30				30	36

Ementa: Atividades práticas simuladas, orientadas nas áreas forense e não forense, com ênfase na prática jurídica trabalhista e previdenciária. Elaboração de peças processuais, petições iniciais, defesas, recursos e cálculos trabalhistas. Análise de casos concretos envolvendo relações de trabalho, direitos dos trabalhadores, rescisões contratuais, acidentes de trabalho, e benefícios previdenciários. Simulação de audiências trabalhistas e previdenciárias. Aplicação de princípios éticos e técnicas processuais específicas das áreas trabalhista e previdenciária, com foco na defesa dos direitos sociais e na promoção da justiça no âmbito laboral e previdenciário.

Bibliografia Básica:

CONDE, Maria E.; BROLIO, Raphael; ORSI, Renata; et al. **Prática Trabalhista. (Coleção Prática Forense)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553624832. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624832/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Prática Trabalhista - 11ª Edição 2024**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786553628878. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628878/. Acesso em: 22 jun. 2025.

STUCHI, Victor Hugo N. Prática Trabalhista - 7ª Edição 2021. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786559640744. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640744/. Acesso em: 25 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Antônio C. **Advocacia trabalhista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book.* p.1. ISBN 9788547229542. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547229542/. Acesso em: 22 jun. 2025.

DINIZ, José Janguiê B. **RECURSOS NO PROCESSO TRABALHISTA - 5ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522498277. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522498277/. Acesso em: 22 jun. 2025.

HINZ, Henrique M. **Audiência trabalhista na prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book.* p.1. ISBN 9788553172702. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553172702/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARCONI, Aline Del Tedesco N. **Compliance trabalhista: como assegurar conformidade nas relações trabalhistas**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9786586407372. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586407372/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIANA, Marcelo Muniz B. **Audiência Trabalhista na Prfática - 1ª Edição 2023**. Rio de Janeiro: Expressa, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553623989. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623989/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Serviço de Assistência Jurídica V	2				30		30	36

Ementa: Atividades práticas simuladas, orientadas para a atuação nas áreas do Direito do Trabalho e Previdenciário. Elaboração de peças processuais, petições iniciais, contestações, recursos, cálculos trabalhistas e previdenciários. Análise de casos concretos envolvendo relações trabalhistas, rescisões contratuais, acidentes de trabalho, direitos dos trabalhadores e empregadores, além de concessão de benefícios previdenciários. Simulação de audiências trabalhistas e previdenciárias, participação em atos processuais, e práticas de conciliação e mediação. Aplicação dos princípios éticos, trabalhistas e previdenciários no atendimento e defesa dos direitos sociais, promovendo o aprendizado prático na advocacia e no contencioso administrativo e judicial, com foco na promoção da justiça social.

Bibliografia Básica:

CONDE, Maria E.; BROLIO, Raphael; ORSI, Renata; et al. **Prática Trabalhista. (Coleção Prática Forense)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553624832. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624832/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARTINS, Sergio P. **Prática Trabalhista - 11ª Edição 2024**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786553628878. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628878/. Acesso em: 22 jun. 2025.

STUCHI, Victor Hugo N. Prática Trabalhista - 7ª Edição 2021. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786559640744. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640744/. Acesso em: 25 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Antônio C. **Advocacia trabalhista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book.* p.1. ISBN 9788547229542. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547229542/. Acesso em: 22 jun. 2025.

DINIZ, José Janguiê B. **RECURSOS NO PROCESSO TRABALHISTA - 5ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522498277. Disponível: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522498277/. Acesso em: 22 jun. 2025.

HINZ, Henrique M. **Audiência trabalhista na prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book.* p.1. ISBN 9788553172702. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553172702/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARCONI, Aline Del Tedesco N. **Compliance trabalhista: como assegurar conformidade nas relações trabalhistas**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9786586407372. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586407372/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIANA, Marcelo Muniz B. **Audiência Trabalhista na Prfática - 1ª Edição 2023**. Rio de Janeiro: Expressa, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553623989. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623989/. Acesso em: 22 jun. 2025.

DÉCIMO PERÍODO

Disciplina	**Crédito**	**C/H PRESENCIAL**				**C/H EAD**	**C/H Total 60 min.**	**C/H Total 50 min.**
		Teor ia	**Prátic a**	**Ext.Curri c.**	**Est.Su p.**			
Gestão Pública	2			15		15	30	36

Ementa: O Estado Brasileiro. Estado Democrático de Direito. Governabilidade e Governança do Estado. Principais Políticas no Gerenciamento do Estado Moderno. Administração Pública x Administração Privada. Escolas de Governo. Governança no Setor Público. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. A análise de políticas públicas e seus problemas.

Bibliografia Básica:

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. *E-book.* p.i. ISBN 9788597024753. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024753/. Acesso em: 22 jun. 2025.

NASCIMENTO, Edson R. **Gestão pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788571441354. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441354/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. Rio de Janeiro: Atlas, 2005. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522466641. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466641/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Reinaldo. **Gestão Pública - Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. *E-book.* p.I. ISBN 9788597013382. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013382/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JR., Arlindo P.; SAMPAIO, Carlos Alberto C.; FERNANDES, Valdir. **Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2012. *E-book.* p.A. ISBN 9788520444627. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444627/. Acesso em: 22 jun. 2025.

KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio F.; FERREIRA, Maria das G. **Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522475131. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522475131/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Gestão Estratégica na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9786559771677. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771677/. Acesso em: 22 jun. 2025.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522476978. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522476978/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito Agrário	2					30	30	36

Ementa: Princípios gerais. Classificação do imóvel rural. Terras públicas e particulares. Ação discriminatória. Reforma agrária. Desapropriação. Zoneamento. Cadastro e tributação. Estatuto da terra. Contratos agrários. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

Bibliografia Básica:

HAVRENNE, Michel. **Coleção Método Essencial - Direito Agrário - 1ª Edição 2022**. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786559644865. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644865/. Acesso em: 22 jun. 2025

MARQUES, Benedito F.; MARQUES, Carla Regina S. **Direito Agrário Brasileiro - 12ª Edição 2017**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788597009118. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009118/. Acesso em: 22 jun. 2025.

OPITZ, Silvia Carlinda B. **Curso completo de direito agrário, 11ª edição.**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547217044. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217044/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Francisco de G. **Contratos Agrários Agroindustriais:Análise à Luz da Teoria dos Contratos Atípicos**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2017. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788584933099. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933099/. Acesso em: 22 jun. 2025.

BUENO, Francisco de G. **Contratos Agrários: Novas Modalidades e Cláusulas Obrigatórias. (Coleção Ibmec São Paulo. Série direito e resolução de disputas)**. São Paulo: Grupo Almedina, 2023. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556277714. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277714/. Acesso em: 22 jun. 2025.

BURANELLO, Renato. **Manual do direito do agronegócio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.i. ISBN 9786553629011. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629011/. Acesso em: 22 jun. 2025.

FERRETTO, Vilson. **Contratos agrários, 2ª edição.**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547217938. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217938/. Acesso em: 22 jun. 2025.

PEREIRA, Luiz F.; JÚNIOR, Mauro R B. **Direito aplicado ao agronegócio**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595025882. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025882/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito Tributário II	4	45		15			60	72

Ementa: Da Administração Tributária. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Execução Fiscal. Código Tributário Nacional.

Bibliografia Básica:

CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. **Direito Tributário Coleção Esquematizado- 9ª Edição 2025**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553627974. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627974/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SABBAG, Eduardo. **Elementos do Direito tributário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502618893. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502618893/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SCHOUERI, Luís E. **Direito tributário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786553626041. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626041/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Vinicius J.; PEROBA, Luiz R.; GREGORIN, Rafael. **Direito Tributário no STF**. São Paulo: Editora Blucher, 2022. *E-book.* p.CAPA. ISBN 9786555065008. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555065008/. Acesso em: 22 jun. 2025.

BARBOSA, Joaquim. **Pareceres Jurídicos**. São Paulo: Almedina, 2017. *E-book.* p.1. ISBN 9788584932160. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584932160/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JÚNIOR, Humberto T. **Lei de Execução Fiscal - 14ª Edição 2022**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book.* p.4. ISBN 9786553620209. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620209/. Acesso em: 22 jun. 2025.

PAULSEN, Leandro; ÁVILA, René B.; SLIWK, Ingrid S. **Leis de processo tributário comentadas : processo administrativo fiscal, protesto extrajudicial de títulos e execução fiscal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. *E-book.* p.1. ISBN 9788553606870. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553606870/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VALADÃO, Ricardo Victor Ferreira Bastos Marcos Aurélio P. **Repercussão Geral no Direito Tributário**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788584936243. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584936243/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	2			15		15	30	72

Ementa: Conceitos e princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral, prioridade absoluta e condição de constante desenvolvimento. Política de atendimento e prevenções especiais. Atos infracionais. Medidas socioeducativas. Direitos e legislação protetiva do idoso. Análise interseccional dos direitos da criança, do adolescente e do idoso sob a ótica das desigualdades étnico-raciais, considerando os impactos históricos da exclusão social sobre populações negras e indígenas no acesso a políticas públicas, no exercício da cidadania e na efetivação de direitos fundamentais. Valoriza a diversidade cultural como elemento estruturante da proteção jurídica integral.

Bibliografia Básica:

LEONE, Souza, Andrea S.; VIGLIANISI, Ferraro, A.; EDUARDO, Tomasevicius F. **Estatuto da Criança e do Adolescente:**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. *E-book.* p.1. ISBN 9786556276915. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276915/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo A.; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier G.; AMIN, Andréa R. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente - 17ª Edição 2025**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.I. ISBN 9788553626847. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626847/. Acesso em: 22 jun. 2025.

ZAPATER, Maíra C. **Direito da criança e do adolescente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.IV. ISBN 9786553624603. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624603/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788521637905. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521637905/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JR., Gediel Claudino de A. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente - 3ª Edição 2019**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book.* p.i. ISBN 9788597019148. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597019148/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JÚNIOR, Antônio Jorge P. **Direitos da criança e do adolescente em face da TV, 1ª edição.**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502220355. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502220355/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MAURO, Renata Giovanoni D. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente, 2ª edição.**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547217068. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217068/. Acesso em: 22 jun. 2025.

ROSSATTO, Luciano A.; LÉPORE, Paulo E.; CUNHA, Rogério S. **Estatuto da Criança e do Adolescente - 12ª Edição 2020**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9786555590814. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555590814/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Direito Processual Administrativo e Constitucional	2	30					30	36

Ementa: Jurisdição e processo constitucional. Ação civil pública. Ação popular. Habeas data. Habeas corpus. Mandado de injunção. Mandado de segurança. Recurso extraordinário. Ações de controle de constitucionalidade. Processo e procedimento administrativo.

Bibliografia Básica:

COUTO, Reinaldo. **Curso prático de processo administrativo disciplinar e sindicância, 2ª edição**. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788522485147. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522485147/. Acesso em: 22 jun. 2025.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional - Contr.de Const e Remédios Constitucionais - 4ª Edição 2016**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788597006056. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597006056/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JR, Paulo Hamilton S. **Jurisdição constitucional política, 1 ª edição.**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547205973. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547205973/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BRANCO, Paulo Gustavo G. **Série IDP - Juízo de ponderação na jurisdição constitucional, 1ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. *E- book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502146686. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502146686/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GROSTEIN, JULIO. **AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9786556273297. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273297/. Acesso em: 22 jun. 2025.

JÚNIOR, Paulo Hamilton S. **Direito Processual Constitucional 8ª Edição 2022**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book.* p.I. ISBN 9786555599626. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599626/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LEAL, Mônia Clarissa H. **A Constituição como princípio: os limites da jurisdição constitucional brasileira**. Barueri: Manole, 2003. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788520449752. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520449752/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MELO, Milena B.; SILVA, Sílvia C.; ELTZ, Magnum K F.; et al. **Instituições dos Processos Administrativo e Constitucional**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595023994. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023994/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Ética Profissional	2					30	30	36

Ementa: Principais teorias e escolas sobre a ética. Ética e moral. Ética no exercício das diversas profissões jurídicas. O profissional do Direito e sua responsabilidade social. Estatuto e Código de Ética da OAB. Reflexão crítica sobre a ética profissional na promoção da igualdade racial, no combate à discriminação e no reconhecimento das diferenças étnico-culturais, com base na valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Enfatiza o dever do jurista na defesa da dignidade humana e dos direitos de povos e comunidades historicamente marginalizados.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANM, Martha O. ÉTICA E DIREITO - 3ª Edição 2009. Rio de Janeiro: Atlas, 2009. E-book. p.Capa. ISBN 9788522467150. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522467150/. Acesso em: 22 jun. 2025.

RODRIGUES, Willian G.; SALVI, Taísa L.; SOUTO, Fernanda R.; et al. Ética geral e jurídica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595024564. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024564/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597021653. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021653/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ALENCAR, Ana Catarina de. Inteligência Artificial, Ética e Direito: Guia Prático para Entender o Novo Mundo. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620339. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620339/. Acesso em: 22 jun. 2025.

ARBEX, Sergei C.; ZAKKA, Rogério M. Estatuto da advocacia: prerrogativas e ética. Barueri: Manole, 2012. E-book. p.A. ISBN 9788520444412. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444412/. Acesso em: 22 jun. 2025.

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica - Ética das Profissões Jurídicas - 4ª Edição 2013. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. E-book. p.i. ISBN 978-85-309-5629-5. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5629-5/. Acesso em: 22 jun. 2025.

CRISOSTOMO, Alessandro L.; VARANI, Gisele; PEREIRA, Priscila S.; et al. Ética. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595024557. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024557/. Acesso em: 22 jun. 2025.

GONZAGA, Alvaro de A.; NEVES, Karina P.; JUNIOR, Roberto B. Estatuto da Advocacia e Código de Ética e Disciplina da Oab - Comentados - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997175. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997175/. Acesso em: 22 jun. 2025.

Atividades Integradoras X	2			30			30	36

Ementa: Atividades com abordagem de conteúdo das disciplinas do décimo período com enfoque em temas inovadores de interesse social e profissional com relevância científica.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho - 20ª Edição 2025**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788553626823. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional - 8ª Edição 2024**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book.* p.I. ISBN 9788553621187. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788524922435. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922435/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor na Sociedade da Informação**. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556276380. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276380/. Acesso em: 22 jun. 2025.

LOURENCO, Haroldo. **Teoria Dinâmica do Ônus da Prova no Novo CPC (Lei nº 13.105/15) - 1ª Edição 2015**. Rio de Janeiro: Método, 2015. *E-book.* p.1. ISBN 978-85-309-6543-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6543-3/. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARQUES, Claudia L. **Direito do Consumidor - 30 anos de CDC - 1ª Edição 2021**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9788530992156. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992156/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SCARPA, Rita de Cássia Nogueira de M. **Reforma Trabalhista, Flexibilização e Crise no Direito do Trabalho**. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book.* p.capa. ISBN 9786556278308. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278308/. Acesso em: 21 jun. 2025.

ZAFFARI, Eduardo K.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; REIS, Anna C. Gomes dos; et al. **Direito Coletivo do Trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556901442. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901442/. Acesso em: 22 jun. 2025.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EaD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Requisito
	PRESEN CIAL	EAD	TOTA L	Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
Arbitragem	-	2	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: Conceito e princípios da Arbitragem. Teoria geral da arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro: lei de arbitragem, juizados especiais, Direito do Trabalho. Arbitragem internacional: tratados internacionais, convenções interamericanas, Mercosul.

Bibliografia Básica:

JR., Joel Dias F. **Arbitragem - 3ª Edição 2019**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book.* p.i. ISBN 9788530987244. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530987244/. Acesso em: 23 jun. 2025.

MESSA, Ana F.; ROVAI, Armando L. **Manual de Arbitragem**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. *E-book.* p.Capa. ISBN 9786556273075. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273075/. Acesso em: 23 jun. 2025.

ZAFFARI, Eduardo K.; SCHOLZE, Martha L. **Solução de conflitos jurídicos**. Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788595025233. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025233/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, Yuri M. **Arbitragem e Devido Processo Legal**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. *E-book.* p.1. ISBN 9786556272849. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272849/. Acesso em: 23 jun. 2025.

GUERRERO, Luis F. **Lei de arbitragem interpretada**. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book.* p.5. ISBN 9788584936519. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584936519/. Acesso em: 23 jun. 2025.

MAZZONETTO, Nathalia. **Arbitragem e Propriedade intelectual, 1ª edição.**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book.* p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547219437. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547219437/. Acesso em: 23 jun. 2025.

MOREIRA, António J.; NASCIMBENI, Asdrubal F.; BEYRODT, Christiana; TONIN, Mauricio M.; MAURI. **Mediação e Arbitragem na Administração Pública**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. *E-book.* p.1. ISBN 9786556270678. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270678/. Acesso em: 23 jun. 2025.

PAVÃO, Amauri S.; GIL, Fernanda Lopes de A.; VISCONTI, Gabriel C.; et al. **Estudo e Prática da Arbitragem**. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book.* p.1. ISBN 9786556278599. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278599/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Requisito
	PRESEN CIAL	EAD	TOTA L	Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
Compliance	-	2	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: Fundamentos e pilares do compliance: apoio a alta gestão, código de conduta e ética, controles internos, aperfeiçoamento e comunicação. Governança corporativa. Cultura da paz, prevenção de riscos e conflitos, compreensão jurídica e de formação ética do cumprimento do Direito. Compliance em instituições em empresas públicas e privadas e no terceiro setor. Compliance na era digital. Impacto das inovações tecnológicas na prevenção de riscos nos conflitos.

Bibliografia Básica:

ANTONIK, Luis R. **Compliance, Ética, Responsabilidade Social e Empresarial**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016. *E-book.* p.I. ISBN 9786555206708. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555206708/. Acesso em: 23 jun. 2025.

ASSI, Marcos. **Compliance: como implementar, 1ª edição**. São Paulo: Trevisan Editora, 2018. *E-book.* p.1. ISBN 9788595450356. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595450356/. Acesso em: 23 jun. 2025.

FRANCO, Isabel. **Guia Prático de Compliance - 1ª Edição 2020**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book.* p.136. ISBN 9788530988692. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530988692/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

KLEINDIENST, Ana C. **Grandes Temas do Direito Brasileiro: Compliance**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788584935178. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935178/. Acesso em: 23 jun. 2025.

LÓSSIO, Claudio Joel B. **Proteção de dados e compliance digital**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book.* p.4. ISBN 9786556279893. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279893/. Acesso em: 23 jun. 2025.

MESSA, Ana F. **Transparência, Compliance e Práticas Anticorrupção na Administração Pública**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. *E-book.* p.1. ISBN 9788584935604. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935604/. Acesso em: 23 jun. 2025.

SCHAPIRO, Mario G. **Compliance Concorrencial**. São Paulo: Almedina Brasil, 2019. *E-book.* p.1. ISBN 9788584933990. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933990/. Acesso em: 23 jun. 2025.

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. *E-book.* p.Capa. ISBN 9788547224011. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547224011/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Re
	PRESEN CIAL	EAD	TOTA L	Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				

											q u i s i t o
Direito Eleitoral											

Ementa: Conceitos e princípios do Direito Eleitoral e do Direito Partidário. Normas constitucionais em matéria eleitoral e partidária. Sistemas eleitorais adotados no Brasil. Justiça Eleitoral. Partidos Políticos.

Bibliografia Básica:

GOMES, José J. **Direito Eleitoral** - 21ª Edição 2025. 21. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777457. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777457/. Acesso em: 23 jun. 2025.

KIMURA, Alexandre I. **Manual de Direito Eleitoral** - 2ª Edição 2012. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. p.Capa1. ISBN 978-85-309-4328-8. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4328-8/. Acesso em: 23 jun. 2025.

REIS, Márlon; LENZA, Pedro**. Direito Eleitoral** - Coleção Esquematizado - 3ª Edição 2025. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624225. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624225/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BUCCI, Daniela. **Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788584933211. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933211/. Acesso em: 23 jun. 2025. BARRETO, Irineu. Fake News: Anatomia da Desinformação, Discurso de Ódio e Erosão da Democracia. (Coleção direito eleitoral). Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555598841. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598841/. Acesso em: 23 jun. 2025.

CHIMENTI, Ricardo C. Sinopses Jurídicas v 29 - Direito eleitoral. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553620005. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620005/. Acesso em: 23 jun. 2025.

VELLOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber de M. Direito eleitoral - propaganda eleitoral. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book. p.1. ISBN 9786555593235. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593235/. Acesso em: 23 jun. 2025.

VELLOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber de M. Direito eleitoral - crimes eleitorais. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book. p.1. ISBN 9786555593228. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593228/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	**Créditos**		**Carga Horária Presencial**				**C/H EAD**	**C/H Total 60min**	**C/H Total 50min**	**Pré-Requisito**
	PRESENCIAL	**EAD**	**Teoria**	**Prática**	**Ext. Curric.**	**Est. Sup.**				
Educação Financeira	-	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: Conceito de finanças pessoais. Vida financeira. Comportamento financeiro. Orçamento e planejamento financeiro: pessoal e familiar. Compras. Crédito. Dívidas. Futuro: investimentos e aposentadoria.

Bibliografia Básica:

CHEROBIM, Ana P. Administração Financeira. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2016. E-book. p.I. ISBN 9788595154124. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595154124/. Acesso em: 23 jun. 2025.

NETO, Alexandre A. Curso de Administração Financeira. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597022452. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022452/. Acesso em: 23 jun. 2025.

PADOVEZE, Clóvis L. Introdução à Administração Financeira - 2ª Ed.. 2. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. p.Capa. ISBN 9788522114702. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114702/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração Financeira: Teoria e prática - Tradução da 14ª edição norte-americana. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. p.Capa. ISBN 9788522124008. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522124008/. Acesso em: 23 jun. 2025.

HIGGINS, Robert C. Análise para administração financeira. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. E-book. p.1. ISBN 9788580553208. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580553208/. Acesso em: 23 jun. 2025.

KIYOSAKI, Robert T. Pai Rico, Pai Pobre: Edição de 20 anos atualizada e ampliada: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. (O guia do pai rico). Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2017. E-book. p.1. ISBN 9788550803852. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550803852/. Acesso em: 23 jun. 2025.

KIYOSAKI, Robert T. Por Que os Ricos Cada Vez Ficam Mais Ricos: O que é educação financeira… legítima?. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018. E-book. p.1. ISBN 9786555200232. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555200232/. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, Edson Cordeiro da. Introdução à Administração Financeira - Uma Nova Visão Econômica e Financeira para a Gestão de Negócios das Pequenas e

Médias Empresas. Rio de Janeiro: LTC, 2009. E-book. p.1. ISBN 978-85-216-2779-1. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2779-1/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Requisito
	PRESENCIAL	EAD	TOTAL	Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
Empreendedorismo	-	2	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: Conceitos de Empreendedorismo e Empreendedor. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Gestão empreendedora, liderança e otivação. Prática empreendedora. Ferramentas necessária ao empreendedorismo: marketing e administração estratégica. Plano de Negócios. Empreendedorismo no Direito.

Bibliografia Básica:

CHEROBIM, Ana P. **Administração Financeira**. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2016. *E-book*. p.I. ISBN 9788595154124. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595154124/. Acesso em: 23 jun. 2025.

NETO, Alexandre A. **Curso de Administração Financeira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. *E-book*. p.i. ISBN 9788597022452. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022452/. Acesso em: 23 jun. 2025.

PADOVEZE, Clóvis L. **Introdução à Administração Financeira - 2ª Ed.**. 2. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2013. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788522114702. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114702/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

DORNELAS, José. Empreendedorismo - Transformando Ideias em Negócios. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559774531. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774531/. Acesso em: 23 jun. 2025.

DORNELAS, José. Empreendedorismo Corporativo. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559773701. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773701/. Acesso em: 23 jun. 2025.

DORNELAS, José. Empreendedorismo na prática. 4. ed. São Paulo: Empreende, 2020. E-book. p.1. ISBN 9786587052014. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786587052014/. Acesso em: 23 jun. 2025.

NAJBERG, Estela; TETE, Marcelo F.; BORGES, Marcos M.; et al. Empreendedorismo Sustentável - 1ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502221741. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502221741/. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, Ricardo S.; LESSA, Bruno S.; FERREIRA, Adriana G.; et al. Empreendedorismo social. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788533500204. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500204/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Requisito
	PRESENCIAL	EAD	TOTAL	Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
Libras	-	2	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: LIBRAS enquanto língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Habilidades necessárias para o domínio da Língua Brasileira de Sinais. Conteúdos gerais para a comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua Brasileira de Sinais.

Bibliografia Básica:

BEGROW, Cecilia Moura, Desirée De V. Libras e surdos: políticas, linguagem e inclusão. São Paulo: Editora Contexto, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555413953. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555413953/. Acesso em: 23 jun. 2025.

MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; et al. Libras. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788595027305. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027305/. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, Ronice Müller de Quadros, Rodrigo Nogueira Machado, Jair Barbosa da. Introdução ao estudo da Libras. São Paulo: Editora Contexto, 2025. E-book. p.capa. ISBN 9786555416367. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555416367/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos - Ideologias e práticas pedagógicas. 3. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2007. E-book. p.Cover. ISBN 9788582179314. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582179314/. Acesso em: 23 jun. 2025.

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina R. Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais. Porto Alegre: Penso, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788584291687. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291687/. Acesso em: 23 jun. 2025.

PENTEADO, J. R W. A Técnica da Comunicação Humana. 14. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. p.Capa. ISBN 9788522112708. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522112708/. Acesso em: 23 jun. 2025.

QUADROS, Ronice M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 1997. E-book. p.1. ISBN 9788536316581. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536316581/. Acesso em: 23 jun. 2025.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira. Porto Alegre: ArtMed, 2003. E-book. p.1. ISBN 9788536311746. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536311746/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Requisito
	PRESENCIAL	EAD	TOTAL	Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
Medicina Legal	-	2	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: Departamento de Polícia Técnica: noções gerais. Documentos médico-legais. Traumatologia forense: conceito, classificação e importância médico-legal. Laudo de exame de lesão corporal. Laudo de exame cadavérico. Laudo de exame de conjunção carnal. Laudo de exame de atentado ao pudor. Laudo de aborto. Laudo de exame psiquiátrico. Laudo de exame de embriaguez alcoólica. Laudo de exame de investigação de paternidade. Laudo de insalubridade, acidente de trabalho, indenização, responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil.

Bibliografia Básica:

CROCE, Delston; JÚNIOR, Delton C. Manual de Medicina Legal, 8ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502149533. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502149533/. Acesso em: 23 jun. 2025.

FRANÇA, Genival Veloso de. Fundamentos de Medicina Legal, 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788527733373. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527733373/. Acesso em: 23 jun. 2025.

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal, 11ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-book. p.i. ISBN 9788527732284. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527732284/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

AVELAR, Luiz Eduardo T.; BORDONI, Leonardo S.; CASTRO, Marcelo Mari de. Atlas de medicina legal. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9786557830086. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786557830086/. Acesso em: 23 jun. 2025.

COUTO, Rodrigo C. Perícias em Medicina e Odontologia Legal. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2011. E-book. p.Capa. ISBN 9786557830727. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786557830727/. Acesso em: 23 jun. 2025.

FRANÇA, Genival Veloso de. Pareceres IV - Esclarecimentos Sobre Questões de Medicina Legal e de Direito Médico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. E-book. p.Capa 1. ISBN 978-85-277-1980-3. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-1980-3/. Acesso em: 23 jun. 2025.

TRUNCKLE, Yuri F.; OKAMOTO, Cristina A. Coleção Método Essencial - Medicina Legal e Perícias Médicas - 1ª Edição 2022. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786559643226. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643226/. Acesso em: 23 jun. 2025.

UCHÔA, André Luís A. Coleção Decifrado - Medicina Legal Decifrada - 3ª Edição 2023. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. p.I. ISBN 9786559646340. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646340/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Requisito
	PRESENCIAL	EAD	TOTAL	Teoria	Prática	Ext. Curric.	Est. Sup.				
Psicologia Jurídica	-	2	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: Conhecimentos básicos em Psicologia para os operadores do Direito. Definição e histórico da Psicologia Jurídica. Relações da Psicologia com a Justiça, a Moral e o Direito. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Psicopatologia e processos jurídicos. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude. Avaliação e perícia psicológica. Mediação de conflitos.

Bibliografia Básica:

FIORELLI, José O.; MANGINI, Rosana Cathya R. Psicologia Jurídica - 12ª Edição 2024. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9786559775569. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775569/. Acesso em: 23 jun. 2025.

PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Juridica - 7ª Edição 2024. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9788553622931. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622931/. Acesso em: 23 jun. 2025.

PUTHIN, Sarah R.; PIRES, Luciana R.; AMARAL, Sabine H.; et al. Psicologia jurídica. Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025783. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025783/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

COLETTA, Eliane D.; VIERO, Guérula M.; TEIXEIRA, Juliana K M.; et al. Psicologia e criminologia. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595024649. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024649/. Acesso em: 23 jun. 2025.

FRANÇA, Ana Cristina L. PSICOLOGIA DO TRABALHO: PSICOSSOMÁTICA, VALORES E PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008. E-book. p.A. ISBN 9788502088917. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502088917/. Acesso em: 23 jun. 2025.

NOVA, Adeildo V. Serviço social e psicologia no judiciário: perspectiva interdisciplinar. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. p.capa. ISBN 9786555552614. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555552614/. Acesso em: 23 jun. 2025.

PAULO, Beatrice M. Psicologia na prática jurídica, 2ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502175907. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502175907/. Acesso em: 23 jun. 2025.

SERAFIM, Antonio de P.; SAFFI, Fabiana. Psicologia e práticas forenses 3a ed.. 3. ed. Barueri: Manole, 2019. E-book. p.Cover. ISBN 9786555761344. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555761344/. Acesso em: 23 jun. 2025.

Componente Curricular	Créditos			Carga Horária Presencial				C/H EAD	C/H Total 60min	C/H Total 50min	Pré-Requisito
	PRESENCIAL	EAD	TOTAL	Teoria	Prátic a	Ext. Curric.	Est. Sup.				
Direito Penal Epecial	-	2	2	-	-	-	-	30	30	36	-

Ementa: Crimes Contra o Sistema Financeiro. Crimes Praticados por meio Eletrônico.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar R. Crimes Contra o Sistema Financeiro - 4ª Edição 2022. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786555598896. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598896/. Acesso em: 24 jun. 2025.

BITENCOURT, Cezar R.; MONTEIRO, Luciana de O. Crimes contra a ordem tributária. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553626980. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626980/. Acesso em: 24 jun. 2025.

FIORILLO, Celso Antônio P. O Marco civil da internet e o meio ambiente digital na sociedade da informação - Comentários à Lei n. 12.965/2014, 1ª edição.. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502627741. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502627741/. Acesso em: 24 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Daniel Freire E. Um Tribunal Internacional para a Internet. São Paulo: Almedina Brasil, 2015. E-book. p.Capa. ISBN 9788584930340. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584930340/. Acesso em: 24 jun. 2025.

CARRETE, Liliam S. Mercado Financeiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597021394. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021394/. Acesso em: 24 jun. 2025.

MARTINS, Ives Gandra da S.; SANTOS, James Henrique L. Do Combate aos Crimes Financeiros e Tributários: Singelas Contribuições para a Reforma Tributária. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786556274713. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556274713/. Acesso em: 24 jun. 2025.

SCALQUETTE, Ana C.; VANZOLINI, Patrícia; ROCHA, Renata da; et al. Whats Up?: Desafios ao Direito: desafios ao direito, inteligência artificial, uso de dados pessoais, Covid-19, direito à saúde, crianças, adolescentes e idosos no mundo digital, biotecnologia e bioética. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556277110. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277110/. Acesso em: 24 jun. 2025.

SINGER, Paul. Para entender o mundo financeiro. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000. E-book. p.1. ISBN 9788572441339. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572441339/. Acesso em: 24 jun. 2025

4.5.13 Atualização dos Conteúdos Curriculares e Adequação da Bibliografia

A adequação e atualização dos planos de ensino levarão em consideração os objetivos do curso, o perfil do graduando e o mercado de trabalho em harmonia com a matriz curricular. Nesse sentido, a elaboração dos planos de ensino das disciplinas do currículo do Curso de Direito será feita com base nas ementas do projeto pedagógico do curso, de modo que os conteúdos programáticos das disciplinas abrangem completamente os temas constantes nas suas respectivas ementas.

Quanto à atualização dos planos de ensino das disciplinas, a Coordenação do Curso de Direito e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a cada período, receberão propostas dos professores solicitando alterações e justificando-as. Uma vez analisadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso passarão para homologação do Conselho Superior e a vigorarão no período letivo seguinte.

Para aprovação das propostas de alterações no plano de ensino, o Colegiado do Curso levará em consideração a sua fundamentação e a sua adequação às diretrizes constantes do projeto pedagógico do curso.

As bibliografias básicas e complementares das disciplinas serão renovadas durante o processo periódico de atualização dos planos de ensino, conforme projeto pedagógico do curso e a política de atualização do acervo bibliográfico.

4.6 COERÊNCIAS ENTRE OBJETIVOS, PERFIL DO GRADUANDO, CURRÍCULO

4.6.1 Objetivos do Curso com o Perfil do graduando

A formulação dos objetivos do Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG está diretamente relacionada às competências, habilidades e capacidades esperadas do futuro profissional, conforme as diretrizes da legislação vigente e as demandas do mercado jurídico. O curso busca formar um profissional tecnicamente competente, com pensamento crítico e sensibilidade social, apto a atuar de forma ética e criativa. A seguir, é apresentada a correlação entre os objetivos do curso e o perfil do graduando:

Quadro 13 – Correlação dos objetivos com o perfil do graduando.

OBJETIVOS DO CURSO	PERFIL DO GRADUANDO
Capacitar os alunos a interpretar, explicar e aplicar as normas e princípios jurídicos, formando profissionais comprometidos com a cidadania e a dignidade da pessoa humana.	O graduando será capaz de realizar a leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos jurídicos ou normativos, utilizando corretamente as normas técnico-jurídicas.
Proporcionar por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o acesso a instrumentais que habilitem o estudante a desenvolver o pensamento jurídico e aplicar os conhecimentos adquiridos no contexto social em que atua.	O graduando será capacitado para realizar pesquisas e utilizar a legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito com precisão técnica.
Desenvolver uma visão crítica, aliada a uma concepção humanista, que permita ao acadêmico formar uma consciência sociopolítica, fundamental para uma educação integral e para a plena realização do acesso à justiça.	O graduando terá a capacidade de interpretar e aplicar o Direito de maneira criativa, adequada às novas demandas sociais.
Imprimir no ambiente acadêmico valores de ética e cidadania, integrando a técnica jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais sobre justiça, legitimidade e moral que sustentam a prática jurídica.	O graduando será preparado para atuar com competência técnico-jurídica em diferentes instâncias, tanto administrativas quanto judiciais.
Desenvolver uma concepção de Direito e Justiça adequada a novos modelos políticos, sociais e econômicos, refletindo as mudanças culturais e as novas formas de relações sociais.	O graduando será capaz de tomar decisões judiciais e administrativas com julgamento criterioso e fundamentado.
Proporcionar ao acadêmico de Direito uma compreensão dinâmica do fenômeno jurídico, inserido nos contextos local, regional e global, promovendo a aplicação crítica das normas jurídicas e conscientizando-o sobre os problemas contemporâneos.	O graduando desenvolverá habilidades de raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica, essenciais para a prática profissional.

Dessa forma, o curso busca alinhar os seus objetivos à formação de profissionais que, além de dominar o conhecimento técnico, estejam preparados

para atuar com responsabilidade ética e social, promovendo o acesso à justiça e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

4.6.2 Objetivos do Curso com a Matriz Curricular

O currículo do curso de Direito está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da UnirG com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática da Direito.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso, estará fortemente subsidiado por atividades complementares que corresponde a 240 horas, estágio supervisionado com 360 horas. Abordará as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

Importante que se busque estabelecer uma relação entre os objetivos do curso com as disciplinas aplicadas. Nesse sentido, a quadro abaixo traz em seu conteúdo não apenas a descrição dos objetivos do curso, estes já elencados anteriormente, mas principalmente a sua relação com as disciplinas do curso.

Quadro 14 - Objetivos do Curso com a Matriz Curricular

OBJETIVOS DO CURSO	DISCIPLINAS
Capacitar os alunos a interpretarem, explicar e utilizar as normas e princípios jurídicos, formando profissionais capazes de valorizar a cidadania e reconhecer a dignidade da pessoa humana;	Teoria do Direito Teoria do Estado Pesquisa e Iniciação Científica Direito Civil I Direito Civil II Direito Civil III Direito Civil IV Direito Civil V Direito Civil VI Direito Civil VII Direito Constitucional I Direito Constitucional I Direito Empresarial I Direito Empresarial II Direito Penal I

	Direito Penal II Direito Penal III Direito Penal IV Direito Ambiental e Sustentabilidade Direito Financeiro Direito do Consumidor Direito Individual do Trabalho Direito Coletivo do Trabalho Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso. Direito da Seguridade Social Direito Tributário I Direito Tributário II Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Agrário
Proporcionar por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o acesso a instrumentais que habilitem o educando a desenvolver o pensamento jurídico e a aplicação dos conhecimentos adquiridos no meio em que está inserido;	Teoria do Processo Direito Processual Penal I Direito Processual Penal II Direito Processual Penal III Métodos Consensuais de Solução do Conflitos Direito Processual Civil I Direito Processual Civil II Direito Processual Civil III Direito Processual Civil IV Direito Processual Civil V Direito Processual do Trabalho Direito Processual Administrativo e Constitucional
Proporcionar uma visão crítica ao acadêmico, aliada ao desenvolvimento de uma concepção humanista que possibilite a formação de uma consciência sóciopolítica, conjugada à técnica e ao raciocínio jurídico, essenciais a uma educação integral e à plena realização do acesso à Justiça;	Sociologia Jurídica
Imprimir no meio acadêmico, valores de ética e de cidadania, permitindo conjugar a expressão técnico-jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais acerca da justiça, da legitimidade e da moral que alicerçam a prática jurídica;	Filosofia Jurídica Ética Profissional
Desenvolver uma concepção do Direito e da Justiça, adequada a um novo modelo de ordem política, social e econômica e a um novo paradigma de relações sociais e de cultura;	Direitos Humanos Sociologia Jurídica
Propiciar ao acadêmico de Direito, uma compreensão dinâmica e aberta do fenômeno jurídico, inserido nos contextos local, regional e global e uma aplicação das normas jurídicas, suscitando-lhes uma consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.	Direito Internacional Público e Privado Direito Ambiental e Sustentabilidade

4.6.3 Conteúdos curriculares com o perfil desejado dos graduandos

Partiu-se do pressuposto que o projeto do curso de Direito tem como atribuições essenciais a articulação com as DCN's e ENADE e ensino, extensão e pesquisa a nível universitário.

Com este propósito, o currículo do curso de Direito apresentará uma proposta intra e interdisciplinar e transversal, propiciando uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística e de Direito e, com espírito científico, empreendedor e consciente da ética profissional.

A capacitação profissional será alicerçada no desenvolvimento de competências para o exercício do pensamento crítico e juízo profissional.

Quadro 16 - Conteúdos curriculares com o perfil desejado dos graduandos

PERFIL DO graduando	DISCIPLINAS
Leitura, compreensão, elaboração de textos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;	Teoria do Direito Teoria do Estado Pesquisa e Iniciação Científica
Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito;	Direito Civil I Direito Civil II Direito Civil III Direito Civil IV Direito Civil V Direito Civil VI Direito Civil VII Direito Constitucional I Direito Constitucional II Direito Empresarial I Direito Empresarial II Direito Penal I Direito Penal II Direito Penal III Direito Penal IV Direito Ambiental e Sustentabilidade Direito Financeiro

	Direito do Consumidor Direito Individual do Trabalho Direito Coletivo do Trabalho Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso. Direito da Seguridade Social Direito Tributário I Direito Tributário II Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Agrário
Interpretação e aplicação criativa do direito	Filosofia Jurídica Tecnologias Digitais Aplicadas Hermenêutica e Aplicação do Direito Direito e Transformação Digital
Atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias jurídicas e administrativas	Teoria do Processo Direito Processual Penal I Direito Processual Penal II Direito Processual Penal III Métodos Consensuais de Solução dos Conflitos Direito Processual Civil I Direito Processual Civil II Direito Processual Civil III Direito Processual Civil IV Direito Processual Civil V Direito Processual do Trabalho Direito Processual Administrativo e Constitucional
Julgamento e tomada de decisões.	Ética Profissional Sociologia Jurídica

4.7 METODOLOGIA

O curso de Direito da UnirG caracteriza-se por um currículo integrado para o desenvolvimento de competência, referenciadas na concepção construtivista do processo ensino-aprendizagem, na integração teoria-prática e na utilização de **metodologias ativas**.

No Curso de Direito, a utilização de metodologias ativas proporciona aos alunos uma participação mais efetiva e significativa no processo de aprendizado, incentivando a autonomia, o pensamento crítico e a aplicação prática do conhecimento jurídico. Abaixo seguem exemplos de metodologias ativas que os

professores podem incorporar em suas aulas para tornar o aprendizado mais dinâmico e alinhado às competências exigidas no meio jurídico:

1. **Estudos de Caso:** Os professores podem trabalhar com casos reais ou hipotéticos para que os alunos analisem a situação jurídica, identifiquem os problemas e apresentem soluções fundamentadas na legislação, jurisprudência e doutrina. Essa metodologia permite que os discentes desenvolvam a habilidade de argumentação jurídica e compreensão contextual do Direito.
2. **Simulações e Júris Simulados:** A realização de simulações e júris simulados coloca os estudantes em papéis de advogados, juízes ou promotores, onde aplicam o conhecimento jurídico de maneira prática, argumentando e defendendo teses jurídicas em um ambiente controlado. Essa prática é valiosa para o desenvolvimento da oratória, da organização de ideias e da capacidade de persuasão.
3. **Debates Jurídicos:** Em debates estruturados, os alunos defendem posições opostas sobre temas controversos, permitindo uma compreensão aprofundada das múltiplas interpretações legais. Os debates desenvolvem habilidades de argumentação, tolerância às opiniões divergentes e capacidade de análise crítica dos temas discutidos.
4. **Mapas Mentais e Mapas Conceituais:** Os mapas mentais e conceituais auxiliam os alunos a organizarem e relacionarem conceitos, facilitando a memorização e compreensão dos conteúdos jurídicos. Essa prática é especialmente útil para temas mais complexos, como teoria geral do Direito ou direitos fundamentais, permitindo uma visão integrada e estruturada do conhecimento.
5. **Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP):** Na ABP, os alunos recebem um problema jurídico complexo e devem trabalhar em equipe para investigar, debater e propor uma solução. Essa metodologia estimula a pesquisa independente, a colaboração e a construção ativa do conhecimento.
6. **Clínicas Jurídicas:** Em atividades práticas de clínica jurídica, como nos Núcleos de Prática Jurídica, os estudantes têm a oportunidade de atuar em casos reais, sob supervisão, proporcionando uma experiência de atendimento ao público e solução de conflitos reais. Isso contribui para a

formação prática e social dos discentes.

7. **Projetos Interdisciplinares:** Professores de Direito podem trabalhar em conjunto com outras áreas, como Psicologia, Serviço Social ou Ciências Sociais, para desenvolver projetos que abordem problemas sociais e jurídicos, incentivando os alunos a considerarem múltiplas perspectivas e soluções mais amplas para os conflitos.
8. **Role-Playing (Interpretação de Papéis):** Por meio da técnica de interpretação de papéis, os alunos assumem identidades específicas dentro de um contexto jurídico, como representantes de partes interessadas, juristas ou legisladores. Essa abordagem oferece uma visão mais empática e compreensiva das diversas posições envolvidas no sistema de justiça.
9. **Sala de Aula Invertida:** Na metodologia de sala de aula invertida, os alunos estudam previamente o conteúdo teórico, e o tempo em sala é dedicado à aplicação prática e discussão dos conceitos. Isso torna as aulas mais produtivas, permitindo que os professores orientem os alunos na análise e resolução de casos e problemas jurídicos.

Essas metodologias ativas fomentam a autonomia, a análise crítica e a participação proativa dos discentes, características fundamentais para a formação de profissionais do Direito. Elas permitem que o aluno seja o protagonista do seu aprendizado, desenvolvendo habilidades técnicas e relacionais essenciais para a atuação em um ambiente jurídico complexo e dinâmico.

As experiências de ensino-aprendizagem estão organizadas de modo a favorecer o desenvolvimento integrado de atributos e ações em situações que permitam reflexão e a mobilização de saberes que assegurem a transferência de aprendizagens de um contexto de ação para outro. Aponta a redefinição do lugar e do papel do professor e do estudante, no espaço de mediação dos saberes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem que permitam que o profissional formado continue aprendendo por toda a vida.

Os elementos para o despertar da aprendizagem são as situações-problema que devem ser enfrentadas na prática profissional. O contato com situações reais, ou simuladas objetivam o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, articulando as dimensões ético-sociais, técnico-políticas e intersubjetivas, visando ao desenvolvimento integrado dos domínios: cognitivo, psicomotor e afetivo.

Durante o curso poderão ser utilizados, entre outros, os recursos didáticos:

- *Simulações* como recursos didáticos: são estratégias que procuram simular algumas aspecto da realidade, colocando o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências, atitudes e decisões. No ensino superior, as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos alunos e, secundariamente, os seguintes objetivos: estimular a reflexão acerca de determinado problema; promover um clima de descontração entre os alunos; favorecer o autoconhecimento; desenvolver empatia; analisar situações de conflito; desenvolver atitudes específicas; desenvolver habilidades específicas;
- *Estudo independente*, com uma metodologia centrada no estudante apresenta as seguintes características: respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; individualização da avaliação; propiciação de formas alternativas de instrução conteúdo; delegação ao estudante de maior responsabilidade por sua aprendizagem; desenvolvimento de maior de autonomia intelectual; facilitação da aquisição de maior confiança por parte do estudante em seus recursos e o alcance de certas metas, que não seriam atingidas em outras situações.
- Estímulo a outras metodologias de ensino baseadas na interação, entre eles: a discussão, o debate, a mesa redonda, o seminário, o simpósio, o painel, o diálogo, a entrevista e o estudo de casos, bem como a implementação em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas (PBL), com o estudo centrado em casos reais.

A seleção das atividades educacionais depende das capacidades a serem focalizadas e das especificidades de desenvolvimento de cada grupo. O importante a ser ressaltado é a busca de uma correspondência entre a atividade selecionada, a prática profissional e as situações reais enfrentadas.

Os professores que acompanham o desenvolvimento de capacidades em ambiente protegido não precisam, necessariamente, estar vinculados a um serviço de saúde, mas precisam ter formação numa carreira diretamente envolvida com o cuidado às pessoas e seus familiares.

Adicionalmente, dentre as práticas pedagógicas de grande relevância e

considerada inovadora nos últimos anos, está a concepção do Núcleo de Educação a Distância (NED), amparado pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da internet de banda larga, programa específico de capacitação de professores e corpo de tutores educacionais e, atualmente, a tecnologia utilizada para a educação a distância também está à disposição para dinamização dos programas presenciais.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, a metodologia de ensino deverá estar centrada na aprendizagem do estudante e apoiado no professor como um facilitador e mediador do processo, pressupondo a interação professor/aluno no fazer pedagógico e também, conforme inciso II, art. 29 da Resolução citada. Assim, os docentes do curso devem considerar no planejamento de suas aulas e em sua atuação pedagógica, a utilização de metodologias ativas de ensino, centradas na aprendizagem do estudante, com critérios coerentes de acompanhamento e de avaliação do processo ensino-aprendizagem, a participação ativa do discente no processo de construção e difusão do conhecimento, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na prática docente, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão. E ainda, a diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao estudante conhecer as políticas de saúde, vivenciar a realidade profissional, a organização do trabalho em direito e as práticas interprofissionais, garantindo a integração ensino-serviço, desde o início do curso.

Os conhecimentos comuns às diversas disciplinas poderão ser desenvolvidos simultaneamente, tratando os temas de maneira transversal e conceitual, por experiências observacionais, ou efetivamente práticas e interdisciplinares. O ensino prático conta com laboratórios e devem priorizar a geração de atitudes, habilidades e competências essenciais ao exercício da profissão. São consideradas também atividades práticas: o Seminário Integrativo (I, II) a serem realizados ao término de cada ano, como extensão na comunidade.

De maneira geral, as metodologias de ensino deverão sempre abordar a aplicabilidade direta e indireta do conhecimento adquirido na formação e atuação do profissional médico, desvinculando a visão tecnicista e permitindo o desenvolvimento da arte de aprender.

Desta forma, inicia-se um curso já contendo metodologias inovadoras, muito embora já praticadas na IES de forma isolada.

A instituição conta ainda, com o Núcleo de Formação Permanente-NUFOPE, cujas ações se concentram no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, e nos procedimentos graduandos de cada curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio oferecido pelo NUFOPE aos Coordenadores dos Cursos e professores está associado através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, na promoção de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

Apresenta-se abaixo o plano de ação do NUFOPE com formações realizadas e formações a serem realizadas:

4.8 FORMAÇÕES REALIZADAS.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES OFERECIDAS AOS PROFESSORES EM 2022/1, 2022/2, 2023/1, 2023/2, 2024/1 e 2014/2.

2022/1

- Organização documentos Avaliação externa (CEE)
- Construção e Socialização de práticas Exitosas na academia
- Ciência e inovação, como transformar o conhecimento de bancada em inovação científica?
- Palestra ProecaE: Curricularização da extensão: reflexões, desafios e intinerários Palestrante: Drª Simone Loureiro Brum Imperatore
- Conteúdos Interativos e Metodologias Ativas para o ensino a distância e ensino Híbrido Palestrante: Fernanda Alencastro (Especialista da Solução SagahGrupo + A Educação)
- Capacitação ENADE (PARTE 1)
- Capacitação ENADE (PARTE 2)
- Conteúdos Interativos e Metodologias Ativas para o ensino a distância e ensino Híbrido

Elaboração do plano de ensino, Plataforma SEI, Manual de Metodologias Ativas, Atualização do Currículo Lattes, Entrega do plano de ensino

2022/2

- REUNIÃO DOCENTES DOS CURSOS: AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PRÓXIMO SEMESTRE
- Grupo de dança CORPORE com a coreografia FAVELA. Apresentação do objetivo, da pauta dos dias e avisos Apresentação por curso dos Coordenadores e docentes
- UNIVERSIDADE UNIRG: AVANÇOS E DESAFIOS- Reitoria e vice (Dra. Sara Falcão e Me Jeann Brunno)
- Prograd (Pró reitoria de Graduação) – Dra Rise Rank
- Proecae (Pró Reitoria de Extensão, Cultura e assistência estudantil) – Ma. Miréia Aparecida
- Propesq (Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) – Dr. Fábio Pegoraro
- Espaço para perguntas e sugestões
- Avisos sobre os outros dias da programação
- Agradecimentos e encerramento
- OFICINA DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO CURRICULARIZADA- Facilitadoras: Professoras Miréia, Gisela e Herta (Proecae)
- TRABALHANDO COM GRUPOS DE PESQUISA- Ministrantes: profa. Marcilene e prof. Fábio Pegoraro
- CAMINHOS PARA O STRITO SENSU- Palestrante: Prof. Osires (PUCPR)
- ENCONTRO NOVOS PROCEDIMENTOS DE MATRÍCULA E VESTIBULAR- Ministrantes: Núbia (secretaria acadêmica), NTI e CPPS
- OFICINA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO- Facilitadoras: Professoras Miréia, Gisela e Herta (Proecae)
- MINICURSO: TREINAMENTO REQUISIÇÃO DE COMPRAS E DIÁRIAS- Ministrantes: NTI e Setor de Planejamento Fundação
- PALESTRA: CULTURA AVALIATIVA PARA RESULTADOS- Ministrante: Marcos Roberto Rosa
- PLANEJAMENTO DO ENADE DE 2022.2 DA UNIRG- Responsáveis: Profa. Laís e Rise e Milena Prograd
- PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO SEMESTRE/AULA

MODULARES/MEDICINA PARAÍSO PLANOS DE ENSINO NA PLATAFORMA SEI: CADASTRO, PRAZOS, VISUALIZAÇÃO DOS ACADÊMICOS

CPA E SEUS RESULTADOS- Profa. Joana e Profa. Jussara, Prof. Robson (Prograd)

➢ PLANEJAMENTO DAS DISCIPLINAS EM COMUM DAS MATRIZES NOVAS – PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PROJETO DE PESQUISA E TCC

➢ CAPACITAÇÃO PARA USO DA PLATAFORMA MOODLE

DÚVIDAS SOBRE USO DA PLATAFORMA SAGAH SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS EXITOSAS NA ACADEMIA NA ÉPOCA DA PANDEMIA COM AS AULAS REMOTAS OU NO

SEMESTRE-: Núcleo de Educação a Distância – Profa. Alessandra Duarte e James Dean

➢ SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS EXITOSAS NA ACADEMIA NA ÉPOCA DA PANDEMIA COM AS AULAS REMOTAS OU NO SEMESTRE 2022.1

- PLANEJAMENTO DO PLANO DE MELHORIA DO CURSO E/OU CADASTRO ENCERRAMENTO DA SEMANA DE PLANEJAMENTO E DO SEMESTRE LETIVO PLANO DE DISCIPLINA NO SEI
- PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO SIMULADO / QUESTÕES MEDICINA PARAÍSO
- EXPANSÃO INSTITUCIONAL E PDI

2023/1

➢ REUNIÃO DOCENTES DOS CURSOS: AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PRÓXIMO SEMESTRE

➢ TEMA: PLANEJAR CENÁRIOS: GESTÃO EM FOCO - EXECUÇÃO E PLANEJAMENTO 2022/2023, RECREDENCIAMENTO UNIRG- CRITÉRIOS CEE, PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-PDI

- Participantes: Todos os docentes e servidores da UnirG

➢ ATRIBUIÇÕES DA PROECAE

- Ministrantes: Miréia Aparecida Bezerra Pereira e Herta Maria Castelo Branco Ribeiro

➢ OFICINA DE CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE QUESTÕES SEGUNDO O PADRÃO ENADE

- Ministrantes: Profa. Laís Tonello e docentes campus Paraíso

➢ MINICURSO: INTEGRANDO A PESQUISA AO ENSINO

- Ministrantes: Fábio Pegoraro e Miréia Aparecida Bezerra Pereira

➢ PALESTRA: COMO SUBMETER PROJETOS DE PESQUISA NA PLATAFORMA BRASIL

- Ministrante: Profa. Rafaela de Carvalho Alves

➢ OFICINA: SEI - FUNÇÕES BÁSICAS E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

- Ministrantes: Frezio e Emerson (NTI)

➢ NOVAS ATIVIDADES ACADÊMICAS NA UNIRG

- Ministrantes: Profa. Rise Rank e Herta Ribeiro

➢ PALESTRA REMOTA: ENSINO HÍBRIDO E INOVAÇÃO

- Palestrante: Prof. Gustavo Hoffman

➢ OFICINA: BIBLIOTECA VIRTUAL

- Ministrante: Escarlat Santana

➢ TEMA: O PODER DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

- Ministrantes: Taila Medeiros Terra e Maria Amélia

➢ FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES – AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA MELHORIA INSTITUCIONAL E DOS CURSOS (CPA E ENADE)

- Ministrantes: Kattia, Laís Tonello e Sara

➢ CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PROJETOS PARA EXTENSÃO CURRICULARIZADA

- Ministrantes: Miréia Aparecida Bezerra Pereira e Herta Ribeiro

➢ PALESTRA: COMO ESCOLHER PERIÓDICOS PARA PUBLICAR MINHA PESQUISA?

- Ministrante: Fábio Pegoraro

➢ MINICURSO: TRABALHANDO COM GRUPOS DE PESQUISA

- Ministrantes: Professoras Marcilene Araújo e Milena Pereira Xavier

2023/2

➢ REUNIÃO DOCENTES DOS CURSOS: AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PRÓXIMO SEMESTRE

➢ TEMA: MÓDULO I – O PAPEL DO TUTOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA

- Ministrante: Mary Lee dos Santos

➢ PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2024/2028 DA UNIRG

- Responsáveis: Profa. Sara e demais gestores da UnirG

➢ PALESTRA: EDUCAÇÃO & FUTURO – DESAFIOS, IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES DA AÇÃO DOCENTE

- Ministrante: Prof. José Motta Filho

➢ TEMA: A CULTURA DA INOVAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL

- Ministrante: Prof. José Motta Filho

➢ WORKSHOP: A SALA DE AULA QUEBRA-CABEÇAS E A GAMIFICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

- Ministrante: Prof. José Motta Filho
- Público-alvo: Docentes e preceptores dos cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Educação Física, Letras, Pedagogia e Jornalismo

➢ PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE DISCIPLINAS HÍBRIDAS: NOVA MODELAGEM

- Ministrantes: James e Alessandra (Equipe NED)

➢ REUNIÃO PEDAGÓGICA: RECREDENCIAMENTO DA IES/PPC/ENADE

- Responsáveis: Coordenadores de curso, de estágio, NDE e CAAIE

➢ TEMA: ATENDIMENTO AO PÚBLICO, APRESENTAÇÃO PESSOAL, RELACIONAMENTO INTERPESSOAL, ÉTICA, INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, TRABALHO EM EQUIPE, MOTIVAÇÃO E ASSÉDIO MORAL

- Responsável: Recursos Humanos UnirG

➢ OFICINA: CRIAÇÃO E CADASTRAMENTO DE GRUPOS DE PESQUISA PARA O CURSO DE ENGENHARIA

- Ministrante: Sofia Mara de Souza

➢ OFICINA: CRIAÇÃO E CADASTRAMENTO DE GRUPOS DE PESQUISA PARA O CURSO DE DIREITO

- Ministrante: Robson Ruiz Olivoto

➢ TEMA: PLANO DE MELHORIA INSTITUCIONAL DO PDI – EIXOS E METAS

- Apresentadora: Sara Falcão

- REUNIÃO PEDAGÓGICA: AVALIAR O SEMESTRE E PLANEJAR O 2023.2
  - Responsáveis: Coordenadores de curso, de estágio e NDE
- TEMA: PERSPECTIVAS DE FOMENTO PARA EXTENSÃO
  - Ministrante: Profa. Maria (Vice-presidente do FORPROEX)
- OFICINA: RECOMENDAÇÕES PARA ORIENTADORES DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – CRIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO LATTES PARA ORIENTANDOS
  - Ministrante: Ellen Fernanda Klinger
- PALESTRA: DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE DE GURUPI
  - Palestrante: Fábio Pegoraro

2024/1

- ABERTURA GERAL E APRESENTAÇÃO CULTURAL
- Palestra: Dr. Luiz Síveres - É POSSÍVEL SER UM BOM PROFESSOR? A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
- MOMENTO COM OS GESTORES (REITORIA, PRÓ-REITORIAS E COORDENAÇÕES DE CURSO E DE ESTÁGIO): Dr. Luiz Síveres - Pedagogia Alpha: A relação entre presença, proximidade e partida
- Palestra: Adilar Datoé - ALTERAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GURUPI: CRIAÇÃO DE DISPOSITIVOS QUE REGULAMENTA O MODELO DE ELEIÇÕES E OUTROS ASSUNTOS NA UNIRG
- Palestra: Gustavo Hoffman - O ENSINO SUPERIOR DO SÉCULO XXI

2024/2

- SOLENIDADE DE ABERTURA
  - Palestrantes: Reitora e Pró-Reitores
  - TEMA: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO: PRÁTICAS
- PEDAGÓGICAS DA GESTÃO PARA 2024.2
  - Responsáveis: Equipe Nufope
- LANÇAMENTO DO EDITAL PARA O ‘PRÊMIO UNIRG DE PRÁTICAS INOVADORAS NO ENSINO’
- Palestra: Dra. Simone Imperatore - CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA DE INOV-AÇÃO CURRICULAR COM IMPACTO

SOCIAL

- Reunião com Cursos de Licenciaturas para ENADE 2024
    - Responsáveis: Jussara, Tatiana e Maria Leci
- Reunião de Planejamento das Disciplinas de PIC, Metodologia Científica, Projeto de Pesquisa ou TCC
    - Responsável: Equipe da Propesq
- AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DO ITINERÁRIO DA CURRICULARIZAÇÃO NA UNIRG EM DIÁLOGO COM PRÁTICAS LATINO-AMERICANAS
    - Palestrante: Dra. Simone Imperatore
- OFICINA: NOVA MODELAGEM PARA DISCIPLINAS HÍBRIDAS COM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)
    - Responsável: Equipe NED
- OFICINA: ANTIGA MODELAGEM PARA DISCIPLINAS COM CARGA HORÁRIA EAD E USO DAS PLATAFORMAS SEI E GOOGLE CLASSROOM
    - Responsáveis: NED e NTI

A UnirG busca oferecer, aos seus professores, as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos pretendidos. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado, considerando-se:

- compreensão da missão institucional, entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- as qualidades dinamizadoras dos dirigentes em reconhecer o desempenho dos seus funcionários;
- o desenvolvimento de atitudes e habilidades em equipe e a transparência organizacional;
- a ampliação dos recursos de comunicação para constituir-se em ação do Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente que

é parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da UnirG e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se-á, em todas as ocasiões, contar com parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras IES, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atribuições do corpo docente são regulamentadas pelos artigos 154, 155 e 156 do Regulamento Geral Acadêmico.

Os docentes deste curso, em conjunto com a Coordenação do curso, trabalham de forma integrada, para o cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso

e total responsabilidade em sua atualização. O corpo docente tem papel primordial na materialização das práticas acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Para tanto, a identificação com os princípios institucionais definidos no PDI torna-se decisiva na constituição do perfil docente e consolidação de uma prática pedagógica extensionista e de pesquisa que contribua para o fortalecimento da identidade institucional.

A formação dos professores será adequada às necessidades propostas para o perfil do graduando do Curso de Direito da UnirG.

Para aulas teóricas os materiais didáticos podem ser retirados no departamento de apoio ao docente, Central de Atendimento do Professor (CAP), que disponibiliza a entrega de pincéis, equipamentos como caixa se som, projetores de data show e outros equipamentos de multimídia, além de cópias de provas, textos, artigos e todo e qualquer material que o professor necessitar para condução das aulas teóricas.

Este departamento consta de uma equipe que atua em regime de escala de trabalho, o qual sempre o mantem aberto em tempo integral de segunda a sábado, a distribuição destes materiais deve ser feita mediante reserva e solicitação por meio de e-mail ao departamento com antecedência.

Já os materiais para aulas práticas são distribuídos no Núcleo de Práticas Jurídicas, proporcionando ao professor o acesso à pasta do estagiário, com todo o andamento processual dos atos sob sua responsabilidade e documentos fornecidos

pelos assistidos. O controle é feito pelos servidores administrativos e ou estagiários destes departamentos.

A aquisição destes materiais didáticos, se dá mediante a solicitação e planejamento prévio anual feito pelos gestores, coordenador do curso e departamento de apoio ao docente.

4.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado no curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG é concebido como um instrumento essencial para a formação do bacharel, integrando o acadêmico às realidades práticas da profissão jurídica. O estudante é visto como um aluno-pesquisador e extensionista, desenvolvendo competências que o capacitem a aplicar seu conhecimento no contexto social e a buscar constante atualização profissional.

O **Estágio obrigatório** é realizado no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), onde a prática é articulada com as atividades de pesquisa e extensão, permitindo ao acadêmico vivenciar as diversidades sociais da comunidade local e prepará-lo para os desafios profissionais que encontrará na atuação jurídica. A prática forense será desenvolvida através de aulas de Laboratório Jurídico, ministradas no Labin do Campus I, onde o ensino-aprendizagem ocorrerá por meio da análise e resolução de casos simulados. Já os Serviços de Assistência Jurídica serão realizados no prédio do NPJ, com atendimento direto ao público e o desenvolvimento das demais atividades inerentes ao Núcleo, assegurando ao estudante a experiência prática em causas reais e a aplicação dos princípios éticos e jurídicos no atendimento à população carente.

Além do estágio obrigatório, o curso contempla a política de atividades complementares, conforme as **Diretrizes Curriculares Nacionais** (Resolução n.º 9 do CNE), que promovem a flexibilidade curricular. Essas atividades são fundamentais para ampliar o aprendizado e o contato com o mercado de trabalho e são realizadas por meio de seminários de atualização, projetos de extensão, programas de iniciação científica, monitoria de ensino, congressos, visitação aos órgãos do judiciário Municipal, Estadual e Federal e outros eventos que promovem a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Visando à implementação eficaz das políticas de estágio e ao

desenvolvimento de atividades complementares, a UnirG adota as seguintes diretrizes:

a) **Aperfeiçoamento dos programas de iniciação científica**, visando a absorção de um maior número de graduandos, com aumento no reconhecimento dos trabalhos acadêmicos realizados, que podem ser incluídos como parte do estágio curricular;

b) **Instituição do estágio não obrigatório** em instituições como Ministério Público, Defensoria Pública, escritórios de advocacia e outros órgãos públicos, incentivando a investigação científica e possibilitando que essas atividades sejam computadas como atividades complementares;

c) **Integração entre graduação e pós-graduação**, por meio da criação de grupos de pesquisa e atividades compartilhadas, fomentando o intercâmbio de conhecimento e a construção coletiva do saber jurídico;

d) **Incentivo a propostas inovadoras de ensino**, através de parcerias entre graduação e pós-graduação, criando experiências metodológicas renovadas e voltadas para o aprimoramento da prática acadêmica e profissional;

e) **Promoção de projetos de pesquisa e extensão**, atentos às demandas da comunidade local, com ênfase em práticas voltadas ao benefício coletivo, prioritariamente no atendimento das necessidades sociais emergentes, como a atuação em creches, asilos, assentamentos rurais e populações indígenas e quilombolas;

f) **Adoção de eixos temáticos que abordam problemas sociais, econômicos e culturais**, de forma a integrar as políticas de ensino, extensão e pesquisa, promovendo uma formação jurídica comprometida com a transformação social.

Essas políticas estão em consonância com os objetivos educacionais do curso, alinhando a formação jurídica com as necessidades da região sul do Estado do Tocantins e de áreas vizinhas, como Goiás, Maranhão, Pará e Piauí.

O curso de Direito da UnirG busca, portanto, estender sua atuação para além do ambiente acadêmico, com o compromisso de atender às políticas públicas e culturais do Estado do Tocantins, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a valorização da diversidade cultural. A meta

primordial deste projeto pedagógico é assegurar a organicidade das políticas educacionais do curso, consolidando seu compromisso com a ética, a diversidade e o desenvolvimento social nas zonas de inserção da UnirG.

4.9.1 O Núcleo de Prática Jurídica – NPJ

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) desempenha um papel essencial na formação do bacharel em Direito, sendo um dos pilares fundamentais para a adequação do estágio curricular obrigatório aos paradigmas estabelecidos pelas **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Jurídicos**, conforme a **Resolução n.º 5 de 17 de dezembro de 2018** do Conselho Nacional de Educação. O NPJ atua de forma integrada ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando que o estudante tenha uma experiência prática completa, abrangendo tanto atividades simuladas quanto o atendimento a demandas reais da sociedade.

O NPJ é responsável por coordenar e supervisionar os **estágios em órgãos públicos**, como a Defensoria Pública, Ministério Público, Fóruns da Justiça Estadual e Federal, Delegacias de Polícia, Escritórios de Advocacia, Procuradorias Municipais e da Câmara de Vereadores, entre outros órgãos. Essas parcerias permitem que o acadêmico se insira diretamente no contexto jurídico real, interagindo com profissionais experientes e aprimorando suas competências práticas.

Além disso, o **centro de atividades simuladas**, também coordenado pelo NPJ, possibilita que os estudantes desenvolvam suas habilidades através de simulações que replicam processos jurídicos de maneira fiel à realidade, incluindo a elaboração de peças processuais, condução de audiências simuladas e estratégias jurídicas. O **centro de mediação, conciliação e arbitragem** do NPJ, por sua vez, proporciona ao acadêmico a oportunidade de atuar em métodos alternativos de resolução de conflitos, que são cada vez mais valorizados no cenário jurídico contemporâneo, promovendo a cultura da pacificação social.

O NPJ ainda busca garantir que o atendimento jurídico prestado à população carente seja eficaz e de alta qualidade, proporcionando uma experiência rica para o aluno ao lidar com casos reais e cumprindo uma função social relevante. Esse contato direto com a realidade social e jurídica da comunidade local desenvolve no discente o senso de responsabilidade social e ética, indispensáveis

para a prática jurídica.

Portanto, o NPJ é um elemento crucial no **Projeto Pedagógico do Curso (PPC)** de Direito, assegurando que a formação do futuro profissional esteja alinhada com as exigências do mercado e com os valores de cidadania, justiça e ética. Ao oferecer um espaço em que a teoria se encontra com a prática, o NPJ eleva a qualidade do curso e garante a preparação completa do acadêmico para os desafios da advocacia e demais carreiras jurídicas.

4.9.2 Metodologias e Ferramentas Utilizada no NPJ

Dentre as metodologias previstas, destacam-se aquelas que são claramente inovadoras e desenvolvidas no Sistema Faculdade, um recurso que proporciona aprendizagens diferenciadas dentro da área, posto que se trata de plataforma específica para a prática acadêmica jurídica.

Considerando as metodologias, destacam-se para a prática jurídica as seguintes: *Learning by doing; Hands on; Problem-Based Learning* e o *Project-Based Learning,* todas elas metodologias ativas a serem utilizadas na plataforma de apoio à prática jurídica Sistema Faculdade.

A metodologia *Learning by doing* possibilitará ao aluno aprender enquanto fizer ou, aprender fazendo. Essa metodologia está intimamente ligada ao autoconhecimento e ao exercício de atividades experienciais, por meio das quais o discente se desenvolve e reconhece o seu próprio caminho de aprendizado enquanto vive as experiências pedagógicas.

A metodologia *Learning by doing* é reconhecida no mundo profissional como uma característica de Hands *on*. Ou seja, ao aprender fazendo o graduando construirá valores, conhecimentos e habilidades que o capacitarão para o mundo profissional com aquele que faz, ou, que coloca a mão na massa.

Em suma, por meio dessas metodologias (*Learning by doing* e *Hands on*), com a utilização da plataforma de apoio à prática jurídica Sistema Faculdade, os alunos aprenderão a interpretar, interpretando; aprenderão a peticionar, peticionando; aprenderão a argumentar, argumentando; aprenderão a aplicar o direito, aplicando, e assim por diante.

A plataforma permite a interação entre os atores do processo de ensino-

aprendizagem e, em especial, facilita os *feedbacks* com correção específica de cada atividade desenvolvida, além de gerar relatórios diagnósticos de rendimento relativo às notas e às habilidades e competências previstas para o desenvolvimento do perfil do graduando.

Com isso, ao realizar as atividades por meio da metodologia *Learning by doing,* os alunos aprenderão inclusive com os eventuais erros, uma vez que estes constituem-se em verdadeiros valores formativos predispostos a permitir uma apropriação do conhecimento de forma plena.

Outra metodologia prevista para o curso consiste na *Problem-Based Learning*, ou Aprendizado Baseado na Resolução de Problemas. Considerando que o curso tem por característica a formação de profissionais que atuarão na solução de conflitos, a metodologia de ensino baseada na Resolução de Problemas é perfeitamente adequada e, portanto, será desenvolvida por meio da plataforma de apoio à prática jurídica Sistema Faculdade.

Diante dos casos concretos que serão apresentados aos graduandos, estes estarão envolvidos em situações reais diante das quais deverão elaborar propostas, projetos, soluções e mecanismos adequados às demandas apresentadas.

O Aprendizado Baseado na Resolução de Problemas será desenvolvido com a finalidade de estabelecer uma formação do graduando com foco em habilidades práticas articuladas com o pleno desenvolvimento de competências multidisciplinares. É nesse contexto que os diversos tipos de atividades que o Sistema Faculdade oferece viabilizarão a vivência em Casos os Reais, consistindo-se em práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática.

Dentre os procedimentos de acompanhamento e de avaliação encontram-se aqueles previstos para a Prática Jurídica. De acordo com os processos de ensino- aprendizagem previstos neste PPC, as metodologias adequadas ao desenvolvimento das habilidades e competências devem ser desenvolvidas de modo a possibilitar aos graduandos o pleno exercício das práticas profissionais.

Para tanto, as metodologias ativas que constam da proposta pedagógica têm como foco a autonomia do discente. Assim, é necessária uma evolução contínua no desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e de atuação no mundo real.

4.9.3 Da Assistência Jurídica Gratuita Prestada pelo NPJ

O NPJ se insere no âmbito da UnirG, como instrumento necessário a fomentar a prática jurídica obrigatória, direcionado ao atendimento e patrocínio jurídico de pessoas carentes, nos termos da Lei n.º 1.060/50, prestando orientação jurídica à comunidade local e regional na solução judicial e extrajudicial de controvérsias, organizando e direcionando atividades de extensão por parte dos estagiários, em programas sociais desenvolvidos pela UnirG, por entidades governamentais e não governamentais, de modo a atender os fins a que se propõe o estágio profissionalizante e a prática jurídica, em conformidade com o currículo pleno.

As ações desenvolvidas por meio do Estágio Profissionalizante, ministradas no Núcleo de Práticas Jurídica, são destinadas às comunidades locais e regionais beneficiárias da Assistência Jurídica Gratuita, por meio de atendimento pessoal na sede do NPJ e nas unidades instaladas nas Comarcas próximas, onde residem alunos matriculados em disciplina de Estágio e de acompanhamento de ações e procedimentos perante a Justiça Comum, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Delegacias de Polícias, repartições públicas, escritório de advocacia conveniados e outros órgãos ou instituições onde se estabelecem convênios de cooperação mútua.

O NPJ, além das atividades ordinárias de atendimento à população, desenvolve atividades práticas simuladas, mini-cursos sobre temas específicos do cotidiano jurídico e forense, além de aproximar o curso da sociedade.

A lei Municipal n. 1.705/07, de 01 de agosto de 2007 criou o FUMEMD – Fundo Municipal do Escritório Modelo de Direito, cujo objetivo é depositar os honorários de sucumbência pagos pela parte vencida nas ações patrocinadas pelo NPJ (agência 0794-3, c/c 42106-5, Banco do Brasil), com destinação voltada para investimentos em equipamentos e aquisição de materiais de manutenção para o estágio do Curso de Direito.

4.9.4 A sala de Conciliação e Mediação

No mês de dezembro de 2011, foi criada a sala de conciliação e mediação dentro da sede do NPJ. O espaço se destina a utilização de novos mecanismos de solução de litígio. O NPJ está a desenvolver a capacidade de mediação em todo o corpo discente, visando a impedir a formação de litigantes habituais. Durante os atendimentos ao público, uma vez detectada a possibilidade de acordos, é expedida carta convite às partes, para audiência de conciliação prévia dentro do NPJ, sob a orientação de um supervisor. Em caso de acordo, é elaborado o termo com a ajuda dos supervisores, e homologado em juízo.

4.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Direito da UnirG está regulamentado pelo **Regimento Geral Acadêmico** da Instituição e pela **Resolução ordinária do CONSUP/001/2020**, que estabelece os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das técnicas para a sua elaboração. Este componente curricular é uma exigência indispensável para a obtenção do grau de bacharel em Direito e visa a consolidação das competências adquiridas ao longo do curso, por meio da aplicação prática de métodos de pesquisa científica e do aprofundamento em temas relevantes do Direito.

As regras de elaboração do TCC passaram por uma reformulação significativa, ampliando a flexibilidade para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e reforçando a responsabilidade dos orientadores e supervisores nas diferentes etapas do processo metodológico. Essas etapas incluem o planejamento, fichamento, análise, redação e revisão, garantindo a qualidade científica e técnica do trabalho final apresentado pelos alunos. A participação ativa dos orientadores é essencial para assegurar o cumprimento das normas metodológicas e a excelência do TCC.

O **Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)** também desempenha um papel importante na organização do TCC, contando com um **Regimento Interno atualizado** e regramento específico para a elaboração dos Trabalhos de Curso, ambos aprovados pelo Conselho de Curso. Esses instrumentos normativos têm

como objetivo garantir a uniformidade e a qualidade dos trabalhos realizados, ao mesmo tempo em que proporcionam ao aluno uma maior autonomia na condução de suas pesquisas.

O TCC é o resultado das atividades de pesquisa científica desenvolvidas ao longo da formação acadêmica, de acordo com as diretrizes da estrutura curricular, do regimento acadêmico e do regulamento das atividades do NPJ. É um trabalho individual que sintetiza e consolida as experiências acumuladas em atividades complementares e teórico-práticas, demonstrando que o acadêmico está preparado para o desenvolvimento de pesquisas e para o exercício profissional no campo jurídico.

Para otimizar o acompanhamento do TCC, a UnirG utiliza a plataforma eletrônica **Sistema Faculdade**, com o módulo denominado **TCC Manager**. Essa ferramenta inovadora aumenta a produtividade dos docentes, flexibiliza o contato entre professores e alunos, e gera eficiência no acompanhamento das etapas de elaboração do trabalho. Além de permitir a orientação remota, o **TCC Manager** registra todas as fases do processo, disponibiliza um sistema de correção pré-padronizada e mantém um repositório eletrônico dos TCCs, atendendo às exigências dos instrumentos de avaliação oficiais.

Com essa estrutura, o **Trabalho de Conclusão de Curso** é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento das habilidades científicas e jurídicas do acadêmico, sendo um reflexo direto da qualidade de ensino oferecida pelo curso de Direito da UnirG.

Apêndice 02 – Regulamento do TCC

4.10.1 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Gurupi – UNIRG foi instituído em 10 de janeiro de 2005, por meio da Portaria nº 042/2005, emitida pela Fundação UnirG. Sua criação seguiu as normas estabelecidas pela Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que determina a obrigatoriedade de um colegiado interdisciplinar e independente, subordinado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Desde a sua fundação, o CEP tem como missão proteger e salvaguardar

os interesses e direitos dos participantes de pesquisas, assegurando sua integridade e dignidade. Além disso, o Comitê visa contribuir para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o contexto local, sempre observando os mais rigorosos padrões éticos. Ao analisar e deliberar sobre as pesquisas que lhe são submetidas, o CEP assume a corresponsabilidade pela proteção dos participantes.

O CEP desempenha um papel consultivo, deliberativo e educativo, sendo responsável por analisar pesquisas que envolvem seres humanos. Também promove programas de capacitação para seus membros e para a comunidade acadêmica, incentivando a educação em ética na pesquisa. Sua composição inclui um coordenador, pertencente ao quadro de professores da Universidade e detentor de voto de qualidade; um vice-coordenador, também do corpo docente; um mínimo de sete e um máximo de catorze membros; e um representante da sociedade civil, não vinculado à Universidade de Gurupi, preferencialmente indicado pelo Conselho Estadual ou Municipal de Saúde, ou por uma entidade ou associação representativa de usuários.

Ao longo dos anos, os docentes do curso de Medicina têm desempenhado um papel crucial no funcionamento do Comitê, com diversos professores ocupando cargos de liderança. Atualmente, a coordenação do CEP é exercida por uma docente do curso de Medicina, conforme designado pela Portaria/Reitoria nº 014/2024, de 12 de janeiro de 2024.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Gurupi – UNIRG (CEP-UNIRG) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Esta função, reconhecida por diretrizes éticas internacionais e brasileiras, é essencial para assegurar a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos sujeitos de pesquisa.

Em 11 de agosto de 2022, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) aprovou a renovação do registro e credenciamento do CEP sob o número 5518, por um período de três anos, conforme OFÍCIO Nº 577/2022/CGBIO/DECIT/SCTIE/MS.

A página do CEP pode ser acessada através do endereço

https://www.unirg.edu.br/pesquisa na aba Comitês.

Regimento Interno do CEP : https://www.unirg.edu.br/arquivos/documentos/Pesquisa/2024/Regimento%20Comit%C3%AA%20de%20%C3%89tica%20em%20Pesquisa%20com%20Seres%20Humanos.pdf

Fluxograma: https://www.unirg.edu.br/arquivos/documentos/Pesquisa/FLUXOGRAMA%20CEP.pdf

4.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO

O aluno que ingressar no Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG deverá obrigatoriamente completar 235 (duzentos e trinta e cinco) horas em atividades complementares, que podem ser praticadas desde o 1º semestre de matrícula no curso de direito, podendo ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os procedimentos no Regulamento que estabelece normas para o funcionamento das atividades complementares.

As atividades complementares, cujo cumprimento é indispensável para colação de grau, compreendem atividades de ensino, pesquisa e extensão e tem como finalidade m disponibilizar amplo acesso interdisciplinar do conhecimento, visando o enriquecimento das informações jurídicas propiciadas pelo curso e a formação integral do aluno, quer por meio da flexibilização e prolongamento do currículo pleno do curso de graduação em Direito, quer através do aprofundamento temático e interdisciplinar, possibilitando ainda ao aluno traçar trajetória autônoma e particular.

No decorrer do Curso, além de completar 205 (duzentos e cinco) horas em atividades complementares, o acadêmico deverá cumprir no mínimo 05 (cinco) atividades complementares diferentes relacionadas aos itens da tabela abaixo:

ATIVIDADES	**Item**	**Carga Horária**
Exercício de monitoria de conteúdo Jurídico	**A**	Até 60h
Participação em pesquisas e projetos institucionais	**B**	Até 60h

Participação em grupos de estudo / pesquisa sob a supervisão de professores do curso de Direito	**C**	Até 60h
Congressos, oficinas e conferências jurídicas	**D**	Até 60h
Seminários e palestras jurídicas assistidas	**E**	Até 60h
Representação acadêmica / Estudantil na IES	**F**	Até 30h
Eventos acadêmicos, mostra científica, exposições assistidas com conteúdo jurídico	**G**	Até 60h
Participação em júri como ouvinte	**H**	Até 40h
Participação em Conselho de Sentença – membro	**I**	Até 40h
Produções científicas publicadas em revistas com qualis CAPES (20 horas por produção)	**J**	Até 40h
Apresentação de trabalhos em eventos científicos (1 hora por trabalho)	**K**	Até 20h
Participação em liga acadêmica – membro	**L**	Até 90h
Participação em concursos culturais, exposições e mostras	**M**	Até 40h
Realização de estágios jurídicos não obrigatórios	**N**	Até 80h
Participação em projetos socioculturais ou de extensão	**O**	Até 60h
Audiências online	**P**	Até 20h
Cursos jurídicos presenciais	**Q**	Até 90h
Participação em outros cursos jurídicos inclusive à distância (cursos e atividades on-line)	**R**	Até 60h
Aula inaugural, Participação em evento de liga acadêmica	**S**	Até 40h
Participação em processos eleitorais internos e externos (Mesários e análogos)	**T**	Até 40h

O limite de carga horária por cada atividade complementar acima descrita será respeitado, não podendo ser aproveitada, para os fins de avaliação, a carga horária que ultrapassar o respectivo limite fixado.

Apêndice 03

4.12 APOIO AO DISCENTE

A Universidade de Gurupi (UnirG) desenvolve uma abrangente Política de Apoio ao Discente, visando assegurar a inclusão social e a promoção da equidade no ensino superior. Essas políticas são constantemente reestruturadas e ampliadas, com o objetivo de oferecer suporte aos graduandos e enfrentar os desafios das desigualdades sociais e regionais que afetam o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior.

Entre os principais objetivos da Política de Apoio ao Estudante da UnirG, destacam-se:

1. **Promoção da Inclusão Social**: A UnirG busca promover a inclusão

social, garantindo que estudantes de contextos socioeconômicos diversos tenham acesso ao ensino superior, contribuindo para a diminuição das desigualdades regionais e sociais, e garantindo a representatividade de diferentes realidades no ambiente acadêmico.

2. **Acesso, Permanência e Conclusão de Estudos**: A política visa construir propostas diferenciadas que facilitem o acesso ao ensino superior para estudantes carentes, ao mesmo tempo em que assegura a permanência deles até a conclusão de seus estudos. São oferecidos subsídios para implementação, execução e avaliação de programas que incentivam a conclusão dos cursos, diminuindo os índices de retenção e evasão acadêmica.

3. **Ambiente Acadêmico Saudável**: Um dos focos principais é garantir um ambiente acadêmico saudável, onde os estudantes possam desenvolver suas atividades com qualidade de vida. A UnirG promove ações voltadas ao bem-estar físico e mental dos graduandos, entendendo que a saúde integral do estudante é essencial para o sucesso acadêmico.

4. **Formação Continuada e Qualificação Profissional**: Além de assegurar a permanência, a UnirG incentiva a participação dos estudantes em atividades de formação continuada, visando à atualização de conhecimentos e à qualificação profissional. A Universidade promove cursos, seminários e outras atividades que ampliam as competências e habilidades dos estudantes, preparando-os melhor para o mercado de trabalho

Essa política reflete o compromisso da UnirG com o desenvolvimento pleno dos seus alunos, oferecendo suporte integral durante a trajetória acadêmica. A implementação dessas ações tem como finalidade não apenas garantir o acesso à educação superior, mas também assegurar que o ambiente universitário seja inclusivo, acolhedor e promotor de desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. Com essas medidas, a UnirG visa reduzir as desigualdades, combater a evasão acadêmica e garantir que todos os seus graduandos tenham a oportunidade de concluir seus estudos com sucesso e qualidade.

4.12.1 Programa de Nivelamento

Implantado em 2015, o Programa de Nivelamento da Universidade de Gurupi (UnirG) é uma iniciativa voltada ao fortalecimento da formação básica dos graduandos, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de competências e habilidades em disciplinas fundamentais para o sucesso acadêmico. Oferecido na modalidade a distância (EaD) e semipresencial, o programa é acessível aos estudantes de todos os períodos dos cursos de graduação, proporcionando flexibilidade e acessibilidade para que os alunos possam acompanhar as atividades de acordo com suas necessidades e disponibilidade.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o programa inclui disciplinas como Português, Leitura e Interpretação de Texto, Matemática, Física, Química, Biologia, Tecnologia da Informação, Introdução ao EaD e Conhecimentos Contemporâneos, todas ofertadas na modalidade EaD para nivelamento. O objetivo é reforçar o conhecimento nessas áreas, que são essenciais tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para a futura atuação profissional dos graduandos.

Em 2021/1, por exemplo, foi ofertado o nivelamento de Química na modalidade EaD, atendendo a uma demanda específica de alunos que necessitavam de reforço nessa disciplina. A escolha das disciplinas a serem ofertadas é baseada na análise contínua das necessidades dos alunos, conforme identificadas pelos docentes e pela coordenação dos cursos, permitindo ajustes dinâmicos que garantam um suporte acadêmico adequado.

O Programa de Nivelamento se destaca como uma ferramenta fundamental para assegurar que todos os estudantes tenham uma base sólida de conhecimentos, independente de suas trajetórias anteriores ao ingresso na universidade. Ao oferecer conteúdos de reforço e atualização, o programa contribui significativamente para a redução de deficiências acadêmicas, o que se reflete na melhoria do desempenho nas disciplinas curriculares e no aumento da taxa de sucesso acadêmico.

A modalidade EaD, além de proporcionar maior flexibilidade de horário, permite a inclusão de recursos didáticos interativos e atualizados, facilitando o aprendizado e adaptando-se às diferentes necessidades dos alunos. O Programa de Nivelamento faz parte da estratégia institucional da UnirG para promover a

inclusão acadêmica, a equidade de oportunidades e a excelência no ensino superior.

4.12.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)

O Núcleo de Apoio Psicológico (NAP) da Universidade de Gurupi – UnirG desempenha um papel fundamental no suporte ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. Sua missão é fornecer apoio integral por meio de ações, projetos, programas e atendimentos individuais, com o objetivo de identificar e atender as necessidades emocionais, educacionais e profissionais dos alunos. O NAP atua de forma contínua para promover o bem-estar dos discentes, contribuindo diretamente para seu desempenho acadêmico e formação integral.

O NAP oferece suporte psicológico através de atendimentos individualizados, que visam ajudar os alunos a lidarem com questões emocionais e psicológicas que possam interferir em sua vida acadêmica. Esses atendimentos seguem uma abordagem ética e socialmente responsável, promovendo um ambiente de acolhimento, confidencialidade e respeito à diversidade dos estudantes.

Além do atendimento individual, o NAP promove uma série de oficinas e atividades educativas ao longo do semestre, voltadas para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e profissionais, essenciais para o sucesso acadêmico e no mercado de trabalho. Essas oficinas são coordenadas em conjunto com os cursos de Psicologia e Pedagogia, e têm como foco áreas como gestão do tempo, técnicas de estudo, controle de ansiedade, orientação de carreira e desenvolvimento de competências emocionais.

O Núcleo de Apoio Psicológico também busca atuar de maneira proativa, identificando demandas específicas de cada aluno e oferecendo orientação personalizada para ajudá-los a superar dificuldades acadêmicas, emocionais ou relacionadas à escolha e desenvolvimento de carreira. O objetivo é assegurar que cada estudante tenha o suporte necessário para atingir seu potencial máximo e concluir seus estudos com sucesso.

O NAP, portanto, é um elemento estratégico na política de apoio ao discente da UnirG, promovendo uma formação completa que vai além do ensino

acadêmico, abordando também o bem-estar psicológico e social dos estudantes. Por meio de suas iniciativas, o NAP contribui para a construção de um ambiente acadêmico saudável, inclusivo e acolhedor, preparado para enfrentar as demandas e desafios contemporâneos.

4.12.3 Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado – ATENDEE

O **Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado (ATENDEE)** é um programa institucional da Universidade de Gurupi – UnirG, voltado para o atendimento educacional especializado, que visa promover a inclusão e acessibilidade dos acadêmicos e docentes, garantindo a equidade no processo de ensino-aprendizagem. O ATENDEE é um pilar fundamental na política de acessibilidade da universidade, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e social.

O atendimento educacional especializado é essencial para que as instituições de ensino, como a UnirG, criem ações que promovam a equidade, acolhendo as especificidades de cada indivíduo. Para isso, o ATENDEE foca em ações que visam adaptar o ambiente acadêmico às demandas de estudantes e docentes com necessidades especiais, possibilitando um processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo e acessível.

Os principais **objetivos** do ATENDEE incluem:

1. **Promover a acessibilidade e inclusão** dos acadêmicos, considerando suas necessidades individuais nos processos de ensino e aprendizagem, garantindo a igualdade de oportunidades.
2. **Consolidar parcerias** com redes de educação, como escolas estaduais, municipais, particulares, e Instituições de Ensino Superior e Técnico-Profissionalizante, ampliando o alcance do programa e fortalecendo a inclusão em todos os níveis de ensino.
3. **Implementar ações integradas de extensão**, associadas ao ensino e à pesquisa, como estratégia de intervenção social. Essas ações visam garantir o acesso e o desenvolvimento social e escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior e Técnico.

4. **Oportunizar conhecimento teórico e prático** em questões pedagógicas, acessibilidade arquitetônica e formação continuada para profissionais mediadores. Isso é feito por meio da iniciação em projetos de extensão, orientados para a aplicação prática e avaliação de projetos voltados à inclusão.
5. **Acompanhar os processos de ensino e aprendizagem** dos acadêmicos com necessidades especiais, oferecendo suporte pedagógico contínuo para assegurar que suas dificuldades sejam atendidas e superadas ao longo do curso.

O ATENDEE busca criar um ambiente acadêmico inclusivo, onde a diversidade é valorizada e os alunos com necessidades educacionais especiais possam desenvolver suas habilidades com o suporte necessário. Através de suas ações, o núcleo não só promove a **inclusão escolar**, mas também contribui para o **desenvolvimento social** e a **inclusão profissional** dos estudantes.

Com sua atuação, o ATENDEE reflete o compromisso da UnirG com uma educação de qualidade para todos, consolidando parcerias e promovendo a acessibilidade em todas as esferas da vida acadêmica, desde a **formação continuada de docentes** até o acompanhamento individualizado dos alunos.

4.12.4 Central de Atendimento ao Acadêmico (CAT)

A Central de Atendimento ao Aluno (CAT) é um órgão de apoio direcionado ao acadêmico e responsável pelo protocolo de requerimentos e processos e expedir informação daqueles já protocolados. Além disso, visando um melhor atendimento ao acadêmico, a Central de Atendimento responde via e-mail às mensagens referindo-se a boletos, liberação de acessos à plataforma SEI, lançamento de notas, fechamento de carga horária, realização de matrícula, realização de inclusão e exclusão de disciplinas, solicitação de informações quanto ao andamento de processos protocolados, informações quanto a solicitações que devem ser protocoladas na Central de Atendimento e quanto à documentação pendente.

A Central de Atendimento realiza as negociações, conforme critérios e

requisitos estabelecidos pelo Conselho Curador, com parcelamento por meio de boleto bancário com a confecção de contrato, com as regras em relação ao fiador, ao valor da entrada e à quantia das parcelas. A Central auxilia também na entrega de objetos encontrados nos Campus.

4.12.5 Representação Estudantil

A organização estudantil na Universidade de Gurupi – UnirG está estruturada em três níveis de representação: Representação de Turma, Centro Acadêmico (CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE). Esses órgãos desempenham um papel fundamental na promoção do diálogo entre os estudantes, os professores e a administração acadêmica, garantindo que as vozes dos discentes sejam ouvidas nas decisões institucionais.

Cada turma elege, por meio de votação direta, um Representante de Turma e um Vice-representante, cujo papel é viabilizar a comunicação entre os alunos, os professores e as instâncias de gestão acadêmica. Essa representação tem a função de trazer demandas, sugestões e eventuais dificuldades da turma para a administração, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais participativo e colaborativo.

O Centro Acadêmico (CA) é a entidade representativa de cada curso, sendo sua diretoria escolhida mediante processo eleitoral. O CA desempenha um papel importante na articulação das questões específicas de cada curso, promovendo eventos, debates e atividades que fortalecem a participação acadêmica. Além disso, o CA tem assento nos Conselhos de Curso, onde o presidente do Centro Acadêmico e outros representantes indicados pela entidade estudantil participam das decisões relacionadas ao curso.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade máxima de representação estudantil da UnirG, representando todos os alunos da instituição. Também eleito por processo eleitoral, o DCE atua em defesa dos interesses gerais dos estudantes, promovendo a integração entre os diferentes cursos e mediando as relações entre o corpo discente e a gestão universitária.

O DCE também tem representação no Conselho Acadêmico Superior, com três representantes eleitos pelos estudantes, além de um representante no Conselho de Curso e em outras instâncias deliberativas e consultivas da

universidade.

A participação ativa do corpo discente nos conselhos deliberativos e consultivos da UnirG é fundamental para assegurar que os estudantes tenham voz nas decisões que afetam a vida acadêmica. No Conselho Acadêmico Superior, três representantes eleitos pelos seus pares têm a responsabilidade de contribuir para as decisões estratégicas da instituição. Já no Conselho de Curso, o presidente do Centro Acadêmico, juntamente com outros quatro representantes indicados pela entidade estudantil, têm a função de participar das discussões sobre o curso, além de um representante do DCE.

Essa estrutura de representação estudantil reflete o compromisso da UnirG com a participação democrática e o diálogo institucional, permitindo que os estudantes tenham um papel ativo na construção e aprimoramento do ambiente acadêmico. A presença dos discentes nos conselhos e sua organização em entidades representativas garantem que as decisões da instituição considerem as necessidades, expectativas e direitos dos alunos, fortalecendo a gestão participativa e o espírito de cooperação na universidade.

4.12.6 Monitorias

A monitoria voluntária é uma atividade que tem por objetivo prestar suporte ao corpo discente, visando à melhoria do rendimento acadêmico e criar condições de aprofundamento teórico e desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente. A monitoria deverá ser realizada, voluntariamente, por graduandos que já cursaram pelo menos um período letivo da disciplina em que estes se candidatarem.

O curso utiliza do Regulamento do Programa Institucional de Monitoria da Universidade de Gurupi UnirG e a seleção de monitores é realizada por meio de edital, conforme Resolução CONSUP nº 16/2017. Os docentes, que possuem interesse em ter monitores em suas disciplinas, devem solicitar à Coordenação a vaga para monitoria, a qual publica o edital, informando as vagas, os critérios de seleção, a forma de seleção (prova escrita, prova prática, quando for o caso, e entrevista), conteúdos cobrados na seleção e bibliografia a ser consultada pelos candidatos. O monitor voluntário não receberá qualquer incentivo financeiro pelo

exercício da monitoria, porém receberá uma certificação da Universidade de Gurupi pelas suas horas cumpridas durante a monitoria.

4.12.7 Ligas Acadêmicas

As Ligas acadêmicas são regularmente matriculados nessa mesma Instituição de Ensino Superior, e sob orientação de um professor orientador, para capacitação acadêmico-científica que possibilite em momento conseguinte promover e organizar trabalhos de cunhos científico e social. Atualmente no curso de direito existem as seguintes ligas acadêmicas:

Liga Acadêmica de Ciências Criminais - LACCRIM
Orientadora: Professor José Augusto Bezerra Lopes

Liga Acadêmica de Direitos Civil - LADC
Orientador: Professor Paulo Izidio da Silva Resende

Liga Acadêmica de Processo Civil - LAPROC
Orientador: Professor Gilson Ribeiro Carvalho Filho

Liga Acadêmica de Direito Administrativo - LIGADM
Orientador: Professor José Carlos Ribeiro da Silva

4.13 CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG, os graduandos podem solicitar o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Geral Acadêmico, especificamente na Seção VI, que trata das Transferências e do Aproveitamento de Estudos. Essa política permite que os alunos tragam experiências acadêmicas e profissionais anteriores para o curso, promovendo uma trajetória mais dinâmica e adaptada às suas necessidades.

Transferências e Aproveitamento de Estudos

Conforme o Art. 113 do regimento, a matrícula será concedida a acadêmicos transferidos de instituições nacionais ou estrangeiras, para prosseguimento de estudos no mesmo curso ou em curso afim, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- **Existência de vaga** no curso e turno pretendidos, com exceção dos casos amparados por transferências Ex-Officio;
- **Comprovação de autorização** do curso de origem do candidato;
- **Cumprimento dos prazos** estabelecidos no Calendário Acadêmico da UnirG e nas normas específicas.

O Art. 114 estabelece que alunos transferidos e portadores de diploma estarão sujeitos às adaptações curriculares necessárias, de modo a garantir que a transição ocorra em conformidade com o currículo da instituição.

O Art. 115 assegura que, a qualquer tempo, mediante requerimento, a UnirG concederá transferência a acadêmicos matriculados, respeitando as normas nacionais e o cumprimento das obrigações acadêmicas com a instituição.

Aproveitamento de Competências Profissionais

Além das transferências, o aluno tem a possibilidade de solicitar o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas para prosseguimento dos estudos. As competências adquiridas em cursos regulares serão reconhecidas após uma análise detalhada dos programas desenvolvidos, levando em consideração o perfil profissional de conclusão do curso.

As competências adquiridas no ambiente de trabalho podem ser reconhecidas por meio de uma avaliação individual, realizada pelo Conselho de Curso, que examinará as experiências e conhecimentos do aluno em relação ao currículo acadêmico.

Prioridade e Flexibilidade

O processo de aproveitamento de estudos prioriza candidatos que solicitam

vagas por transferência em relação aos já portadores de diploma de graduação superior, como forma de garantir a continuidade dos estudos e a progressão acadêmica.

Após o ingresso na UnirG, os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências são aplicados de forma flexível. O professor, utilizando sua experiência docente, realiza uma avaliação diagnóstica para identificar o conhecimento prévio do aluno, considerando sua trajetória acadêmica e profissional. A partir dessa avaliação, o docente pode reestruturar sua proposta de ensino, ajustando-a à realidade do aluno e às exigências da disciplina.

Esse modelo garante que o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores ocorra de maneira personalizada, respeitando as especificidades de cada aluno, ao mesmo tempo em que mantém a qualidade acadêmica e o cumprimento das diretrizes curriculares do curso de Direito da UnirG.

4.14 ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS À ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA E ATITUDINAL

No curso de Direito da UnirG existirá sempre a preocupação com estudantes que possuem necessidades educacionais especiais, principalmente porque a inadequação metodológica se transforma em um dos principais fatores que podem desfavorecer e até mesmo inviabilizar a participação e aprendizagem desse grupo de pessoas. Desta forma, a acessibilidade se concretiza com a diversificação metodológica em razão da necessidade de atendimento especial de algum estudante em função de sua situação de deficiência.

Para conseguir alcançar o êxito na promoção da aprendizagem e na maior participação de estudantes que possuem necessidades educacionais especiais no processo educativo, a UnirG, por meio do curso de Direito, não poupará esforços para implantar recursos e estratégias metodológicas que auxiliarão nesse desenvolvimento pedagógico.

Quanto ao aspecto atitudinal, a busca metodológica estará concentrada na materialização de ações e projetos relacionados à importância da acessibilidade em toda a sua amplitude, constituindo-se num espaço de qualidade da educação para todos e transformando-se num elemento estruturante da inclusão educacional.

Outro ponto importante a ser trabalhado, em prol da acessibilidade atitudinal, é a preparação da comunidade universitária para a sensibilização e o reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível a todos.

Ao dar a visibilidade às ações de inclusão e sistematizar informações acerca do tema como elementos facilitadores para articulação e acompanhamento de graduandos, docentes, técnicos administrativos e terceirizados com necessidade de atendimento diferenciado no interior da UnirG, tais ações garantem a existência de acessibilidade atitudinal.

Com relação ao aspecto pedagógico, a remoção de barreiras metodológicas e técnicas de estudo estará relacionada diretamente com à concepção subjacente à atuação docente, ou seja, a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional. Sendo assim, no curso de Direito da UnirG, o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes que possuem necessidades educacionais especiais será garantido por meio da atuação docente na promoção de processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar o processo de ensino de alunos com deficiência, tais como: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos de tecnologia de informação e comunicação.

4.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO: GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito na Universidade de Gurupi – UnirG é um processo contínuo e participativo, com o objetivo de garantir a qualidade acadêmica e promover melhorias no ensino, alinhando o curso às demandas do mercado e às exigências institucionais e legais. Esse processo é realizado através de mecanismos de avaliação interna e avaliação externa, assegurando que o curso mantenha elevados padrões de excelência e relevância.

Avaliação Interna

A avaliação interna ocorre por meio de reuniões pedagógicas semestrais, nas quais participam ativamente tanto os docentes quanto os graduandos. Essa participação da comunidade acadêmica é fundamental, pois permite que alunos e professores contribuam com propostas de melhorias e ajustes no PPC. Durante essas reuniões, são discutidos diversos aspectos do curso, como:

- Efetividade do conteúdo programático;
- Metodologias de ensino aplicadas;
- Desempenho acadêmico dos alunos;
- Satisfação com a infraestrutura e os recursos disponíveis.

Essas discussões resultam em propostas formais que são encaminhadas ao Conselho de Curso para análise e aprovação. As alterações aprovadas são implementadas no semestre subsequente, assegurando que o curso esteja em constante evolução, sempre ajustado às necessidades dos alunos e às exigências do mercado de trabalho. Esse processo de retroalimentação permite que o curso de Direito se mantenha dinâmico e atualizado, refletindo as mudanças no cenário jurídico e educacional.

Avaliação Externa

A avaliação externa do curso de Direito é conduzida por órgãos de fiscalização e regulação educacional, em conformidade com as diretrizes do Conselho Estadual de Educação. Esse processo de avaliação externa tem como finalidade verificar o cumprimento das normas acadêmicas e a qualidade do curso. As avaliações externas envolvem:

- Análise da estrutura curricular e da adequação ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Verificação da infraestrutura física e dos recursos didáticos e tecnológicos disponíveis;
- Avaliação do corpo docente, em termos de qualificação e capacitação continuada;
- Conformidade com os parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os relatórios resultantes da avaliação externa fornecem um panorama da

situação do curso e indicam áreas que precisam de aprimoramento ou manutenção. As recomendações feitas por esses órgãos são analisadas pelo Conselho de Curso e pela Coordenação do Curso, que elaboram planos de ação para implementar as melhorias necessárias.

Integração entre Avaliação Interna e Externa

A gestão do curso de Direito da UnirG valoriza a integração entre os processos de avaliação interna e externa. A contribuição da comunidade acadêmica nas reuniões pedagógicas, associada ao rigor da avaliação externa, resulta em um processo de gestão transparente e participativo. Isso assegura que o curso esteja sempre em conformidade com as regulamentações e ao mesmo tempo alinhado às expectativas dos estudantes e às exigências do mercado jurídico.

Esse ciclo de avaliação contínua permite uma gestão proativa do curso, garantindo melhoria constante da qualidade do ensino, inovação pedagógica e a formação de profissionais preparados para enfrentar os desafios do mundo jurídico.

4.16 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é realizada pelos pares e avaliação externa. A avaliação externa é realizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/TO) nos momentos de abertura de novos cursos de graduação, reconhecimento de curso de graduação, renovação de reconhecimento e recredenciamento da Universidade de Gurupi- UnirG, ou em situações que necessitem acompanhamento desse Conselho.

Outra forma de avaliação externa à qual a IES é submetida diz respeito às avaliações em larga escala como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e exames profissionais que em certa medida avaliam a eficiência institucional.

As avaliações institucionais realizadas pelas comissões indicadas pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE/TO) utilizam instrumentos que são pautadas nas dimensões e indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior (SINAES) que é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, e mais: a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

A autoavaliação é realizada por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES. A Comissão é composta por representantes dos diferentes segmentos que compõem a IES: Professores, graduandos, Funcionários e Sociedade. A autoavaliação é precedida por uma etapa de sensibilização, por meio de palestras e *banners*. Essa avaliação é estruturada em cinco elementos: análise situacional, identificação de problemas e conquistas, identificação de soluções, plano de ação, acompanhamento das ações e divulgação dos resultados, distribuídos em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação. Os resultados dessa autoavaliação apontam diversas metas para o novo PDI da IES. A CPA desenvolve anualmente uma autoavaliação, de maneira a consolidar a cultura de avaliação na IES.

O Curso de Direito estará integrado ao processo de avaliação institucional da Unirg Cabe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) organizar e implementar o processo de avaliação institucional. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnirG está organizada para cumprimento do que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e possui regulamento específico para orientar, sistematizar, operacionalizar, realizar diagnósticos, apresentar resultados e atuar de forma propositiva junto aos cursos no que se refere às ações necessárias para a melhoria destes.

Para organizar, implementar, desenvolver e acompanhar o processo de autoavaliação, a CPA da UnirG conta com a Coordenação de Avaliação Institucional, vinculada à Reitoria, com a finalidade de coordenar todos os trabalhos envolvidos neste processo.

O processo de autoavaliação conta com a participação de toda a comunidade acadêmica. Serão aplicados diversos instrumentos, particularmente, os destinados à avaliação do desempenho individual (questionários abertos, fechados e entrevistas), com a participação dos professores, dos alunos, do pessoal técnico- administrativo e da sociedade civil organizada. A avaliação do desempenho individual não pode ser divulgada, exceto para os próprios

interessados e, reservadamente, para os dirigentes institucionais.

A CPA encaminhará à direção superior da UnirG os resultados das avaliações periódicas, nelas incluindo as avaliações das condições de ensino, realizadas pelo MEC, bem como os resultados do ENADE, para posterior indicação de ações corretivas de pontos fracos e de fortalecimento dos aspectos positivos do ensino, da pesquisa, da extensão, dos recursos humanos e das instalações, por parte dos órgãos/núcleos da instituição. A CPA também emitirá relatório anual, para a Reitoria, sobre o monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional.

No exercício de suas atividades, a CPA manterá articulação permanente com todos os setores acadêmico-administrativos da UnirG, interagindo permanentemente com todos os atores do processo institucional e de aprendizagem. Também mantém/manterá articulação com os órgãos do MEC responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

4.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Tanto no âmbito educativo como no organizacional, as TICs estão assumindo um papel cada vez mais dominante e imprescindível, sendo expressa uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização.

Ao analisar os diversos componentes das IES, se houver um conhecimento integrador das realidades e necessidades e a esta visão aplicarmos os recursos tecnológicos adequados, poderemos avançar de forma qualitativa na produtividade e eficiência do uso educativo das TICs, o que levará a refletir nos resultados educativos da instituição cujo beneficiário principal é o discente. Mudar é preciso, sendo imprescindível estarmos preparados para lidar com a velocidade em que ocorrem as transformações na sociedade.

O uso dessas tecnologias nos permite promover o desenvolvimento curricular, a integração inter e transdisciplinar, a elaboração de objetos de estudo e a sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Promovemos a reflexão sobre metodologias de aplicação das TICs no

processo de ensino e aprendizagem, incentivando a produção e o uso, pelos docentes, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização *online*, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As Ferramentas De Comunicação Interação não presenciais proporcionadas pelas TICs podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem de que são exemplo, o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autônoma por parte do discente e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de docentes de forma a dar resposta a estes paradigmas incluindo as TICs como ferramentas geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho. Esta ação já é desenvolvida com os docentes da UnirG, com a finalidade de dar resposta às necessidades de formação de habilidades e competências aos docentes quanto ao uso das TICs nas suas atividades de ensino e aprendizagem. O que se espera é produzir mudanças de práticas, procedimentos pedagógicos, assim como o uso de objetos de aprendizagem já disponíveis na internet visando a:

- Aplicar metodologias ativas e participativas, como recurso às TICs, no processo de ensino e aprendizagem;
- Incentivar uma prática avaliativa geradora de melhoria da qualidade dos processos educativos;
- Utilizar de forma crítica das TICs como ferramentas transversais ao currículo;
- Compartilhar de experiências e saberes no meio da comunidade educativa;
- Prolongamento dos momentos de aprendizagem no tempo e no espaço, fomentando a disponibilização *online* no SEI;
- Desenvolvimento de atividades que potencializam a utilização das TICs em contextos interdisciplinares e transdisciplinares.

Assim, através da incorporação das TICs no PPC deste curso, o aluno é estimulado a vivenciar um processo cultural no qual a sua relação com o

conhecimento e com o mundo passa pela incorporação de tecnologias da informação, desencadeando novas formas de aprender com despertar da curiosidade e aumento da criatividade. É uma ferramenta importante como auxílio no aprendizado e aumenta a produtividade em relação ao tempo necessário ao estudo propriamente dito, além de estimular a necessidade de treinamento contínuo, para o acompanhamento tecnológico.

Nesta perspectiva, o acadêmico é visto, no Curso de Direito, como pesquisador e produtor de conhecimentos utilizando as TICs para estudos, através do acesso a periódicos, livros, artigos científicos, conteúdos e recursos educativos, nas resoluções dos problemas. Além de, também, dividir com outros profissionais suas produções (trabalhos, artigos, atividades educativas, vídeos, entre outros), experiências e conhecimentos.

4.18 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do processo ensino seguirá as normas do Regimento Geral Acadêmico (p. 47-50) e calendário anual acadêmico, diferindo um pouco quando no sistema modular.

O desempenho escolar incide sobre a frequência e o aproveitamento. É avaliado pelo acompanhamento contínuo do acadêmico, mediante os resultados por ele obtidos, competindo ao docente responsável pela disciplina atribuir a nota do desempenho escolar. A nota final de aproveitamento de cada Módulo é elaborada, conforme definido no plano de ensino pelo conjunto de avaliações pontuais de cada conteúdo.

Para aprovação em uma disciplina, é necessária frequência mínima às aulas de 75% e média final igual ou superior a 7,0 (sete inteiros). Não obtendo média de 7,0 pontos, o acadêmico que obtiver média entre 4,0 (quatro inteiros) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos) terá direito à Prova Final, devendo alcançar média final, no mínimo, igual a 6,0 (seis inteiros), calculada entre a média e a nota da Prova Final. Ao aluno que deixar de comparecer a uma das avaliações será concedida oportunidade de submeter-se a uma única avaliação substitutiva intervalar (2ª chamada) que será aplicada antes da prova final, mediante

requerimento apresentado ao docente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecederam a data designada para a referida avaliação substitutiva, conforme Calendário Acadêmico.

As verificações da aprendizagem, representadas pela primeira nota (N1) e segunda nota (N2), são previstas no Calendário Acadêmico, sendo que as representações de (N1) e de (N2) deverão ser constituídas pelo resultado dos instrumentos que o docente da disciplina irá usar para compor cada uma das referidas avaliações. A cada verificação de aproveitamento (N1 e N2) será atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento.

O professor, no curso de Direito adotará o critério de avaliação com instrumentos definidos no plano de disciplina; aos instrumentos poderá ser atribuído peso, desde que registre a nota final ou intervalar, conforme o Regimento Geral: nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento. A verificação de aproveitamento desses instrumentos se dará pela somatória dos mesmos, compondo a N1 ou N2.

A proposta deste Currículo é trazer a prática e o desenvolvimento da identidade profissional para o centro das atividades de aprendizado, preocupando-se com a adequação de processos que conduzam aos resultados previamente estabelecidos, prevendo a integração e alinhamento de metodologias de ensino-aprendizagem, práticas educacionais, contextos de aprendizagem e métodos de avaliação, em uma nova perspectiva de orientação acadêmica e de formação profissional que extrapolem a concepção engessada de currículo e venha atender a acessibilidade metodológica dos diferentes perfis atendidos.

As estratégias metodológicas adotadas pelo curso pautam-se numa abordagem interdisciplinar e sistêmica, estabelecendo os caminhos que indicam as propostas e alternativas adequadas para a concretização da formação pretendida, visto que o êxito das mesmas busca a construção progressiva das competências

profissionais a partir da interdependência existente entre o que se aprende e como se aprende.

Compreendida como um conjunto de processos utilizados para alcançar um determinado fim, as opções metodológicas no curso de Direito se respaldam em concepções e princípios pedagógicos com vistas à aprendizagem significativa do acadêmico.

Os docentes promoverão atividades que propiciem a construção de novos conhecimentos, por meio de práticas pedagógicas inovadoras, essas atividades são realizadas através de aulas práticas, seminários, simulações, estudos de casos e extensão além de aplicação de metodologias ativas e do desenvolvimento de atividades práticas supervisionadas.

Destaca-se a preocupação com a acessibilidade metodológica por meio da utilização de práticas diferenciadas, comunicação interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados que atendam aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

Em relação às avaliações dos estudantes, baseiam-se em competências, tendo como referência as DCNs para o Curso de Graduação em Direito. A avaliação engloba as dimensões somativa e formativa, de modo a permitir o diagnóstico do desenvolvimento do estudante nos diferentes momentos do processo andragógico, no que diz respeito a conhecimentos adquiridos, habilidades e atitudes. Isto possibilita ao estudante refazer trajetos e recuperar conteúdos não dominados no percurso.

A aprovação do discente nos componentes curriculares dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do semestre, na forma prevista no plano de ensino, sendo o resultado global expresso em nota. Assim, o discente que alcançar a nota final mínima de 6,0 (seis) nas atividades de ensino, conforme o Regimento Geral Acadêmico, além de frequência mínima de 75% da carga horária do componente curricular será considerado aprovado. Considera-se que essa avaliação é processual, na medida em que permite uma visão do processo de construção do discente em diferentes momentos do processo ensino-aprendizagem.

Feedback: constitui uma valiosa ferramenta para o processo ensino-aprendizagem e consiste em relatar o desempenho dos graduandos em suas atividades, com base na avaliação do próprio docente e dos pares, reforçando comportamentos positivos, apontando dificuldades e potencialidades vislumbradas no processo. O *feedback* incentiva a reflexão crítica e o aprendizado autoconduzido, auxiliando o estudante a melhorar seu desempenho. Para atender este propósito, o *feedback* deve ser:

- Assertivo e específico: a comunicação deve ser objetiva, clara e direta. Deve-se abordar determinado comportamento e seu impacto

positivo ou negativo e sugestões de comportamentos alternativos.

• Descritivo: indica-se com clareza os desempenhos adequados e aqueles que o estudante pode melhorar.

• Respeitoso: o respeito mútuo às opiniões e ao consenso compartilhado sobre comportamentos que devem ser modificados tornam o *feedback* efetivo;

• Oportuno: o *feedback* tem melhor resultado quando é feito logo após a situação ou comportamento que o motivou, e em ambiente reservado;

• Específico: é fundamental que o docente indique claramente os comportamentos nos quais o estudante está tendo bom desempenho e aqueles nos quais ele pode melhorar. Exemplos e revisão dos fatos ocorridos contribuem para que o estudante reflita honestamente sobre seu desempenho.

Dentre os métodos mais utilizados, citamos também:

Portifólio: O portfólio tem sido progressivamente introduzido como um novo instrumento para avaliação no ensino médico, bem como na reavaliação profissional. Sua adoção como método de avaliação é condizente com os princípios de aprendizado dos adultos (reflexão em ação, andragogia ou aprendizado autodirigido, baseado em experiência). É um conjunto detalhado e organizado de trabalhos produzidos pelo acadêmico ao longo do semestre letivo. Agrupa as atividades consideradas mais relevantes para o acadêmico, que demonstrem a trajetória da aprendizagem. Possibilita uma maior interação acadêmico/professor, possibilitando que sugestões, dúvidas, aprofundamentos de assuntos, façam parte do processo ensino/aprendizagem. Sua estrutura segue uma introdução (apresentação do conteúdo), uma breve descrição de cada trabalho, as datas em que eles foram feitos, uma seção de revisão com reflexões do estudante à luz da literatura científica, autoavaliação e uma parte reservada aos comentários.

✓ *Avaliações*: As avaliações somativas ocorrerão ao longo ou ao final de cada

semestre letivo, conforme o plano de disciplina de cada módulo e terão por finalidade verificar o grau de domínio dos objetivos, atitudes, competências e habilidades atingidas e desenvolvidas pelos estudantes.

A avaliação, do ponto de vista pedagógico, só faz sentido quando se insere num projeto educativo e fornece informações que possibilitem orientar a ação dos

atores envolvidos, promove a autoria no processo de construção do conhecimento, reconhece e ressignifica os processos, identifica avanços e indica novos rumos para a ação pedagógica.

Nesse sentido, a avaliação pedagógica proposta na UnirG institui a necessidade de se realizar práticas avaliativas condizentes com o perfil do graduando desejado, o que reflete a importância de enfrentar o desafio. Assim, para romper com o processo de seleção excludente e controlador, o desafio estará em identificar os critérios a serem adotados, seus fins e a relação desses com o perfil do graduando. Portanto, a avaliação será também um processo que repensar as aproximações e os distanciamentos na concretização do perfil do graduando.

Outro desafio da UnirG será ampliar a reflexão dos processos de avaliação, tendo como ponto fundamental a construção de processos participativos que permitam o desenvolvimento da autonomia, do clima de presença engajada e do envolvimento conjunto, dialogando com as identidades culturais do contexto do discente para a tecitura de um novo fazer pedagógico.

É importante ressaltar que as normas da avaliação do desempenho discente estão estabelecidas no regimento da UnirG, as quais devem ser seguidas pelo curso ofertado. Os dispositivos regimentais sobre a avaliação da aprendizagem estão a seguir transcritos:

O professor utiliza a avaliação durante todo o processo de ensino-aprendizagem, observando como aluno está aprendendo conhecimento, que dificuldades enfrenta, que reformulações em seu método de ensino devem ser feitas. Ou seja, a avaliação é um instrumento de regulação da aprendizagem, baseado nas metodologias ativas adotadas, com os seguintes aspectos:

- Contínua e contextual – No sentido de ser permanente no processo ensino- aprendizagem, acompanhando o desenvolvimento do aluno através dos avanços, dificuldades e possibilidades detectadas, levando em consideração sua experiência de vida pessoal;
- Investigativa e diagnóstica – Com a finalidade de levantar e mapear dados para a compreensão do processo de aprendizagem do aluno e oferecer subsídios para os profissionais da universidade sobre a prática pedagógica que realizam;
- Sistemática e objetiva - Como orientadora do processo educacional, com critérios definidos e explicitados, de acordo com os objetivos do

Projeto Pedagógico do Curso.

Desenvolver um processo avaliativo na perspectiva aqui postulada – avaliação integradora – é necessário levar em conta alguns pressupostos, considerando o nível de ensino, as características dos alunos, da disciplina, do curso e as especificidades da formação profissional:

- Discussão com os alunos do plano da disciplina, dos elementos que o compõem e especialmente sistema de avaliação, criando possibilidade de ele ser assumido por todos os envolvidos no processo e não apenas definido unilateralmente pelo professor.
- Utilização do diálogo (professor/alunos, alunos-professor, alunos-alunos) como um processo de debate coerente, fundamentado, sistemático, não só com o meio para adquirir ou construir conhecimentos, como também como possibilidade de transformação das relações que se estabelecem numa sala de aula universitária, onde uma relação de poder dá lugar a uma relação de respeito mútuo e compartilhamento. Nessa relação, longe de perder a sua autonomia e descaracterizar o seu papel, o professor o reafirma, através de uma postura compromissada e competente diante da formação de seus alunos e do trabalho com os conteúdos previstos.
- Relação dos conhecimentos com os aspectos contextuais externos (sociais, culturais, políticos, econômicos) e internos, estabelecendo conexões entre os elementos e temas trabalhados, evitando a fragmentação do conhecimento e possibilitando a articulação com as peculiaridades do perfil do profissional que se quer formar.
- Utilização de uma gama variada de instrumentos e procedimentos para avaliar a aprendizagem dos alunos, compatíveis com as características e os processos de aprendizagem do acadêmico.

Pelo exposto, fica claro então que mudanças significativas em relação à avaliação da aprendizagem do aluno da IES dificilmente acontecerão por meio de ações individuais isoladas, desvinculadas de um projeto pedagógico curricular compartilhado e participativo, que favoreça a reflexão conjunta e que não desconsidere o papel que o contexto social exerce sobre a função que a universidade tem na formação profissional e os riscos de, por meio da avaliação,

legitimar processos de exclusão e discriminação na sala de aula universitária. Dessa forma, possibilitar, por meio de reflexões conjuntas, a análise do que é aparente e do que está subjacente às práticas avaliativas no ensino da UnirG é um caminho promissor para descortinar a sua complexidade e as possibilidades que ela coloca, quando integrada aos objetivos de ensino e da formação profissional, para atuar a serviço da aprendizagem do acadêmico.

4.19 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DE PROVAS, REGULAMENTOS DE MIGRAÇÃO DE CURSO E MATRIZ CURRICULAR

Na UnirG, os casos de pedido de revisão de prova serão recebidos e avaliados mediante aos critérios relacionados a seguir.

Admite-se o pedido de revisão de prova intervalar ou de Prova Final, fundamentado, quando requerido à coordenação do respectivo curso, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação oficial dos resultados pelo professor e conforme Calendário Escolar nos seguintes termos:

Admitido o pedido de revisão de prova, o coordenador do curso, imediatamente, notificará o professor da disciplina, para manifestação fundamentada no prazo de 03 (três) dias úteis, para juízo de retratação e, admitida pelo professor a procedência do pedido, mesmo que em parte, será o requerente notificado.

Ao requerente caso ainda discorde da nota caberá, no prazo de 3 (três) dias, recurso fundamentado à Comissão de Revisão, nomeada pelo Coordenador do Curso, constituída por 3 (três) professores do Curso, excluída a participação do docente que atribuiu a nota questionada, a qual se manifestará no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cuja decisão será irrecorrível e comunicada formalmente à Secretaria Geral Acadêmica pelo coordenador do curso.

Será garantido ao aluno recorrente a manutenção da nota anteriormente atribuída e quando esgotadas e sanadas as questões técnicas, se houver divergências com relação à conduta ética de professor ou acadêmico, este ou aquele poderá recorrer à Câmara de Ética e Disciplina do Conselho de Curso, estipulado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), após a notificação das partes interessadas para o recurso previsto.

Tanto o aluno quanto o docente deverão ser notificados, formalmente, das

decisões dos recursos.

Ao Final do processo de revisão, caso ocorra alteração, a nova nota deverá ser inserida no sistema da IES em 24 horas.

4.20 NÚMERO DE VAGAS

O curso tem duração de cinco anos ou dez períodos e é ministrado no período matutino e no período noturno. São oferecidas no total 120 vagas por semestre, sendo 60 vagas para o período matutino e 60 vagas no período noturno.

5 CORPO DOCENTE

O corpo docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional, e na Universidade de Gurupi – UnirG, o curso de Direito não é exceção. Os professores que integram o quadro docente do curso de Direito da UnirG foram cuidadosamente selecionados com base em sua qualificação acadêmica, experiência profissional e em conformidade com as necessidades regionais e pedagógicas do curso. A dedicação dos professores é um dos pilares que garantem a interação contínua e produtiva entre docentes e discentes, promovendo um ambiente de aprendizado dinâmico e colaborativo.

Os professores que atuarão no curso são suficientes em número para atender a todos os componentes da estrutura curricular, assegurando a plena cobertura das disciplinas e proporcionando um ensino de qualidade. Eles possuem qualificações adequadas às suas respectivas áreas de atuação, o que é fundamental para a excelência acadêmica. Sua formação abrange desde títulos acadêmicos de pós-graduação (mestrado e doutorado) até uma vasta experiência prática e profissional no campo jurídico, o que permite a integração de teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Além da qualificação acadêmica, o corpo docente da UnirG demonstra um forte entusiasmo pelo desenvolvimento de estratégias educacionais inovadoras e eficazes, o que é essencial para atender às demandas pedagógicas contemporâneas. A competência global dos professores pode ser observada em fatores como:

- Qualificação acadêmica, com formação em áreas compatíveis com as disciplinas ministradas no curso;
- Experiência profissional relevante no campo jurídico, proporcionando uma visão prática do Direito para os alunos;
- Habilidade de comunicação e didática, promovendo um ambiente de aprendizado acessível e interativo;
- Participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, mantendo-se atualizados com as inovações e tendências do ensino jurídico e do mercado de trabalho;
- Engajamento em atividades de pesquisa e extensão, contribuindo

para o avanço do conhecimento acadêmico e para o desenvolvimento da comunidade local e regional.

Os docentes do curso de Direito da UnirG também desempenham um papel crucial no desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras, adotando metodologias ativas de ensino que visam engajar os alunos de maneira mais eficaz e promover uma formação sólida e crítica. Essas estratégias incluem discussões de casos práticos, simulações jurídicas, atividades de extensão e participação em projetos de pesquisa, alinhadas ao perfil dos graduandos e às demandas do mercado de trabalho.

A combinação de qualificação, experiência prática e compromisso pedagógico dos docentes garante a qualidade do ensino oferecido no curso de Direito da UnirG, promovendo a formação de profissionais éticos, competentes e preparados para enfrentar os desafios do mercado jurídico regional e nacional.

5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E SUA COMPOSIÇÃO

Em conformidade como o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação, com regime de tempo diferenciado, para responder pela criação, implantação e consolidação do PPC, a UnirG por Resolução 002, de 24 de outubro de 2011 "*Ad referendum",* instituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação - bacharelado e licenciatura.

Desta forma, o NDE deste curso, será constituído pelos seguintes membros:

I. Coordenador do Curso;

II. professores que ministram aulas no Curso de Direito (um será o presidente);

Com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, ressalta-se a responsabilidade atribuída aos docentes

participantes, em atuarem como agentes transformadores, ao analisar conteúdos curriculares, estimular raciocínio crítico com base em referências bibliográficas atualizadas e pesquisas inovadoras, conectadas aos objetivos das disciplinas e ao perfil do graduando, despertar a produção do conhecimento, por meio de publicações científicas. Constitui de um núcleo atuante no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do PPC.

O NDE do curso de Direito possuirá atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico. Além destas, destacam-se também:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do graduando do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar, anualmente, o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, as exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenadoria do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

A alteração e permanência dos membros do NDE serão verificadas anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso e na legislação vigente.

O Coordenador do Curso terá o papel de proporcionar adequada articulação do NDE com o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a esta Coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

Os membros serão incentivados e estimulados pela UnirG, por meio de

ações de capacitação didático-pedagógica a permanecerem no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e os dirigentes da instituição. A alteração e permanência dos membros do NDE será verificada anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito, é composto por sete docentes, conforme estabelece a Resolução do CONAES nº 1/2010. Além disso, os membros atendem aos requisitos de titulação e regime de trabalho, exigidos pela referida legislação.

Eis a relação dos membros do NDE e suas respectivas titulações e regimes de trabalho:

Nome	Titulação	Regime De Trabalho	Vínculo Empregatício
Gilson Ribeiro Carvalho Filho	Mestrado Direito – Processo, Justiça E Direitos Humanos	40 Horas	Professor Efetivo
Celma Mendonça Milhomem Jardim	Mestrado: Direito Administrativo	40 Horas	Professor Efetivo
Antônio Sávio Barbalho Nascimento	Mestrado: Gestão de Políticas Públicas	40 Horas	Professor Efetivo
Maydê Borges Beani Cardoso	Especialização: Direito Tributário	40 Horas - Dedicação Exclusiva	Professor Efetivo
Kárita Carneiro Pereira	Mestrado: Gestão de Políticas Públicas	40 Horas	Professor Efetivo
André Henrique De Oliveira Leite	Mestrado em Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional	20 Horas	Professor Efetivo
Verônica Silva Do Prado Disconzi	Mestrado: Gestão De Políticas Públicas	60 Horas	Professra Efetiva

Com base no quadro acima, a titulação dos membros que compõem o NDE do curso de Direito possui 94% de docentes com titulação em stricto sensu, e 6% com titulação *lato sensu*. Quanto ao regime de trabalho, 94% estão vinculados sob o regime integral e 6% sob o regime parcial.

5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O coordenador do curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG desempenha um papel fundamental no acompanhamento e garantia da qualidade acadêmica do curso. Com uma postura de escuta sensível e atuante, o coordenador mantém um contato direto e constante com o corpo discente e docente, assegurando um diálogo aberto e produtivo. Esse acompanhamento é essencial para monitorar o desempenho acadêmico e a experiência de aprendizado

dos alunos, bem como para promover a melhoria contínua dos processos pedagógicos.

Para realizar esse monitoramento, o coordenador utiliza pesquisas periódicas com os alunos e professores, avaliando tanto o conhecimento dos conteúdos específicos das disciplinas quanto a capacidade didático-pedagógica dos docentes, além da postura ética e investigativa. Essas pesquisas são ferramentas fundamentais para identificar áreas que necessitam de ajustes e para propor soluções que atendam às necessidades acadêmicas e pedagógicas do curso.

Além das atividades de gestão cotidiana, o coordenador do curso de Direito, conforme estabelecido pelo Regimento da UnirG, participa ativamente das principais instâncias acadêmicas e administrativas. O coordenador integra o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), contribuindo diretamente para o planejamento e avaliação curricular. Nessas funções, o coordenador ajuda a garantir que o curso esteja sempre alinhado com as diretrizes curriculares nacionais e com as demandas do mercado de trabalho.

O coordenador também representa o curso nas reuniões do Conselho Superior, desempenhando um papel estratégico na defesa dos interesses acadêmicos e institucionais do curso de Direito.

Essa atuação envolve a responsabilidade de zelar pela normalidade acadêmica e administrativa, promovendo um ambiente que favoreça o bom relacionamento entre alunos e docentes, além de garantir que o curso atenda aos mais altos padrões de qualidade educacional.

Entre as principais competências do coordenador, destacam-se:

- **Gestão acadêmica e administrativa** do curso, assegurando o cumprimento das diretrizes pedagógicas e operacionais;
- **Mediação de conflitos** e promoção de um ambiente harmonioso entre discentes e docentes;
- **Participação ativa em instâncias colegiadas**, contribuindo para o desenvolvimento contínuo do projeto pedagógico do curso;
- **Monitoramento do desempenho acadêmico** por meio de pesquisas e avaliações contínuas, garantindo que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Com essa atuação proativa e comprometida, o coordenador do curso de

Direito da UnirG assegura que o curso funcione de forma eficiente e que ofereça uma formação sólida, ética e adequada às exigências acadêmicas e profissionais dos alunos e do mercado jurídico.

5.3 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente indicado no curso de Direito será composto de profissionais com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados. Todos possuem documentos devidamente assinados e responsabilizando-se pelas disciplinas a serem ministradas.

São 35 profissionais que compõem o quadro de docentes do curso de Direito do 1º ao 10º período, sendo que desses 23 são efetivos, com a seguinte formação, titulação e disciplinas sob sua responsabilidade:

Docente: ADRIANO FERNANDES MOREIRA		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Especialização em Direito do Estado	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Direito Privado ● Doutorado em Direito Privado	**Disciplinas:** •Direito Civil I (mat. /not) •Direito Civil II (mat. /not) •Direito Civil VI (mat.)
Docente: ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Especialização em Gestão do Judiciário	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	**Disciplinas:** •Dir. Constitucional II (not) •Dir. Administrativo II (not)
Docente: ANTÔNIO JOSÉ ROVERONI		**Graduação: DIREITO**
Especialização: • Especialização em Direito Empresarial	**Mestrado/Doutorado:**	**Disciplinas:** •Dir. Tributário I (mat. /not) •Dir. Tributário II (mat.)
	● Mestrado em Ética, Biodireito e Cidadania	•Dir. Constitucional I (mat./not)
Docente: ANTÔNIO SÁVIO B. NASCIMENTO		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito	**Mestrado/Doutorado:** • Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	**Disciplinas:** ● Dir. Processual Civil III (mat) ● Dir. Processual Civil IV (not) ● Prática Forense I - Civil (not) ● Prática Forense III - Civil (not)
Docente: CELMA MENDONÇA M. JARDIM		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Direito Administrativo	**Disciplinas:** ● Direito Penal II (not) ● Direito Penal III (mat/not) ● Prática Forense IV-Penal(ves) ● Prática Forense IV-Penal(Mat)

Docente: CIBELE MARIA BELEZZIA		Graduação: DIREITO
Especialização: ● Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.	**Disciplinas:** ● Dir. Processual Penal II (not) ● Dir. Processual Penal III (not) ● Dir. Processual Penal IV (not)
Docente: FERNANDO PALMA PIMENTA FURLAN		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Supervisão e Orientação educacional ● Direito Civil e Processo Civil	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Direito	**Disciplinas:** ● Dir. Processual Civil I (mat) ● Dir. Processual Civil II (mat/not) ● Pratica. Forense I - Cível (mat) ● Pratica. Forense III -Cível (mat)
Docente: GILSON RIBEIRO CARVALHO FILHO		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito Civil e Processual	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Processo, Justiça e Direitos Humanos	**Disciplinas:** ● Sociologia Jurídica (mat/not)
Docente: JAQUELINE DE KASSIA R. DE PAIVA		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestre em Gestão de Políticas Públicas ● Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais	**Disciplinas:** ● Direito Penal II (mat) ● Direito Processo Penal II (mat) ● Direito Penal IV (mat/not)
Docente: JORGE BARROS FILHO		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Processo Civil	**Mestrado/Doutorado:**	**Disciplinas:** ● Direito Penal V (mat/not)
Docente: JOSÉ ALVES MACIEL		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito Processual Civil. ● Direito Penal e Processual Penal	**Mestrado/Doutorado:**	**Disciplinas:** ● Dir. Processual Penal I (not) ● Prática Forense IV - Penal (not)
Docente: JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito Tributário	**Mestrado/Doutorado:**	**Disciplinas:** ● Dir. Processual Penal I (mat) ● Dir. Processual Penal IV (mat)
Docente: JOSÉ CARLOS DE FREITAS		**Graduação: FILOSOFIA**
Especialização: ● Língua Portuguesa	**Mestrado/Doutorado:** ● **Mestrado** em Literatura Brasileira e Teorias da Literatura. ● **Doutorado** em andamento em Letras: Ensino de Língua e Literatura	**Disciplinas:** ● Filosofia, Lógica e Direito (mat/not) ● Filosofia do Direito (mat/not) ● Epistemologia e Teoria do Conhecimento (Engenharia) ● Filosofia e Saúde (medicina)
Docente: JOSÉ CARLOS RIBEIRO DA SILVA		**Graduação: DIREITO**

Especialização: ● Direito Público com ênfase em gestão pública. ● Especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas.	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Ciências da Educação	**Disciplinas:** ● Dir. Administrativo I (mat/not)
Docente: KÁDYAN DE PAULA G. E CASTRO		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito Público ● Docência Universitária	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em O Ensino Jurídico na Era Digital	**Disciplinas:** • **LICENÇA***
Docente: KARITA CARNEIRO PEREIRA		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Gestão Publica ● MBA em Direito Tributário	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	**Disciplinas:** ● Dir. Ambiental (mat/not)
Docente: LEONARDO NAVARRO AQUILINO		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito das Obrigações	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Direito	**Disciplinas:** ● Cedido ao Poder Executivo
Docente: MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA		**Graduação: DIREITO**
Especialização: Direito Civil e Processual Civil. Especialização em Direito Penal e Processual Penal	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Direito	**Disciplinas:** ● Direito Penal I (mat/not)
Docente: MAYDÊ BORGES BEANI CARDOSO		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito Tributário	**Mestrado/Doutorado:**	**Disciplinas:** ● Dir. Tributário II (mat) ● Prática Forense III- Civil (mat/not)
Docente: PAULO IZÍDIO DA SILVA REZENDE		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito e Processo do Trabalho	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Direito	**Disciplinas:** ● Direito Civil VI (not) ● Dir. Processual do Trabalho II (mat/not)
Docente: THIAGO DE ALMEIDA FELLER		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito Ambiental. ● Gestão em Segurança Pública.	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Gestão de Políticas Públicas.	**Disciplinas:** ● **LICENÇA***
Docente: VANUZA PIRES DA COSTA		**Graduação: DIREITO**
Especialização: ● Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	**Mestrado/Doutorado:** ● Mestrado em Direito	**Disciplinas:** ● Dir. Processual Civil IV (mat) ● Dir. Processual Civil IV (mat/not) ● Prática Forense I - Civil (mat) ● Prática Forense III – Civil (vesp)
Docente: VERÔNICA SILVA DO PRADO DISCONZI		**Graduação: DIREITO**

Especialização:	Mestrado/Doutorado:	Disciplinas:
● Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.	● Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	● Dir. Previdenciário (mat/not) ● Prática Forense I -Civil (not) ● Prática Forense III -Civil (mat)

5.4 REGIME DE TRABALHO E VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho do corpo docente do curso de Direito, distribuído em dedicação exclusiva (DE), e horista, está destacado no quadro abaixo:

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO, CARGA HORÁRIA SEMANAL E VÍNCULO EMPREGATÍCIO
Adriano Fernandes Moreira	Doutor	40h (Prof. Efetivo) - com Dedicação Exclusiva
Andre Henrique Oliveira Leite	Mestre	20h (Professor Efetivo)
Antônio José Roveroni	Mestre	40h (Prof. Efetivo) - com Dedicação Exclusiva
Antônio Sávio B. Do Nascimento	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Carolina Palma Pimenta Furlan	Mestre	(Prof. Efetivo) - Enquadrado em outro curso
Celma Mendonça Milhomem	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Cibele Maria Bellezia	Mestre	20h (Professor Efetivo)
Fernando Palma Pimenta Furlan	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Gilson Ribeiro Carvalho Filho	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Jaqueline de Kassia R.Paiva	Doutora	40h (Professora Efetivo)
Jorge Barros Filho	Especialista	20h (Professor Efetivo)
Jose Alves Maciel	Especialista	20h (Professor Efetivo)
José Augusto Bezerra Lopes	Especialista	20h (Professor Efetivo)
Jose Carlos de Freitas	Mestre	40h (Prof. Efetivo) - com Dedicação Exclusiva
Jose Carlos Ribeiro da Silva	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Jose Carlos Ribeiro da Silva	Mestre	40h (Professor Efetivo) - Enquadrado em outro curso
Kadyan de Paula G.Castro	Mestre	40h (Professor Efetivo) - Licença
Karita Barros Lustosa	Mestre	(Professor Efetivo) - Cedido
Karita Carneiro Pereira	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Leonardo Navarro Aquilino	Mestre	(Professor Efetivo) - Cedido
Marco Antonio Alves Bezerra	Mestre	20h (Professor Efetivo)
Mayde Borges Beani Cardoso	Especialista	40h (Prof. Efetivo) - com Dedicação Exclusiva
Paulo Henrique Costa Mattos	Mestre	(Professor Efetivo) - Enquadrado em outro curso
Paulo Izidio da Silva Resende	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Thiago de Almeida Feller	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Vanuza Pires da Costa	Mestre	40h (Professor Efetivo)
Veronica Silva do Prado Disconzi	Mestre	60h (Professor Efetivo)

	Docente	Lattes	Titulação	Componentes curriculares que ministra	Comissões que participa	Regime de trabalho	Vínculo empregatício
1	ADRIANO FERNANDES MOREIRA	http://lattes.cnpq.br/1654102136634660	Titular	- Direito Civil II e III	- Comissão de ética - Comissão de Reestruturação do Curso	40 horas	Efetivo
2	ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE	http://lattes.cnpq.br/9619260359949626	Mestre	- Direito Penal IV - Direito Processual III	-NDE -Orientação TCC	20 horas	Efetivo
3	ANTÔNIO JOSÉ ROVERONI	http://lattes.cnpq.br/0000909696960967	Mestre	-Direito Tributário I e II Empresa III	-Comitê Científico e Líder do GP de Pesquisa -Orientação TCC -Coordenador do Projeto Hora Cidadã -Conselho de Curso	40 horas	Efetivo
4	ANTÔNIO SÁVIO BARBALHO NASCIMENTO	http://lattes.cnpq.br/3183048257212022	Mestre	-Direito Processual Civil III e IV -Prática Forense Civil I e III	-NDE -CONSUP Comissão Revisor Cível	40 horas	Efetivo
5	CAROLINA PALMA PIMENTA FURLAN	http://lattes.cnpq.br/9704670905718465	Especialista	-Tecnologia Digitais Aplicadas - Direito e Tecnologia da Informação e Comunicação	-CAAIE -NUFOPE -CPA	20 horas	Efetivo
6	CELMA MENDONÇA MILHOMEM JARDIM	http://lattes.cnpq.br/2183427775739830	Mestre	-Direito Penal II e III -Prática Forense Penal II	-OPPTINS -Orientação TCC -Conselho de Curso -Hora Cidadã -NDE -Projeto de Extensão Meio Ambiente	40 horas	Efetivo
7	CIBELE MARIA BELEZZIA	http://lattes.cnpq.br/8274509124828426	Especialista	-Direito Processual Penal II,III e IV	-Conselho de curso e hora cidadã	20 horas	Efetivo
8	FERNANDO PALMA PIMENTA FURLAN	http://lattes.cnpq.br/4667835923925782	Mestre	-Direito Processual Civil I e II -Prática Forense Penal IV	-CONSUP -Orientação TCC	40 horas	Efetivo
9	GILSON RIBEIRO CARVALHO FILHO	http://lattes.cnpq.br/4701095366594454	Mestre	-Teoria do Direito - Direito Internacional - Métodos Consensuais	-Conselho de Curso - Orientação TCC - Projeto de Extensão Diálogo	40 horas	Efetivo
10	JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA	http://lattes.cnpq.br/6120840749623819	Doutora	-Direito Processual Penal II -Direito Penal II e IV -Prática Forense Penal II	-Orientação TCC -Projeto de Extensão Diálogo -Projeto de Extensão: clínica interdisciplinar de Direitos Humanos -Assessoria Pedagogica	40 horas	Efetivo
11	JORGE BARROS FILHO	http://lattes.cnpq.br/8343130034883060	Especialista	-Direito Penal V	-Conselho Curador -Orientação TCC	20 horas	Efetivo
12	JOSÉ ALVES MACIEL	http://lattes.cnpq.br/5562922066277861	Especialista	-Direito Processual Penal I -Prática Forense IV Penal	-CONSUP -Orientação TCC	20 horas	Efetivo
13	JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES	http://lattes.cnpq.br/0497039902121966	Especialista	-Direito Processual Penal I e IV - Direito Eleitoral - Prática Forense II Penal	-Hora cidadã -Conselho Curador -Orientação TCC	40 horas	Efetivo
14	JOSÉ CARLOS DE FREITAS	http://lattes.cnpq.br/4933162655284338	Mestre	- Filosofia Jurídica - Ética Geral - Filosofia do Direito	-PROECAE Projeto de extensão FILOSOFIA, LITERATURA e CINEMA -CONSUP -PROPESQ	40 horas	Efetivo
15	JOSE CARLOS RIBEIRO DA SILVA	http://lattes.cnpq.br/9073457381994357	Mestre	-Direito administrativo I e II	-Projeto de extensão: Clínica interdisciplinar de Direitos Humanos	40 horas.	Efetivo

16	KÁDYAN DE PAULA GONZAGA E CASTRO	http://lattes.cnpq.br/8592934944836000	Mestre	-Direito Civil V - Direito Processual Civil I - Prática Forense Penal II	- CAAAIE - HORA CIDADÃ - COMISSÃO DE EVENTOS - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO	40 horas	Efetivo
	KARITA BARROS LUSTOSA	http://lattes.cnpq.br/9873720617607294	Mestre	- Direito Administrativo I	- Orientação TCC	20 horas	Efetivo
18	KARITA CARNEIRO PEREIRA SCOTTA	http://lattes.cnpq.br/6338729675366861	Mestre	-Direito Ambiental e Sustentabilidade	-CPDA -NDE - Conselho de Curso - Coordenador de Extensão Meio Ambiente e Cidadania	40 horas	Efetivo
19	LEONARDO NAVARRO AQUILINO	http://lattes.cnpq.br/3756081208086303	Mestre	-Direito Empresarial III -Direito Processual Civil VI -Prática Forense Penal IV- Aula Prática e Teórica	-Orientação TCC -CPAD	40 horas	Efetivo
20	MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA	http://lattes.cnpq.br/7680291482921610	Mestre	-Direito Penal I	-Formação Pedagógica -Orientação TCC	20 horas	Efetivo
21	MAYDÊ BORGES BEANI CARDOSO	http://lattes.cnpq.br/2596992692849295	Especialista	-Prática Forense III Civil	-Comissão Provisória NAC,NDE,Conselho de Curso -Gestor de Processos Eletrônicos: E-PROC -Revisão de Processos Cíveis	40 horas	Efetivo
22	PAULO HENRIQUE COSTA MATTOS	http://lattes.cnpq.br/7312924173179664		- Sociologia Jurídica			Efetivo
23	PAULO IZÍDIO DA SILVA REZENDE	http://lattes.cnpq.br/5254468567049766	Mestre	-Direito Processual do Trabalho II -Direito Civil VI	-Orientação TCC	20 horas	Efetivo
24	THIAGO DE ALMEIDA FELLER	http://lattes.cnpq.br/5109345778343177	Especialista	- Teoria do Processo - Constitucional I - Direito Civil VII	- Projeto de Extensão Diálogo - CONSUP - Orientação TCC	40 horas	Efetivo
25	VANUZA PIRES DA COSTA	http://lattes.cnpq.br/8457902370224546	Mestre	-Direito Processual Civil IV e V - Prática Forense Civil I e III	-Orientação TCC -Coordenador do Projeto de Extensão NPJ - Conselho de Curso	40 horas	Efetivo
26	VERÔNICA SILVA DO PRADO DISCONZI	http://lattes.cnpq.br/0478331821763995	Mestre	-Prática Forense I e III Civil -Coordenadora de Curso	-Conselho de Curso - Orientação TCC - -NDE	40 horas	Efetivo

5.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

A UnirG ao selecionar o corpo docente do curso de Direito levou em consideração o tempo de experiência profissional não acadêmica (fora do

magistério) como estratégia para compor o quadro do curso, bem como uma das formas de facilitar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, em razão de conteúdos específicos das disciplinas.

A seguir, apresenta-se o tempo de **atuação docente** dos profissionais que integram o corpo docente do curso de Direito.

PROFESSOR	PERÍODO DE DOCÊNCIA			TEMPO DE DOCÊNCIA NA IES	REGIME DE TRABALHO
Adriano Fernandes Moreira	01/08/2003	a	01/09/2006	21 ano(s), 3 mês(es) e 2 dia(s)	40 Horas com DE
	04/09/2006	até	a presente data		
André Henrique Oliveira Leite	03/09/2012	a	31/12/2013	12 ano(s), 1 mês(es) e 14 dia(s)	40 Horas
	17/01/2014	até	a presente data		
Antônio José Roveroni	15/10/1999	até	a presente data	25 ano(s), 0 mês(es) e 20 dia(s)	40 Horas com DE
Antônio Sávio Barbalho	02/08/1999	até	a presente data	25 ano(s), 3 mês(es) e 4 dia(s)	40 Horas
Carolina Palma Pimenta Furlan	01/10/2003	a	01/04/2007	21 ano(s), 1 mês(es) e 2 dia(s)	40 Horas
	02/04/2007	até	a presente data		
Celma Mendonça Milhomem Jardim	01/02/2001	a	01/10/2006	23 ano(s), 9 mês(es) e 2 dia(s)	40 Horas
	02/10/2006	até	a presente data		
Cibele Maria Belezzia	01/02/2001	a	01/10/2006	23 ano(s), 9 mês(es) e 2 dia(s)	20 Horas
	02/10/2006	ate	a presente data		
Fernando Palma Pimenta Furlan	02/06/2008	a	01/12/2010	13 ano(s), 1 mês(es) e 22 dia(s)	40 Horas
	21/08/2012	a	31/12/2013		
	22/07/2015	até	a presente data		
Gilson Ribeiro Carvalho Filho	20/09/2006	até	a presente data	18 ano(s), 1 mês(es) e 14 dia(s)	60 Horas
Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva	01/06/2004	a	01/09/2006	20 ano(s), 4 mês(es) e 25 dia(s)	40 Horas
	11/09/2006	até	a presente data		
Jorge Barros Filho	04/10/2002	a	31/12/2002	21 ano(s), 11 mês(es) e 27 dia(s)	20 Horas
	03/02/2003	a	01/01/2008		
	02/01/2008	até	a presente data		
José Alves Maciel	01/08/2001	a	01/01/2008	23 ano(s), 3 mês(es) e 4 dia(s)	20 Horas
	02/01/2008	até	a presente data		
José Augusto Bezerra Lopes	01/03/2004	a	01/10/2006	20 ano(s), 8 mês(es) e 3 dia(s)	40 Horas
	02/10/2006	até	a presente data		
José Carlos de Freitas	01/12/2006	até	a presente data	17 ano(s), 11 mês(es) e 4 dia(s)	40 Horas com DE
José Carlos Ribeiro Silva	01/02/2007	a	28/03/2007	17 ano(s), 8 mês(es) e 29 dia(s)	60 Horas
	01/04/2007	até	a presente data		
Karita Carneiro Pereira	05/09/2006	a	01/08/2008	18 ano(s), 2 mês(es) e 1 dia(s)	40 Horas
	01/08/2008	até	a presente data		
Marco Antônio Alves Bezerra	01/01/1992	a	31/08/1999	32 ano(s), 10 mês(es) e 2 dia(s)	20 Horas
	01/09/1999	até	a presente data		
Maydê Borges Beani Cardoso	02/02/2004	a	01/09/2006	20 ano(s), 8 mês(es) e 28 dia(s)	40 Horas com DE
	05/09/2006	até	a presente data		
Paulo Izídio da silva Rezende	22/01/2014	a	31/12/2014	10 ano(s), 8 mês(es) e 3 dia(s)	20 Horas
	20/01/2015	a	31/12/2015		
	20/01/2016	até	a presente data		
Paulo Henrique Costa Mattos	01/03/2004	a	01/09/2006	20 ano(s), 7 mês(es) e 3 dia(s)	40 Horas com DE
	03/10/2006	a	04/11/2024		
Thiago de Almeida Feller	01/02/2013	a	31/12/2013	11 ano(s), 7 mês(es) e 23 dia(s)	40 Horas
	20/01/2014	a	31/12/2014		
	20/01/2015	a	03/05/2015		
	04/05/2015	até	a presente data		
Vanuza Pires da Costa	10/01/2014	até	a presente data	10 ano(s), 9 mês(es) e 25 dia(s)	40 Horas
Verônica Silva do Prado Disonzi	01/08/2004	a	01/07/2007	20 ano(s), 6 mês(es) e 3 dia(s)	60 Horas
	02/04/2007	até	a presente data		

O corpo docente designado para o curso de Direito possui, somado, um período total de experiência acadêmica equivalente a 5.413 meses e 3 dias, o que representa aproximadamente 451 anos de atuação na docência superior, uma média de 19 anos por professor.

A seguir, apresenta-se o quadro com os docentes vinculados ao Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG, contendo informações relativas ao tempo de experiência profissional em suas respectivas áreas de atuação, excluindo-se a docência, bem como o tempo de atuação como docentes na

modalidade de Educação a Distância (EaD). Esses dados visam demonstrar a qualificação prática e a familiaridade dos professores com metodologias mediadas por tecnologia, evidenciando a preparação do corpo docente para o desenvolvimento de atividades acadêmicas no formato híbrido, conforme as diretrizes institucionais e normativas vigentes.

Quadro de Experiência Profissional e Docência na EaD – Curso de Direito

Docente	Tempo de experiência profissional (exceto docência)	Tempo de docência na Educação a Distância (EaD)
Adriano Fernandes Moreira	25 anos	02 anos
André Henrique O. Leite	22 anos	02 anos
Antônio José Roveroni	21 anos	02 anos
Antônio Sávio Barbalho Do Nascimento	33 anos	02 anos
Carolina Palma Pimenta Furlan	24 anos	05 anos
Celma Mendonça M. Jardim	27 anos	02 anos
Cibele Maria Belezzia	49 anos	02 anos
Fernando Palma Pimenta Furlan	29 anos	02 anos
Gilson Ribeiro Carvalho Filho	21 anos	02 anos
Jaqueline de Kássia Ribeiro Paiva	22 anos	02 anos
Jorge Barros Filho	30 anos	02 anos
José Alves Maciel	30 anos	02 anos
José Augusto Bezerra Lopes	22 anos	02 anos
José Carlos De Freitas	30 anos	05 anos
José Carlos Ribeiro Silva	8 anos	02 anos
Karita Carneiro Pereira	17 anos	02 anos
Marco Antônio Alves Bezerra	35 anos	02 anos
Maydê Borges Beani Cardoso	25 anos	06 anos
Paulo Izídio Da Silva Rezende	14 anos	01 ano
Paulo Henrique Matos	22 anos	02 anos
Thiago Feller	21 anos	03 anos
Vanuza Pires Da Costa	22 anos	02 anos
Verônica Silva do Prado Disconzi	24 anos	06 anos

Titulação, Formação e Experiência do Corpo de Tutores

Em conformidade com as exigências previstas na Portaria MEC nº 1.134/2016, que regulamenta a oferta de cursos a distância e a utilização de tecnologias digitais em cursos presenciais com disciplinas ofertadas integral ou parcialmente na modalidade a distância, a Universidade de Gurupi – UnirG mantém um corpo de tutores qualificado e devidamente capacitado para atuar no suporte técnico e instrucional aos discentes do Curso de Direito nas disciplinas com mediação tecnológica.

Os tutores vinculados ao Núcleo de Ensino a Distância (NED) possuem formação superior compatível com as áreas do conhecimento do curso, com titulação mínima de pós-graduação, sendo que um dos membros do corpo de tutores conta com pós-graduação lato sensu e o outro com pós-graduação stricto sensu, com foco na área jurídica. Essa qualificação permite o exercício de uma tutoria técnica de excelência, fundamentada no domínio das ferramentas educacionais e na compreensão das necessidades acadêmicas dos discentes.

Cabe destacar que, embora o curso de Direito da UnirG seja ofertado em modalidade totalmente presencial, a adoção de componentes híbridos (com carga horária parcial realizada a distância) requer que o corpo de tutores esteja preparado para atuar em consonância com a proposta pedagógica, oferecendo suporte operacional, orientação técnica e mediação funcional no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Além da formação acadêmica, os tutores que atuam no curso possuem experiência comprovada em Educação a Distância (EaD). Essa experiência é continuamente fortalecida por meio de programas de capacitação institucional promovidos pelo NED, que incluem treinamento sobre o uso da plataforma SAGAH, AVA, tecnologias de apoio à aprendizagem e estratégias de comunicação com os discentes.

Os tutores atuam sob a supervisão do NED e em estreita colaboração com os docentes e coordenadores de curso, garantindo que sua atuação seja integrada, sistemática e orientada às boas práticas de ensino mediado por tecnologia. A equipe também participa de reuniões periódicas, avaliações de desempenho e formações continuadas, o que assegura coesão institucional, qualidade no atendimento aos estudantes e efetividade na condução das atividades de suporte acadêmico.

Segue abaixo a tabela com a titulação, formação e tempo de experiência em EaD dos tutores que atuam no Curso de Direito:

Nome	**Titulação**	**Formação**	**Especialização / Pós-Graduação**	**Tempo de Experiência na Tutoria**
Thaís Holanda Lima	Advogada	Direito	Direito Civil e Processual Civil	Desde agosto de 2024
Rhoger Gomes Costa	Advogado	Direito	Gestão Pública Municipal (UFT) Mestrando em Direito do Agronegócio (Unirv)	Desde o primeiro semestre de 2023

5.6 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

Em atendimento às políticas institucionais e Regimento Geral Acadêmico, o Colegiado do Curso será formado por 15 membros, composto pelo Coordenador do Curso, Coordenador de Estágio (que será substituído por outro professor do curso), 07 professores, 05 graduandos, sendo 01 o representante do Centro Acadêmico do Curso e 01 funcionário administrativo, conforme o Artigo 16 do Regimento Geral Acadêmico da UnirG.

O Conselho de Curso oportuniza a discussão da proposta pedagógica do curso e dos meios de sua concretização. Dessa forma, fica assegurada a ativa colaboração dos professores na definição dos conteúdos programáticos e objetivos das disciplinas, bem como das estratégias pedagógicas que serão utilizadas, as quais devem privilegiar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática.

Esse Conselho é um órgão deliberativo e em grau de recurso máximo, nas matérias de seu universo de conhecimento acadêmico. Possui como atribuições: elaborar e aprovar seus regulamentos, propor ao CONSUP a aprovação das diretrizes acadêmicas e pedagógicas do Curso, aprovar em primeira instância o Plano de Trabalho do Curso, a proposta orçamentária e os relatórios emitidos pelos Coordenadores de Curso e de Estágio, apreciar proposta de projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, aprovar, em primeira instância, proposições de programas de pós-graduação, definir critérios e autorizar a instituição de monitorias no âmbito do Curso, propor o calendário acadêmico do Curso, aprovar as Estruturas Curriculares do curso e suas alterações, propor a criação ou extinção de Órgãos e Laboratórios, designar membros para as bancas examinadoras para seleção de docentes, deliberar sobre casos omissos do Regimento Geral da IES no âmbito de sua competência, aprovar o regulamento do estágio, entre outras.

O Conselho de Curso possui a seguinte divisão administrativa: Câmara de Projetos e Câmara de Ética e Disciplina. A composição do Conselho de Curso está definida no Regimento Geral da IES, com representatividade de todos os segmentos: docentes, graduandos e servidores técnico-administrativos.

Por se tratar de um curso novo enquadrando-se como exceção, conforme

previsto no **§** 1º, do Artigo 18:

> **§ 1º**Enquanto o quadro de docentes de cada curso não completar o número de 12 (doze) membros, a composição do conselho de curso será da seguinte forma:
>
> **III.** o Coordenador de Curso, como Presidente;
>
> **IV.** o Coordenador de Estágio se houver;
>
> **V.** representantes do Corpo Discente, eleitos por seus pares, na mesma proporção do artigo anterior e um representante do quadro técnico-administrativo, lotado na Coordenação do Curso.

Dessa forma, o Conselho será integrado por 15 (quinze) membros: o Coordenador de Curso, o Coordenador de Estágio, 7 (sete) representantes do Corpo Docente do curso; 5 (cinco) Representantes do Corpo Discente, indicado por sua entidade de classe; e 1 (um) Representante do Corpo Técnico-Administrativo do Curso.

As reuniões do Colegiado do Curso de Direito no campus de Gurupi/TO, serão programadas e realizadas mensalmente e sempre que convocadas pela Coordenação do curso, de acordo com as pautas necessárias a serem discutidas; em seguida, serão deliberadas pelo Colegiado de Curso que possui regulamento conforme Regimento Geral Acadêmico (p.14) na Seção II que trata dos Conselhos de Cursos.

O Conselho de Curso de Direito é composto pelos seguintes membros:

MEMBROS	
Verônica Silva do Prado Disconzi - Coordenadora do Curso	**Maydê Borges Beani Cardoso - Coordenadora de Estágio**
Adriano Fernandes Moreira - professor	**Julian de Almeida** - acadêmico
Antônio José Roveroni - professor	**Kárita Carneiro Pereira** - professora
Brenno Felipe Alves Aires - acadêmico	**Lorrana Rayssa Oliveira Carvalho** servidora
Celma Mendonça Milhomem - professora	**Luiz Antônio José Silva** - acadêmico
Cibele Maria Belezzia - professora	**Sara Heloisa Lima Cardeal -** acadêmica
Gabriella Rodrigues Dantas - acadêmica	**Vanuza Pires da Costa -** professora
Gilson Ribeiro Carvalho Filho - professor	

5.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A produção do corpo docente indicado no curso de Direito, destacada no quadro abaixo, considerou os últimos três anos completos e os seguintes trabalhos dos docentes, incluindo contratados, que ministram aula até 2024/2: livros;

capítulos de livros; material didático institucional; artigos em periódicos especializados; textos completos em anais de eventos científicos; resumos publicados em anais de eventos internacionais; propriedade intelectual depositada ou registrada; produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes; e publicações nacionais sem *Qualis* e regionais.

Quanto a produção científica do corpo docente vinculado ao curso nos últimos três anos, a Universidade de Gurupi – UnirG apresenta, a seguir, dados referentes à produção intelectual relacionada à área do Direito, evidenciando o comprometimento institucional com a pesquisa, a formação acadêmica qualificada e a promoção do conhecimento científico.

A produção científica inclui artigos publicados em periódicos científicos (nacionais e internacionais), capítulos de livros, livros, trabalhos completos em anais de eventos, comunicações orais, relatórios técnicos, organização de obras, entre outras formas de divulgação acadêmica, devidamente vinculadas ao exercício das atividades docentes no curso de Direito.

O levantamento foi realizado com base em registros institucionais, currículos da Plataforma Lattes e declarações dos próprios docentes, considerando o período de três anos anteriores ao processo de avaliação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC). Esse histórico reforça o compromisso da IES com a produção e socialização do saber jurídico e interdisciplinar, como parte essencial da formação crítica, técnica e cidadã dos discentes.

Cabe destacar que, além da publicação científica, parte significativa dessa produção está associada a projetos de extensão, grupos de pesquisa, iniciação científica e atividades integradoras, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental da educação superior brasileira.

Segue abaixo a lista com a produção científica anual dos docentes vinculados ao Curso de Direito da UnirG, referente aos últimos três anos:

PROFESSORES	QT.
2. ANDRÉ HENRIQUE O. LEITE	-
3. ANTÔNIO JOSÉ ROVERONI	2022:23 2023:34 2024:37
5. CELMA MENDONÇA M. JARDIM	2024:1

6. ELIANE CARVALHO FALCÃO	2023:3 2024:4
7. FERNANDO PALMA PIMENTA FURLAN	2022:6 2023:6 2024:6
8. GILSON RIBEIRO CARVALHO FILHO	-
9. JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA	2022:1 2023:8 2024:6
10. JORDANA REZENDE VILELA	-
11. JORGE BARROS FILHO	-
12. JOSÉ ALVES MACIEL	-
13. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES	-
14. JOSÉ CARLOS RIBEIRO SILVA	2022:2 2023:4 2024:2
15. JOSÉ VICTOR DE LUNA SILVA	2024:1
16. KARITA CARNEIRO PEREIRA	2022:5 2023:9 2024:2
17. LAYLLA FERNANDA LOPES DA SILVA	2024:6
18. LEONARDO GUIMARÃES TORRES	2023:2 2024:6
19. MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA	-
20. MAYDÊ BORGES BEANI CARDOSO	2022:7 2023:1
21. PAULO IZÍDIO DA SILVA REZENDE	-
22. PAULO HENRIQUE COSTA MATTOS	-
23. RENATA MALACHIAS	2022:1 2023:1 2024:1
24. THIAGO FELLER	2024:5
25. VANUZA PIRES DA COSTA	2022:1 2023:6 2024:4
26. VERÔNICA SILVA DO PRADO DISCONZI	2022:1 2023:14 2024:5
27. WELLSON ROSÁRIO SANTOS DANTAS	2022:1 2024:5

A análise da produção científica do corpo docente do Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG nos últimos três anos demonstra o comprometimento institucional com a pesquisa acadêmica, a qualificação profissional e a consolidação de uma cultura investigativa no âmbito do ensino jurídico. Os registros apresentados evidenciam uma atuação contínua dos docentes

na geração e difusão de conhecimento, tanto em veículos científicos especializados quanto em espaços de diálogo com a comunidade externa, por meio de eventos, projetos e publicações.

Esse cenário reflete não apenas o alinhamento do curso às exigências legais e normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação, especialmente no que se refere ao indicador 2.16 do Instrumento de Avaliação para Renovação de Reconhecimento de Curso, como também reafirma o compromisso da IES com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A produção científica apresentada fortalece a formação acadêmica dos discentes, amplia o alcance social do conhecimento jurídico e contribui para o desenvolvimento regional, ao colocar a universidade como protagonista na construção de soluções para os desafios da sociedade. A continuidade e o fortalecimento dessa política de estímulo à produção intelectual seguem como diretriz estratégica da UnirG para os próximos ciclos acadêmicos.

6 INFRAESTRUTURA

A UnirG dispõe de estrutura física adequada à sua necessidade atual e estrutura tecnológica para a execução de suas atividades. No quadro abaixo estão especificados os locais e as metragens disponibilizadas no espaço físico da Fundação e Universidade de Gurupi.

Quadro 17 – Descrição do espaço físico da Fundação UnirG e Universidade de Gurupi em m²

LOCAL	Nomenclatura	Espaço Físico (m²)
Fundação UnirG	Centro Administrativo - Área construída	3.482,23
Campus I	Complexo Administrativo - Área construída	2.319,39
	Guarita - Área construída	295,00
	Bloco D - Área construída	4.001,97
	Bloco E - Área construída	4.001,97
	Bloco F - Área construída	4.001,97
Campus II	Blocos A, B, Laboratórios e prédio E a D	8.737,11
	Bloco C	1.618,23
Ambulatório	Consultórios e salas - Área construída	1.682,75
Clínica Odontológica	Clínica Odontológica - Área construída	800,00
Núcleo de Execução de Estágio da Saúde	NEES- Residência Médica- Área construída	525,00
Casa Jardim Sevilha	Arquivo definitivo - Área construída	637,50
Ginásio Poliesportivo*	Ginásio Poliesportivo - Área construída	1867,13
Serviço Escola de Psicologia	SePsi – Área construída	440,00
Núcleo de Práticas Jurídicas	NPJ - Área construída	367,39

Fonte: PDI (2024).

A Universidade de Gurupi - UnirG possui mais de 34 mil de metros quadrados (m²) de área construída, à disposição das tarefas educacionais da Instituição, contando também com significativo terreno não construído que compõem seu patrimônio. As áreas construídas estão discriminadas do quadro que antecede este item. Em seus locais de trabalho contam com 199 salas disponíveis para atendimento dos graduandos, sem computar as salas administrativas da Fundação UnirG e do Complexo Administrativo que, a rigor, tem a mesma finalidade.

A Fundação UnirG inclui: Gabinete do Presidente, Diretoria Administrativa e Financeira, Gerência Administrativa, Controle Interno, Procuradoria Jurídica,

Controladoria, Tesouraria, Fies, Assessoria de Planejamento, Núcleo de Informática e Tecnologia (central), Departamento de Recursos Humanos, Arquivo de Recursos Humanos, Licitação, Setor de Compras, de Manutenção, de Patrimônio, Casa de Cultura, Projeto Inovo, Escritório modelo de Ciências Contábeis, Almoxarifado, Proafe/ piscina/ quadra, local para perícia médica, auditório com capacidade para 40 pessoas, destinado às reuniões de licitação, CONSUP e outras, ocupa o Centro Administrativo, na Avenida Pará, quadra 20, lote 01, nº 2432, no Setor Waldir Lins II.

A Reitoria, desde meados de 2019, está ocupando o Complexo Administrativo I, no Campus I, na Avenida Antônio Nunes da Silva, nº 2195, Setor Parque das Acácias, ficando, portanto, a administração próxima à comunidade acadêmica desse local, o que facilita a gestão. Neste local foram disponibilizadas 87 salas entre laboratórios e de aula no segundo semestre de 2019, antes com 45, sendo as de aula com capacidade para 60 pessoas cada. A identificação dos blocos foi redefinida, consistindo neste campus em D,E e F, sendo que no Bloco D: salas de aula, laboratorio de informatica, auditorio de que atende os alunos dos cursos de Direito no matutino e noturno; Bloco E: o CITAU, brinquedoteca e a biblioteca e Bloco F está em processo de reforma.

No Campus I há a perspectiva de continuar sua expansão por meio de implementação de novas edificações para a demanda já constatadas necessárias, por exemplo: praça de alimentação, restaurante universitário, o ginásio de esportes, entre outras melhorias.

Segue a relação de salas de aula, laboratórios e salas administrativas:

Local		Quantidade/ Salas	Ocupação
Campus I	Bloco D	29	Aula/ capacidade 60 graduandos
	Bloco D	01	Labin de informática
	Bloco E	20	Aula/ capacidade 60 graduandos
	Bloco E	03	Labin Engenharia
	Bloco E	01	Escritório Modelo de Engenharia
	Bloco E	04	Labin de Pedagogia
	Bloco E	04	Aula / capacidade para 09 graduandos
	Bloco F	21	Aula/ capacidade 60 graduandos
	Bloco F	02	Labin de informática
	Bloco F	01	Biblioteca

	Bloco F	01	LABTAU
Campus II	Bloco A	20	Aula/ capacidade 60 graduandos
Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ	Salas	05	Aula/estágio
	Sala	01	Auditório/ aula
	Salas administrativa s	10	Gabinete Coordenador de Estágio/ Secretaria/Cartório/ Sala dos professores/ Sala Atendimento – Psicóloga/ cozinha/ 4 banheiros
Centro de Vida Saudável	Salas	02	Aula/Educação Física – Bacharelado e Licenciatura

6.1 ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Os Órgãos Suplementares estão a serviço da Universidade, na forma estabelecida no Art. 11 do Regimento Geral Acadêmico, que além das Unidades da Instituição, terá nos órgãos suplementares o apoio de natureza técnico-administrativa, cultural e de assistência ao acadêmico. São constituídos por:

I. Laboratórios
II. Central de Atendimento aos Professores - CAP
III. Central de Atendimento ao Acadêmico – CAT
IV. Biblioteca
V. Audiovisual
VI. Centros de Aplicação
VII. Casa de Cultura
VIII. Editora UnirG
IX. Núcleo de Tecnologia da Informação
X. Núcleo de Comunicação
XI. Núcleo de Educação a Distância
XII. Núcleo Permanente de Processo Seletivo - CPPS

Esses órgãos estão descritos em seu âmbito: PROGRAD, PROPESQ e PROECAE.

6.2 LABORATÓRIOS, NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA

A UnirG conta atualmente com 28 laboratórios à disposição da comunidade

acadêmica. Os laboratórios são de multiuso, com o plano de ocupação realizado pelos coordenadores responsáveis, incluídos também 08 (oito) laboratórios de Informática, distribuídos nos campi.

A UnirG conta com campos de atuação e laboratórios que têm a abordagem multiuso, voltados para o atendimento das necessidades gerais da comunidade, por exemplo: LabTau, NEES, NPJ, Clínica Escola de Fisioterapia, Clínica Escola de Odontologia, Clínica Escola de Enfermagem, SePsi, Núcleo de Práticas

Administrativas, Escritório Modelo de Contabilidade, PROAFE, Universidade da Maturidade de Gurupi - UMG, assim como 08 (oito) laboratórios de informática.

6.3 NÚCLEOS

Campos de atuação - Núcleos

Núcleos	Vínculo
Núcleo de Formação Permanente – NUFOPE	Reitoria/PROGRAD
Núcleo Docente Estruturante Institucional – NDEI	Reitoria/ PROGRAD
Núcleo Docente Estruturante – NDE	PROGRAD/Coordenações
Núcleo de Tecnologia da Informação-NTI	Fundação UnirG/Reitoria
Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (ATENDEE) comporta o Help - Assistência Universitária Central de informação faz encaminhamentos órgão de apoio	PROECAE
Núcleo de Comunicação	Reitoria
Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)	PROECAE/ Psicologia
Núcleo de Educação a Distância (NED)	PROGRAD
Núcleo Permanente de Processo Seletivo – CPPS	PROGRAD
Núcleo de Práticas Administrativas	PROGRAD/Administração
Núcleo de Produção Multiplataforma (comporta os laboratórios de Áudio e Vídeo)	PROGRAD/ Jornalismo
Centro de Vida Saudável – comporta o PROAFE	PROGRAD/ Educação Física
Núcleo de Práticas Jurídicas	PROGRAD/Direito
Núcleo de Execução de Estágio da Saúde- NEES	PROGRAD/Medicina
Núcleo Comum de Disciplinas, Núcleos Comuns por Áreas, Núcleos Comuns por Cursos	PROGRAD
Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT (depósito de registros, patentes e marcas da IES, até 2020)	PROPESQ
Núcleo de Apoio à Ciência - NAC - estrutura administrativa e técnica para pesquisa institucional	PROPESQ
Comitê de Ética em Pesquisa – CEPE	Reitoria/PROPESQ
Núcleo de Apoio à Ciência	PROPESQ
Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT	PROPESQ

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, responsável pelas operações da inclusão digital, sistema informatizado que está à disposição na UnirG, ora em implantação de novo sistema, o SEI. O NTI disponibiliza aos estudantes, computadores distribuídos nos labins para que os graduandos possam realizar suas pesquisas e demais atividades acadêmicas. É responsável pelos equipamentos e manutenção do sistema e dos equipamentos em atividade e aqueles colocados à disposição dos corpos docente e técnico-administrativos na IES. Conforme informação do seu gestor, há 08 (oito) laboratórios de informática, sendo distribuídos nos campi: 02 no Campus I, 03 no Campus II, 01 no Núcleo de Ensino a Distância, 01 no Escritório Modelo de Contabilidade, 01 no Núcleo de Práticas Jurídicas.

A UnirG comporta também o Núcleo de Produção Multiplataforma onde são abrigados os laboratórios de Áudio e Vídeo que dão suporte às aulas práticas e aos estágios do curso de Jornalismo.

Há também a Incubadora Inovo, um programa de prática que vai além da formação profissional. É disponibilizado aos incubados um espaço físico com preço acessível, assessoria e consultoria, infraestrutura, limpeza, serviços de internet, telefonia, segurança, rede de contatos com incubados e incubadoras; as empresas podem permanecer instaladas na incubadora por um período de dois anos, que pode ser prorrogado por mais um ano, de acordo com as especificidades do projeto. O Inovo é parte integrante do projeto Inova Gurupi, cujo intuito é fomentar o desenvolvimento local, com vistas ao crescimento não só da região Sul, mas que todo o Estado também invista nas pessoas e promova educação empreendedora. O Inova é uma incubadora de Base Mista, que objetiva desenvolver produtos e serviços a partir das potencialidades locais. O Inova Gurupi trabalha com três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica, e Habitats de Inovação.

O Conselho Gestor Interinstitucional que foi criado pelo Decreto Municipal nº 0847, de 12 de junho de 2015, dentro do Programa Inova Gurupi, e envolve os gestores das três IES públicas de Gurupi: UnirG, UFT e IFTO e, atualmente conta as participações de gestores convidados dos demais Campi do IFTO da região sul.

6.3.1 Núcleo de Prática Jurídica

6.3.1.1 Local de funcionamento, estrutura física e equipamentos

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). Insere-se no âmbito da UNIRG como o instrumento necessário a fomentar a prática jurídica obrigatória no Curso de Direito.

As atividades jurídicas do NPJ são direcionadas ao atendimento ao público de pessoas carentes. Além do acompanhamento e gerenciamento de ações e processos judiciais.

O Núcleo de Prática Jurídica está em funcionamento desde 1989, e encontra-se em ótima localização, na Avenida Rio Grande do Norte, esquina com Rua 03, ao lado do Fórum da Comarca de Gurupi, próximo ao Ministério Público e Vara do Trabalho. Conta com 09 (nove) salas de atendimento privativo aos clientes carentes, e um auditório para 60 (sessenta) pessoas.

O espaço é amplo e conta ainda, com internet link dedicado, com aparelhos roteadores, longarinas nos corredores para suporte ao usuário, bebedouro, possui banheiros femininos e masculinos, cozinha, Secretaria e cartório para atendimento aos professores, alunos e assistidos.

Todas as salas são equipadas com aparelhos de ar-condicionado, lousas, computadores com monitores, mesas e cadeiras para professores, graduandos e assistidos do Núcleo de Práticas Jurídicas.

O departamento conta com uma estrutura administrativa e física para atendimento as demandas do curso, a qual compreende-se:

01 Coordenação de Estágio equipada com 01 computador completo, 01- mesa, 01 - cadeira para uso da coordenação, com ar-condicionado, mesa de reunião com duas cadeiras e 01 - armário para uso do coordenador;
01 Secretaria do curso, equipada com 03 – computadores completos, 03 - mesas para computadores, 03 – cadeiras de uso administrativo, 01 – Impressora, 02 mesas de reuniões com 04 cadeiras, 5 armários de arquivos, 01 ar-condicionado e aparelhos telefones para comunicação com os assistidos e graduandos;

01 sala Cartório - equipado com 02 – computadores completos, 02 - mesas para computadores, 02 – cadeiras de uso administrativo, 01 - mesa de reunião com 02 cadeiras, 5 armários de arquivos, 01 ar-condicionado e aparelho telefone para comunicação com os assistidos e graduandos;
05 Salas de atendimento privativo aos clientes carentes. Cada sala equipada com 03 computadores completos, com 03 mesas para computadores, com 3 cadeiras de uso para computador, 2 mesas para reuniões, com ar-condicionado e lousa.
01 Sala de professores para uso exclusivo de reuniões, atendimento aos assistidos, aos alunos. Equipada com 02 computadores completos, com 02 mesas para computadores, com 2 cadeiras de uso para computador, 1 mesas para reunião com 6 cadeiras, 01 ar-condicionado, 01 lousa e 01 armário para uso dos professores.
01 Auditório com capacidade de 60 pessoas, com televisão, data show, projetor de imagem, caixa de som, quadro, púlpito para discurso, 1 armário.

Para viabilizar aula-prática remota, foram adquiridos novos aparelhos televisores, data-shows, webcams e microfones.

O Núcleo de Práticas Jurídicas possui ainda impressoras para que docentes e graduandos imprimam documentação necessário aos atendimentos, aparelhos de telefones para comunicação com assistidos e graduandos.

6.3.1.2 Áreas de Atuação

O NPJ presta atendimento especializado nas áreas cível, penal, trabalhista e previdenciário, na forma de assistência judiciária gratuita aos necessitados na forma da Lei. Também realiza atividades simuladas em todas as áreas jurídicas, focando as várias carreiras: Advocacia, Ministério Público, Magistratura, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Federal, Procuradorias Estaduais e Federais, Cartórios e Assessoria Parlamentar. O trabalho é complementado pelo apoio psicológico disponibilizado pelo curso de Psicologia da UnirG.

6.3.1.3 Práticas jurídicas simuladas

As práticas jurídicas simuladas são uma parte essencial do aprendizado prático no curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG. Essas atividades são ministradas no LABIN do Campus I, sob as disciplinas denominadas Laboratório de Prática Jurídica, com o objetivo de preparar os graduandos para os desafios da prática forense e administrativa.

As práticas simuladas abrangem a realização de audiências cíveis, criminais, trabalhistas, e incluem simulações de Tribunal do Júri, onde os alunos vivenciam os papéis de defesa e acusação em casos fictícios. Por meio dessas atividades, os estudantes podem experimentar o ambiente de uma audiência real, desde a preparação das peças processuais até a apresentação oral perante uma simulação de tribunal. Esse contato direto com a prática jurídica permite o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como argumentação jurídica, análise crítica e aplicação das normas jurídicas em situações práticas.

Uma parte relevante desse processo é o auxílio na elaboração de peças processuais fictícias, que complementa o aprendizado dos alunos ao simular situações jurídicas complexas. Esse exercício ajuda a desenvolver a capacidade de argumentação e a análise jurídica, sendo um importante instrumento para o aperfeiçoamento da prática forense. A prática simulada permite que os estudantes ganhem confiança e se familiarizem com o rito processual, além de exercitarem habilidades de raciocínio rápido e solução de problemas em cenários jurídicos variados.

Portanto, as práticas jurídicas simuladas oferecidas no LABIN do Campus I têm como finalidade formar um profissional preparado para enfrentar os desafios da advocacia e outras carreiras jurídicas. Elas não apenas proporcionam o contato com a realidade jurídica, mas também fortalecem as competências técnicas e práticas necessárias para o sucesso no mundo jurídico.

6.3.1.4 Estudos independentes

Conforme preconizado no art. 8º da Resolução CNE/CES 5/2018 as Atividades Complementares/estudos independentes são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais,

opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Essas atividades complementares ou como comumente conhecemos, Estudos Independentes, conforme visto é parte importante do processo ensino-apredizagem vez que objetiva fazer com que o académica desenvolva e demonstre habilidades inerentes as atividades desempenhadas na profissão do bacharel em Direito.

Tais estudos também proporcionam aos graduandos um espaço livre para a personalização curricular pelos graduandos em função de seus interesses e das necessidades do mercado de trabalho.

Nesse contexto o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Universidade de Gurupi proporciona aos graduandos estudos independentes relacionados a visitas em diversos órgãos públicos, tais como: Delegacias de Polícia, Cartórios, escritórios de advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública. Os graduandos são orientados ainda, a assistirem audiências de casos reais nas diversas instâncias judiciais, apresentando relatórios destas atividades, como forma de integralização da carga horária do estágio.

6.3.1.5 Infraestrutura de informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI é um órgão suplementar que tem por missão: Planejar, pesquisar, aplicar e desenvolver produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da extensão e da administração na Fundação UnirG e na academia. Está estruturado para atender em todos os locais da IES.

Com a modernização do ensino e as novas tecnologias no mercado, esta instituição vem agregando ferramentas que possibilitam a seus usuários facilidade, agilidade nas diversas atividades. Com a implantação do Sistema SEI, permite-se que os graduandos realizem diversas atividades *online* por meio de requerimentos digitais, a exemplo de Declarações, Avaliação especial, Atestado ENADE, Atestado de frequência, entre outros. O professor, por sua vez, realiza seus registros de aulas *online*, gerando e assinando diários digitalmente, eliminando desperdício de papel, impressora e mão de obra humana, trazendo economia institucional.

No segundo semestre de 2019, foi disponibilizado os *apps mobile* nas

versões Android e IOS, para maior facilidade no acesso para graduandos e servidores docentes e técnico-administrativos. Com o *UNIRG Mobile*, graduandos poderão, pelo celular:

- Acompanhar sua vida financeira na instituição e emitir boletos disponíveis para pagamento;
- Receber notificações (via *pushed*) de todas suas principais atividades e pendências junto à instituição (pendências de documentos, disponibilidade de material etc.);
- Acompanhar todos os requerimentos (de documentos, declarações e outros)
realizados pela secretaria da instituição, *online;*
- Visualizar suas notas, parciais e finais, de cada disciplina;
- Acompanhar seu calendário acadêmico, incluindo horário de aulas e datas importantes para a instituição;
- Visualizar suas mensagens do portal do aluno, enviadas por professores, colegas e pela instituição;
- Baixar materiais de estudo, disponibilizado pelos professores.

O Aplicativo *UNIRG Mobile Professor* é o APP destinado para professores da IES que utilizam a plataforma educacional SEI. Com o aplicativo, os docentes poderão realizar pelo seu celular:

- Registro de aulas;
- Lançamentos/cadastros de notas;
- Receber notificações (via *pushed*) de suas mensagens recebidas no SEI;
- Visualizar suas mensagens do portal do professor.

Com os avanços tecnológicos, a UnirG é uma das primeiras Instituições de Ensino Superior a se adequar às normas tecnológicas da Portaria MEC nº 1.095, de 25/10/2018, a exemplo, os diários eletrônicos e históricos graduandos.

Recentemente, a UnirG integrou ao *Sistema SEI* à Biblioteca Virtual, possibilitando ao público cadastrado acessar obras originais a partir de qualquer lugar do mundo e no horário desejado. Com a biblioteca digital é possível a alunos e professores consultar o acervo utilizando computadores, *tablets*, *notebooks* ou

smartphones. Essa praticidade e agilidade podem contribuir para que mantenham ainda mais interesse nos estudos.

Acesso simultâneo: a biblioteca digital favorece ainda o acesso aos livros de maneira simultânea a todos os alunos e professores, eliminando não apenas a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo material, como também a preocupação da sua disponibilidade. Elimina a necessidade de uma estrutura física nas instituições de ensino, que gera custos muito maiores. Está baseada em tecnologias que ajudam a otimizar o tempo e os estudos.

A biblioteca digital é uma solução ideal que a UnirG disponibiliza para funcionários, professores e alunos, garantindo um conteúdo de qualidade e oferecendo um bom complemento para o crescimento profissional.

6.3.1.6 Sala de Professores e Sala de Reuniões

A infraestrutura destinada aos professores é um elemento essencial para garantir um ambiente acadêmico de excelência, favorecendo a troca de experiências, a elaboração de projetos pedagógicos e a realização de atividades que promovam o desenvolvimento institucional. No âmbito do curso de Direito, a sala dos professores desempenha uma função crucial, sendo configurada como um espaço multifuncional que visa atender às demandas acadêmicas e administrativas dos docentes e da coordenação do curso.

Descrição do Espaço A sala destinada aos professores e à coordenação do curso de Direito é compartilhada, otimizando os recursos disponíveis e promovendo a integração entre os docentes e a coordenação. Além disso, há no CAP do Campus uma sala dos professores aberta para todos os cursos, que serve como um ponto de convivência e suporte geral aos docentes. Contudo, a sala do curso de Direito possibilita um ambiente mais privado e adequado para atendimentos individualizados e reuniões internas específicas.

Este espaço é utilizado para:

1. **Reuniões Individuais e Coletivas:**
    - Atendimentos individualizados entre a coordenação e os docentes, garantindo a privacidade necessária para discussão de assuntos pedagógicos e administrativos.
    - Reuniões de grupo que envolvem o planejamento de atividades

acadêmicas, organização de eventos e discussão de diretrizes institucionais.

2. **Ambiente de Trabalho e Planejamento:**
    - Espaço para que os professores realizem estudos, elaboração de provas, planejamento de aulas e correções, garantindo um ambiente de concentração e produtividade.
3. **Interação e Convivência:**
    - A sala também se configura como um local de convivência acadêmica, incentivando a troca de experiências e a construção de um ambiente colaborativo.

Estrutura Física e Mobília Disponível O espaço conta com:

- **Dois sofás de três lugares cada**, proporcionando conforto para os momentos de convivência e descanso dos docentes.
- **Uma mesa de reunião com capacidade para quatro pessoas**, ideal para encontros em pequenos grupos.
- **Uma mesa de atendimento equipada com duas poltronas confortáveis e computador**, destinada à realização de atendimentos individualizados ou pequenas discussões.

Aspectos Técnicos e Jurídicos A existência e manutenção da sala dos professores atende às diretrizes estabelecidas pela legislação educacional vigente, sendo um instrumento essencial para a promoção de condições adequadas de trabalho para o corpo docente. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), é dever da instituição de ensino superior oferecer infraestrutura adequada que viabilize a execução das atividades acadêmicas com qualidade. Ademais, o compartilhamento do espaço entre a coordenação e os professores é uma solução que reflete gestão eficiente dos recursos, promovendo integração e funcionalidade.

Este espaço, portanto, está alinhado às exigências legais e às boas práticas pedagógicas, configurando-se como uma ferramenta essencial para a realização das atividades acadêmicas com excelência, o que fortalece o compromisso do curso de Direito com a qualidade do ensino e o desenvolvimento institucional.

6.3.1.7 Salas de atendimento em tempo integral

A infraestrutura acadêmica do curso de Direito é projetada para atender às necessidades de interação entre alunos e professores, promovendo um ambiente que estimula o aprendizado e o acompanhamento pedagógico. Nesse contexto, destacam-se as salas de atendimento docente em tempo integral, que representam um diferencial importante na relação professor-aluno e na implementação das diretrizes educacionais.

Descrição e Finalidade das Salas Essas salas são dedicadas exclusivamente ao atendimento individualizado de estudantes pelos professores, estando disponíveis em tempo integral durante o horário de funcionamento da instituição. Localizadas estrategicamente no campus, essas instalações garantem um ambiente privativo, acolhedor e adequado para a realização de atendimentos personalizados.

Objetivos das Salas de Atendimento:

1. **Acompanhamento Pedagógico:**
   - Permitir que os professores auxiliem individualmente os alunos na resolução de dúvidas, revisão de conteúdos e elaboração de trabalhos acadêmicos.
2. **Orientação de Carreira e Pesquisa:**
   - Proporcionar um espaço para discussão de projetos de pesquisa, orientação de TTC e planejamento de trajetórias acadêmicas e profissionais.
3. **Atendimento Psicopedagógico:**
   - Criar condições para que os professores identifiquem e encaminhem casos que demandem atenção especial, contribuindo para a promoção da saúde mental e bem-estar dos discentes.

Estrutura Física e Funcionalidade Cada sala de atendimento é equipada com:

- **Mesa de trabalho ampla**, com capacidade para atender confortavelmente o professor e o aluno;
- **Duas cadeiras ergonômicas**, projetadas para garantir o conforto durante as sessões de atendimento;
- **Iluminação e ventilação adequadas**, assegurando um

ambiente agradável e funcional.

Consonância com as Diretrizes Educacionais A manutenção dessas salas atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que preconiza a criação de condições adequadas para o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, as salas de atendimento estão alinhadas às Políticas Nacionais de Educação, que valorizam a individualização do ensino e o acompanhamento pedagógico como instrumentos essenciais para a formação de qualidade.

Benefícios para a Academia

1. **Fortalecimento da Relação Professor-Aluno:**
   - As salas promovem interações mais significativas e individualizadas, favorecendo um processo de aprendizagem centrado no estudante.
2. **Melhoria no Desempenho Acadêmico:**
   - Os atendimentos nas salas em tempo integral permitem a identificação e correção de dificuldades acadêmicas de forma ágil e eficiente.
3. **Estímulo à Iniciação Científica:**
   - As salas servem como locais propícios para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, incentivando a produção acadêmica e a participação em eventos científicos, pois os docentes podem utilizar dessa estrutura tanto para incentivar o acadêmico, como para realizar os encontros com os discentes que participarem de seus projetos de pesquisa e extensão.
4. **Contribuição para a Permanência e Evasão Escolar:**
   - O suporte individualizado reduz as taxas de evasão ao proporcionar um acompanhamento mais próximo e eficiente das necessidades dos discentes.

Dessa forma, as salas de atendimento docente em tempo integral configuram-se como um instrumento essencial para a garantia da excelência acadêmica e da formação cidadã dos estudantes, consolidando o compromisso da instituição de ensino com a qualidade e a inclusão educacional.

6.3.1.8 Salas de aula

As salas de aula da Universidade de Gurupi – UnirG são projetadas e equipadas para atender plenamente às necessidades acadêmicas do curso de Direito, garantindo um ambiente propício ao aprendizado e à interação entre alunos e professores. Todas as salas possuem funcionalidades adequadas, observando uma análise sistêmica e global dos aspectos que impactam diretamente na qualidade do ensino e no conforto dos discentes.

Entre os principais fatores levados em consideração na infraestrutura das salas de aula estão:

- **Capacidade e dimensões:** As salas são dimensionadas de acordo com o número de alunos por turma, respeitando as vagas autorizadas e assegurando espaço suficiente para que todos os alunos tenham um ambiente confortável e espaçoso, facilitando a mobilidade e interação durante as atividades acadêmicas.
- **Equipamentos:** As salas são equipadas com recursos audiovisuais e tecnológicos adequados, como projetores, que auxiliam na dinamização das aulas e no uso de metodologias ativas, além de garantir o acesso às informações de forma clara e eficiente.
- **Conforto e conservação:** A limpeza, conservação e comodidade das salas de aula são priorizadas, com manutenção constante para garantir um ambiente agradável e funcional. As cadeiras são confortáveis e dispostas de forma que promovam o conforto dos alunos durante longos períodos de estudo.
- **Iluminação e ventilação:** A iluminação das salas é adequada para evitar cansaço visual e garantir um ambiente bem iluminado, essencial para a leitura e atividades de estudo. A ventilação também é planejada para proporcionar conforto térmico, utilizando ventiladores ou ar-condicionado, de modo que o ambiente permaneça agradável, independentemente das condições climáticas externas.
- **Acústica:** A acústica das salas é cuidadosamente planejada para evitar ruídos externos e proporcionar um ambiente de concentração e foco, permitindo que os professores sejam claramente ouvidos e que os alunos possam participar das discussões sem interferências.

- **Acessibilidade:** Todas as salas são projetadas para atender aos critérios de acessibilidade, garantindo que alunos com mobilidade reduzida ou qualquer outro tipo de deficiência possam usufruir do ambiente acadêmico com autonomia. As cadeiras e lugares destinados a alunos com necessidades especiais estão localizados de forma estratégica, respeitando as normas de acessibilidade. Além disso, rampas, portas largas e outras adaptações estruturais permitem o fácil acesso às salas e às demais dependências da instituição.

Com essa infraestrutura, as salas de aula da UnirG oferecem um ambiente inclusivo e adaptado às necessidades de todos os alunos, assegurando um espaço que favorece o aprendizado, a troca de conhecimentos e o desenvolvimento acadêmico de qualidade.

A Instituição de Ensino Superior (IES), em parceria com a Reitoria, homenageou os docentes pelo Dia dos Professores, no semestre de 2024-2, **presenteando-os com a entrega de aparelhos de controle de datashow**. Esse gesto simboliza o reconhecimento pelo empenho e dedicação dos professores e demonstra a preocupação da Universidade em oferecer melhores condições de trabalho a esses profissionais, facilitando o uso de recursos tecnológicos em sala de aula e aprimorando a experiência educacional para todos.

6.3.1.9 Acesso dos graduandos aos Equipamentos e Informática

Na sede do Campus, nos laboratórios de informática, à disposição dos graduandos, existem 88 (oitenta e oito) computadores. Na Coordenação de Curso mais 04 (quatro). No Núcleo de Prática Jurídica são 23 (vinte e três) Computadores. Na biblioteca o número de computadores é de 08 (oito), destes, 05 (cinco) são disponíveis para os graduandos. Portanto o número total de máquinas, disponíveis para docentes, graduandos e servidores atinge o total de 120 (cento e vinte computadores).

6.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Com fundamento nas disposições normativas emanadas pelas Diretrizes

Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, bem como em consonância com os parâmetros de qualidade definidos pelos órgãos do sistema federal de ensino superior, apresenta-se o presente Relatório Técnico de Análise das Bibliografias, elaborado a partir das informações extraídas do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, complementadas por dados institucionais fornecidos pelo Sistema de Bibliotecas Universitárias da Fundação UnirG.

1. **Composição e Estrutura do Sistema de Bibliotecas**

   O Sistema de Bibliotecas Universitárias da UnirG – SBU/UnirG é a estrutura responsável pela guarda, atualização, disponibilização e gerenciamento do acervo físico e digital da Instituição. Atualmente, o SBU/UnirG atende a uma comunidade acadêmica estimada em mais de 5.000 (cinco mil) usuários, entre discentes, docentes e servidores técnico-administrativos, sendo composto por duas unidades físicas, situadas nos campi I e II da Universidade.

O acervo geral da UnirG compreende um total de 64.549 (sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta e nove) exemplares, distribuídos em 25.672 (vinte e cinco mil seiscentos e setenta e dois) títulos, entre livros, periódicos e outras publicações especializadas. Tais números refletem o compromisso institucional com a oferta de material bibliográfico suficiente, atualizado e condizente com as necessidades acadêmicas dos diversos cursos, em especial do curso de Direito.

2. **Especificação do Suporte das Obras**

   No que se refere especificamente ao curso de Direito, o acervo bibliográfico é constituído majoritariamente por obras em formato físico, devidamente catalogadas conforme os critérios da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ademais, a UnirG disponibiliza aos seus usuários a plataforma digital **"Minha Biblioteca"**, cujo conteúdo é integrado ao acervo institucional, contando com mais de 7.000 (sete mil) títulos, dos quais 15.485 (quinze mil quatrocentos e oitenta e cinco) pertencem especificamente à área de Ciências Jurídicas.

A referida plataforma digital é acessível por meio de integração com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permitindo aos usuários autenticados – discentes de graduação e pós-graduação, docentes e servidores – o acesso irrestrito e simultâneo às obras digitais, a qualquer hora e de qualquer localidade, por meio de dispositivos eletrônicos diversos (computadores, tablets, notebooks ou

smartphones). Tal recurso elimina barreiras físicas, reduz custos institucionais com infraestrutura e amplia significativamente a acessibilidade e a democratização do conhecimento.

3. **Atualização e Expansão do Acervo**

   A atualização do acervo ocorre de forma periódica e sistemática, anualmente, com base nas demandas provenientes dos cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos de pesquisa e sugestões dos próprios usuários. O processo de aquisição das obras é realizado mediante solicitação formal dos coordenadores de curso à Reitoria/Fundação UnirG, com base nas necessidades apontadas pelos respectivos corpos docentes. Após autorização, os exemplares são incorporados ao acervo da biblioteca, assegurando a constante modernização dos conteúdos oferecidos.

4. **Quantitativo de Exemplares por Título**

   O relatório geral de acervo, em anexo, apresenta a relação pormenorizada das obras vinculadas ao curso de Direito, indicando à direita de cada título a quantidade de exemplares físicos disponíveis para consulta local. O total geral de exemplares atualmente disponíveis é de 10.976 (dez mil novecentos e setenta e seis), abrangendo livros didáticos, doutrinários, legislação, jurisprudência, manuais e periódicos especializados. O número de catálogos e periódicos disponíveis, por sua vez, totaliza 5.098 (cinco mil e noventa e oito), o que reforça a diversidade e amplitude do material informacional ofertado.

5. **Infraestrutura Física e Condições de Acesso**

   A biblioteca localizada no Campus I da UnirG dispõe de espaço físico amplo e adequado, o que favorece o atendimento de um número expressivo de usuários simultaneamente. Tal estrutura garante o ambiente necessário à pesquisa, estudo e produção acadêmica, sendo elemento essencial à permanência e ao sucesso dos discentes no processo formativo.

As informações apresentadas demonstram que o acervo físico e digital da UnirG atende, com suficiência e qualidade, às exigências pedagógicas do curso de Direito. A infraestrutura bibliográfica, a política de atualização contínua e a integração tecnológica com plataformas digitais posicionam a instituição em

conformidade com os critérios legais e técnicos para o funcionamento do curso e sua avaliação junto aos órgãos reguladores.

6.4.1 Periódicos especializados

A biblioteca da UnirG conta com 939 periódicos especializados. A seguir, lista de àqueles relativos ao curso de direito.

TÍTULO	ANO
1. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: Advocacia Globalizada. Brasília. Consulex, ano 19. Nº 440.	2015
2. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: Feminicídio: As primeiras impressões sobre a lei nº 13.140/15. Brasília. Consulex. Ano 19. Nº 439.	2015
3. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: Violência Obstétrica. Brasília. Consulex. Ano: 19. Nº 437.	2015
4. REVISTA NACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES. Porto Alegre: Magister. V. 1. Nº 1. jul/ago.	2014
5. PRÁTICA JURÍDICA: 12 anos de escravidão. Brasília: Consulex. V.	2014
12. Nº 151.	
6. RDT-REVISTA DO DIREITO TRABALHISTA: A terceirização e o Supremo. Brasília: Consulex. Ano 20. Nº 1.	2014
7. REVISTA BONIJURIS. Curitiba: Instituto de Pesquisas Jurídicas Bonijuris, v.26, n.605	2014
8. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: UFMG, n.64	2014
9. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. 2012: TRF 1ª REGIÃO, v.26, n.1/2, jan/fev.	2014
10. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Brasília: TRF 1ª REGIÃO, v.26, n.3/4, mar/abr.	2014
11. PRÁTICA JURÍDICA. Brasília: Consulex, v. 12, n.132, mar.	2013
12. PRÁTICA JURÍDICA: a carta de caminha e a fixação do domínio português no Brasil. Brasília: Consulex, v. 12, n.136, jul.	2013
13. PRÁTICA JURÍDICA: CASOS PRÁTICOS - A BOATE KISS, O VOO DA MORTE E O BRASIL. Brasília: Consulex, ano 12, n.131, fev.	2013
14. PRÁTICA JURÍDICA: mudança do escritório. Brasília: Consulex, v. 12, n.137, ago.	2013
15. PRÁTICA JURÍDICA: O FENÔMENO DA CRIMINALIDADE - UMA ABORDAGEM CRÍTICA. Brasília: Consulex, ano 12, n.130, jan.	2013
16. REVISTA BONIJURIS. Curitiba: Instituto de Pesquisas Jurídicas Bonijuris, v.25, n.592, Mar. 2013.	2013
17. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES. Porto Alegre: Magister, ano 14, n.31, dez. /jan.	2013
18. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIARIO. Porto Alegre: Magister, ano 2, n.12, dez. 2012/ jan.	2013
19. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: UFMG, n.especial	2013
20. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. São Bernardo do Campo: A Faculdade, n.19,	2013

21. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: TCE -MG, v.31, n.1, jan./fev./mar.	2013
22. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: topázio imperial. Belo Horizonte: TCE -MG, v.31, n.2, abr./maio./jun.	2013
23. REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO: caderno direito do patrimônio cultural. Porto Alegre: Magister, ano 8, n.45, dez. /jan.	2013
24. REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR. Porto Alegre: Magister, ano 8, n.48, dez. 2012/ jan. 2013.	2013
25. REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. Porto Alegre: Magister, ano 9, n.51, dez. 2012/jan. 2013.	2013
26. CADERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. São Bernardo do Campo: faculdade de direito de São Bernardo do Campo (FDSBC), ano 10, n.10,	2013
27. REVISTA BONIJURIS. Curitiba: Instituto de Pesquisas Jurídicas Bonijuris, v.585, ago.	2012
28. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES. Porto Alegre: Magister, ano 13, n.23, abr. / Maio	2012
29. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIARIO. Porto Alegre: Magister, ano 1, n.6, dez. 2011 / jan. 2012.	2012
30. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS: caderno de direito comparado. Porto Alegre: Magister, ano 5, n.30, jan./ fev.	2012
31. Revista da Defensoria Pública da União. Brasília: DPU, n.5, out.	2012
32. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: UFMG, n.61, jul./dez.	2012
33. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. São Bernardo do Campo: A Faculdade, n.18.	2012
34. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: TCE -MG, n. Edição Especial, out.	2012
35. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região. Rio de Janeiro: TRT, 1º Região, n.51, jul./dez.	2012
36. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. 2012: TRF 1ª REGIÃO, v.24, n.5, maio.	2012
37. REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Rio de Janeiro: Lex Magister, v. 78, n.1, jan. / mar.	2012
38. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: O futuro de nossos professores - um debate urgente e necessário. Brasilia: Consulex, ano 16, n.366, abr.	2012
39. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: sistema tributário o confronto com a realidade social e econômica. Brasília: Consulex, ano 16, n.372, julho.	2012
40. REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS. Palmas: Cesaf, v.5, n.8.	2012
41. REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO: caderno direito do patrimônio cultural. Porto Alegre: Magister, ano 7, n.39, dez. 2011 /jan. 2012.	2012
42. REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. Porto Alegre: Magister, ano 8, n.46, jan. / fev.	2012
43. L&C - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA: Uma CPI para CPIs - Os limites constitucionais e a instrução probatória. Brasília: Consulex, v.15, n.165, mar.	2012

A UnirG tem primado pela qualidade, e em virtude disso tem investido na compra de periódicos especializados. Como demonstrado, há um quantitativo de

assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa, distribuídos entre as principais áreas do Curso de Direito, e a maioria deles com atualizados em relação aos últimos 03 (três) anos.

6.4.2 Acervo bibliográfico total

O Curso de Direito vem mantendo programa de implementação e atualização do acervo bibliográfico, destinado reservas econômicas no plano de metas da Instituição, objetivando atender as necessidades dos estudantes.

Além do acervo físico, conforme descrito acima, foi implantada em 2019 a biblioteca virtual de Universidade ampliando significativamente o acesso a titulos do curso de Direito aos alunos.

O acesso para os graduandos é gratuito e conta com 12 sites com diverso acervo bibliográfico, são eles:

1. http://www.culturaacademica.com.br/
2. http://www.periodicos.capes.gov.br/
3. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp
4. http://unirg.edu.br/biblioteca/110-paginas/biblioteca/225-biblio-comut.html
5. http://books.scielo.org/
6. https://ibict.br/
7. https://www.scielo.org/
8. http://ojs.unirg.edu.br/index.php/2/issue/view/65
9. https://www.gov.br/inep/pt-br
10. http://unirg.edu.br/biblioteca/110-paginas/biblioteca/227-biblio-acm-computacao.html
11. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php/
12. https://lilacs.bvsalud.org/

Apesar da grande limitação econômica derivada de mensalidades módicas e pouco investimento por parte dos governos, a aquisição de obras tem atendido as necessidades dos estudantes sendo certo que a pretensão da instituição é de manter o índice de aumento na aquisição de obras.

6.5 PLANO DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Universidade de Gurupi-UnirG, desde suas origens, demonstra preocupação em levar educação de qualidade para as pessoas de todas as classes, credos e raças, respeitando todo e qualquer tipo de necessidade ou dificuldade de ordem física ou cognitiva.

Desta forma, desenvolve uma política de acessibilidade de modo a garantir o atendimento à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, bem como ao Decreto 5.296/04 e a Lei nº13.146/15, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com relação aos alunos portadores de deficiência física, as instalações da Instituição atendem aos seguintes requisitos:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- Rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a Instituição assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia *braile*, impressora *braile* acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado ao

computador;

● Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em *braile* e de fitas sonoras para uso didático. Quanto aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso;

● Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

● Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

● Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

● Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição está comprometida em disponibilizar as seguintes estruturas:

● Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

● Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

● Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo- cegas, prestado por guias- intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

● Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

● Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

● Sinalização ambiental para orientação;

● Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das

pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e
- Existência de local de atendimento específico.

Além disso, em atendimento ao disposto pela Lei N° 12.764/12, referente aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mantem estrutura para atendimento no ATENDEE, com a qual o aluno pode, por meio de agendamento, ter o atendimento especializado e/ou encaminhado pela coordenação.

6.6 PLANO DE EXPANSÃO

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi no intuito de atender à demanda por profissionais das Ciências Jurídicas qualificados para atuarem no Tocantins e região sul do Estado, com o intuito de realizar um trabalho contínuo no sentido de aprimorar os inúmeros aspectos educacionais do Curso de Direito, no que tange ao Ensino, Pesquisa e Extensão apresenta o presente plano que tem como intuito aperfeiçoar as práticas pedagógicas do Curso, alinhando-as aos avanços contemporâneos da profissão e à transformação da UnirG de Centro Universitário para Universidade e plano de melhorias de infraestrutura e aquisição de equipamentos para abarcar os pontos considerados insatisfatórios. Foi elaborado por seu Núcleo de Docente Estruturante (NDE), com o apoio do Núcleo de Formação Permanente (NUFOPE), tendo como referência as últimas avaliações externas do Curso e a avaliação da CPA, sendo aprovado pelo Conselho do Curso de Direito.

Nesse contexto, objetiva-se traçar ações e estratégias, buscando um processo contínuo de expansão e melhoria do curso de Direito da UnirG e, consequentemente, do perfil do graduando por ele formado e entregue ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96.** Brasília, 2005. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, **Instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências (BRASIL, 2014).

BRASIL. **Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013**. Institui o Programa Mais Médicos e dá outras Providências (BRASIL, 2013c).

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes (BRASIL, 1990).

BRASIL. **Portaria Normativa nº 15, de 22 de julho de 2013**. Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior -IFES, com respaldo no Art. 2o, I da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Programa Mais Médicos (BRASIL, 2013f).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10. 861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências (BRASIL, 2004b).

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2005),

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/gurupi/panorama. Acessado em: 20 de agosto de 2024.

CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO (Gurupi-TO). **Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi UnirG.** Aprovado pela Resolução CONSUP n.027 de 09 de agosto de 2019. Disponível em: http://www.UnirG.edu.br/a-UnirG/conselhos/#regulamento.Acessado em: 20 de setembro de 2019.

UNIVERSIDADE DE GURUPI (Gurupi). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Aprovado pela Resolução CONSUP nº 036, de 19 de setembro de 2019. Gurupi, 2019.Disponível em http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/resolucao-36-2019-consup.pdf

UNIRG. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024 - 2028. Universidade de Gurupi, Gurupi, 2024.

Apêndice 01 – Relatório de Referências Bibliográficas

Apêndice 02 – Plano de Ação do Curso

Apêndice 03 – Regulamento de Estágio do NPJ de Direito UnirG

Apêndice 04 - Regulamento de TCC

Apêndice 05 – Regulamento de Atividades Complementares

VERÔNICA SILVA DO PRADO DISCONZI
Coordenadora do Curso de Direito
Portaria n° 068/2024
Universidade de Gurupi - UnirG

MAYDÊ BORGES BEANI CARDOSO
Coordenadora de Estágio do Curso de Direito
Portaria n° 069/2024
Universidade de Gurupi - UnirG